

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR SOCIEDADE E
DESENVOLVIMENTO - PPGSeD**

DANIEL DUTRA DE SOUZA

**INTERVENÇÕES PÚBLICAS E QUALIDADE DE VIDA URBANA: O CASO DAS
PRAÇAS NA CIDADE DE UMUARAMA - PR**

**CAMPO MOURÃO - PR
2025**

DANIEL DUTRA DE SOUZA

**INTERVENÇÕES PÚBLICAS E QUALIDADE DE VIDA URBANA: O CASO DAS
PRAÇAS NA CIDADE DE UMUARAMA - PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociedade e Desenvolvimento.

Linha de Pesquisa: Formação humana, processos socioculturais e instituições.

Orientador: Prof. Dr. Cleverson Molinari Mello

**CAMPO MOURÃO - PR
2025**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Dutra de Souza, Daniel
Intervenções públicas e qualidade de vida urbana:
o caso das praças na cidade de Umuarama ? Pr. /
Daniel Dutra de Souza. -- Campo Mourão-PR, 2025.
220 f.: il.

Orientador: Cleverson Molinari Mello.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação
Mestrado Acadêmico Interdisciplinar: "Sociedade e
Desenvolvimento") -- Universidade Estadual do
Paraná, 2025.

1. Interdisciplinaridade. 2. Políticas Públicas.
3. Espaços Públicos. 4. Investimentos. I - Molinari
Mello, Cleverson (orient). II - Título.

DANIEL DUTRA DE SOUZA

**INTERVENÇÕES PÚBLICAS E QUALIDADE DE VIDA URBANA: O CASO DAS
PRAÇAS DE UMUARAMA-PR**

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Cleverton Molinari Mello (Orientador) – Presidente



Prof. Dr. Marcos Clay Beve Unespar, Campo Mourão

Documento assinado digitalmente
gov.br CINTHIA MARIA DE SENNA ABRAHÃO
Data: 09/04/2025 16:53:46-0300
Verifique em <https://validar.lf.gov.br>

Prof.ª Dr.ª Cinthia Maria de Sena Abrahão – UFPR, Matinhos

Data de Aprovação

02/04/2025

Campo Mourão - PR

DEDICATÓRIA

À minha esposa e filhas, que, com amor e incentivo, foram minha força em cada passo desta jornada. Meu eterno agradecimento.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo que me proporciona, pelas bênçãos diárias e pela força nos momentos desafiadores.

À minha esposa Fabiana e às minhas filhas Alice e Cecília, pelo amor incondicional, pelo apoio constante e por serem minha maior inspiração nesta caminhada.

Aos meus pais, Walter e Maria, pelo dom da vida, pelos valores transmitidos e por cada ensinamento que moldou meu caráter e minha determinação.

À minha irmã Dayane, ao meu cunhado Rogério e aos meus sobrinhos Matheus e Gabriel, pelo carinho, incentivo e por sempre estarem ao meu lado, compartilhando essa jornada comigo.

À minha sogra Maria Isabel, ao meu sogro Reinaldo e às minhas tias Geni e Tereza, por todo o apoio, carinho e por ajudarem em minha ausência, permitindo que eu me dedicasse plenamente a este desafio.

Ao meu orientador, Dr. Cleverson Molinari Mello, pela dedicação, paciência e pelo compartilhamento de conhecimento essencial para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos meus colegas de trabalho, Alexandre, Anderson, Claudecir, Jéfersson e Leonardo, pelo incentivo e motivação para que este mestrado se tornasse uma realidade.

Ao Professor Dr. Marcos Clair Bovo, pelo apoio inestimável nesta pesquisa, cuja expertise e vasta experiência foram fundamentais para seu aprimoramento.

À Professora Dra. Cinthia Sena Abrahão, por sua participação na banca de qualificação e defesa, cujas contribuições foram cruciais para o aperfeiçoamento desta dissertação.

Aos professores das disciplinas presenciais e on-line do programa, pelo comprometimento e troca de conhecimento que enriqueceram minha formação.

À Prefeitura de Umuarama, pelo suporte e pela oportunidade de desenvolver esta pesquisa, contribuindo para o avanço do conhecimento.

Aos meus colegas de turma, por compartilharem comigo momentos únicos ao longo desta jornada acadêmica, tornando-a ainda mais enriquecedora. Em especial, à Cláudia, Janaína, Karina e Marta, pela parceria nas longas viagens até Campo Mourão — companhias que tornaram a estrada mais leve e a caminhada mais significativa.

A todos, o meu mais sincero agradecimento.

No que diz respeito ao empenho, ao compromisso, à dedicação, não existe meio termo. Ou você faz uma coisa bem feita ou não faz (*Ayrton Senna*).

SOUZA, Daniel. **Intervenções Públicas e Qualidade de Vida Urbana: O caso das praças na cidade de Umuarama – PR.** 219f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, Universidade Estadual do Paraná, *Campus* de Campo Mourão, Campo Mourão, 2025.

RESUMO

Quando se trata da utilização dos recursos públicos, é crucial entender que simplesmente seguir os preceitos legais não é suficiente. Os investimentos precisam ser realizados de maneira eficiente e eficaz pela administração governamental, garantindo um retorno esperado e alcançando os objetivos estabelecidos. Esse sucesso pode ser comprovado pelo engajamento da sociedade na utilização dos investimentos correspondentes. Praças, parques e calçadas não apenas oferecem lazer, mas também promovem interações sociais e integração comunitária. A presente dissertação objetiva compreender o processo de investimentos nas praças da cidade de Umuarama, levando-se em conta: parâmetros para a escolha dos espaços públicos a serem revitalizados e mecanismos para mensurar a eficiência na aplicação dos recursos. O período de corte estabelecido foi de 2018 a 2022. O estudo documental realizou um levantamento das praças que receberam investimento do poder público municipal no período estabelecido, por meio do portal de transparência municipal. Na pesquisa de campo, recorreu-se a um questionário semiestruturado, com um roteiro de questões abertas e fechadas, o qual foi aplicado aos usuários, moradores e comerciantes do entorno da praça. Os dados obtidos foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo de Bardin. O estudo adota uma abordagem interdisciplinar, integrando conhecimentos e metodologias de diferentes áreas do saber para construir uma análise abrangente sobre os investimentos em espaços públicos. Discute-se a relevância das políticas públicas voltadas para o espaço público, com ênfase nas praças, que se destacam como elementos essenciais na promoção da qualidade de vida urbana. Da mesma forma, examina o papel do espaço público na sociedade contemporânea que desempenha uma importante função na sociedade moderna, transcendendo sua mera finalidade física para se tornar um cenário vital de interações sociais, expressões culturais e identidade comunitária.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade, Políticas Públicas, Espaços Públicos, Investimentos.

SOUZA, Daniel. **Public Interventions and Urban Quality of Life: The case of squares in Umuarama town – PR.** 219f. Dissertation (Master's Course) – Society and Development Interdisciplinary Post-Graduation Program, State University of Parana, Campus of Campo Mourão, Campo Mourão, 2024.

ABSTRACT

When public resources are used, it is crucial to understand that it is not enough to simply follow the legal precepts. The investments need to be performed in an efficient and effective way by the governmental administration, ensuring a prospective return and reaching the established objectives. That success might be proven by the commitment of the society in use of the correspondent investments. Squares, parks and promenades not only offer leisure, but also promote social interactions and community integrations. The present dissertation objectifies to understand the process of investments in the squares of Umuarama town, taking into consideration: parameters for the choice of the public spaces to be revitalized and mechanisms to measure the efficiency in the application of the resources. The established cut-off period was from 2018 to 2022. The documentary study conducted a survey of the squares that received investment from the municipal public power during the established period, through the municipal transparency gateway. In the field research, it was fallen back on a semi-structured questionnaire, with a script of open-ended and closed-ended questions, which was applied to the users, residents and merchants from the surroundings of the square. The obtained data were analyzed through Bardin's content analysis technique. The study takes an interdisciplinary approach, intergrating knowledge and methodologies from different areas of knowledge to build a comprehensive analysis about the investments in public spaces. It is discussed the relevance of public policies aimed at the public space, with emphasis on the squares, which stand out as essential elements in the promotion of the urban quality of life. Likewise, it examines the role of public space in contemporary society that plays an important role in modern society, transcending its mere physical purpose to become a vital scenario of social interactions, cultural expressions and community identity.

Keywords: Interdisciplinarity, Public Policies, Public Spaces, Investments.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Localização das Praças objeto de estudo da presente pesquisa.	96
Figura 2 - Imagem aérea Praça São Pedro – Distrito de Santa Eliza 2023	97
Figura 3 - Imagens da Praça São Pedro, Calçadas e Playground 2024	100
Figura 4 - Imagem aérea Praça Santos Dumont -1963.....	105
Figura 5 - Praça Santos Dumont sem data.....	105
Figura 6 - Síntese do diagnóstico de traçado de Umuarama, Estado do Paraná (Modificado de CMNP, 1975)	106
Figura 7 - Imagens da Praça Santos Dumont em 2024	109
Figura 8 - Imagens do banheiro da Praça Santos Dumont em 2024	112
Figura 9 - Imagens da Praça Alto São Francisco em 2024.....	115
Figura 10 - Imagens Banheiro Praça Alto São Francisco 2024	118
Figura 11 - Imagens da Praça Tamoio 2024.....	122
Figura 12 - Imagens Banheiro Praça Tamoio 2024.....	125
Figura 13 - Imagens Praça Sete de Setembro 1967	127
Figura 14 - Imagens da Praça Sete de Setembro 2024 Imagens da Praça Sete de Setembro 2024	129
Figura 15 - Imagens Banheiro Praça Sete de Setembro 2024	131

QUADROS

Quadro 1 - Levantamento das praças da Cidade de Umuarama - PR	93
Quadro 2 - Dados Licitação da revitalização Praça São Pedro	101
Quadro 3 - Dados Licitação Iluminação Praça de Santa Eliza.....	102
Quadro 4 - Dados Licitação da revitalização Praça Santos Dumont.....	108
Quadro 5 - Dados Licitação dá para construção de Sanitários na Praça Santos Dumont	110
Quadro 6 - Dados Licitação da revitalização Alto São Francisco.....	115
Quadro 7 - Dados Licitação da revitalização Tamoio	123
Quadro 8 - Dados Licitação da revitalização Sete de Setembro	130
Quadro 9 - Comparação entre as Praças.....	133

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Entrevistados	140
Gráfico 2 - Moradores da Praça.....	142
Gráfico 3 - Comparativo das idades dos entrevistados (Moradores).....	144
Gráfico 4 - Frequência de utilização das praças (moradores).....	145
Gráfico 5 - Atividades realizadas nas praças (Moradores).....	146
Gráfico 6 - Tipo de Atividade Realizada nas Praças (Moradores)	148
Gráfico 7 - Investimentos nas praças (Moradores).....	151
Gráfico 8 - Sugestão de Melhorias (Moradores)	153
Gráfico 9 - Equipamentos de Recreação Sugeridos (Moradores)	154
Gráfico 10 - Comparativo das idades dos entrevistados (Comerciantes).....	157
Gráfico 11 - Comerciantes por praças pesquisadas	159
Gráfico 12 - Proximidade do comércio em relação a Praça	160

Gráfico 13 - Movimento do Comércio	162
Gráfico 14 - Eventos x Faturamento comércio.....	163
Gráfico 15 - Participação de eventos nas praças	165
Gráfico 16 - Horário de maior fluxo comércio.....	166
Gráfico 17 - Horário de maior fluxo comércio.....	168
Gráfico 18 - Desafios do Comércio	170
Gráfico 19 - Quadro Desafios do comércio.....	172
Gráfico 20 - Promoção do Comércio Local.....	173
Gráfico 21 - Principais Mudanças	175
Gráfico 22 - Faixa de idade dos Usuários entrevistados.....	177
Gráfico 23 - Dos Usuários das Praças	180
Gráfico 24 - Frequência de visitas nas Praças	181
Gráfico 25 - Motivo de visitas nas Praças	183
Gráfico 26 - Das Atividades realizadas nas praças por Usuários	185
Gráfico 27 - Participação de atividades realizadas nas praças por Usuários.....	186
Gráfico 28 - Investimentos realizadas nas praças por Usuários	188
Gráfico 29 - Investimentos realizadas nas praças por Usuários	190
Gráfico 30 - Tipos de equipamentos falta nas praças por Usuários	191
Gráfico 31 - Tipos de equipamentos falta nas praças por Usuários	192
Gráfico 32 - Avaliação dos Usuários sobre as intervenções nas praças.....	194

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIACÕES

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico)

TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido)

CEP (Comitê de Ética)

ONU (Organização das Nações Unidas)

SAPRIN (*Structural Adjustment Participatory Review International Network*)

FMI (*Fundo Monetário Internacional*)

EC (Emenda Constitucional)

SUS (Sistema Único de Saúde)

ONG (Organizações Não Governamentais)

IoT (*Internet of Things*)

CMNP (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná)

CTNP (Companhia de Terras Norte do Paraná)

LED (Diodo Emissor de Luz- lâmpada de LED)

UEM (Universidade Estadual de Maringá)

UEL (Universidade Estadual de Londrina)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 O PAPEL DO ESPAÇO PÚBLICO NA CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE.....	20
2.1 Conceitualização das políticas públicas para o espaço público.....	21
2.2 Impacto das políticas públicas na construção da sociedade	37
2.3 Desafios e oportunidades na formulação de políticas públicas para o espaço público	42
2.4 Futuro das políticas públicas para o espaço público.....	53
3 A PRAÇA A SERVIÇO DO ESPAÇO PÚBLICO.....	60
3.1 A praça como centro de interação social, estratégias de investimento para o desenvolvimento comunitário.....	62
3.2 Promovendo bem-estar e saúde: a importância dos espaços públicos	68
3.3 Planejamento urbano sustentável: o papel estratégico das praças.....	75
3.4 Lazer, recreação e comércio: maximizando o potencial dos espaços públicos.....	82
4 AS PRAÇAS DA CIDADE DE UMUARAMA.....	90
4.1 Umuarama: das praças, conceitos e objetivos.	91
4.1.2 A praça São Pedro: do processo de formação histórica aos investimentos	96
4.1.3 Praça Santos Dumont	104
4.1.4 Praça Alto São Francisco.....	113
4.1.5 Praça Tamoio.....	119
4.1.6 A praça Sete de Setembro.....	126
4.1.7 Análise comparativa dos investimentos em infraestrutura e desenvolvimento das praças	132
4.1.8 Localização e centralidade.....	133
4.1.9 Área total e valor por metro quadrado.....	134
4.1.10 Investimentos e participação popular	135
4.1.11 Acessibilidade.....	136
4.1.12 Eventos e uso comunitário.....	137
5 ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS.....	139
5.1 Moradores do entorno Praça.....	141
5.2 Comerciantes do entorno	155
5.3 Usuários das praças	176
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	196

REFERÊNCIAS	200
APÊNDICES	207
ANEXOS	216

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Umuarama é conhecida como sendo a Capital da Amizade, conceito que pode ser justificado devido à tradução da palavra indígena, da qual originou o respectivo nome que significa “lugar onde os amigos se encontram”. Situada na região noroeste do Estado do Paraná com uma população aproximada de 117 mil habitantes, segundo o censo 2022 e com um clima tropical. Atualmente, o município é impulsionado pela agricultura, pecuária, indústria moveleira e de alimentos (Umuarama, 2022). Umuarama teve sua colonização pela companhia melhoramentos Norte do Paraná – CMNP, com sua fundamentação na data de 26 de junho de 1955, e com base no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022) tem uma população estimada em 117.095 habitantes, tendo uma área de 1.234, 537 km², sendo que desse total, 39,42 km² é de Área Urbanizada. Quanto ao Índice de Desenvolvimento Urbano – IDH, Umuarama está com o índice de 0,761, acima da média estadual que é de 0,729 (Umuarama, 2022). A cidade possui vários investimentos, sendo alguns concluídos ou ainda em execução, os quais são de pequeno, médio e grande porte. No entanto, por se tratar de investimentos com recursos públicos, se faz necessário um melhor controle e avaliação de sua aplicação.

Quando se trata da utilização dos recursos públicos, é crucial entender que simplesmente seguir os preceitos legais não é suficiente. O que se requer são investimentos realizados de maneira eficiente e eficaz¹ pela administração governamental, garantindo um retorno esperado e alcançando os objetivos estabelecidos. Esse sucesso pode ser comprovado pelo engajamento da sociedade na utilização dos investimentos correspondentes.

Diante disso, torna-se imprescindível avaliar se os investimentos públicos estão sendo direcionados para políticas que efetivamente atendam às demandas da sociedade. Em meio à escassez de recursos, torna-se ainda mais evidente a importância de um planejamento minucioso dos investimentos, garantindo que alcancem de maneira eficaz seus objetivos. O espaço público urbano, mais precisamente: as ruas, calçadas, parques e praças, por muitas vezes, têm seu uso e funções subutilizadas, conflituosas, predominando o desvio de função, o medo e a diferença em contraponto ao espaço público autêntico, ou seja, aquele de livre acesso, tanto físico, quanto simbólico (Franciscon, 2019).

¹ Eficiência e eficácia são palavras semelhantes e, muitas vezes, consideradas sinônimos. No entanto, existem diferenças sutis na definição e utilização de ambos os termos. A eficiência seria o ato de “fazer certo as coisas”, enquanto a eficácia consiste em “fazer as coisas certas”.

Investimentos em espaços públicos são essenciais na construção de comunidades saudáveis e inclusivas. A relevância dessas áreas se manifesta em diversos aspectos, refletindo não apenas na qualidade de vida, mas também no desenvolvimento socioeconômico, coesão social, educação e sustentabilidade ambiental. Assim, tais investimentos não só aprimoram o bem-estar das pessoas, mas também impulsionam sociedades mais inclusivas e prósperas. Portanto, investir na melhoria e diversificação dos espaços públicos é essencial para cidades mais resilientes² e habitáveis, refletindo diretamente na qualidade de vida de seus habitantes.

Praças, parques e calçadas não apenas oferecem lazer, mas também promovem interações sociais e integração comunitária. Podendo mencionar aqui como atividades culturais, as apresentações musicais, peças teatrais ou exposições de arte; que proporcionam encontros informais e fortalecem o senso de comunidade. Jogos recreativos, como xadrez, damas ou futebol de rua, promovem interações espontâneas entre pessoas de diferentes idades e origens. Feiras de artesanato, agricultura urbana ou gastronomia local incentivam o comércio e apoiam os produtores locais, ao mesmo tempo em que criam pontos de encontro. Além disso, a simples presença de bancos, áreas verdes e espaços para descanso favorece conversas informais e o convívio entre os moradores. Assim, as praças se tornam verdadeiros centros de convivência que fortalecem os laços sociais e contribuem para uma cidade mais inclusiva e coesa.

A inclusão social é favorecida quando diferentes grupos se encontram informalmente, fortalecendo os laços comunitários. Estimular atividades ao ar livre contribui para o combate ao sedentarismo. Com sua infraestrutura adequada, como pistas de caminhada, áreas para exercícios ao ar livre, quadras esportivas e equipamentos de ginástica, as praças incentivam a população a adotar um estilo de vida mais ativo. Essas oportunidades de atividade física ao ar livre são especialmente importantes em áreas urbanas, nas quais, muitas vezes, faltam espaços verdes e seguros para a prática de exercícios. Ao promoverem a atividade física regular, as praças contribuem para a melhoria da saúde cardiovascular, controle da obesidade, fortalecimento muscular e bem-estar geral da comunidade. Além disso, ao oferecerem um ambiente agradável e convidativo, as praças tornam o exercício mais acessível e atrativo para pessoas de todas as idades e níveis de condicionamento.

O problema da presente pesquisa compreende: Das praças de Umuarama – PR que receberam investimentos nos anos de 2018 a 2022, quais parâmetros foram utilizados para que

² Resiliência urbana é a capacidade de um sistema urbano de receber, recuperar e se preparar para choques futuros. Cidades resilientes têm capacidade de resposta e reinvenção diante de adversidades (OECD, 2024).

os referidos espaços públicos recebessem os investimentos? Após a revitalização das praças, quais mecanismos foram adotados para mensurar a eficiência na aplicação dos recursos?

Logo, a presente dissertação objetiva compreender o processo de investimentos nas praças da cidade de Umuarama, levando-se em conta: parâmetros para a escolha dos espaços públicos a serem revitalizados e mecanismos para mensurar a eficiência na aplicação dos recursos.

Para tanto, é essencial levar em conta não apenas aspectos físicos, como a localização e o tamanho da área, mas também considerações socioeconômicas, como a densidade populacional da região, o perfil demográfico dos usuários potenciais e as necessidades específicas da comunidade local. Além disso, aspectos ambientais, como a preservação de áreas verdes e a promoção da sustentabilidade devem ser incorporados à decisão de revitalização das praças.

No que diz respeito aos mecanismos para mensurar a eficiência na aplicação dos recursos, é fundamental estabelecer indicadores claros e objetivos que possam avaliar o impacto das intervenções realizadas. Isso pode incluir a realização de pesquisas de satisfação junto à população beneficiada, a análise do aumento do uso das áreas revitalizadas, a medição da melhoria na qualidade de vida dos moradores locais e a avaliação do retorno social e econômico ambas geradas pelos investimentos realizados. Além disso, a transparência na prestação de contas e a fiscalização rigorosa dos gastos públicos são aspectos essenciais para garantir a eficiência e a eficácia dos investimentos nas praças.

A metodologia utilizada no estudo é de natureza aplicada, que busca gerar conhecimento para aplicação prática e solução de problemas específicos.

Quanto aos objetivos, o estudo classifica-se como exploratório e descritivo. Exploratório porque existia pouca informação disponível sobre o tema, permitindo uma investigação inicial que pode levar a estudos mais aprofundados. Descritivo porque procurou detalhar características de um fenômeno, levantando opiniões, atitudes e crenças para descrever características de um grupo e de um contexto específico.

A abordagem do problema é qualitativa, visando compreender o processo de investimentos nas praças da cidade de Umuarama, levando-se em conta: parâmetros para a escolha dos espaços públicos a serem revitalizados e mecanismos para mensurar a eficiência na aplicação dos recursos. O período de corte estabelecido foi de 2018 a 2022. A escolha desse intervalo temporal está diretamente relacionada às intervenções públicas realizadas nas praças de Umuarama que receberam investimentos significativos por parte da gestão municipal, comparando-se a outros períodos. A exclusão de outras praças se justifica pelo fato de não terem

sido alvo de ações de investimento relevante no período determinado. Assim, o recorte temporal escolhido permite uma avaliação consistente e detalhada dos impactos gerados pelos investimentos, garantindo que os resultados obtidos reflitam com precisão as ações efetivamente realizadas e se os indicadores utilizados foram adequados para direcionar as decisões de gestão.

No que diz respeito a escolha das praças de Umuarama, dentro do lapso temporal acima mencionado, foi possível constatar que foi uma iniciativa do gestor municipal previsto em seu plano de governo a revitalização das referidas praças³. A decisão de quais praças receberiam as intervenções seguiu critérios internos definidos pela administração municipal, alinhados aos objetivos traçados no plano de governo.⁴ A forma como as praças foram revitalizadas está descrita de maneira resumida nos processos disponíveis no portal de transparência municipal.⁵ Esses documentos especificam o cronograma de obras, os valores a serem investidos e os tipos de melhorias planejados. A responsabilidade pelo desenvolvimento dos projetos de revitalização é da Diretoria de Projetos Técnicos, que se encarrega de elaborar os planos com base em aspectos como a cultura local e a manutenção dos equipamentos já existentes nas praças. O objetivo é preservar a identidade dos espaços enquanto se moderniza a infraestrutura⁶.

O estudo documental se deu da seguinte forma: Levantamento das praças que receberam investimento do poder público municipal no período de 2018 a 2022, por intermédio do portal de transparência municipal.

A pesquisa de campo se deu da seguinte forma. Para coleta de dados, recorreu-se a um questionário semiestruturado, com um roteiro de questões abertas e fechadas em formato impresso. O objetivo do questionário foi analisar os investimentos nas praças (através da percepção dos entrevistados), a partir do seguinte universo de pesquisa: usuários das praças; moradores e comerciantes do entorno das praças. Sendo que o questionário propôs a seguinte amostra não probabilística de conveniência⁷: 10 (dez) moradores próximos das praças; 10 (dez)

³ A declaração sobre a reforma das praças estar prevista no plano de governo foi feita pelo Secretário de Obras do Município de Umuarama, Renato Caobianco dos Santos.

⁴ De acordo com o Secretário de Obras de Umuarama, Renato Caobianco dos Santos, os critérios para a escolha das praças a serem reformadas também foram definidos pelo plano de governo.

⁵ Cada praça possui um processo de reforma conduzido de forma individualizada, com todas as informações disponíveis para consulta pública. Esses dados podem ser acessados no Portal de Transparência de Umuarama, através do link: <https://servicos.umuarama.pr.gov.br/portaltransparencia/1/>.

⁶ No entanto, vale ressaltar que a população não é diretamente consultada durante o processo de revitalização, uma vez que a intervenção se limita à melhoria das estruturas já existentes. A decisão sobre o que será revitalizado é feita exclusivamente pelo poder público, sem a realização de consultas ou audiências públicas. Essa abordagem reflete a natureza específica das obras, que visam atualizar e aprimorar os equipamentos e espaços já contemplados, sem modificações estruturais que demandem um amplo debate com a comunidade local.

⁷ Os itens da amostra são escolhidos com base na facilidade de acesso.

comerciantes que moram e têm seus comércios próximos às praças; e a 50 (cinquenta) usuários das praças⁸. Os critérios para seleção dos participantes da pesquisa foram os seguintes: maiores de 18 anos e concordar em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)⁹.

Os dados obtidos foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo de Bardin, a qual possibilita avaliar e obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitem a inferência do conteúdo da comunicação de um texto, isto é, aquilo que está por trás das palavras, dos textos ou discursos (Bardin, 2022).

A análise de conteúdo prevê três etapas a serem seguidas: pré-análise (organização), exploração do material e tratamento dos resultados (a inferência e a interpretação). A pré-análise, que envolve a fase de organização propriamente dita, tem como objetivo sistematizar e operacionalizar as ideias iniciais, escolhendo os documentos que serão submetidos à análise, elaborando hipóteses e objetivos, formulando indicadores que irão fundamentar a interpretação final do material e a questão que procura resolver.

A exploração do material, por sua vez, é considerada como uma fase extensa, constituída basicamente de procedimentos de codificação e enumeração a serviço de regras anteriormente formuladas. E, no tratamento dos resultados, os resultados brutos são tratados de forma a serem significativos e válidos, permitindo o estabelecimento de diagramas, quadros de resultados, modelos e figuras que colocam em destaque as informações fornecidas pela análise (Bardin, 2022).

Na elaboração da dissertação, o texto está organizado em 05 (cinco) seções.

Na introdução, temos: a temática, o problema, os objetivos e os procedimentos metodológicos.

A seção II aborda o papel do espaço público na construção da sociedade, contemplando o seguinte objetivo específico: Compreender o processo de formação da paisagem urbana como materialidade das relações sociais.

⁸ Os **moradores** são aqueles que residem nas proximidades das praças e têm uma ligação cotidiana e prolongada com o espaço, pois, além de utilizarem as praças, eles são diretamente impactados por suas condições e mudanças estruturais, o que reflete em seu bem-estar e qualidade de vida na vizinhança. Já os **usuários** representam aqueles que frequentam as praças por motivos diversos, como lazer, atividades físicas e eventos, independentemente de morarem nas redondezas. Eles possuem uma relação mais funcional ou esporádica, direcionada pela oferta de atividades e equipamentos da praça, sem necessariamente vivenciar ou serem impactados pelo cotidiano do entorno imediato.

⁹ Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética (CEP) sob número do parecer: 6.764.256.

A seção III, por sua vez, dedica-se a relacionar a importância das praças como espaço público, contemplando o objetivo específico, saber: analisar as políticas públicas voltadas à paisagem urbana no contexto da existência cotidiana.

Já a seção IV traz a pesquisa documental e a pesquisa de campo, contemplando o seguinte objetivo específico: Compreender o processo de investimentos nas praças da cidade de Umuarama. Para tanto, levando-se em conta: parâmetros para a escolha dos espaços públicos revitalizados e mecanismos para mensurar a eficiência na aplicação dos recursos, no período de 2018 a 2022. E, por fim, temos as considerações finais.

A dissertação adota uma abordagem interdisciplinar, integrando conhecimentos e metodologias de diferentes áreas do saber para construir uma análise abrangente sobre os investimentos em espaços públicos de lazer em Umuarama. A natureza interdisciplinar da pesquisa permite uma visão mais completa e aprofundada do tema, considerando aspectos políticos, geográficos e financeiros. Essa integração possibilita que o estudo vá além de uma perspectiva isolada, gerando uma compreensão mais rica e alinhada com a complexidade dos espaços urbanos e das necessidades sociais que esses ambientes procuram atender. As áreas transitadas nesta pesquisa incluem:

Políticas Públicas: Esta área dedica-se à análise das políticas de governo relacionadas ao lazer, incluindo seus objetivos, fundamentos legais e diretrizes estratégicas. A pesquisa busca compreender como essas políticas são formuladas e implementadas, avaliando se elas atendem às demandas da sociedade e promovem o bem-estar da população. O estudo investiga também os critérios de priorização dos investimentos em espaços de lazer e o impacto social esperado dessas políticas.

Geografia: A partir de uma perspectiva geográfica, o estudo levanta e analisa as características dos espaços públicos de lazer, considerando aspectos como localização, acessibilidade e distribuição territorial. Essa abordagem examina como o uso do território urbano influencia o acesso da população a esses espaços, bem como a maneira como esses locais são integrados à dinâmica da cidade. Além disso, aspectos ambientais e sociais do território são avaliados para identificar o potencial de cada área na promoção da coesão comunitária e do desenvolvimento sustentável.

Ciências Contábeis: A análise contábil foca no levantamento e na apresentação das receitas e despesas associadas aos investimentos públicos em espaços de lazer. Esse aspecto da pesquisa fornece uma visão detalhada da alocação de recursos, permitindo avaliar a eficiência e eficácia dos gastos públicos. A análise contábil também visa demonstrar o retorno social e econômico desses investimentos, verificando se os recursos foram aplicados de forma a

maximizar os benefícios para a comunidade e a contribuir para a transparência e responsabilidade na gestão pública.

Essas áreas em conjunto oferecem uma base sólida para avaliar o impacto dos investimentos públicos nas praças e outros espaços de lazer, considerando a importância desses locais para o desenvolvimento urbano e o bem-estar social.

2 O PAPEL DO ESPAÇO PÚBLICO NA CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE

Nesta seção, discutimos a relevância das políticas públicas voltadas para o espaço público, com ênfase nas praças, que se destacam como elementos essenciais na promoção da qualidade de vida urbana. As praças, mais do que meros espaços físicos, desempenham um papel central na convivência social, na integração comunitária e na sustentabilidade das cidades. A análise explora como esses espaços públicos contribuem para o bem-estar da população e para o fortalecimento de valores como inclusão social, participação cidadã e preservação ambiental.

O foco está em demonstrar como o planejamento e a gestão adequados dos espaços públicos podem moldar positivamente a experiência dos cidadãos na vida urbana, ou seja, busca contextualizar teoricamente a importância dos espaços públicos, com base em autores como Lefebvre e Gehl, destacando que as praças não são apenas locais de lazer, mas também espaços de encontro, convivência e construção da cidadania. Ao explorar as funções sociais, políticas e culturais desses locais, o texto revela como a gestão adequada pode transformar a vivência urbana e o desenvolvimento coletivo.

A seção também aborda a evolução histórica das políticas públicas para os espaços públicos, analisando momentos-chave como a Revolução Industrial e os movimentos de reforma urbana, que destacaram a necessidade de planejamento e investimento adequados nesses locais. Além disso, são discutidas as influências das mudanças climáticas e das novas demandas urbanas, que tornam ainda mais urgente a criação de políticas que garantam a preservação e a expansão desses espaços.

Outro aspecto central discutido, é a participação cidadã no planejamento e na gestão dos espaços públicos. O envolvimento da comunidade é apresentado como um elemento crucial para garantir que as decisões políticas reflitam as reais necessidades da população. Por intermédio de exemplos de experiências participativas, como os orçamentos participativos e os conselhos comunitários, o texto destaca como a interação entre governo e cidadãos pode fortalecer a eficácia das políticas e promover uma maior equidade no acesso aos recursos urbanos.

A sustentabilidade também é tratada como um tema transversal, enfatizando a necessidade de integrar práticas sustentáveis no planejamento urbano, como a criação de áreas verdes, a gestão eficiente dos recursos naturais e o uso de tecnologias que permitam uma gestão mais eficiente e adaptável dos espaços públicos. O texto defende que essas práticas são

essenciais para garantir a resiliência das cidades frente aos desafios contemporâneos, como as mudanças climáticas e o crescimento populacional.

Em resumo, esta seção busca oferecer uma análise abrangente sobre o papel das políticas públicas no planejamento e na gestão dos espaços públicos, enfatizando a importância de uma abordagem integrada e colaborativa, que envolva governo, sociedade civil e o setor privado. O objetivo é fornecer um arcabouço teórico e prático que permita refletir sobre como as praças e outros espaços públicos podem ser utilizados como ferramentas para promover o desenvolvimento social, a sustentabilidade e a inclusão nas cidades contemporâneas.

2.1 Conceitualização das políticas públicas para o espaço público

As políticas públicas voltadas para o espaço público têm uma contextualização histórica que remonta a civilizações antigas, nas quais praças, jardins e áreas de encontro desempenhavam papéis centrais na vida social e cultural. No entanto, foi durante o período da Revolução Industrial, nos séculos XVIII e XIX, que a urbanização em larga escala e a industrialização acelerada resultaram em condições urbanas desafiadoras, incluindo espaços públicos negligenciados e insalubres.

Segundo Lefebvre (2013), na sociedade contemporânea, a compreensão do espaço público se torna uma missão repleta de obstáculos, devido à vasta gama de atividades e interações que se moldam e expõem uma intrincada teia de nuances subjetivas. Isso se deve ao fato de que os espaços públicos são partes integrantes da estrutura urbana, indispensáveis para o desenvolvimento das atividades sociais, políticas, culturais e ambientais. Eles fornecem o cenário em que os moradores urbanos podem se engajar plenamente nessas práticas, desempenhando um papel essencial na formação e expressão da vida comunitária e individual nas cidades.

Já Araújo (2020) entende que o espaço público na sociedade moderna apresenta uma série de complexidades, dada a diversidade de interações e conexões que se manifestam e desdobram em uma intrincada rede de dinâmicas subjetivas. Para o autor isso ocorre porque os espaços públicos são elementos essenciais da estrutura urbana, vitais para a realização plena das atividades sociais, políticas, culturais e ambientais dos cidadãos que habitam as cidades. Esses espaços servem como palco para a expressão pública completa dos indivíduos, refletindo e, ao mesmo tempo, moldando as múltiplas facetas da vida urbana.

De acordo com Rattes (2022) que aborda as praças como gestão compartilhada e colaborativa e ainda a importância dos espaços públicos na participação social com ênfase nas

ações culturais, ou seja, ele traz que o fator humano é uma perspectiva fundamental nos espaços culturais. Os locais dedicados à cultura desempenham um papel fundamental nas sociedades modernas, nas quais se destacam como centros de promoção da diversidade e igualdade cultural. Esses espaços são vitais na defesa e na valorização das diversas identidades, práticas e expressões culturais presentes em uma região específica. Eles assumem um papel de liderança, fomentando a compreensão e o respeito por uma ampla gama de manifestações culturais.

Sendo assim, já no final do século XIX e início do século XX, surgiram movimentos de reforma urbana em resposta a essas condições precárias, liderados por figuras como Frederick Law Olmsted¹⁰, conhecido por projetar o Central Park em Nova York. Esses movimentos destacaram a importância dos espaços públicos bem planejados para a saúde e a coesão social.

Para Souza (2020), durante a segunda metade do século XIX, Nova York, assim como outras cidades dos Estados Unidos, enfrentava desafios decorrentes de seu rápido crescimento, incluindo infraestrutura deficiente, propagação de doenças e um aumento nos incêndios. Como resposta a esses problemas, foi implementada uma política de embelezamento e sanitarismo. Entre as medidas adotadas, urbanistas e paisagistas, propuseram a expansão das vias públicas, a reestruturação do sistema de transportes e a criação de parques urbanos. Os parques e, em particular as árvores que neles estão presentes, eram vistos naquela época como essenciais para a purificação do ar urbano, funcionando como "pulmões" das cidades.

No que diz respeito à revolução industrial como um dos principais atores do crescimento acelerado da urbanização em larga escala, é muito bem justificado por Gehl (2013, p. 21) que diz ainda:

Foi no Século XX que a ligação entre convites e comportamento atingiu o ponto crítico para as cidades. Esforços para lidar com a maré crescente de automóveis, todo espaço disponível da cidade era simplesmente preenchido com veículos em movimento e estacionados. Cada cidade tinha exatamente tanto tráfego quanto seu espaço permitiam. Em todos os casos, as tentativas de construir novas vias e áreas de estacionamento para aliviar a pressão do tráfego geraram mais trânsito e congestionamento.

¹⁰ Frederick Law Olmsted (1822 - 1903): foi um profissional com vasta experiência em diversos setores. Trabalhou com agricultura, engenharia, jornalismo e participou de lutas sociais e pela conservação da natureza. As experiências de vida de Olmsted estiveram fortemente ligadas ao desenvolvimento da arquitetura de paisagens e a um contexto histórico no qual os espaços de natureza selvagem se tornavam cada vez mais relevantes.

Durante o século XX, várias tendências influenciaram as políticas de espaço público, incluindo o movimento modernista¹¹, que enfatizava a funcionalidade e a eficiência, muitas vezes às custas do espaço público. No entanto, a partir da segunda metade do século, houve um ressurgimento do interesse na revitalização urbana e na promoção de espaços públicos de qualidade, influenciado pelo movimento de design urbano participativo e pelo reconhecimento crescente dos benefícios sociais, ambientais e econômicos desses espaços.

Segundo Lartigue (2023), a ênfase dada ao espaço das ruas em detrimento das calçadas está significativamente ligada ao fenômeno do rodoviarismo¹². No decorrer da segunda metade do século XX, o transporte por automóveis ganhou prioridade, período esse que também marcou a consolidação da indústria automobilística no Brasil. Segundo a autora, esse enfoque foi absorvido pelo planejamento urbano por meio de políticas públicas, influenciando profundamente a configuração das cidades. As ruas foram ampliadas para acomodar mais carros, em prejuízo das calçadas e espaços públicos, relegando os pedestres a um corredor estreito e muitas vezes desconsiderado. Nas regiões centrais, o aumento do tráfego de veículos reduziu significativamente o acesso e o uso de várias praças.

No século XXI, as políticas de espaço público evoluíram para abordar questões contemporâneas, como a inclusão social, a sustentabilidade ambiental, a acessibilidade universal e a resiliência urbana frente às mudanças climáticas. Essas políticas foram cada vez mais orientadas para a participação cidadã e a colaboração entre diferentes partes interessadas, visando criar espaços públicos que atendiam às necessidades e aspirações das comunidades locais.

Seguindo esse raciocínio, Rodrigues (2018) entende que os desafios de sustentabilidade enfrentados pelos centros urbanos no século XXI têm raízes profundas na era da Revolução Industrial, o que torna essencial a análise do modelo urbanístico que emergiu desse período. Apesar do século XX ser frequentemente referido como a era das grandes metrópoles, é importante reconhecer que cidades de grande escala já existiam muito antes na antiguidade. Os

¹¹ Modernismo ou Movimento Moderno foi um movimento artístico e cultural que surgiu no começo do século XX. Seu objetivo era romper com o "tradicionalismo", experimentando novas técnicas de criação artística. O modernismo ficou marcado por transformações profundas, responsáveis por uma sensação de fragmentação da realidade. Os artistas modernistas sentiam a necessidade de mudar o meio em que viviam, experimentando novos conceitos.

¹² O Brasil durante o século XX privilegiou as rodovias como alternativa para o transporte de cargas. Essa estratégia teve como objetivos integrar o território brasileiro e industrializar o país com base na formação de polos automobilísticos. O rodoviarismo enquanto política de Estado teve origem com o ex-presidente Washington Luis, que discursou ainda como governador de São Paulo em 1920 a célebre frase "Governar é povoar; mas, não se povoa sem se abrir estradas, e de todas as espécies; governar é, pois, fazer estradas".

moradores de cidades como Babilônia, Roma e Alexandria já lidavam com questões relacionadas à alta densidade populacional, questões essas que têm paralelos notáveis com os problemas urbanos contemporâneos. Contudo, a concepção das grandes cidades modernas, como as que conhecemos hoje, é relativamente recente. Embora o número de habitantes urbanos tenha crescido entre os séculos XII e XV, foi realmente a industrialização no início do século XIX que catalisou o processo de urbanização, transformando drasticamente as paisagens e as dinâmicas sociais das cidades.

As políticas públicas voltadas para o espaço público são fundamentais para definir a qualidade de vida nas cidades e para a forma como os cidadãos interagem com o ambiente urbano. Os espaços públicos, tais como parques, praças, ruas e calçadas são essenciais para o bem-estar social, oferecendo locais para recreação, descanso e socialização. Além disso, desempenham um papel crucial no estímulo à atividade econômica e na promoção da saúde pública.

Conforme destaca Souza (2020) que é fundamental observar que muitos dos problemas mencionados surgem da carência de acesso da população à educação básica e ambiental. Além disso, existe uma constante discrepância entre as leis de uso e ocupação do solo urbano e os interesses atrelados à especulação imobiliária. Esses fatores, entre outros, espelham as desigualdades econômicas e sociais presentes na sociedade brasileira.

A gestão eficaz desses espaços requer uma abordagem integrada que considere aspectos como segurança, acessibilidade, sustentabilidade e inclusão. Com o crescimento urbano acelerado e os desafios relacionados à densidade populacional e à mudança climática, torna-se ainda mais importante que as políticas públicas reflitam sobre e respondam às necessidades emergentes dos cidadãos, garantindo que os espaços públicos sejam não apenas preservados, mas também otimizados para atender às exigências contemporâneas.

Como bem coloca Campos e Castro (2017) traz uma abordagem desses espaços voltados para a saúde citando relevância dessas áreas para o bem-estar dos habitantes urbanos, o aumento descontrolado da população nas cidades frequentemente leva a um descuido com as áreas verdes. Tal abordagem na administração urbana culmina privando muitos cidadãos de espaços que poderiam significativamente melhorar seu bem-estar e promover a saúde.

Sendo assim, políticas públicas voltadas para o espaço público são diretrizes, leis, e programas desenvolvidos e implementados pelo governo para gerenciar, preservar e melhorar áreas de uso comum. A importância dessas políticas se destaca por elas contribuírem para a qualidade de vida urbana, oferecendo locais de recreação, lazer, e convivência que são essenciais para o bem-estar físico e mental dos cidadãos. Além disso, espaços públicos bem

planejados podem fortalecer o tecido social, promovendo a inclusão, a diversidade e o senso de pertencimento. Esses locais também desempenham um papel necessário na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, proporcionando áreas verdes que ajudam a reduzir o calor urbano e melhorar a qualidade do ar.

Nesse contexto, as políticas voltadas para espaços públicos devem ser desenhadas para fomentar a integração comunitária, promover a saúde, garantir segurança, e oferecer igualdade de acesso, visando a construção de cidades mais resilientes, inclusivas e sustentáveis. Assim, a política pública se torna um instrumento essencial para moldar o cenário urbano de maneira que beneficie toda a população, fortalecendo o tecido social e estimulando o desenvolvimento econômico através da revitalização e adequada utilização do espaço público.

A criação e aplicação de diretrizes para áreas públicas representam um processo complexo que requer a análise de diversas teorias e métodos. Essas diretrizes se apoiam em diferentes pontos de vista sobre o papel e a relevância dos espaços públicos na vida das cidades. Desde os conceitos clássicos de planejamento urbano, exemplificados por Jacobs (2011), que ressalta a importância da vitalidade e da variedade nas ruas, até abordagens mais contemporâneas, como a concepção dos espaços públicos como locais de encontro e interação social, há uma gama diversificada de perspectivas que influenciam a elaboração das políticas.

As políticas para o espaço público muitas vezes buscam promover a acessibilidade, a segurança, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental desses locais. Isso pode envolver desde a criação de áreas verdes e parques até a implementação de infraestrutura para pedestres e ciclistas. Além disso, as políticas também podem incentivar a participação cidadã na gestão e no planejamento dos espaços públicos, reconhecendo a importância da colaboração entre governo e comunidade.

A participação da sociedade civil nas decisões da gestão pública é primordial para a construção de uma democracia robusta e inclusiva. Quando os cidadãos têm a oportunidade de contribuir ativamente para as políticas e práticas governamentais, isso promove a transparência, a prestação de contas e a legitimidade das instituições. Por meio de mecanismos como consultas públicas, audiências, conselhos consultivos e parcerias entre governo e organizações da sociedade civil, os indivíduos podem expressar suas necessidades, preocupações e aspirações.

A Organização das Nações Unidas (ONU, 2015) destaca a importância da participação da sociedade civil como um direito fundamental e um pilar da boa governança. A ONU incentiva os governos a criarem mecanismos que facilitem o envolvimento dos cidadãos, promovendo um diálogo constante entre a sociedade e o Estado.

Para Teixeira (1999), o Banco Mundial também reconhece que a participação cidadã pode melhorar a qualidade das políticas públicas e aumentar a eficácia dos programas governamentais. Estudos indicam que a inclusão dos cidadãos nos processos decisórios pode levar a uma melhor alocação de recursos e a soluções mais inovadoras e eficazes para os problemas sociais. O autor discute como as organizações da sociedade civil têm se esforçado para aumentar a participação cidadã em nível global, especialmente no contexto das políticas do Banco Mundial.

Ele menciona que, apesar de os esforços para fortalecer a participação cidadã em decisões globais serem ainda incipientes, houve alguns avanços significativos. Um exemplo é o reconhecimento pelo Banco Mundial da Iniciativa de Revisão de Programas de Ajustes Estruturais, promovida por uma rede de organizações civis, a “SAPRIN”¹³. Essa iniciativa visa revisar as políticas macroeconômicas do Banco, embora sua efetividade dependa da aceitação pelos governos e do engajamento das organizações civis. A transparência e a criação de mecanismos de controle são cruciais para garantir que essas políticas sejam debatidas publicamente e que os recursos sejam utilizados de maneira eficaz e justa. Além disso, o mesmo autor destaca a necessidade de um maior envolvimento das organizações locais nos esforços globais para democratizar as decisões e fortalecer a cidadania.

No caso do Brasil, a Constituição de 1988 consolidou a participação popular como princípio fundamental, estabelecendo a criação de conselhos de políticas públicas em áreas como saúde, educação e assistência social. Esses conselhos funcionam como espaços de deliberação, pois sendo representantes da sociedade civil podem debater e influenciar as decisões governamentais. Avritzer (1994) destaca a importância da participação da sociedade civil na consolidação da democracia no contexto brasileiro.

Nas palavras de Avritzer (1994) que examina como a participação ativa dos cidadãos nas decisões da gestão pública pode contribuir para fortalecer os princípios democráticos, como transparência, prestação de contas e legitimidade das instituições. Também analisa os diferentes mecanismos pelos quais os cidadãos podem se envolver na vida política e governamental como: consultas públicas, audiências, conselhos consultivos e parcerias entre governo e organizações da sociedade civil. Ele destaca como esses mecanismos permitem que os indivíduos expressem

¹³ A SAPRIN é uma rede global criada para expandir e legitimar o papel da sociedade civil na formulação de políticas econômicas e fortalecer o desafio organizado aos programas de ajuste estrutural por cidadãos em todo o mundo. A rede está trabalhando com uma ampla gama de grupos de cidadãos em vários países em quatro continentes para organizar processos públicos para avaliar o impacto real dos programas de reforma econômica apoiados pelo Banco Mundial e pelo FMI e traçar um novo curso para o futuro (www.saprin.org).

suas necessidades, preocupações e aspirações, e como essa participação é fundamental para garantir uma democracia robusta e inclusiva no Brasil.

Além disso, a contribuição da sociedade alarga o leque de saberes e experiências à disposição dos elaboradores de políticas, enriquecendo, dessa forma, o processo decisório com uma variedade de visões e soluções originais. Isso também auxilia na diminuição da exclusão social e na promoção da igualdade, assegurando que as vozes dos segmentos marginalizados sejam ouvidas e levadas em consideração.

Como bem coloca Browne (2015) argumenta que a efetiva participação da sociedade civil é decisiva para a construção de uma cidadania ativa e para a transformação social. Essa participação permite que os cidadãos sejam protagonistas na criação de políticas públicas, promovendo a democratização do espaço urbano e garantindo que o direito à cidade seja uma realidade para todos. Ela destaca que a democracia participativa e a ampliação dos espaços públicos são fundamentais para fortalecer a cidadania e garantir que as decisões sobre políticas públicas reflitam as necessidades e interesses da população, podendo se manifestar de várias formas, incluindo:

- **Conselhos de Políticas Públicas:** Organizações formais onde cidadãos podem discutir e influenciar diretamente as decisões do governo em áreas como saúde, educação e meio ambiente. Esses conselhos são mecanismos importantes para incluir diversas vozes no processo de tomada de decisões.
- **Orçamentos Participativos:** Iniciativas em que a população decide diretamente sobre a alocação de parte do orçamento público. Essa prática é uma ferramenta poderosa para aumentar a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos, além de promover a inclusão social.
- **Audiências e Consultas Públicas:** Eventos organizados para debater projetos específicos e coletar opiniões da população. Essas audiências são essenciais para garantir que os projetos de grande impacto sejam amplamente discutidos e que as preocupações da comunidade sejam consideradas.

Para Jacobi (2011) aborda à participação da sociedade civil nas decisões de gestão pública como um tema necessário para a promoção de uma administração mais democrática e inclusiva. O autor explora diversos aspectos dessa participação, enfatizando a importância de um sistema de gestão descentralizado e participativo, argumenta que a criação de condições para a multiplicação de experiências participativas pode superar as assimetrias de informação e fortalecer uma nova cultura de direitos, ampliando a capacidade crítica e de intervenção dos setores menos privilegiados. Além disso, destaca a implementação de conselhos de meio ambiente que, apesar de promoverem sinergia entre governo e sociedade, enfrentam desafios relacionados à complexidade burocrática e às desigualdades econômicas e políticas. Ele

também ressalta a importância da criação de espaços públicos e plurais para a articulação democrática em que os conflitos possam ser abordados de maneira aberta e justa. No entanto, a participação efetiva ainda é limitada por barreiras como o predomínio da informação técnica e a burocracia excessiva, sendo necessário superar esses obstáculos para garantir a verdadeira democratização dos espaços participativos.

Para que a participação da sociedade civil nas decisões públicas seja realmente eficaz, é primordial que existam canais de comunicação acessíveis e abertos. Além disso, é necessário um comprometimento genuíno dos responsáveis pelas decisões em considerar as contribuições dos cidadãos. Essa colaboração entre governo e sociedade fortalece a democracia, amplia a legitimidade das políticas públicas e gera benefícios tangíveis para toda a coletividade.

A participação ativa da sociedade civil nas decisões públicas é essencial para o fortalecimento da democracia e a construção de políticas mais legítimas e eficazes. Quando os cidadãos têm a oportunidade de expressar suas opiniões e influenciar as políticas que os afetam, há um aumento na transparência e na responsabilidade dos governantes. Além disso, essa participação promove um maior senso de pertencimento e comprometimento da população com as decisões tomadas, resultando em um ambiente político mais colaborativo e inclusivo. É fundamental que os responsáveis pelas decisões públicas demonstrem um comprometimento genuíno em considerar as contribuições dos cidadãos, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas. Essa dinâmica colaborativa não apenas enriquece o processo decisório, mas também gera benefícios tangíveis para toda a coletividade, como políticas públicas mais justas e adequadas às reais necessidades da população.

Por sua vez, Santos (2008) aborda a relação entre técnica, tempo, razão, emoção e a natureza do espaço geográfico, destacando a importância das áreas verdes na configuração dos espaços urbanos. Ele explora como esses espaços naturais influenciam a dinâmica das cidades e o bem-estar dos habitantes, sublinhando sua relevância para a qualidade de vida urbana e para a promoção de ambientes mais saudáveis e sustentáveis. A integração de áreas verdes nos espaços urbanos não só contribui para a sustentabilidade ambiental, mas também facilita uma participação cidadã mais engajada e informada, fortalecendo ainda mais a conexão entre comunidade e gestão pública.

Por outro lado, Gehl (2013) destaca como as políticas adotadas pela cidade buscam promover a acessibilidade, segurança, inclusão social e sustentabilidade ambiental nos espaços públicos urbanos. Analisa como a cidade priorizou o pedestre e o ciclista, implementando medidas para reduzir o tráfego de veículos motorizados e ampliar as áreas destinadas aos não motorizados. Ou seja, destacando como a cidade adotou políticas que favorecem a interação

social e a vitalidade urbana, criando ambientes propícios para encontros e atividades comunitárias.

Para Alex (2008) que aborda de forma abrangente as políticas para o espaço público, especialmente em relação à acessibilidade, segurança, inclusão social e sustentabilidade ambiental desses locais. Examina como essas políticas têm impacto direto na maneira como as pessoas interagem e utilizam os espaços públicos urbanos, investigando como as decisões de projeto e planejamento urbano podem contribuir ou limitar a acessibilidade dos espaços públicos, considerando fatores como mobilidade física, auditiva e visual.

Dessa forma, é possível perceber que Alex (2008) também analisa como políticas de segurança influenciam a percepção de segurança dos cidadãos e como isso afeta sua disposição de usar e desfrutar dos espaços públicos. O autor explora como as políticas para o espaço público desde que bem orientadas contribuem para promover a inclusão social, garantindo que esses locais sejam acolhedores e acessíveis para diversas comunidades e grupos sociais. Ainda discute estratégias para criar espaços públicos que incentivem a interação e a convivência entre diferentes pessoas, contribuindo para uma cidade mais coesa e integrada.

De acordo com Habermas (2003), ao discutir o conceito de espaço público democrático, desenvolve a ideia da esfera pública como um ambiente de debate racional e deliberação coletiva. Trata-se de um local onde os cidadãos se reúnem para discutir questões de interesse comum de forma aberta, inclusiva e orientada pela razão comunicativa. Segundo o autor, essa esfera é fundamental para o funcionamento da democracia, pois é nela que as opiniões e interesses da sociedade podem ser expressos e confrontados, permitindo que o consenso político seja construído por meio do diálogo racional. Ele destaca a importância da liberdade de expressão, da igualdade de acesso aos meios de comunicação e da autonomia dos indivíduos para participar ativamente na vida política.

As teorias urbanas contemporâneas fornecem um arcabouço essencial para compreender e aprimorar a qualidade de vida nas cidades. Entre essas teorias, destacam-se a Teoria do Espaço Público Democrático, que enfatiza a importância de espaços inclusivos e acessíveis para a participação cidadã; a Teoria da Cidade Justa e Inclusiva, que defende a equidade no acesso a recursos e serviços urbanos; a Teoria da Vitalidade Urbana, que foca na criação de ambientes dinâmicos que promovam a interação social e a atividade econômica; e a Teoria da Resiliência Urbana, que aborda a capacidade das cidades de se adaptarem e recuperarem diante de adversidades e mudanças. Cada uma dessas teorias oferece perspectivas únicas e complementares para a construção de ambientes urbanos mais justos e sustentáveis.

Quanto à Teoria do Espaço Público Democrático, influenciada por pensadores como Jürgen Habermas, enfatiza o espaço público como um local em que os cidadãos podem se reunir, discutir questões de interesse comum e participar ativamente na vida política. As políticas baseadas nessa teoria buscam promover a participação cívica e a deliberação pública, garantindo a inclusão e a diversidade de vozes.

Essa teoria postula que a verdadeira democracia depende da existência de locais na qual os cidadãos possam se reunir livremente para debater assuntos públicos, trocar ideias e buscar o bem coletivo. Tais espaços públicos podem se manifestar de diversas maneiras, desde áreas urbanas como praças e parques até ambientes virtuais como fóruns online. O elemento essencial é que eles proporcionem um ambiente inclusivo e equitativo, de modo que todas as vozes sejam ouvidas e levadas em consideração, independentemente de posição social, econômica ou política.

Nas palavras de Libório e Saule (2017) que discutem a importância do direito à cidade como um elemento central para a promoção de justiça social, democracia e sustentabilidade urbana. Ele argumenta que o direito à cidade não é apenas o direito à infraestrutura urbana e aos serviços públicos, mas também inclui a participação ativa da sociedade na gestão e na tomada de decisões sobre os rumos da cidade.

De acordo com Avritzer (2007) que explora como o espaço público pode ser configurado para promover uma participação cidadã efetiva e inclusiva. Ele argumenta que a democracia deliberativa exige a criação de condições equitativas para que todos os grupos sociais possam participar de forma significativa. Ele analisa experiências de participação democrática no Brasil, como os orçamentos participativos, destacando a importância de instituições que garantam igualdade de voz e influência nas decisões políticas.

Já Habermas (2003) argumenta que a esfera pública é um fórum para os cidadãos, no qual podem discutir e debater assuntos de interesse comum, promovendo a formação de uma opinião pública crítica. Essa esfera, emergente na Europa dos séculos XVII e XVIII, permitiu uma participação ativa e igualitária dos cidadãos na vida política, mas enfrenta desafios contemporâneos devido à desigualdade de acesso à informação e à influência desproporcional de grupos poderosos. No cerne da teoria do espaço público democrático está a deliberação, que implica não apenas a expressão de opiniões individuais, mas também o envolvimento em debates lógicos e embasados, visando a alcançar decisões que beneficiem toda a sociedade.

Ademais, essa teoria ressalta a importância da transparência e da responsabilização por parte dos responsáveis pela tomada de decisão. Os processos decisórios devem ser transparentes e acessíveis ao público, e os líderes políticos devem prestar contas por suas ações.

Segundo Habermas (2003), o espaço público ideal é caracterizado por ser um ambiente inclusivo e igualitário, onde todas as vozes são ouvidas e consideradas, independentemente de status social, econômico ou político. Ele destaca a importância da livre expressão de ideias, do debate aberto e da troca de informações como elementos essenciais para a formação de opiniões públicas informadas e para a tomada de decisões políticas legítimas.

Além disso, Habermas (2003) enfatiza que o espaço público deve ser independente do controle do Estado ou de interesses privados, garantindo, assim, sua autonomia e sua capacidade de servir como um contraponto ao poder institucionalizado. Para ele, o espaço público é essencial para a fiscalização do poder político, para a *accountability*¹⁴ dos governantes e para o fortalecimento da democracia participativa.

Já Azevedo, Amaral e Ferreira (2017) apresentam a teoria do espaço público democrático a partir das contribuições de Hans Kelsen (2017) e Jürgen Habermas. Eles analisam como essas teorias abordam a consolidação e manutenção da democracia moderna. Kelsen foca na estrutura jurídica necessária para a proteção das liberdades e a resposta à crise da República de Weimar¹⁵, enquanto Habermas enfatiza a participação social em democracias de massa e a dificuldade de representação pelo Parlamento.

A teoria de Habermas, particularmente, destaca a importância da esfera pública como um espaço de deliberação racional, onde os cidadãos podem discutir questões de interesse comum de forma igualitária. Os autores ressaltam que a qualidade da democracia depende da efetividade dos mecanismos de controle social e da participação ativa dos cidadãos na formação das normas. Eles concluem que a inclusão de instrumentos de participação direta é fundamental para fortalecer a legitimidade democrática.

Em síntese, a teoria do espaço público democrático sublinha a urgência de espaços no qual o engajamento cívico possa prosperar, permitindo que os cidadãos se envolvam ativamente

¹⁴ *Accountability* é um conjunto de mecanismos que permitem que os gestores de uma organização prestem contas e sejam responsabilizados pelo resultado de suas ações. O termo *accountability* não tem uma tradução específica para o português, mas pode ser relacionado com responsabilização, fiscalização e controle social. O exercício da *accountability* na gestão pública tem como objetivo reduzir os riscos da concentração de poder e garantir que a população participe da tomada de decisão dos governos.

¹⁵ A República de Weimar foi estabelecida na Alemanha após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), em um período de devastação econômica e social, marcado pela abdicação do kaiser Guilherme II e pela assinatura do Tratado de Versalhes, que impôs duras condições ao país e criou um ambiente de humilhação e instabilidade. A república buscava estabilizar a Alemanha com uma democracia parlamentar, reformas econômicas e sociais, recuperação econômica, e reintegração internacional. Caracterizava-se por uma Constituição democrática — sistema de representação proporcional que resultou em governos de coalizão instáveis —, por tensões sociais e políticas com movimentos extremistas, e por um florescimento cultural e artístico. Teve fim com a nomeação de Adolf Hitler como chanceler em 1933, seguido pela consolidação do poder nazista por meio de medidas repressivas e legislativas.

na vida política e contribuam para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, influenciada por Jürgen Habermas, enfatiza a importância de um espaço ao qual os cidadãos possam se reunir, discutir questões públicas e participar ativamente da vida política.

Segundo Libório e Saule (2017) destacam o direito à cidade como essencial para justiça social e democracia urbana, enquanto Avritzer (2007) ressalta a necessidade de condições equitativas para a participação cidadã significativa. Habermas (2003) argumenta que a esfera pública deve ser inclusiva e igualitária, permitindo debates racionais e críticos, essenciais para a democracia. Azevedo, Amaral e Ferreira (2017) analisam as contribuições de Kelsen (2017) e Habermas (2003), destacando a importância de mecanismos de controle social e participação direta para a legitimidade democrática.

Outra teoria a ser mencionada é a Teoria da Cidade Justa e Inclusiva que ressalta os espaços públicos não devem apenas ser acessíveis fisicamente, mas também devem refletir e celebrar a diversidade das comunidades que os utilizam. Isso envolve o reconhecimento e o respeito pela pluralidade de identidades e experiências presentes na cidade, bem como o enfrentamento das desigualdades estruturais que podem marginalizar certos grupos. Dessa forma, as políticas orientadas por essa teoria buscam não apenas criar espaços físicos, mas também cultivar um ambiente social e culturalmente inclusivo, onde todos se sintam bem-vindos e representados.

Nesse sentido, a Teoria da Cidade Justa e Inclusiva que inspirada em teóricos como Henri Lefebvre (2008) e David Harvey (2012), tem esta abordagem que enfatiza a importância de espaços públicos ao qual promovam a justiça social e a inclusão. Políticas baseadas nessa teoria buscam criar espaços acessíveis, seguros e acolhedores para todas as comunidades, independentemente de sua origem étnica, socioeconômica ou cultural.

Para Maricato (2001), a cidade justa e inclusiva é aquela que proporciona acesso igualitário aos recursos urbanos, como moradia, transporte, educação e saúde, independentemente da condição socioeconômica dos cidadãos. Ela enfatiza que a justiça urbana é fundamental para combater a segregação espacial e promover a integração social. A autora critica a especulação imobiliária e a estrutura fundiária que perpetuam desigualdades urbanas, destacando que políticas públicas devem ser orientadas para a redistribuição do espaço urbano e a garantia de direitos para todos os cidadãos, especialmente os mais vulneráveis.

Ela defende que a participação ativa da sociedade civil nas decisões urbanas é necessária para a construção de cidades mais democráticas e inclusivas, nas quais os interesses da coletividade prevaleçam sobre os interesses econômicos de uma minoria. O autor reforça a necessidade de políticas urbanas que promovam o desenvolvimento sustentável e a preservação

ambiental, integrando a justiça social com a sustentabilidade ecológica. Sua abordagem propõe um novo paradigma de governança urbana, baseado na equidade, participação cidadã e respeito aos direitos humanos, como forma de construir cidades mais justas e inclusivas para todos.

A Teoria da Vitalidade Urbana concentra-se na importância da atividade e da vida pulsante nos espaços urbanos. Essa abordagem, popularizada por Jacobs (2014) e outros urbanistas, destaca a vitalidade como um indicador-chave da saúde e do dinamismo de uma cidade. Para a Teoria da Vitalidade Urbana, espaços públicos dinâmicos são aqueles que estão cheios de pessoas interagindo, realizando atividades diversas e contribuindo para a sensação de segurança e bem-estar. Essa teoria valoriza a diversidade de usos e a mistura de atividades nos espaços urbanos, promovendo a criação de ambientes na qual as pessoas se sintam estimuladas a explorar, socializar e participar ativamente da vida da cidade.

A Teoria da Vitalidade Urbana é um conceito que analisa a dinâmica e a saúde das cidades, ressaltando a relevância de elementos como diversidade, interconexão e atividade para o progresso sustentável e o bem-estar dos residentes urbanos. Nessa perspectiva, as cidades são percebidas como organismos vivos que demandam uma variedade de componentes para prosperar e manter sua vitalidade. Isso abrange uma combinação de usos de solo que incluem desde moradias até estabelecimentos comerciais, espaços verdes e áreas públicas, visando promover a interação entre diferentes grupos sociais e atividades durante todo o ciclo diurno e noturno.

Para Rodríguez (2016) que pontua a vitalidade urbana como um elemento central no planejamento e design das cidades, argumentando que um ambiente cotidiano vital está intimamente ligado ao bem-estar social. O autor explora as causas da perda de vitalidade urbana e os fatores que a promovem, defendendo um estudo multidisciplinar e uma abordagem colaborativa para entender e incentivar a vitalidade urbana.

A diversidade surge como elemento primordial para a vitalidade urbana, pois cidades que abrigam uma ampla gama de serviços, culturas e populações tendem a ser mais resilientes e atrativas. A existência de uma variedade de atividades econômicas, culturais e sociais não apenas fomenta oportunidades de emprego, mas também estimula a inovação e enriquece a vivência urbana. Ademais, a conectividade desempenha papel crucial para assegurar que a vitalidade urbana se estenda por toda a cidade. Uma rede de transporte público eficiente, vias seguras para pedestres e ciclistas e espaços públicos acessíveis contribuem para uma cidade mais coesa e dinâmica, facilitando o deslocamento e a conexão entre diferentes partes da comunidade.

A Teoria da Vitalidade Urbana também sublinha a importância do uso eficiente dos recursos naturais e a promoção de ambientes urbanos sustentáveis. Isso envolve o planejamento de edifícios e infraestruturas que incentivem a eficiência energética, a gestão adequada de resíduos e o acesso equitativo a serviços básicos, como água e saneamento.

Em síntese, a Teoria da Vitalidade Urbana propõe uma abordagem abrangente para o planejamento e desenvolvimento das cidades, reconhecendo a necessidade de diversidade, conectividade e sustentabilidade para criar ambientes urbanos dinâmicos, inclusivos e prósperos para todos os seus habitantes.

A Teoria da Vitalidade Urbana utiliza seis parâmetros essenciais: permeabilidade, variedade, legibilidade, versatilidade, imagem apropriada e riqueza perceptual. Estes critérios foram desenvolvidos para fomentar a interação social e a dinâmica urbana, combatendo a estagnação e a segregação social. Por meio de uma estratégia metodológica que combina teoria e prática com o suporte de geotecnologias e registros urbanos, propõem-se intervenções no design urbano para revitalizar o bairro. Essas intervenções visam criar um ambiente urbano mais integrado e acessível, promovendo um espaço público mais vivo e engajado (Guaraldo *et al.*, 2021). Essa Teoria destaca a importância da atividade e da vida pulsante nos espaços urbanos como indicadores-chave da saúde e dinamismo de uma cidade. Popularizada por Jacobs (2014) e outros urbanistas, essa abordagem valoriza a diversidade de usos e a mistura de atividades nos espaços urbanos, promovendo ambientes onde as pessoas se sintam estimuladas a explorar, socializar e participar ativamente da vida da cidade.

Nesse sentido Rodríguez (2016) enfatiza que a vitalidade urbana está ligada ao bem-estar social, explorando causas da perda de vitalidade e fatores que a promovem, defendendo um estudo multidisciplinar para entender e incentivar essa vitalidade. A diversidade de serviços, culturas e populações, a conectividade por intermédio de uma rede de transporte eficiente e espaços públicos acessíveis são elementos cruciais para uma cidade coesa e dinâmica.

Além disso, a teoria enfatiza o uso eficiente dos recursos naturais e a promoção de ambientes sustentáveis. Guaraldo *et al.* (2021) aplicam seis parâmetros essenciais para fomentar a interação social e revitalizar bairros, demonstrando a relevância prática da teoria no contexto brasileiro. Tais iniciativas não apenas melhoram a qualidade de vida dos residentes, mas também contribuem para a sustentabilidade ambiental e a coesão social, elementos cruciais para o desenvolvimento urbano sustentável e justo.

Por fim, a Teoria da Resiliência Urbana tem uma abordagem, cada vez mais relevante diante dos desafios das mudanças climáticas e da urbanização rápida, enfatiza a necessidade de espaços públicos que promovam a resiliência e a sustentabilidade das cidades. Políticas

baseadas nessa teoria buscam criar espaços verdes, adaptáveis e multifuncionais, capazes de enfrentar os impactos das mudanças ambientais e sociais.

A Teoria da Resiliência Urbana diz respeito à habilidade das cidades de lidar e se recuperar de desafios e adversidades, como desastres naturais, crises econômicas e mudanças climáticas. A resiliência urbana se baseia em quatro pilares fundamentais: resistir, recuperar, adaptar e transformar. Esses pilares são essenciais para garantir que as cidades possam resistir e se reorganizar após perturbações, mantendo sua identidade socioeconômica e minimizando danos físicos e interrupções sociais.

De acordo com Pacheco (2012) que discute a resiliência urbana focando nas mudanças em áreas comerciais das cidades. A autora apresenta o conceito de resiliência a partir de diversas definições, destacando sua importância na produção do espaço urbano e na atuação dos agentes sociais em áreas centrais. Pacheco argumenta que a resiliência urbana envolve a capacidade de adaptação e transformação das áreas urbanas diante de mudanças econômicas, sociais e ambientais.

Nesse contexto, ressalta-se a importância de políticas urbanas voltadas para a resiliência, especialmente nas áreas centrais das cidades, que frequentemente enfrentam desafios significativos devido à sua densidade populacional e importância econômica. A autora também identifica os agentes produtores do espaço urbano e analisa como suas ações influenciam as dinâmicas de mudança e resiliência nas áreas centrais. Conclui que a resiliência urbana é essencial para promover a sustentabilidade e a vitalidade das cidades, garantindo que elas possam se adaptar e prosperar frente a diversas adversidades.

A resiliência urbana é definida pela capacidade de suportar choques, se recuperar rapidamente, se adaptar a novas circunstâncias e se transformar para prevenir futuras crises. Esses princípios são aplicados em diversas áreas, como planejamento urbano, infraestrutura, governança e políticas públicas. A teoria enfatiza a importância de sistemas robustos e adaptáveis, capazes de absorver impactos e se reorganizar sem perder suas funções essenciais.

Na prática, a resiliência urbana requer uma abordagem holística que integra diferentes dimensões: natural, econômica, social, física e institucional. Cidades resilientes são aquelas que possuem redundância, robustez, conectividade, independência, eficiência, recursos, diversidade, adaptação, inovação, inclusão e integração. Esses elementos permitem que as cidades não apenas sobrevivam a crises, mas também prosperem a longo prazo.

Um exemplo de aplicação prática da Teoria da Resiliência Urbana é a gestão de inundações em cidades ribeirinhas. Em vez de depender exclusivamente de infraestruturas de controle de cheias, como diques e barragens, a resiliência urbana promove a convivência com

inundações periódicas como oportunidades de aprendizado. Isso inclui a criação de áreas alagáveis e a adaptação do planejamento urbano para minimizar danos e acelerar a recuperação.

A teoria da Resiliência Urbana é fundamental, por exemplo, para lidar com as inundações que frequentemente afetam as cidades do estado do Rio Grande do Sul, como o que ocorreu em 2024. Ela envolve a capacidade de uma cidade de se preparar, resistir e se recuperar de eventos adversos, como as enchentes, minimizando os danos e garantindo a rápida retomada das atividades normais. Em municípios como São Gabriel/RS, onde mais de 80% da população urbana é afetada regularmente por inundações¹⁶, a implementação de estratégias de resiliência urbana é essencial para reduzir a vulnerabilidade e melhorar a gestão dos riscos associados às enchentes.

A resiliência urbana é essencial para enfrentar os desafios contemporâneos, garantindo que as cidades possam se adaptar às mudanças e emergir mais fortes e preparadas para o futuro. Implementar estratégias de resiliência é fundamental para construir cidades sustentáveis e habitáveis, capazes de suportar e prosperar diante de adversidades (Meerow; Newell; Stults, 2016), (Allan; Bryant, 2011).

A Teoria da Resiliência Urbana é frequentemente discutida como um meio para as cidades enfrentarem desafios ambientais, socioeconômicos e políticos, promovendo a capacidade de resistir, recuperar, adaptar e transformar-se diante de adversidades. Segundo Ribeiro e Gonçalves (2019), a resiliência urbana se baseia em quatro pilares: resistir, recuperar, adaptar e transformar. Além disso, a resiliência urbana é dividida em cinco dimensões: natural, econômica, social, física e institucional, integrando características como redundância, robustez, conectividade, independência, eficiência, recursos, diversidade, adaptação, inovação, inclusão e integração.

Dessa forma, a Teoria da Resiliência Urbana oferece um arcabouço abrangente e multidimensional para que as cidades enfrentem e superem diversos desafios contemporâneos. Ao integrar os pilares de resistência, recuperação, adaptação e transformação, bem como as cinco dimensões — natural, econômica, social, física e institucional —, as cidades podem desenvolver estratégias eficazes para minimizar os impactos de crises e desastres, promover a sustentabilidade e melhorar a qualidade de vida de seus habitantes. A aplicação de conceitos como redundância, robustez, conectividade e inovação torna-se essencial para a construção de comunidades resilientes e preparadas para o futuro. Com isso, podemos transitar para uma

¹⁶ <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/02/mais-cidades-do-rs-sofrem-impactos-de-temporal-que-ja-deixou-10-mortos-veja-imagens.ghtml>.

análise mais detalhada de políticas públicas específicas que visam aprimorar a gestão urbana e a resiliência das cidades no contexto brasileiro.

Para Herzog e Rosa (2010), a infraestrutura verde é composta por uma rede multifuncional de áreas permeáveis e vegetadas, preferencialmente arborizadas, que incluem tantos espaços públicos quanto privados. Essa rede interconectada visa preservar ou restaurar os processos naturais e culturais que garantem a qualidade de vida nas cidades. Também conhecida como infraestrutura ecológica, esse conceito emergente se baseia nos princípios da ecologia da paisagem, considerando a estrutura, função e mudança do ambiente. A configuração da paisagem não é determinada apenas por suas características físicas e biológicas, mas também pela forma como é utilizada e ocupada ao longo do tempo.

Essas teorias e outras fornecem fundamentos conceituais importantes para a elaboração e implementação de políticas que visam promover espaços públicos de qualidade e significado nas cidades contemporâneas. A integração dessas perspectivas pode contribuir para a criação de ambientes urbanos mais inclusivos, acolhedores e resilientes.

2.2 Impacto das políticas públicas na construção da sociedade

Os espaços públicos desempenham um papel central na formação social e cultural das comunidades urbanas. Eles são lugares nos quais as interações sociais florescem e em que o senso de comunidade é cultivado e reforçado. A maneira como esses espaços são projetados, gerenciados e mantidos pode significativamente influenciar a qualidade e a quantidade dessas interações. As políticas públicas que definem esses aspectos têm o poder não apenas de moldar a paisagem física das cidades, mas também de influenciar profundamente as relações sociais que ocorrem dentro desses espaços.

Entre as diversas definições atribuídas ao espaço público, uma das mais recorrentes é aquela que o associa ao direito de propriedade, entendendo que esses locais devem pertencer ao Estado enquanto território coletivo. No entanto, devido à complexidade do tema, é fundamental refletir: a quem realmente pertence o espaço público e quem tem o direito de usá-lo? Quando se trata de direitos, é importante lembrar que a Constituição Federal é a norma jurídica mais elevada do país — nenhuma outra lei pode contrariá-la. Por isso, ela é frequentemente chamada de Lei Fundamental da Nação, Carta Magna ou Lei Maior. Caldas, Diz e Silva (2019) traz essa definição da Constituição como a norma jurídica mais importante e sua referência como Lei Fundamental da Nação, Carta Magna ou Lei Maior é amplamente

aceita na literatura jurídica, descreve a Constituição como a norma suprema que organiza e estrutura o Estado, destacando sua posição hierárquica superior no ordenamento jurídico.

A Constituição Federal não define os bens públicos, diferentemente do que faz o Código Civil. No entanto, seguindo o critério de titularidade estabelecido pelo artigo 98 do Código Civil, a Constituição Federal classifica esses bens de acordo com a natureza da entidade titular, listando os bens da União (art. 20) e os bens dos Estados Federados (art. 26). Vale destacar que a Constituição Federal não menciona os bens de titularidade dos Municípios.

Conforme dispõe o artigo 20 e 26 da Constituição Federal (Brasil, 1988):

Art. 20. "São bens da União: O artigo 20 da Constituição Federal do Brasil define os bens da União, incluindo recursos naturais como a plataforma continental, o mar territorial, e os rios. Inclui também os lagos e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um estado, sirvam de limite com outros países, ou se estendam a territórios estrangeiros. Adicionalmente, terrenos de marinha, praias marítimas, ilhas oceânicas e costeiras são considerados bens públicos de uso comum, essenciais para o lazer público e a preservação ambiental. Este artigo garante que esses espaços sejam acessíveis à população, promovendo a sustentabilidade e a equidade no uso dos recursos naturais".

Ela também menciona em seu artigo 26 da constituição que dispõe:

Art. 26. Incluem-se entre os bens dos Estados:
I - As águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União;
II - As áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros;
III - As ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União;
IV - As terras devolutas não compreendidas entre as da União " (Brasil, 1988).

Na Constituição Federal, a definição de praças como espaço público não é explicitamente clara, deixando margem para interpretações variadas. Em contrapartida, o Código Civil oferece uma definição mais precisa e detalhada sobre o que constitui um espaço público, incluindo praças. O capítulo III do Código Civil tem essa responsabilidade de trazer de forma mais clara esses conceitos, estabelecem que praças, ruas, avenidas e outros logradouros públicos são considerados bens públicos de uso comum do povo, proporcionando uma orientação mais específica e direta sobre a titularidade e o uso desses espaços.

Assim, o capítulo III dos bens públicos Código Civil (2002), Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, estabelece que:

Art. 98. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

Art. 99. São bens públicos:

I - Os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;

II - Os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;

III - Os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

Parágrafo único. Não dispondo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

Art. 100. Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

Art. 101. Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.

Art. 102. Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.

Art. 103. O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem (Brasil, 2002).

Após a apresentação dos devidos conceitos legais, alguns outros autores como Lefebvre (2008), Habermas (2003) e Gehl (2013) abordam o conceito de espaço público de forma mais específica. Esses estudiosos destacam que, além da titularidade e uso definidos pelo Código Civil e pela Constituição Federal, o espaço público deve ser entendido como um ambiente de convivência social, acessível a todos os cidadãos e essencial para a vida comunitária. Eles enfatizam que praças, ruas e parques não são apenas bens de uso comum, mas também espaços de interação social, participação cívica e expressão cultural. Assim, o conceito de espaço público transcende a simples categorização jurídica, abrangendo dimensões sociais e culturais fundamentais para a dinâmica urbana.

Diante disso, Santos (2008) fornece-nos uma estrutura robusta para pensar o espaço público não apenas como um local de passagem ou utilidade, mas como um complexo de interligação de forças sociais, técnicas e culturais. Políticas públicas baseadas nessa compreensão são mais propensas a criar espaços que são verdadeiramente públicos, vivos e significativos para suas comunidades.

Nesse contexto, é relevante explorar como as políticas públicas para o espaço público afetam a interação social e também como o senso de comunidade é crucial para entender e melhorar a dinâmica urbana e o bem-estar dos cidadãos. Assim, as políticas públicas para o espaço público desempenham um papel importante na influência da interação social e no fortalecimento do senso de comunidade em várias maneiras:

- ✓ Criação de pontos de encontro: ao projetar e manter espaços públicos atraentes, como parques, praças e calçadas, as políticas públicas proporcionam locais físicos em que as pessoas podem se encontrar, interagir e socializar informalmente. Esses espaços se tornam pontos de encontro naturais que facilitam o contato humano e promovem a formação de laços sociais.
- ✓ Fomento à diversidade e inclusão: políticas que garantem a acessibilidade universal e promovem a diversidade cultural, econômica e geracional nos espaços públicos contribuem para a criação de ambientes inclusivos. Isso estimula a interação entre pessoas de diferentes origens e perspectivas, enriquecendo a vida social e fortalecendo o senso de comunidade.
- ✓ Realização de eventos e atividades comunitárias: as políticas públicas podem incentivar a organização de eventos e atividades comunitárias nos espaços públicos, como festivais, feiras, concertos e programas recreativos. Essas iniciativas não apenas oferecem oportunidades para interações sociais significativas, mas também promovem o engajamento cívico e a coesão comunitária.
- ✓ Segurança e acolhimento: políticas que garantem a segurança dos espaços públicos e promovem uma atmosfera acolhedora e amigável também desempenham um papel importante na facilitação da interação social. Quando as pessoas se sentem seguras e bem-vindas nos espaços públicos, estão mais propensas a se envolverem em interações sociais positivas e a desenvolverem um senso de pertencimento à comunidade.

Dessa forma, Gehl (2013) argumenta que os espaços públicos devem ser projetados para suportar atividades diversas, desde o descanso até o lazer e o encontro social. Políticas públicas podem facilitar isso por meio do fornecimento de mobiliário urbano adequado, áreas verdes, e facilidades como fontes de água e banheiros. Para ele, as soluções devem sempre ser adaptadas ao contexto cultural, climático e social local. O que funciona bem em uma cidade europeia pode não ser diretamente aplicável em outra com um clima muito diferente ou com uma cultura urbana distinta. Já Lefebvre (2008) trata especialmente de políticas públicas relacionadas ao espaço público, pois ele argumenta que o espaço urbano não deve ser apenas um produto consumido pela elite ou um artefato controlado pelo Estado e pelo capital, mas um espaço de encontro, interação e criatividade para todos.

Em resumo, as políticas públicas para o espaço público têm o potencial de moldar e enriquecer a interação social e o senso de comunidade nas cidades, criando ambientes que incentivam a conexão humana, a colaboração e o apoio mútuo entre os membros da comunidade. Esses espaços são essenciais para o tecido social saudável das sociedades urbanas.

Quanto à conexão entre os espaços públicos e a inclusão social, Santos (2008) vê o espaço não apenas como um cenário físico, mas como um produto da ação humana que é constantemente moldado e remodelado pelas interações sociais, técnicas e políticas. Sendo assim, as políticas públicas que promovem a inclusão social podem usar essa perspectiva para remodelar espaços de maneira que promovam maior equidade e acessibilidade. Ao aplicar os

conceitos de Santos (2008), fica claro que as políticas públicas têm um papel significativo na configuração de espaços que não apenas respondem às necessidades técnicas da sociedade, mas que também promovem uma inclusão social efetiva e significativa. Portanto, as autoridades políticas e os planejadores devem estar conscientes do poder que o espaço tem de incluir ou excluir, e esforçar-se para criar espaços que sejam verdadeiramente acessíveis e acolhedores para todos os membros da sociedade.

Portanto, as políticas públicas desempenham um papel essencial na promoção da inclusão social, igualdade e acessibilidade nos espaços públicos, garantindo que esses lugares sejam acessíveis e acolhedores para todos os membros da comunidade. No caso da acessibilidade universal, as políticas públicas podem exigir que os espaços públicos sejam projetados e adaptados para serem acessíveis a todas as pessoas, independentemente de suas habilidades físicas, sensoriais ou cognitivas. Isso pode incluir rampas para cadeiras de rodas, sinalização tátil para pessoas com deficiência visual, bancos e áreas de descanso acessíveis, entre outras medidas.

Nesse contexto, a promoção da diversidade e inclusão das políticas podem ser formuladas para garantir que os espaços públicos reflitam e respeitem a diversidade cultural, étnica, socioeconômica e geracional das comunidades. Isso pode envolver a integração de elementos culturais e artísticos nos espaços públicos, bem como a realização de consultas públicas e envolvimento da comunidade na tomada de decisões sobre o design e uso desses espaços.

Quanto à redução de barreiras socioeconômicas, as políticas podem ser implementadas para garantir que o acesso aos espaços públicos não seja limitado por barreiras financeiras. Isso pode incluir a oferta de transporte público acessível e subsidiado para áreas de lazer, a manutenção de espaços públicos gratuitos ou de baixo custo, e o desenvolvimento de programas de atividades e eventos acessíveis a todos os grupos sociais.

Para Gehl (2013), a cidade emerge de uma interação dinâmica e complexa que envolve fatores sociais, econômicos e culturais do ambiente. Nesse contexto, a cidade é tanto moldada pelas interações sociais dos indivíduos quanto molda esses mesmos indivíduos, ao influenciar a qualidade de vida que eles podem ter, oferecendo ou privando-os de determinadas condições. A concepção da cidade deve considerar as necessidades de seus moradores, o que abrange a organização do espaço para a circulação de pedestres e a disponibilidade de diversas opções de transporte. O objetivo é formular uma política urbana que fomente cidades limpas, seguras e sustentáveis, voltadas para o bem-estar geral.

Portanto, aprimorar a cidade envolve, entre outras iniciativas, o desenvolvimento de espaços públicos voltados para o lazer, onde as pessoas possam experimentar diversas expressões culturais, expandindo seus conhecimentos e sua bagagem cultural. Esses locais de lazer desempenham um papel importante na construção da identidade, oferecendo ricas oportunidades para interações interpessoais. Assim, é essencial que a cidade disponibilize áreas de lazer atrativas e bem planejadas aos seus usuários, já que esses espaços contribuem significativamente para fortalecer vínculos afetivos e sociais (Maneschy; Ysayama, 2019).

No que tange à segurança e inclusão social, as políticas que visam garantir a segurança e a qualidade de vida nos espaços públicos também contribuem de forma significativa para a inclusão social. Isso pode envolver a implementação de medidas de segurança pública, como iluminação adequada, patrulhamento policial eficaz e políticas de prevenção à criminalidade, que ajudam a garantir que todos se sintam seguros e bem-vindos nos espaços públicos. Ao promover a inclusão social, igualdade e acessibilidade nos espaços públicos, as políticas públicas não apenas melhoram a qualidade de vida das pessoas, mas também fortalecem o tecido social e promovem uma sociedade mais justa e coesa. Essas políticas são fundamentais para construir cidades mais inclusivas e sustentáveis, ao qual todos os cidadãos possam desfrutar plenamente dos benefícios dos espaços públicos.

Segundo Xavier (2008) para que uma política pública orientada para reformas e focada em demandas sociais específicas seja implementada, é necessário que uma condição existente demande resolução por meio de intervenção política. Isso implica uma exigência coletiva, resultante de conflitos ou problemas que afetam toda uma comunidade ou a harmonia social. Nesse contexto, o problema se transforma em uma questão política e requer a mobilização de recursos de poder por parte de grupos significativos ou menores, ou até de indivíduos estrategicamente posicionados. Essa condição deve representar uma crise, calamidade ou situação catastrófica; além disso, o problema deve ser visto como uma oportunidade para que os atores sociais capitalizem ou promovam seu capital político.

2.3 Desafios e oportunidades na formulação de políticas públicas para o espaço público

Desenvolver e aplicar políticas públicas para o espaço público é um processo intrincado que enfrenta numerosos desafios. Três questões principais se destacam: limitações orçamentárias, necessidade de engajamento comunitário e a presença de conflitos de interesse. Cada um desses aspectos traz consigo uma série de complicações e requisitos específicos que precisam ser cuidadosamente administrados.

As limitações no orçamento são um dos obstáculos mais significativos, obrigando governantes e planejadores a fazer escolhas difíceis sobre como alocar recursos escassos de forma a maximizar os benefícios para o espaço público. Muitas vezes, isso resulta na necessidade de cortar ou alterar projetos essenciais, o que pode comprometer a qualidade das intervenções e a satisfação das necessidades comunitárias.

As restrições orçamentárias constituem um desafio considerável para os investimentos em praças públicas, afetando diretamente a qualidade de vida nas áreas urbanas. As praças públicas são essenciais para o bem-estar das comunidades, proporcionando locais de convivência, lazer e interação social. No entanto, a destinação de recursos públicos para a manutenção e desenvolvimento desses espaços enfrenta diversos entraves.

Em primeiro lugar, as limitações financeiras muitas vezes resultam na redução de investimentos em infraestrutura urbana, incluindo as praças públicas. Esses espaços competem por recursos com outras necessidades essenciais, como saúde, educação e segurança, que geralmente são priorizadas em detrimento dos projetos de melhoria urbana. Essa competição por recursos se agrava em contextos de crise econômica ou restrições fiscais severas, onde os governos precisam fazer escolhas difíceis sobre a alocação de fundos limitados.

Segundo Santos e Vieira (2018), a competição por recursos se intensifica em contextos de crise econômica ou restrições fiscais severas, em que os governos são obrigados a tomar decisões difíceis sobre a alocação de fundos limitados. Esse cenário é particularmente evidente, por exemplo, no Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil, especialmente após a crise econômica iniciada em 2014. Para a autora, a crise fiscal levou a mudanças significativas nas regras de aplicação de recursos pela União, como a Emenda Constitucional (EC) 86 de 2015, que estabeleceu uma aplicação mínima federal escalonada em percentual da receita corrente líquida.

Essa mudança resultou em uma diminuição real dos recursos disponíveis para o SUS, agravando ainda mais a competição por fundos. Vianna argumenta que o teto de gastos imposto pela EC 95, de 2016, intensificou as dificuldades, congelando a aplicação mínima federal em saúde, mesmo com o aumento da população e da demanda por serviços. Essa política de austeridade não apenas limitou a capacidade de financiamento do SUS, mas também incentivou o fortalecimento do setor privado, aumentando a iniquidade no acesso aos serviços de saúde

Já Bresser-Pereira (2003) aborda extensivamente a questão da alocação de fundos limitados, especialmente em contextos de crise econômica. Dessa forma, o autor argumenta que, durante períodos de restrições fiscais severas, é crucial que o governo adote políticas fiscais rigorosas para estabilizar a economia e evitar crises mais profundas. Ele destaca que a alocação

de recursos deve ser estratégica, priorizando investimentos que possam gerar externalidades positivas e apoiar o crescimento sustentável.

Também enfatiza a importância do Estado em garantir uma alocação equitativa dos recursos, promovendo o desenvolvimento social e econômico de maneira equilibrada. Nesse sentido, destaca-se que o Brasil, diante da crise fiscal e econômica, precisou adotar um novo pacto político que combinasse características do Estado social-liberal. Essa transformação revela a necessidade de um modelo capaz de responder às complexas demandas da sociedade contemporânea.

Além disso, a falta de investimentos contínuos em praças públicas pode levar à deterioração desses espaços ao longo do tempo. Sem manutenção adequada, as infraestruturas de lazer e mobiliário urbano podem se degradar, tornando as praças menos atraentes e seguras para a população. A ausência de recursos para manutenção regular resulta em espaços subutilizados e, eventualmente, abandonados, o que pode contribuir para a degradação urbana e o aumento da criminalidade em determinadas áreas.

Outro obstáculo significativo é a burocracia envolvida na obtenção e alocação de recursos. Projetos de revitalização de praças públicas frequentemente enfrentam atrasos devido à complexidade dos processos administrativos e à necessidade de aprovação por múltiplas instâncias governamentais. Esse processo prolongado pode desestimular investimentos e iniciativas comunitárias, que são cruciais para a melhoria desses espaços.

Para Bresser-Pereira, (2003), a burocracia pública no Brasil tem sido um dos principais obstáculos para a implementação eficiente de políticas públicas e a alocação adequada de recursos. Ele argumenta que a burocracia, muitas vezes, atua de forma ineficiente devido à falta de transparência, processos excessivamente complexos e a influência de interesses políticos, observa que a burocracia brasileira tende a ser centralizada e pouco responsiva às necessidades locais, o que dificulta a execução de projetos de desenvolvimento e o uso eficaz dos recursos públicos.

Além disso, enfatiza a necessidade de reformas administrativas para reduzir a burocracia e aumentar a eficiência do setor público, sugerindo que a profissionalização da gestão pública e a implementação de mecanismos de controle e avaliação são essenciais para melhorar a alocação de recursos e garantir que os investimentos públicos atinjam seus objetivos de promover o desenvolvimento econômico e social.

Dessa forma, Rocha (2011) destaca que as restrições fiscais frequentemente limitam a capacidade dos governos locais de implementar políticas públicas eficazes e sustentáveis. Essas limitações orçamentárias podem ser atribuídas a vários fatores, incluindo a dependência de

transferências de recursos dos governos estaduais e federal, a rigidez das despesas obrigatórias e a falta de autonomia financeira dos municípios. Rocha observa que essas limitações não apenas dificultam a execução de projetos, mas também afetam a qualidade e a continuidade das políticas públicas.

Ele enfatiza a importância da gestão participativa como um meio de superar algumas dessas barreiras, ao envolver a sociedade civil na definição de prioridades e na fiscalização do uso dos recursos. No entanto, ele também aponta que, apesar das potencialidades, a implementação prática da gestão participativa ainda enfrenta muitos desafios, incluindo a falta de infraestrutura adequada e a resistência política.

Sendo assim, ao considerarmos as prioridades de investimentos públicos, ressalta-se ainda mais a importância de um bom planejamento na gestão dos recursos, especialmente no contexto de escassez orçamentária. O planejamento eficaz permite que os governos otimizem a alocação de fundos limitados, garantindo que os recursos sejam direcionados para áreas prioritárias e que tragam maior benefício social. Isso envolve uma análise criteriosa das necessidades públicas e a definição clara de metas e objetivos.

Com um planejamento bem estruturado, é possível reduzir o desperdício, promovendo a eficiência e eficácia das políticas públicas. A ausência de planejamento pode resultar em sobreposição de esforços, investimentos em áreas de menor impacto e uso ineficiente dos recursos disponíveis. Além disso, a transparência e a prestação de contas são facilitadas por um planejamento adequado, aumentando a confiança da população na gestão pública.

Segundo Rocha (2011) destaca que a participação democrática no planejamento pode melhorar a alocação de recursos, ao permitir que a sociedade civil participe da definição de prioridades e da fiscalização do uso dos recursos. Isso não só reforça a *accountability* do poder público, como também aumenta a transparência das ações governamentais.

Para Jacobs (2011) tem atenção especial no planejamento urbano, porém discute como as políticas de desenvolvimento urbano podem e devem ser informadas por um entendimento profundo das necessidades da comunidade, que são muitas vezes subestimadas ou mal interpretadas por planejadores tradicionais, ou seja, sugere que uma gestão eficaz e sensível dos recursos públicos, que verdadeiramente atenda às necessidades dos cidadãos, é decisivo para o sucesso do planejamento urbano. A ênfase dela na observação direta e na experiência das pessoas nas cidades é uma crítica valiosa ao modo como os recursos são frequentemente alocados em projetos de desenvolvimento urbano.

A participação da comunidade nas decisões é necessária para o sucesso dessas políticas, mas garantir que essa participação seja eficaz e representativa é desafiador. Problemas como a

apatia ou o ceticismo dos cidadãos, barreiras de comunicação e a dificuldade de alcançar um consenso entre grupos com interesses distintos são comuns. Além disso, uma participação genuína exige transparência e acessibilidade nos processos decisórios, o que pode requerer um investimento adicional e uma mudança cultural nas instituições envolvidas.

De acordo com Souza (2004) que enfatiza a participação da comunidade nas decisões políticas é essencial para a eficácia das políticas públicas. Ele argumenta que sem o envolvimento ativo dos cidadãos nas decisões que afetam suas vidas, a democracia permanece incompleta e distante das verdadeiras necessidades e aspirações do povo. O autor defende que a democracia participativa proporciona meios para que a comunidade não apenas dê sua opinião, mas também participe efetivamente na formulação, decisão e implementação de políticas, garantindo assim uma governança mais inclusiva, responsiva e legítima. Por fim, sublinha que esse modelo de democracia pode enfrentar desafios, como a resistência das estruturas de poder existentes e a necessidade de desenvolver novas competências e conhecimentos entre os cidadãos, para que possam participar efetivamente e influenciar as políticas públicas.

Já Santos (2002) argumenta que a democracia participativa é essencial para transformar as estruturas políticas e sociais, permitindo uma maior inclusão e representatividade dos cidadãos. O autor destaca que a participação ativa da comunidade ajuda a combater a exclusão social, melhorar a qualidade das políticas públicas e promover a justiça social. Santos discute como a globalização neoliberal tem limitado as políticas públicas e aumentado a desigualdade, mas também como movimentos sociais e organizações locais têm emergido como uma forma de resistência e alternativa a essas práticas hegemônicas.

Ele vê na democracia participativa um caminho para fortalecer a cidadania e criar espaços de deliberação onde a sociedade civil possa influenciar diretamente as decisões políticas, assegurando que estas sejam mais justas e equitativas. Além disso, as políticas públicas elaboradas com a participação da comunidade tendem a ser mais relevantes e eficazes. Ao refletirem as necessidades e prioridades reais da população, essas políticas têm maior probabilidade de sucesso. A participação cidadã garante que as políticas sejam mais equitativas e inclusivas.

O envolvimento comunitário é fundamental para a criação e execução eficaz de políticas públicas. Ao incluir os cidadãos no processo decisório, assegura-se que as políticas atendam às necessidades e prioridades da comunidade, promovendo inclusão e diversidade. Esse envolvimento fortalece a legitimidade das políticas, aumentando a transparência e a responsabilidade dos governantes. A participação ativa dos cidadãos também facilita a

identificação e resolução de problemas locais específicos, tornando as soluções mais eficazes e ajustadas à realidade de cada área. Além disso, o envolvimento comunitário incentiva a cooperação e a solidariedade entre os membros da comunidade, criando um ambiente de apoio mútuo e colaboração. Para que o envolvimento seja efetivo, é crucial que haja mecanismos de participação acessíveis e que a comunidade seja incentivada a se envolver de maneira contínua e significativa. Assim, o envolvimento comunitário contribui para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e democrática.

Outro benefício significativo é o fortalecimento da cidadania. A participação ativa dos cidadãos promove a educação política e o empoderamento, desenvolvendo um senso de pertencimento e responsabilidade em relação à comunidade. Leonardo Avritzer, em "Modelos de Deliberação Pública", argumenta que a participação cidadã ativa é essencial para uma democracia saudável e funcional (Avritzer, 2007).

A participação comunitária também é fundamental para a promoção da justiça social. Ela permite que grupos marginalizados e vulneráveis tenham voz nas decisões que afetam suas vidas, garantindo uma distribuição mais justa dos recursos e oportunidades. Santos (2002) observa que a democracia participativa pode ajudar a combater a exclusão social e melhorar a qualidade das políticas públicas.

Em se tratando da participação comunitária no que diz respeito a promoção da justiça social, a qual traz uma importante reflexão, pois garante que as vozes de todos os segmentos da sociedade, especialmente as de grupos marginalizados, sejam ouvidas e consideradas no processo de tomada de decisões. Quando a comunidade está engajada, as políticas públicas tornam-se mais inclusivas e equitativas, refletindo as necessidades reais da população. Isso promove a justiça social, assegurando que os recursos e serviços sejam distribuídos de maneira justa e que todos tenham acesso a oportunidades iguais.

Além disso, a participação comunitária fortalece a coesão social, promovendo a solidariedade e a cooperação entre os membros da comunidade. Por intermédio de fóruns participativos, conselhos comunitários e outras formas de engajamento, os cidadãos podem influenciar diretamente as políticas que afetam suas vidas, tornando o governo mais responsivo e responsável. Este processo participativo não só empodera os cidadãos, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa, na qual a equidade e a justiça são prioridades.

No entanto, a implementação da participação comunitária enfrenta desafios significativos. Entre esses desafios estão a resistência política, a falta de infraestrutura adequada e as barreiras culturais que limitam o engajamento dos cidadãos. Rocha (2011) aponta que é

necessário que os governos criem mecanismos inclusivos e representativos para facilitar a participação de todos os setores da sociedade.

A superação desses desafios exige uma abordagem multifacetada que considere tanto a formação de cidadãos mais críticos quanto a reformulação das estruturas institucionais. Além disso, é necessário investir em tecnologias e infraestruturas que facilitem a comunicação e a interação entre os cidadãos e os gestores públicos. A criação de plataformas digitais acessíveis e seguras, por exemplo, pode ampliar significativamente o alcance da participação cidadã, permitindo que pessoas de diferentes regiões e contextos sociais se envolvam de maneira efetiva nas discussões e decisões políticas.

Para que a participação comunitária seja sustentável e eficaz, é fundamental também fomentar uma cultura de participação contínua e inclusiva. Isso pode ser alcançado por meio da implementação de políticas públicas que incentivem o envolvimento ativo e regular dos cidadãos em processos deliberativos, como orçamentos participativos e conselhos de gestão comunitária. A integração da participação cidadã nas rotinas administrativas e a valorização das contribuições da sociedade civil são passos essenciais para assegurar que as políticas públicas reflitam verdadeiramente as necessidades e aspirações da população. Ademais, a transparência nos processos governamentais e a prestação de contas aos cidadãos são práticas indispensáveis para construir e manter a confiança pública, garantindo que a participação comunitária seja um pilar sólido na construção de uma governança mais democrática e justa.

Os conflitos de interesse são igualmente problemáticos, pois os espaços públicos frequentemente atraem uma gama diversificada de interesses, desde empresas que buscam lucro até grupos comunitários focados na preservação desses locais para uso coletivo. Navegar por esse terreno complexo, nas quais interesses comerciais e comunitários se chocam, demanda habilidade para mediar e equilibrar demandas conflitantes, uma tarefa complicada sob influências políticas e econômicas.

De acordo com o ITDP Brasil (2019)¹⁷, a gestão de espaços públicos urbanos, como as praças, enfrenta desafios relacionados à conciliação entre interesses coletivos e privados, especialmente quando iniciativas de revitalização ocorrem por meio de parcerias com o setor empresarial. O relatório destaca que, embora tais parcerias possam trazer investimentos e

¹⁷ O Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP Brasil) é uma organização sem fins lucrativos que atua na promoção de mobilidade urbana sustentável e na valorização dos espaços públicos. Em 2019, publicou o relatório *Parcerias para a Gestão de Espaços Públicos*, no qual defende modelos de gestão compartilhada que mantenham o interesse coletivo e fortaleçam o papel das prefeituras na administração democrática desses locais.

melhorias estruturais, é fundamental garantir que esses processos não comprometam o acesso democrático, a permanência dos usuários tradicionais e o uso livre do espaço.

Esses desafios requerem não somente habilidades técnicas e administrativas daqueles envolvidos na formulação e implementação das políticas, mas também um compromisso firme com a ética, a transparência e a inclusão. Ao enfrentar esses obstáculos com eficácia, é possível criar espaços públicos que não só promovam o bem-estar mais sim fomentando uma sociedade mais justa e equitativa.

A presença de conflitos de interesse em políticas públicas é um desafio significativo que pode minar a confiança pública e comprometer a eficácia das políticas governamentais. Esses conflitos ocorrem quando os interesses pessoais ou financeiros de indivíduos em posições de poder interferem na sua capacidade de tomar decisões imparciais, priorizando benefícios privados em detrimento do interesse público.

Um clássico de conflito de interesse envolve políticos ou gestores públicos que possuem participações financeiras em empresas que se beneficiam diretamente de suas decisões políticas. Por exemplo, um legislador que possui ações em uma empresa de construção pode favorecer políticas que aumentem os contratos públicos para essa empresa, mesmo que não sejam as melhores opções para a sociedade.

Além disso, conflitos de interesse podem surgir em situações em que ex-funcionários públicos aceitam empregos em setores que anteriormente regulavam. Esse fenômeno, conhecido como "porta giratória", pode levar a decisões políticas que favorecem futuras oportunidades de emprego em detrimento de decisões que beneficiem o público. A falta de regulamentação adequada e a fiscalização insuficiente agravam esses problemas, permitindo que interesses pessoais influenciem políticas públicas de forma prejudicial.

A presença de conflitos de interesse não apenas prejudica a integridade das políticas públicas, mas também diminui a confiança da população nos processos governamentais. A transparência e a prestação de contas são essenciais para mitigar esses riscos. Medidas como declarações obrigatórias de conflito de interesse, auditorias independentes e regras rígidas sobre a "porta giratória" podem ajudar a garantir que as decisões políticas sejam tomadas com base no bem-estar público, e não em interesses pessoais.

De acordo com Rocha (2011) que também trata do tema ao abordar os desafios da gestão pública municipal e a participação democrática no Brasil. O autor enfatiza que a criação de espaços de deliberação e fiscalização pela sociedade civil é primordial para prevenir que interesses pessoais interfiram nas políticas públicas. Ele ressalta a importância de

regulamentações e mecanismos de controle social para garantir que as decisões governamentais sejam tomadas com base no interesse público.

Para Leal (2019), a complexidade dos conflitos de interesse no contexto das políticas públicas e suas implicações para a democracia. O autor argumenta que os conflitos de interesse são uma forma insidiosa de corrupção, que mina a confiança nas instituições e compromete a governança democrática. Leal destaca que a corrupção e os conflitos de interesse estão interligados e afetam tanto países desenvolvidos quanto em desenvolvimento, esses problemas criam uma fragilização significativa das relações sociais e institucionais, exacerbando a desconfiança pública e a ineficácia das políticas públicas.

Dessa forma, Leal (2019) aponta ainda que uma das maiores falhas democráticas é a incapacidade de lidar efetivamente com a corrupção sistêmica e os conflitos de interesse que surgem das interações entre setores públicos e privados. Sua análise sublinha a necessidade urgente de reformas que limitem o abuso de autoridade e os desvios de poder, promovendo uma governança mais transparente e responsável. Ele defende que a política deve ser entendida como um fenômeno plural e interinstitucional, sempre suscetível a riscos de cooptação por interesses ilícitos, o que exige uma vigilância constante e uma abordagem multidimensional para garantir a integridade das políticas públicas.

Diante desse cenário, é imprescindível que as instituições públicas adotem medidas robustas para prevenir e combater os conflitos de interesse. Uma abordagem eficaz inclui a implementação de códigos de ética rigorosos, treinamentos contínuos para servidores públicos e a criação de órgãos independentes de fiscalização e controle. Esses mecanismos devem ser complementados por um sistema de denúncias protegido e anônimo, que permita à sociedade civil e aos próprios funcionários públicos reportarem possíveis irregularidades sem medo de retaliação. Além disso, a transparência deve ser promovida através da divulgação proativa de informações sobre os processos decisórios, contratos públicos e a situação financeira dos gestores públicos, assegurando que a sociedade tenha os meios necessários para monitorar e avaliar as ações do governo.

Outro aspecto fundamental é o fortalecimento da participação cidadã nos processos de formulação e implementação das políticas públicas. A criação de conselhos participativos, fóruns de discussão e consultas públicas pode servir como plataformas para que os cidadãos expressem suas opiniões e contribuam para a tomada de decisões de maneira mais inclusiva e democrática. Como Rocha (2011) sugere a presença ativa da sociedade civil na fiscalização e deliberação das políticas públicas é um elemento chave para garantir que as decisões governamentais reflitam os interesses coletivos, e não os interesses privados de uma minoria.

Portanto, a combinação de transparência, participação cidadã e fiscalização rigorosa é essencial para construir uma governança pública mais ética, justa e eficaz.

A inovação e a implementação de boas práticas são essenciais para aprimorar a eficácia das políticas públicas. Central a essa evolução é a integração de novas tecnologias e abordagens que promovem uma gestão mais ágil e eficaz, atendendo melhor às exigências da população. Como por exemplo a participação popular pode ser intensificada através de plataformas digitais. Tais ferramentas de engajamento online possibilitam que um número maior de pessoas contribua com opiniões e sugestões, tornando o processo de decisão mais aberto e transparente. Essa abordagem não só eleva a qualidade das decisões, como também fortalece a legitimidade e aceitação das políticas adotadas.

Tornar público para o público, seguindo esse raciocínio e considerando a importância do acesso à informação para que a sociedade consiga acompanhar mais de perto as ações do governo. É neste sentido que Sampaio *et al.* (2021) discute como as novas tecnologias, especialmente as plataformas digitais, podem ser usadas para intensificar a participação popular nas políticas públicas. O autor analisa diferentes experiências de democracia digital no Brasil e ao redor do mundo, mostrando como essas tecnologias promovem uma gestão mais ágil e eficaz, além de tornar o processo decisório mais aberto e transparente. Sampaio *et al.* (2021) demonstra a importância da inovação e da implementação de boas práticas digitais como elementos cruciais para melhorar a eficácia das políticas públicas e satisfazer as demandas da população de maneira mais eficiente.

A colaboração de diversos setores também é uma prática inovadora que merece atenção. Estabelecendo parcerias entre o setor público, privado e organizações não governamentais, é possível unir recursos, conhecimentos e competências variadas para abordar questões complexas de forma mais holística e sustentável. Essas práticas exemplificam como a inovação pode ser aplicada para melhorar as políticas públicas, tornando-as mais eficazes e adaptadas às necessidades contemporâneas da sociedade.

O desenvolvimento e a aplicação de políticas públicas envolvem diversos participantes, cada um desempenhando funções específicas, mas interligadas. Governos, sociedade civil e o setor privado interagem de maneiras que podem tanto facilitar quanto obstruir a formulação eficiente e a execução dessas políticas.

No que tange aos governos, atuando nos âmbitos municipal, estadual ou federal, eles frequentemente lideram na criação de políticas públicas. Detentores da autoridade legislativa, são eles que estabelecem normas e leis que dirigem a atuação em setores variados, como saúde, educação, infraestrutura e meio ambiente. Além disso, são responsáveis por alocar os recursos

financeiros dos orçamentos públicos e garantir a implementação apropriada das políticas. Contudo, apesar da centralidade de seu papel, os governos dependem da colaboração de outros setores para assegurar que as políticas públicas realmente satisfaçam as necessidades dos cidadãos.

A sociedade civil, representada por ONGs, entidades sem fins lucrativos, grupos comunitários e cidadãos ativos, é vital para monitorar e refinar essas políticas. Esses grupos desempenham um papel chave na representação de interesses de grupos específicos, especialmente aqueles que podem ser marginalizados pelas abordagens governamentais. A sociedade civil é igualmente crucial para mobilizar a opinião pública, promover campanhas de conscientização e exigir transparência e responsabilidade na administração pública. Frequentemente, essas entidades são responsáveis por executar programas diretamente no campo, particularmente em locais menos assistidos pelo governo.

Dagnino (2002) argumenta que a sociedade civil, composta por ONGs, entidades sem fins lucrativos, grupos comunitários e cidadãos ativos, desempenha um papel essencial na monitoração e aprimoramento das políticas públicas. Ela destaca que estas entidades não só representam interesses de grupos frequentemente excluídos das decisões políticas, mas também contribuem significativamente para a transparência e a responsabilidade no governo. O autor ressalta que a participação ativa da sociedade civil em espaços públicos é necessária para a construção de uma democracia mais inclusiva e participativa, por meio do monitoramento contínuo e o retorno crítico possibilitam ajustes e melhorias contínuas nas políticas implementadas, garantindo que estas sejam mais efetivas e alinhadas com as necessidades reais da população.

Por outro lado, o setor privado também é fundamental na formulação e execução de políticas públicas, principalmente através de parcerias público-privadas. As empresas contribuem com eficiência, inovação e investimentos significativos, elementos vitais em áreas como infraestrutura, tecnologia e serviços.

A cooperação entre esses variados atores é primordial para superar desafios complexos que não poderiam ser resolvidos individualmente. Essa interação favorece a troca de saberes, o compartilhamento de recursos e a implementação de soluções mais abrangentes e sustentáveis. Contudo, é essencial manter um equilíbrio saudável de poder e influência entre esses grupos para prevenir que interesses particulares dominem o interesse coletivo. Estabelecer mecanismos de coordenação e fomentar diálogos contínuos entre todos os participantes é fundamental para melhorar a eficácia das políticas públicas, assegurando que beneficiem toda a comunidade.

Portanto, em tempos de restrições fiscais, um planejamento bem delineado é fundamental para assegurar que os recursos públicos sejam utilizados da maneira mais eficiente e eficaz possível, contribuindo para a sustentabilidade das finanças públicas e a melhoria dos serviços oferecidos à população.

Por fim, a falta de envolvimento comunitário e de parcerias público-privadas limita as oportunidades de captação de recursos adicionais. A participação ativa da comunidade e o engajamento de empresas locais podem complementar os fundos públicos e garantir a sustentabilidade dos projetos de praças públicas. No entanto, a ausência de estratégias eficazes para mobilizar esses recursos adicionais representa uma barreira para a implementação de melhorias significativas. Em suma, as limitações orçamentárias impõem sérios desafios aos investimentos em praças públicas, afetando a manutenção e a qualidade desses espaços. Superar esses obstáculos requer uma abordagem integrada que inclua priorização estratégica de recursos, simplificação de processos burocráticos e fortalecimento do engajamento comunitário e de parcerias.

2.4 Futuro das políticas públicas para o espaço público

Conforme avançamos no século XXI, as futuras direções das políticas públicas relacionadas ao espaço público são cada vez mais influenciadas por fatores tanto globais quanto locais, incluindo transformações demográficas, progressos tecnológicos e uma crescente preocupação ambiental. Estes elementos estão convergindo para estabelecer novos padrões no planejamento, gerenciamento e uso dos espaços públicos pelas comunidades.

Gehl (2013) não aborda diretamente as políticas públicas sob a ótica de influências globais e locais como transformações demográficas, progressos tecnológicos e preocupações ambientais. Contudo, ele oferece uma análise profunda sobre como o design urbano e a organização dos espaços públicos podem e devem ser repensados para melhor atender às necessidades dos cidadãos. O autor tem a ideia de que as cidades devem ser planejadas para as pessoas que nelas vivem, o que implicitamente sugere que as políticas públicas urbanas precisam adaptar-se às mudanças contínuas na demografia, na tecnologia e nas preocupações ambientais para criar ambientes urbanos mais habitáveis e humanizados. Defendendo uma abordagem na qual o espaço público é visto como crucial para a qualidade de vida urbana, promovendo interações sociais, acessibilidade e sustentabilidade.

Inicialmente, o crescente fenômeno da urbanização continua a moldar as políticas públicas ao redor do mundo. Com um número cada vez maior de pessoas se deslocando para

áreas urbanas, a necessidade por espaços públicos que não só ofereçam recreação, mas que também funcionem como elementos essenciais para o bem-estar social e comunitário, está aumentando. É provável que as futuras políticas públicas se concentrem em desenvolver espaços polivalentes que suportem uma gama diversa de atividades sociais, culturais e econômicas, desde parques e locais de lazer até espaços urbanos adaptáveis que podem ser modificados de acordo com as necessidades comunitárias.

A sustentabilidade também é uma prioridade crescente. Face às urgentes questões climáticas, as políticas públicas estão se adaptando para fomentar práticas mais sustentáveis em ambientes urbanos, o que inclui a expansão de áreas verdes para mitigar os efeitos das ilhas de calor, sistemas de coleta de água pluvial e a promoção da biodiversidade por meio da conservação de habitats naturais nos centros urbanos.

Não por acaso Souza e Albino (2018) dizem que para alcançar a formação de uma cidade verdadeiramente sustentável que atenda aos critérios e às necessidades específicas do contexto brasileiro, é primordial desenvolver um projeto claro. Esse projeto permitirá que as políticas públicas sejam não apenas projetadas, mas também implementadas de forma eficaz, atendendo assim aos desejos e às necessidades da população com soluções práticas, eficientes e contemporâneas. Embora este conceito de cidade esteja atualmente em voga entre a sociedade e os líderes governamentais, sua definição prática não é simples.

Contudo, sua execução poderia ser facilitada se os gestores movessem além de uma visão antropocêntrica, aderissem às regulamentações de política urbana e direcionassem os recursos públicos estritamente para atender aos interesses públicos. Isso enfatizaria o desenvolvimento e a implementação de práticas urbanas que sejam ambiental, social e economicamente sustentáveis. É importante notar que enquanto a ética antropocêntrica dominar a relação do homem com a natureza, continuaremos a enfrentar um ambiente desequilibrado e prejudicial ao ser humano.

Além disso, a igualdade de acesso aos espaços públicos se tornará um foco central. As políticas futuras deverão assegurar que todos os segmentos da população, independentemente de suas condições econômicas ou sociais, tenham acesso equitativo a esses espaços. Isso pode envolver a redistribuição de recursos, um planejamento mais inclusivo e a criação de programas que removam barreiras ao acesso.

Finalmente, espera-se que o envolvimento cívico e a participação comunitária no planejamento e na gestão dos espaços públicos se intensifiquem. As políticas públicas deverão promover uma colaboração mais intensa entre governos, empresas, ONGs e cidadãos, utilizando plataformas digitais para facilitar a comunicação e o intercâmbio de ideias.

Essas tendências não apenas delineiam o futuro das políticas públicas em relação ao espaço público, mas também refletem uma mudança mais ampla rumo a cidades mais vivíveis, inclusivas e resilientes. À medida que o tempo passa, a forma como esses espaços são projetados e utilizados continuará a evoluir, destacando a necessidade de políticas inovadoras e adaptáveis que atendam às necessidades dinâmicas das populações urbanas.

Novas tecnologias e práticas sustentáveis estão revolucionando a administração dos espaços públicos, alterando a forma como são projetados, conservados e utilizados. Conforme as cidades enfrentam desafios modernos como o aquecimento global e o rápido crescimento urbano, esses fatores se destacam como essenciais na modernização da gestão urbana. Com o avanço das tecnologias e a crescente conscientização sobre a necessidade de sustentabilidade, as cidades ao redor do mundo estão implementando soluções inovadoras para enfrentar os desafios urbanos.

Estas iniciativas não apenas melhoram a eficiência dos serviços públicos, mas também promovem um ambiente mais saudável e sustentável para os moradores. A integração de tecnologias inteligentes, infraestrutura verde e o engajamento da comunidade são componentes chave para a criação de cidades mais resilientes e inclusivas. Como exemplo, podemos destacar, a seguir, os seguintes elementos: sistemas de gestão inteligente; infraestrutura verde; iluminação pública eficiente; planejamento urbano participativo.

No caso dos “Sistemas de Gestão Inteligente”, as cidades estão adotando sistemas de gestão inteligente que utilizam sensores e dados em tempo real para monitorar o uso de energia, água e outros recursos, otimizando a eficiência dos serviços públicos e reduzindo desperdícios. A transposição de processos para plataformas digitais no sistema judicial eletrônico pode servir como modelo para outras áreas da administração pública, promovendo sustentabilidade e eficiência (Caldas; Diz; Silva, 2019).

Com relação a “Infraestrutura Verde”, a incorporação de telhados verdes, paredes vivas e parques urbanos ajuda a melhorar a qualidade do ar, gerenciar águas pluviais e criar espaços recreativos. Os autores Gomes e Zambam (2018) discutem como políticas públicas urbanístico-ambientais podem ser juridicamente viáveis para a estruturação de cidades sustentáveis.

No que se refere a “Iluminação Pública Eficiente”, a implementação de iluminação pública LED e sistemas de iluminação inteligente ajustáveis conforme a presença de pedestres pode reduzir significativamente o consumo de energia e melhorar a segurança pública. (Gutierrez; Cabral; Silva, 2019).

Já o “Planejamento Urbano Participativo”, ao tratar de ferramentas digitais como aplicativos de mapeamento colaborativo permitem que os moradores contribuam para o

planejamento e gestão dos espaços públicos, garantindo que as soluções atendam às necessidades da comunidade. Os autores Benfatti, Queiroga e Silva (2010) refletem sobre as novas dinâmicas espaciais e como estas transformações afetam a vida pública e a definição de espaços livres.

No âmbito tecnológico, ferramentas associadas a conceitos de "Cidades Inteligentes", sistemas de monitoramento em tempo real e plataformas abertas de dados, estão tornando a administração urbana mais ágil e adaptável. Por exemplo, sensores de ambiente monitoram a qualidade do ar e o nível de ruído, enquanto sensores de tráfego aprimoram a circulação de pessoas e veículos, diminuindo congestionamentos e elevando a segurança.

Além disso, aplicativos móveis e plataformas digitais melhoram a interação dos cidadãos com o espaço público, facilitando a comunicação de problemas, o acesso a informações atualizadas e a participação no planejamento urbano. Simultaneamente, a adoção de práticas sustentáveis é vital para garantir que o desenvolvimento dos espaços públicos atenda às necessidades presentes sem comprometer os recursos para gerações futuras.

De acordo com Aguiar (2023) que investiga o conceito e a aplicação de tecnologias em cidades inteligentes, destacando os benefícios e os desafios de tais iniciativas. A autora examina como a implementação de tecnologias inteligentes podem transformar a gestão urbana, melhorando a eficiência dos serviços públicos e promovendo a sustentabilidade. Também discute a importância de garantir que essas tecnologias sejam inclusivas e beneficiem toda a população, especialmente os grupos mais vulneráveis. O estudo de Campo Mourão-PR serve como um exemplo de como as cidades podem adotar práticas inteligentes para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, ao mesmo tempo em que se atentam para questões de equidade e inclusão social.

A discussão sobre cidades inteligentes é mundial, e o tema nos últimos anos tem apresentado um crescimento na produção científica, principalmente, em instituições de pesquisa europeia e asiáticas que são a base para a realização de novas pesquisas nessa temática. O conceito de cidades inteligentes é amplo e difuso, pois envolve o desenvolvimento de soluções tecnológicas como também não tecnológicas, que sejam eficazes para a resolução dos desafios urbanos (Aguiar, 2023, p. 22).

Já Gehl (2013) destaca a importância da adoção de práticas sustentáveis no desenvolvimento dos espaços públicos. O autor enfatiza que é essencial garantir que o planejamento e a construção desses espaços atendam às necessidades do presente sem comprometer os recursos para as gerações futuras. Argumenta que o desenvolvimento de áreas

verdes desempenha um papel fundamental nesse aspecto, pois não apenas combate as ilhas de calor urbanas, mas também fornece habitats para a vida selvagem local e oferece espaços de lazer para a comunidade. Além disso, destaca a importância da implementação de sistemas eficientes de gestão de água, como jardins de chuva e pavimentos permeáveis, que ajudam a mitigar enchentes urbanas e promovem a absorção adequada de água pelo solo. Essas práticas sustentáveis são essenciais para garantir a qualidade de vida nas cidades, bem como para preservar o meio ambiente para as gerações futuras.

Na era contemporânea, a transformação dos espaços urbanos é impulsionada não somente por necessidades infraestruturais, mas também pelo avanço tecnológico e novas metodologias de gestão. As cidades estão cada vez mais adotando tecnologias avançadas e práticas inovadoras que vão além da simples construção ou remodelação física, para influenciar significativamente a cultura de gestão urbana. O impacto destas mudanças não se limita ao aprimoramento estético ou funcional dos espaços, mas estende-se à maneira como esses espaços são percebidos e utilizados pela comunidade.

Essas tecnologias e métodos não apenas transformam a infraestrutura física, mas também promovem uma mudança cultural na maneira como os espaços públicos são geridos. A crescente adesão a essas abordagens inovadoras fomenta uma governança mais colaborativa e transparente, envolvendo uma variedade de partes interessadas no processo decisório. Esse cenário encoraja um diálogo mais aberto entre governos, setor privado, ONGs e cidadãos, criando um ambiente mais inclusivo e participativo.

Em suma, a fusão de tecnologias emergentes e práticas sustentáveis na gestão dos espaços públicos reflete as novas prioridades das sociedades urbanas modernas: resiliência, eficiência e inclusão. À medida que esses recursos se tornam mais disseminados, eles possuem o potencial de transformar de maneira significativa o tecido urbano, tornando as cidades mais adaptáveis, sustentáveis e acolhedoras para todos seus moradores.

Diante desse cenário, torna-se fundamental aperfeiçoar tanto a formulação quanto a aplicação de políticas públicas voltadas para espaços públicos é essencial para desenvolver sociedades mais equitativas e sustentáveis. Esse processo envolve uma variedade de estratégias centradas em inclusão, sustentabilidade e eficiência, que, quando combinadas, podem alterar profundamente como vivemos e interagimos em nossos contextos urbanos.

Inicialmente, o engajamento dos cidadãos é fundamental na criação de políticas públicas. A inclusão das comunidades locais desde o começo do processo de planejamento assegura que as demandas e necessidades de diferentes grupos sejam reconhecidas e atendidas, principalmente aquelas das populações mais vulneráveis, que frequentemente são excluídas dos

debates decisórios. Métodos como audiências públicas, oficinas comunitárias e plataformas de consulta online podem facilitar essa participação, proporcionando aos indivíduos a chance de influenciar diretamente o desenvolvimento de seus espaços públicos.

Adicionalmente, a sustentabilidade deve ser uma meta principal no desenho de políticas para espaços públicos. Isso implica projetar áreas que satisfaçam as necessidades atuais sem comprometer os recursos para o futuro. A utilização de materiais sustentáveis na construção, a adoção de sistemas de energia renovável e a criação de espaços verdes são vitais. Essas áreas não apenas ajudam a mitigar a poluição e diminuir o calor urbano, mas também promovem a biodiversidade e oferecem locais de lazer saudáveis e acessíveis para a comunidade local.

A integração de tecnologias avançadas também é essencial para aprimorar a administração dos espaços públicos. Sensores de Internet das Coisas (IoT)¹⁸, por exemplo, podem monitorar as condições ambientais e o fluxo de tráfego em tempo real, fornecendo dados úteis para melhorar a manutenção e segurança desses espaços. Aplicativos móveis também podem permitir que os cidadãos comuniquem problemas ou façam sugestões diretamente às autoridades locais, promovendo uma gestão mais ágil e interativa.

Além disso, garantir a equidade no acesso aos espaços públicos é necessário. É necessário assegurar que todos os segmentos da população tenham acesso igualitário, independentemente de suas condições socioeconômicas, etnicidade, idade ou capacidade física. Isso pode ser conseguido com planejamento cuidadoso que inclua acessibilidade universal, áreas seguras para crianças e espaços que respeitem as diversidades culturais das comunidades.

Por fim, é vital que haja uma avaliação contínua e mecanismos de retorno das políticas implementadas. Monitorar como os espaços públicos são utilizados e sua eficácia possibilita ajustes e melhorias constantes. Avaliações regulares, juntamente com revisões baseadas em retorno dos usuários e dados coletados, garantem que os espaços públicos continuem atendendo adequadamente suas comunidades, adaptando-se às mudanças nas dinâmicas urbanas e às necessidades dos usuários.

Portanto, refinar a criação e aplicação de políticas públicas para espaços públicos demanda uma abordagem integrada e colaborativa. Ao envolver cidadãos na tomada de decisões, adotar práticas sustentáveis, utilizar tecnologias inovadoras, garantir acesso equitativo

¹⁸ Internet das Coisas, ou IoT (Internet of Things), é um conceito que define a conexão entre objetos físicos com o usuário e a internet. Para tanto, faz uso de sensores inteligentes, como Bluetooth e GPS, além de softwares, empregados na coleta e transmissão de dados para a rede, permitindo controlar aparelhos diversos por dispositivos móveis.

e estabelecer processos rigorosos de avaliação, podemos construir ambientes urbanos que sejam não apenas mais habitáveis, mas verdadeiramente inclusivos e sustentáveis.

Sendo assim, a seguir, será analisado o papel fundamental dos espaços públicos, com ênfase especial nas praças, que se destacam como centros de convivência e interação social nas cidades contemporâneas. Serão exploradas suas múltiplas funções, que vão além de simples locais físicos, tornando-se pontos essenciais para a promoção do bem-estar, da coesão social e do desenvolvimento sustentável. Através de uma abordagem histórica e teórica, com base em autores como Lefebvre (2008) e Félix (2018), o capítulo abordará como esses espaços evoluíram ao longo do tempo e como, na atualidade, continuam a ser elementos cruciais para a qualidade de vida urbana e a democratização do acesso à cidade.

2 A PRAÇA A SERVIÇO DO ESPAÇO PÚBLICO

Esta seção visa examinar o papel do espaço público na sociedade contemporânea, com foco especial nas praças públicas, as quais desempenham papéis cruciais na sociedade moderna, transcendendo a mera função física para se tornarem cenários vitais de interações sociais, expressões culturais e identidade comunitária. Nesses locais, desde praças e parques até calçadas movimentadas, os indivíduos têm a oportunidade de se reunir, compartilhar ideias e experiências.

Além de seu impacto social e político, esses espaços são cruciais na promoção da saúde e bem-estar, oferecendo oportunidades para atividades físicas, contato com a natureza e relaxamento. Assim, na sociedade moderna, os espaços públicos não são apenas locais físicos, mas sim elementos essenciais que sustentam a vida urbana, a coesão social e o desenvolvimento comunitário. Nesse sentido, esta seção será subdividida em 4 subseções, sendo: A praça como centro de interação social; promovendo bem-estar e saúde: a importância dos espaços públicos; Planejamento urbano sustentável: o Papel estratégico das praças; Lazer, recreação e comércio: maximizando o potencial dos espaços públicos.

A praça pública é percebida como cenário para interações sociais, para tanto e com o objetivo de enfatizar a utilidade desses espaços nesta seção será fundamentada com o apoio de alguns autores como Santos (1985), Corrêa (1999), Castro (2002), Serpa (2011) e Félix (2018).

O espaço público surgiu na antiguidade para atender à necessidade de locais em que as pessoas pudessem se reunir e interagir. Esses lugares compartilhados se tornaram fundamentais para o desenvolvimento das primeiras civilizações, proporcionando áreas de convívio comunitário. Na Grécia e em Roma, esse conceito ganhou bases mais sólidas, influenciando a compreensão moderna do espaço público.

O império Romano tinha as cidades coloniais como seus planos fixos e regimentais das principais ruas, fóruns, edifícios públicos e quarteis, uma fórmula que reforçou seu papel militar. A estrutura compacta das cidades medievais com curtas distâncias a pé, praças e mercados dava suporte à sua função como centros de comércio e artesanato. A estratégica renovação urbana de Paris, por Haussmann, nos anos após 1852, em particular os largos bulevares, deram apoio ao controle militar da população, bem como o forneceram a plataforma para uma “cultura especial do bolear” que espalhou passeios públicos e cafés ao longo das ruas largas da cidade (Gehl, 2013, p. 9).

Com o passar dos séculos, o conceito de espaço público evoluiu, adaptando-se às mudanças sociais, culturais e urbanísticas. Na Idade Média, por exemplo, as praças e mercados

se tornaram os principais pontos de encontro nas cidades europeias, nas quais não apenas ocorriam trocas comerciais, mas também festividades, eventos políticos e religiosos. Esses espaços eram vitais para a vida comunitária, servindo como palcos para o exercício da cidadania e a expressão cultural. A centralidade dessas áreas nas cidades medievais reforçou a importância dos espaços públicos como locais de interação e coesão social.

Para Félix (2018), na Grécia Antiga, as *ágoras* eram espaços abertos em que os cidadãos se reuniam para debater política, filosofia e questões cotidianas, desempenhando um papel crucial na promoção da democracia e no estímulo ao debate público. Já em Roma, os fóruns eram os principais locais públicos, funcionando como centros políticos, comerciais e sociais. Ali, templos, tribunais, mercados e monumentos coexistiam, servindo como palco para eventos culturais e cerimônias públicas.

Durante a Idade Média na Europa, embora o espaço público tenha persistido, houve uma concentração maior em áreas religiosas, como as praças em frente a igrejas e catedrais, onde ocorriam atividades comunitárias e celebrações religiosas. No período moderno, com o crescimento das cidades como centros comerciais e industriais, os espaços públicos se diversificaram, incluindo parques, praças, jardins e boulevards, refletindo as necessidades urbanas emergentes e o aumento das classes médias (Carpintéro; Cerasoli, 2009).

Na sociedade contemporânea, as praças públicas continuam a desempenhar um papel vital, adaptando-se às novas necessidades e desafios urbanos. Elas são mais do que simples espaços abertos; representam áreas de convergência nas quais se desenrolam atividades culturais, recreativas e políticas. Com o aumento da urbanização e a consequente densificação das cidades, esses espaços se tornam essenciais para proporcionar qualidade de vida aos habitantes.

As praças públicas oferecem um refúgio do ritmo acelerado da vida urbana, permitindo que as pessoas desacelerem, interajam e se reconectem com a natureza. Elas promovem a inclusão social ao proporcionar um espaço em que pessoas de diferentes origens podem se encontrar e conviver. Eventos comunitários, feiras, apresentações artísticas e protestos políticos frequentemente utilizam esses espaços, reforçando seu papel como centros de expressão e engajamento cívico.

Já Lefebvre (2008) entende que as praças públicas são fundamentais para o espaço urbano ao servirem como centros de interação social. Ele argumenta que esses espaços permitem aos cidadãos se encontrarem, interagirem e participarem ativamente da vida comunitária, promovendo um ambiente de convivência e troca cultural. Para Lefebvre, a praça é um símbolo do direito à cidade, onde todos têm a oportunidade de se apropriar do espaço

público e exercer sua cidadania plena. Além disso, o autor destaca a importância das praças na democratização do espaço urbano, enfatizando que esses locais devem ser acessíveis a todos, independentemente de classe social ou background econômico. Ele acredita que a verdadeira democracia urbana só pode ser alcançada quando todos os cidadãos têm o direito de participar e influenciar a gestão dos espaços públicos.

Certamente, as praças têm uma importância significativa na saúde pública. Acesso a espaços verdes está associado a menores níveis de estresse, melhor saúde mental e maior atividade física. As praças oferecem locais para caminhadas, exercícios ao ar livre e brincadeiras, contribuindo para o bem-estar físico e emocional dos moradores.

No contexto das cidades inteligentes e sustentáveis, as praças públicas são integradas a iniciativas de infraestrutura verde, ajudando a mitigar os efeitos das ilhas de calor urbano e melhorando a gestão das águas pluviais. Elas são projetadas para serem acessíveis e inclusivas, garantindo que todos os cidadãos possam usufruir desses espaços.

Portanto, na sociedade moderna, as praças públicas transcendem sua função original, evoluindo para se tornar pilares da vida urbana que sustentam a coesão social, a saúde comunitária e o desenvolvimento sustentável. Elas são indispensáveis para a criação de cidades mais humanas, justas e equilibradas, por meio do qual a vida comunitária pode florescer.

No período moderno e contemporâneo, os espaços públicos continuaram a ter uma função central no desenvolvimento urbano. Com o crescimento das cidades e a industrialização, parques, praças e ruas passaram a ser planejados para atender às necessidades de lazer, mobilidade e bem-estar da população. Urbanistas como Jane Jacobs (2014) e Jan Gehl (2013) destacaram a importância de projetar espaços públicos que incentivem a interação social e promovam a segurança e a vitalidade urbana. Hoje, os espaços públicos são reconhecidos como essenciais para a qualidade de vida nas cidades, proporcionando áreas onde as pessoas podem se reunir, relaxar e participar da vida comunitária de maneira inclusiva e democrática.

3.1 A praça como centro de interação social, estratégias de investimento para o desenvolvimento comunitário

O espaço público, ao longo da história, tem sido o epicentro das interações sociais e um reflexo dinâmico da vida em comunidade. Esses locais, como praças, parques, calçadões e outros espaços abertos acessíveis a todos desempenham um papel indispensável na promoção da coesão social e na criação de laços entre os membros da sociedade. Mais do que meramente espaços físicos, eles representam pontos de convergência por meio do qual as pessoas se

encontram, se comunicam e compartilham experiências, enriquecendo assim o tecido social das cidades e vilarejos.

De acordo com Lefebvre (2008), que argumenta as praças públicas se destacam como centros de interação social e são estratégicas para o desenvolvimento comunitário. Ele propõe que os espaços públicos devem ser vistos como lugares de encontro e participação coletiva, nas quais os cidadãos têm a oportunidade de se apropriar e transformar o ambiente urbano de acordo com suas necessidades e aspirações. O autor defende a democratização desses espaços, permitindo que todos os moradores da cidade tenham voz ativa na gestão e utilização das praças, o que fortalece a coesão social e a inclusão, destacando a importância de investir na qualidade e acessibilidade das praças públicas como uma estratégia para fomentar o desenvolvimento comunitário.

Para o autor, esses investimentos devem ir além da mera infraestrutura física, incorporando elementos que incentivem a participação ativa da comunidade, como eventos culturais, atividades recreativas e espaços de convivência. Esse enfoque contribui para a criação de um ambiente urbano mais adequado e dinâmico, no qual as relações sociais são fortalecidas e o bem-estar coletivo é promovido. Em última análise, Lefebvre (2008) vê as praças públicas como fundamentais para a realização de seu conceito de "direito à cidade", onde a vida urbana é enriquecida pela interação social e pela participação democrática dos cidadãos.

Para obtermos uma compreensão mais aprofundada das dimensões dos conceitos de espaço público, é crucial começarmos com o entendimento de Castro (2002), ao qual destaca a importância desses espaços como locais de interação social e construção de uma convivência civilizada nas áreas urbanas. Castro destaca ainda que os espaços públicos São de extrema relevância na promoção do encontro entre diferentes grupos sociais, permitindo a troca de experiências, ideias e culturas. Além disso, ele ressalta a necessidade de garantir a acessibilidade e a segurança desses espaços, bem como promover políticas que incentivem a sua utilização democrática por parte de toda a população.

Os parques urbanos desempenham um papel importante na vida das cidades, mas é necessário entender suas limitações. Eles não devem ser vistos como soluções mágicas para problemas econômicos ou sociais dentro das comunidades. Jane Jacobs (2014) argumenta que, para compreender verdadeiramente o impacto dos parques, é necessário abandonar a ideia equivocada de que eles podem, por si sós, estabilizar valores imobiliários ou servir como âncoras comunitárias.

Para compreender o desempenho dos parques é também necessário descartar a falsa convicção de que eles são capazes de estabilizar o valor de bens imóveis ou funcionar como âncoras da comunidade. Os parques, por si sós, não são nada e menos ainda elementos efêmeros de estabilização de bens ou de sua vizinhança ou distrito (Jacobs, 2014, p. 70).

Na perspectiva de Serpa (2011), que aborda o espaço público na cidade contemporânea, encontramos uma análise profunda das transformações e desafios que esses espaços enfrentam. Ele destaca que, na contemporaneidade, os espaços públicos não são meramente físicos, mas também simbólicos e digitais, refletindo as complexidades da vida urbana moderna. O autor ressalta a importância de compreender os espaços públicos como locais de encontro e interação social, onde diferentes grupos podem expressar suas identidades e reivindicações políticas. Além disso, ele discute as pressões urbanísticas, econômicas e políticas que podem comprometer a qualidade e a acessibilidade dos espaços públicos, enfatizando a necessidade de políticas públicas e intervenções urbanas que promovam a inclusão e a diversidade.

Dessa maneira, nas praças, por exemplo, é possível testemunhar uma ampla gama de atividades sociais, desde conversas informais entre amigos até eventos culturais e políticos que reúnem a comunidade em torno de interesses comuns. Esses espaços abertos oferecem um ambiente propício para a expressão livre de ideias e opiniões, promovendo a diversidade de pensamento e o debate saudável. Além disso, são locais em que pese a cultura local é celebrada por meio de performances artísticas, música ao vivo, feiras e festivais, contribuindo para a preservação e promoção da identidade cultural de uma região.

A presença de praças bem projetadas e mantidas incentiva o engajamento comunitário e a participação ativa dos cidadãos na vida pública. Quando os moradores se sentem conectados a esses espaços, eles se tornam mais propensos a se envolver em atividades que beneficiem a comunidade, como campanhas de limpeza, plantio de árvores e organização de eventos comunitários. Essa participação ativa não só fortalece os laços sociais, mas também promove um senso de responsabilidade compartilhada e pertencimento, essencial para o desenvolvimento sustentável das áreas urbanas.

Além disso, as praças funcionam como importantes pontos de encontro intergeracionais, onde pessoas de diferentes idades podem se reunir e compartilhar experiências. Para as crianças, esses espaços oferecem áreas seguras para brincar e interagir com outras crianças, contribuindo para o seu desenvolvimento social e físico. Para os adultos e idosos, as praças são locais ideais para atividades recreativas, como caminhadas, yoga e ginástica ao ar livre, promovendo um estilo de vida ativo e saudável. A interação entre diferentes gerações nesses espaços também

ajuda a fortalecer a participação social, promovendo a transmissão de conhecimentos e tradições culturais.

Portanto, investir na criação e manutenção de praças públicas não é apenas uma questão de infraestrutura, mas uma estratégia fundamental para o desenvolvimento comunitário. Esses investimentos devem ser planejados de forma a garantir que as praças atendam às necessidades de todos os segmentos da população, promovendo a inclusão social e a equidade. Assim, as praças se tornam verdadeiros centros de vida comunitária, sendo que a diversidade é celebrada, a participação cidadã é incentivada e o bem-estar coletivo é promovido, criando cidades mais saudáveis e resilientes.

De acordo com Serpa (2011), ao qual aborda as praças como um espaço democrático, ao qual não fica restrito o entendimento somente a dimensão material.

É a esfera pública que nos reúne na companhia uns dos outros, mas é ela também que evita que colidamos uns com os outros. O difícil em ter de suportar a sociedade de massa não é tanto a quantidade de gente que ela abarca, mas o fato de que o mundo perdeu literalmente a força de juntar essa imensa quantidade de indivíduos, dialeticamente relacionando-os e separando-os, como o fazia em passado recente (Serpa, 2011, p. 36).

Ao proporcionar um ambiente inclusivo e acessível a todos, independentemente de sua origem social, econômica ou cultural, o espaço público desempenha um papel crucial na redução das disparidades sociais e na construção de uma sociedade mais igualitária e justa. Ele serve como um ponto de encontro democrático, onde todas as vozes têm a oportunidade de serem ouvidas e respeitadas, ou ainda um lugar acessível para a prática de atividades físicas, culturais ou até mesmo de playground.

Para Santos (1985), o espaço público representa uma dimensão significativa da vida urbana, funcionando como centro de interação social. Ele argumenta que o espaço público não é apenas uma entidade física, mas também um lugar em que as relações sociais se desdobram e se manifestam, destaca a importância dos espaços públicos como locais nos quais as pessoas de diferentes origens, classes sociais e identidades se encontram e interagem. Esses espaços são cruciais para o desenvolvimento de uma sociedade democrática e inclusiva, pois proporcionam oportunidades para o diálogo, a troca de ideias e a construção de laços sociais.

Já Corrêa (1999) oferece uma visão abrangente sobre o espaço público como centro de interação social, enfatiza que o espaço público é muito mais do que apenas uma área física na cidade; é um lócus de encontro e troca entre os cidadãos. Ele destaca que os espaços públicos desempenham um papel necessário na vida urbana, proporcionando um ambiente em que as

peças podem se reunir, interagir e participar da vida comunitária. O autor ainda argumenta que esses locais são fundamentais para a construção de uma sociedade democrática e inclusiva, pois promovem a convivência entre diferentes grupos sociais e estimulam o debate público.

Além de sua importância como cenário para interações sociais, o espaço público desempenha um papel vital na promoção da saúde e do bem-estar das pessoas. Parques e áreas verdes proporcionam espaços para atividades físicas, recreação e contato com a natureza, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e o alívio do estresse urbano. No entanto, Corrêa (1999) também reconhece os desafios enfrentados pelos espaços públicos nas cidades contemporâneas, como a privatização do espaço urbano, a falta de manutenção e investimento em infraestrutura pública e a segregação socioespacial. Ele ressalta a importância de políticas públicas que protejam e promovam a acessibilidade e a diversidade nos espaços públicos,

Para enfrentar esses desafios, é crucial que as políticas públicas sejam orientadas para a inclusão e a equidade, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso a espaços públicos de qualidade. Isso inclui não apenas a criação de novos parques e áreas verdes, mas também a revitalização e manutenção dos espaços existentes, para que continuem a ser locais seguros e atraentes para todas as pessoas. Além disso, deve-se promover a participação da comunidade no planejamento e na gestão desses espaços, garantindo que as necessidades e desejos dos moradores sejam ouvidos e atendidos. Esse enfoque participativo fortalece o senso de pertencimento e responsabilidade coletiva, fundamentais para a sustentabilidade dos espaços públicos.

A promoção da diversidade nos espaços públicos é outro aspecto essencial para a construção de cidades mais justas e inclusivas. É importante que esses espaços reflitam a diversidade cultural e social da comunidade, oferecendo atividades e instalações que atendam a diferentes grupos etários, culturais e socioeconômicos. Isso pode incluir a criação de áreas específicas para crianças, jovens, adultos e idosos, bem como a promoção de eventos culturais e recreativos que celebrem a diversidade da população. Ao promover a inclusão e a diversidade, os espaços públicos se tornam verdadeiros pontos de encontro e integração, onde todos os cidadãos podem se sentir acolhidos e valorizados.

Por outro lado, a acessibilidade é um fator decisivo para garantir que os espaços públicos possam ser utilizados por todos, independentemente de suas capacidades físicas ou condições socioeconômicas. Isso implica a implementação de infraestrutura adequada, como rampas, caminhos pavimentados, iluminação adequada e sinalização clara, bem como a oferta de transporte público eficiente que conecte esses espaços com o restante da cidade. Garantir a acessibilidade universal não só promove a igualdade de oportunidades, mas também incentiva

uma maior utilização dos espaços públicos, contribuindo para a saúde e o bem-estar de toda a comunidade.

Como bem coloca Felix (2018) que apresenta uma abordagem de forma contextualizada no conceito do espaço público como um centro de interação social. Ao analisar a obra de Jan Gehl, urbanista renomado, o autor destaca a importância fundamental dos espaços públicos na promoção da vida urbana saudável e inclusiva. Ela argumenta que os espaços públicos são os lugares onde os cidadãos têm a oportunidade de se encontrarem, interagirem e compartilharem experiências. Esses locais não são meramente físicos, mas também simbólicos, refletindo a identidade e o caráter de uma comunidade. Logo, diversos autores, como destacado, abordam o espaço público como um elemento fundamental na vida urbana contemporânea.

Além de funcionarem como espaços de convivência e interação social, os espaços públicos são cruciais para o desenvolvimento de uma cidadania ativa e engajada. Quando os cidadãos participam do uso e da gestão desses espaços, há um fortalecimento da democracia local e da responsabilidade cívica. Gehl (2013) destaca que a qualidade dos espaços públicos afeta diretamente o comportamento das pessoas e a forma como elas se relacionam com a cidade e entre si. Portanto, investir em espaços públicos bem projetados e mantidos não só melhora a qualidade de vida urbana, mas também promove um ambiente socialmente coeso e resiliente.

Dessa forma, consideramos que os espaços públicos têm papel indispensável na construção de cidades mais justas, saudáveis e inclusivas. Eles são essenciais para a promoção da interação social, do bem-estar físico e mental e da identidade comunitária. Ao valorizar e investir nesses espaços, as cidades podem criar ambientes que incentivem a participação cidadã e a convivência harmoniosa, refletindo a diversidade e a riqueza cultural de suas populações. Portanto, a gestão e o planejamento urbanos devem sempre priorizar a criação e a manutenção de espaços públicos de qualidade, garantindo que todos os cidadãos possam desfrutar dos benefícios de uma vida urbana ativa e integrada.

A integração dos espaços públicos ao planejamento urbano sustentável é outro ponto fundamental para a promoção do bem-estar e da saúde das comunidades urbanas. Espaços verdes, como parques e praças, devem ser estrategicamente localizados para facilitar o acesso da população e integrar-se harmoniosamente com as áreas residenciais e comerciais. Isso não só melhora a estética urbana, mas também contribui para a mitigação de ilhas de calor, a melhoria da qualidade do ar e a promoção da biodiversidade. Do mesmo modo, esses espaços devem ser projetados para suportar atividades multifuncionais, acomodando eventos culturais, feiras e atividades esportivas que enriquecem a vida comunitária.

A participação comunitária no desenvolvimento e na manutenção dos espaços públicos é essencial para assegurar que esses locais atendam às necessidades reais dos habitantes. Processos participativos, como consultas públicas, associação e comitês de moradores, permitem que a comunidade contribua com suas ideias e demandas, garantindo que os espaços públicos sejam realmente úteis e acolhedores. Esta abordagem colaborativa não só aumenta a sensação de pertencimento dos cidadãos, mas também promove um senso de responsabilidade compartilhada pela conservação e bom uso dos espaços, resultando em locais mais bem cuidados e adequados para o uso da população.

Por fim, a inovação no design e na gestão dos espaços públicos pode ampliar ainda mais os benefícios que esses locais oferecem à comunidade. A incorporação de tecnologias inteligentes, como iluminação LED eficiente, sistemas de irrigação automatizados e Wi-Fi gratuito, pode melhorar a usabilidade e a sustentabilidade dos espaços públicos. Além disso, programas de arte pública e instalações interativas podem enriquecer a experiência dos visitantes, tornando os espaços mais atraentes e inclusivos. Investir em novas abordagens de design e gestão permite que os espaços públicos evoluam com as necessidades e expectativas da população, garantindo que continuem a ser recursos valiosos para a saúde e o bem-estar urbanos.

3.2 Promovendo bem-estar e saúde: a importância dos espaços públicos

Nos centros urbanos contemporâneos, os espaços públicos se sobressaem na promoção do bem-estar e da saúde da população. Esses locais que variam desde parques e praças até calçadas e áreas de convívio, não são apenas elementos físicos da cidade, mas também catalisadores de interações sociais, atividade física e conexão com a natureza.

Os espaços públicos são essenciais para a sociedade, oferecendo locais acessíveis e gratuitos onde as pessoas podem se reunir, socializar e participar de atividades recreativas. Praças, parques e calçadas são exemplos de espaços que incentivam a interação social, promovendo a coesão comunitária. A presença de áreas destinadas ao lazer, como playgrounds, quadras esportivas e áreas de piquenique, torna esses espaços atraentes para famílias e indivíduos de todas as idades. Esses ambientes são fundamentais para criar um senso de pertencimento e fortalecer os laços sociais em uma comunidade cada vez mais digital e isolada.

Conforme destaca Junqueira (2017, p. 176) que entende o lazer pode servir como um instrumento de transformação social:

A partir desse discurso, entende-se que o lazer pode ser a ferramenta de transformação social e uma necessidade humana para o descanso, recreação ou desenvolvimento. Além disso, é uma dimensão da cultura que constitui um campo de práticas sociais vivenciadas ludicamente pelos sujeitos, estando presente na vida cotidiana em todos os tempos, lugares e contextos. Por meio de suas práticas, pode estimular o conformismo, a passividade e a alienação, mas, dependendo das escolhas feitas por cada pessoa, a vivência lúdica de manifestações culturais pode auxiliá-la a organizar suas impressões sobre a vida.

Além de servir como pontos de encontro, os espaços públicos são essenciais na promoção da saúde física e mental. Atividades ao ar livre, como caminhadas, corridas, ciclismo e exercícios em equipamentos de ginástica, são práticas comuns nesses locais e oferecem inúmeros benefícios à saúde. O exercício físico regular contribui para a saúde cardiovascular, redução do estresse e melhoria do humor. A acessibilidade a esses espaços públicos permite que pessoas de diferentes faixas etárias e condições socioeconômicas mantenham um estilo de vida ativo e saudável.

A dimensão dos espaços públicos também se reflete na sua capacidade de abrigar eventos comunitários e culturais. Feiras, festivais, concertos e exposições de arte realizados em praças e parques atraem residentes e visitantes, promovendo a diversidade cultural e o enriquecimento social. Esses eventos não apenas entretêm, mas também educam e fortalecem o senso de identidade e pertencimento entre os participantes. Ao oferecer um palco para a expressão cultural e artística, os espaços públicos se tornam pontos focais da vida urbana.

Para Jacobs (2014) que enfatiza a relevância dos espaços públicos na promoção do bem-estar e da saúde. Ela argumenta que cidades saudáveis são aquelas nas quais o ambiente físico é organizado de maneira a fortalecer as redes sociais das ruas e comunidades, promovendo a redução do crime e a ação coletiva. A autora também destaca a relevância dos espaços verdes quando corretamente integrados nas comunidades, pois podem funcionar como centros comunitários, promovendo a atividade física e o bem-estar psicossocial, desde que estejam posicionados em locais de alta circulação para evitar que se tornem refúgios para atividades ilícitas. O desenho urbano deve fomentar uma alta densidade de pessoas e atividades diversas para garantir "olhos na rua" e, assim, aumentar a segurança e a vitalidade social das cidades. Além disso, ela defende o uso misto dos espaços urbanos, ou seja, a coexistência de áreas residenciais, comerciais e recreativas.

Ademais, os espaços públicos contribuem para a segurança urbana valendo-se do conceito de "vigilância natural". A presença constante de pessoas utilizando esses espaços cria um ambiente de supervisão informal que desencoraja atividades criminosas. Estudos, como os

de Jane Jacobs (2014), destacam que a movimentação contínua de pessoas em áreas públicas atua como um dissuasor ao crime, aumentando a sensação de segurança para todos os usuários. Portanto, investir na criação e manutenção de espaços públicos bem projetados é crucial para promover uma cidade mais segura e saudável, onde o bem-estar de todos os cidadãos é uma prioridade.

Não há como discutir espaços públicos sem mencionar as praças, que são elementos centrais e icônicos em qualquer cidade. As praças públicas são mais do que meros espaços abertos; elas são o coração pulsante das comunidades, oferecendo locais de encontro, lazer e interação social. São pontos de referência cultural e histórica, nos quais eventos comunitários, manifestações e celebrações acontecem, reforçando a identidade e coesão social. Além de promover a convivência e o bem-estar dos cidadãos, as praças desempenham um papel necessário na promoção da segurança urbana através da vigilância natural. Portanto, qualquer discussão sobre a importância dos espaços públicos deve necessariamente incluir a relevância das praças na estrutura urbana.

A praça pública, como centro de interação social, é um espaço fundamental para a vida urbana e a coesão comunitária. Ela funciona como um ponto de encontro natural no qual indivíduos de diferentes idades, culturas e origens podem se reunir, interagir e formar laços sociais. Esse papel de facilitadora da interação social é primordial em um mundo cada vez mais digital e isolado, proporcionando um espaço físico em que as conexões humanas podem ser cultivadas.

Quanto às praças públicas que tem um papel decisivo na organização e configuração das cidades, refletindo as mudanças sociais e culturais ao longo do tempo, destaca-se que, para Depollo e Bovo (2020, 49499):

Entender a praça pública nos dias atuais nos leva a refletir sobre a sua configuração e os seus usos, ou seja, entender o modo como a sociedade se organiza e espacializa neste lugar. Ao longo da história, ocorreram mudanças na sociedade que interferiram no arranjo físico, ou seja, nas formas, funções e uso desses espaços públicos.

As praças servem como palco para uma ampla gama de atividades sociais e culturais. Elas abrigam eventos comunitários, como feiras, festivais, concertos e exposições de arte, que atraem residentes e visitantes, promovendo a diversidade cultural e o enriquecimento social. Tais eventos não apenas entretêm, mas também educam e fortalecem o senso de identidade e pertencimento entre os participantes.

Por outro lado, as praças são locais nos quais o debate público e a participação cidadã podem florescer. Desde assembleias comunitárias até protestos e manifestações, esses espaços proporcionam um ambiente democrático em que as pessoas podem expressar suas opiniões e discutir questões importantes. Isso reforça a participação ativa na vida política e social da comunidade, promovendo a democracia e a justiça social.

A presença de equipamentos de lazer, como playgrounds, quadras esportivas e áreas de piquenique, torna as praças ainda mais atraentes, especialmente para famílias. Esses espaços incentivam atividades físicas e recreativas, que são essenciais para a saúde e o bem-estar das pessoas. Crianças, adultos e idosos encontram na praça um lugar para se exercitar, brincar e socializar, o que contribui para uma vida mais saudável e ativa.

Segundo Gehl (2013) que pontua a importância dos espaços públicos bem planejados, que incluem equipamentos de lazer como playgrounds, quadras esportivas e áreas de piquenique. O autor argumenta que esses elementos são cruciais para tornar as praças e outros espaços urbanos mais atraentes e funcionais, especialmente para famílias. Ele enfatiza que a presença desses equipamentos incentiva atividades físicas e recreativas, essenciais para a saúde e o bem-estar das pessoas. Crianças, adultos e idosos encontram nesses espaços oportunidades para se exercitar, brincar e socializar. Isso não apenas melhora a qualidade de vida dos indivíduos, mas também fortalece a coesão social e promove uma vida urbana mais ativa e saudável. Ele ressalta que um design urbano focado no ser humano deve priorizar a criação de ambientes que convidem as pessoas a passar mais tempo ao ar livre, interagir e participar de atividades físicas e sociais.

Em primeiro lugar, os espaços públicos proporcionam oportunidades para a prática de atividades físicas, contribuindo diretamente para a manutenção da saúde física e mental. Parques oferecem espaço para caminhadas, corridas ao ar livre e uma infinidade de outras atividades que promovem a saúde cardiovascular, reduzem o estresse e melhoram o humor. Além disso, a presença de equipamentos de ginástica ao ar livre em praças e calçadões incentiva o exercício físico regular, acessível a pessoas de todas as idades e condições socioeconômicas.

Destarte se faz mencionar que, embora a instalação de equipamentos de ginástica em praças públicas possa ser vista como uma medida positiva para promover a saúde e o bem-estar da comunidade, essa iniciativa também apresenta desafios significativos. A falta de orientação adequada sobre o uso correto desses equipamentos pode resultar em problemas de segurança e lesões entre os usuários. Sem uma supervisão adequada ou instruções claras sobre como utilizar os equipamentos de forma segura e eficaz, os praticantes de exercícios físicos podem estar suscetíveis a lesões musculares, distensões ou até mesmo quedas. Além disso, a utilização

inadequada dos equipamentos pode comprometer os benefícios à saúde que eles poderiam proporcionar, transformando-os em potenciais fontes de risco. Portanto, é essencial que, juntamente com a instalação desses equipamentos, sejam implementadas medidas educativas e de supervisão para garantir que seu uso seja seguro e eficaz para todos os usuários.

Um ponto importante a se considerar é quais equipamentos devem ser instalados nas praças públicas para evitar resultados insatisfatórios e garantir a segurança dos usuários. Equipamentos que exigem supervisão constante de profissionais, como aparelhos de ginástica complexos ou brinquedos de alta complexidade podem representar um risco significativo se não houver pessoal qualificado disponível para monitorá-los. A falta de supervisão adequada pode resultar em acidentes e lesões, comprometendo a segurança e o bem-estar dos frequentadores, especialmente crianças e idosos. Portanto, ao planejar esses espaços, é essencial selecionar equipamentos que sejam seguros e de fácil uso, promovendo atividades recreativas e físicas sem necessitar de supervisão contínua. Isso assegura que as praças públicas sejam locais seguros e acessíveis para toda a comunidade, incentivando um uso mais frequente e satisfatório desses espaços.

A escolha adequada de equipamentos em praças públicas é essencial para garantir a segurança e satisfação dos usuários. Eles destacam que equipamentos de fácil uso, que não exigem supervisão constante, são preferíveis, pois minimizam o risco de acidentes e lesões. A manutenção regular desses equipamentos também é crucial para evitar deteriorações que possam comprometer a segurança dos frequentadores. Assim, a seleção cuidadosa e a manutenção contínua dos equipamentos em espaços públicos são fundamentais para promover um ambiente seguro e acessível para toda a comunidade (Medeiros; Santiago, 2017).

Assim sendo, praças bem planejadas também podem promover a segurança pública. A presença constante de pessoas usando o espaço cria uma vigilância natural, desencorajando atividades criminosas e aumentando a sensação de segurança para todos os usuários. Jacobs (2011), em seus estudos sobre planejamento urbano, apresenta a "vigilância natural" como um conceito no qual a presença constante de pessoas nos espaços públicos atua como um elemento de dissuasão ao crime.

No contexto urbano contemporâneo, onde a densidade populacional e a velocidade da vida moderna podem levar ao isolamento social, as praças são de extrema relevância. Elas oferecem um espaço acessível e gratuito para encontros sociais, lazer e expressão cultural, funcionando como um coração pulsante da vida comunitária. Por meio de um design inclusivo e multifuncional, as praças podem atender às diversas necessidades dos cidadãos, reforçando o tecido social e promovendo um ambiente urbano mais acolhedor e coeso.

Para Félix (2018), a significativa contribuição de Jan Gehl para a compreensão da relevância dos espaços públicos na promoção do bem-estar e da saúde nas cidades reside na forma como ele evidencia a importância de projetar ambientes urbanos voltados para as pessoas, incentivando a convivência, o caminhar e o uso ativo desses espaços como parte essencial da vida cotidiana. Ela destaca a abordagem de Gehl, que enfatiza a criação de ambientes urbanos voltados para as pessoas, que incentivem a interação social, a atividade física e o contato com a natureza. Ao estudar as recomendações para o design urbano, Félix reconhece a relevância dos espaços públicos como elementos essenciais para a qualidade de vida urbana e para a promoção da saúde física e mental da população.

Já Corrêa (1999) traz uma abordagem sobre a promoção do bem-estar e saúde por meio dos espaços públicos urbanos, reconhece que os espaços públicos constituem um aspecto essencial na vida urbana, oferecendo oportunidades para interação social, atividades físicas e contato com a natureza. Ele destaca a importância de políticas públicas que visem a criação e manutenção de espaços públicos acessíveis e seguros, capazes de promover o bem-estar físico e emocional da população urbana. Corrêa enfatiza que o planejamento urbano deve priorizar a qualidade e diversidade desses espaços para garantir uma cidade mais saudável e inclusiva.

Para Santos (1985), há uma abordagem profunda sobre a promoção do bem-estar e saúde por meio dos espaços públicos. Ele reconhece os espaços públicos como locais de encontro e interação social essenciais para a vida urbana, destacando que a presença de espaços públicos acessíveis e bem projetados contribui significativamente para a qualidade de vida das pessoas, promovendo a prática de atividades físicas, o convívio comunitário e o contato com a natureza. Santos argumenta que investir na criação e manutenção desses espaços é primordial para garantir cidades mais saudáveis e inclusivas.

Nesse sentido, a presença de áreas verdes nos espaços públicos também representa um elemento decisivo na promoção da saúde e do bem-estar. Estudos demonstraram que estar em contato com a natureza reduz o estresse, melhora a concentração e aumenta a sensação de felicidade e bem-estar geral. Portanto, investir na criação, manutenção e melhoria dos espaços públicos é essencial para promover o bem-estar e a saúde da população urbana. Políticas públicas que incentivem o planejamento urbano inclusivo, a acessibilidade aos espaços públicos e a preservação de áreas verdes são fundamentais para garantir que todos os cidadãos tenham acesso a ambientes que promovam um estilo de vida saudável e uma comunidade mais unida e feliz.

Diante disso, Serpa (2011) faz uma reflexão sobre a promoção do bem-estar e da saúde por meio dos espaços públicos urbanos. Ele reconhece a importância crucial desses espaços

como locais de interação social, atividade física e conexão com a natureza, destaca que os espaços públicos bem projetados e acessíveis têm o potencial de melhorar significativamente a qualidade de vida das pessoas, promovendo o senso de comunidade, reduzindo o estresse e incentivando hábitos saudáveis. Serpa enfatiza a necessidade de políticas públicas que valorizem e invistam na criação e manutenção desses espaços para garantir cidades mais saudáveis.

Logo, é imperativo reconhecer e valorizar a importância dos espaços públicos na promoção do bem-estar e saúde nas cidades. Investir na criação e manutenção desses espaços não só melhora a qualidade de vida dos cidadãos, mas também contribui para a construção de comunidades mais saudáveis, inclusivas e resilientes. Ao promover o acesso igualitário a espaços públicos seguros, acessíveis e bem projetados, podemos aspirar a cidades onde o bem-estar de todos os habitantes seja uma prioridade fundamental.

Igualmente, a integração de áreas verdes e espaços recreativos nos ambientes urbanos são determinantes na redução do estresse e na melhoria da saúde mental dos cidadãos. Estudos demonstram que o contato regular com a natureza pode aumentar a sensação de felicidade e bem-estar, melhorar a concentração e até fortalecer o sistema imunológico. Portanto, a inclusão de parques, praças e jardins bem cuidados deve ser uma prioridade no planejamento urbano, garantindo que todos os moradores tenham acesso fácil a esses benefícios essenciais.

A participação ativa da comunidade no planejamento e manutenção dos espaços públicos é vital para seu sucesso e sustentabilidade a longo prazo. Envolver os cidadãos no processo decisório fortalece o senso de pertencimento e responsabilidade, incentivando o uso contínuo e o cuidado com esses locais. As cidades que adotam uma abordagem colaborativa e inclusiva na gestão de seus espaços públicos não apenas criam ambientes mais agradáveis e funcionais, mas também fomentam uma cultura de cooperação e solidariedade entre seus habitantes, promovendo uma vida urbana mais rica e integrada.

Igualmente, a inclusão de diversas vozes no planejamento ajuda a garantir que os espaços atendam às necessidades de todos os grupos demográficos, criando uma cidade mais equitativa e justa. Essa abordagem participativa também pode levar à inovação e soluções criativas, aproveitando o conhecimento e a experiência local para enfrentar desafios urbanos de maneira mais eficaz. Consequentemente, os espaços públicos se tornam verdadeiros reflexos das comunidades, as quais são servidas por eles, reforçando a identidade coletiva e a coesão social.

No que diz respeito a promoção do bem-estar e da saúde por meio dos espaços públicos deve considerar a diversidade das necessidades da população. Crianças, idosos, pessoas com

deficiência e outras comunidades vulneráveis têm requisitos específicos que devem ser atendidos no planejamento desses espaços. A inclusão de playgrounds acessíveis, trilhas adequadas para mobilidade reduzida e áreas de descanso seguras e confortáveis são essenciais para garantir que todos possam usufruir plenamente dos benefícios dos espaços públicos. Políticas públicas inclusivas devem, portanto, ser desenvolvidas e implementadas para criar ambientes urbanos que acolham e sirvam a todos os segmentos da sociedade.

Outro aspecto crucial é a segurança nos espaços públicos. Um ambiente seguro incentiva o uso frequente e contínuo desses locais, promovendo a interação social e as atividades físicas sem o medo de violência ou acidentes. Para alcançar isso, é necessário investir em iluminação adequada, vigilância eficiente e manutenção regular das áreas públicas. Programas de policiamento comunitário e iniciativas de segurança participativa, nas quais os cidadãos colaboram com as autoridades, podem criar um sentimento de segurança e confiança, tornando os espaços públicos mais convidativos e utilizáveis para todos.

Por fim, a educação e a conscientização sobre a importância dos espaços públicos são fundamentais. Campanhas educativas podem informar os cidadãos sobre os benefícios desses locais para a saúde física e mental, incentivando um uso mais frequente e consciente. A educação ambiental também pode ser integrada, ensinando a população sobre a preservação e o cuidado com as áreas verdes. Eventos comunitários, workshops e atividades recreativas podem ser organizados para promover o engajamento e a valorização dos espaços públicos. Ao fortalecer a ligação entre os cidadãos e seus ambientes urbanos, criamos uma sociedade mais ativa, saudável e conectada, onde os espaços públicos são vistos como tesouros comunitários a serem preservados e aproveitados por todos.

3.3 Planejamento urbano sustentável: o papel estratégico das praças

A área urbana é um vasto mosaico em que cada peça é determinante na construção de cidades sustentáveis e resilientes. No centro desse planejamento urbano consciente encontra-se o papel estratégico dos espaços públicos. Estes não são simplesmente vazios entre edifícios, mas sim os espaços vitais que conectam os habitantes às suas comunidades, promovendo interações sociais significativas e fomentando um senso de pertencimento coletivo.

À medida que o mundo enfrenta desafios ambientais e sociais cada vez mais complexos, o planejamento urbano sustentável surge como uma necessidade iminente. Nesse contexto, os espaços públicos assumem um papel ainda maior, servindo como alternativas práticas sustentáveis e de resiliência urbana. Desde parques urbanos que promovem a biodiversidade

até praças que incentivam o transporte ativo, esses espaços desempenham um papel decisivo na construção de cidades mais verdes e habitáveis.

A inclusão de espaços públicos bem planejados e com fácil acesso em projetos urbanos sustentáveis não só promove a igualdade social, mas também contribui para a melhor qualidade de vida das comunidades, sendo elas usuários, moradores ou até mesmo o comércio local. Ao oferecerem locais para a prática de atividades físicas, eventos culturais e encontros sociais, esses espaços públicos se tornam catalisadores de saúde e bem-estar.

A importância dos espaços públicos na vida urbana é inegável. Eles não apenas oferecem áreas de convivência e interação social, mas também refletem a preocupação com a qualidade de vida e o bem-estar dos cidadãos. A relação entre o uso desses espaços e a atenção à dimensão humana é um padrão observável em diversas escalas urbanas. Transformações pontuais, como a renovação de um único espaço ou a mudança no mobiliário urbano, podem ter um impacto significativo, convidando as pessoas a adotarem novos padrões de comportamento e interação na cidade.

Não é de estranhar que a estreita ligação entre uso do espaço público pelas pessoas, a qualidade desses espaços e o grau de preocupação com a dimensão humana seja um padrão geral que pode ser visto em todas as escalas assim como as cidades podem convidar as pessoas para uma vida na cidade, há muitos exemplos de como a renovação de um único espaço, ou mesmo a mudança no mobiliário urbano e outros detalhes podem convidar as pessoas a desenvolver um padrão totalmente novo (Gehl, 2013, p. 28).

Segundo Serpa (2011) que traz uma abordagem sobre o papel estratégico dos espaços públicos no contexto do planejamento urbano sustentável, destacando a importância vital dos espaços públicos como elementos fundamentais para a construção de cidades sustentáveis e resilientes. Ele argumenta que esses espaços não são apenas áreas físicas na cidade, mas sim catalisadores de interações sociais, atividades comunitárias e práticas ambientalmente responsáveis e ainda enfatiza que o planejamento urbano sustentável deve priorizar a criação e manutenção de espaços públicos acessíveis, verdes e multifuncionais, capazes de promover o bem-estar das pessoas e a preservação do meio ambiente. Ao reconhecer o papel estratégico dos espaços públicos.

Já Félix (2018) traz o entendimento de Jen Gehl sobre planejamento urbano sustentável e o papel estratégico das praças é que elas desempenham um papel importante na promoção de cidades mais habitáveis, inclusivas e sustentáveis. Gehl destaca que ao projetar espaços

públicos que promovam a interação social, a mobilidade ativa, a biodiversidade urbana e a resiliência climática, contribuindo para o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos.

Para Santos (1985), que por sua vez, não traz uma abordagem direta sobre planejamento urbano sustentável e, sobre o papel estratégico das praças, pois se concentra mais na discussão sobre a produção do espaço geográfico e as relações sociais e econômicas que o permeiam. No entanto, considerando a visão de Santos sobre a importância da apropriação do espaço público pelos cidadãos e a valorização das áreas de convivência, podemos inferir que ele reconheceria o papel fundamental das praças no planejamento urbano sustentável, como espaços de encontro, lazer e interação social, contribuindo para uma cidade mais equitativa e habitável.

O planejamento urbano sustentável reconhece que as praças representam um elemento chave na criação de cidades mais habitáveis, inclusivas e resilientes. Esses espaços públicos são elementos vitais do tecido urbano, proporcionando muito mais do que apenas áreas verdes decorativas. As praças são verdadeiros pontos de encontro e interação social, lugar em que as comunidades se reúnem, compartilham experiências e fortalecem laços.

Em um contexto urbano, as praças funcionam como catalisadores de vida comunitária. Elas oferecem locais onde eventos culturais, atividades recreativas e interações cotidianas podem ocorrer, contribuindo significativamente para o bem-estar físico e emocional dos habitantes. Além de servirem como refúgios do ritmo acelerado da vida urbana, as praças promovem a inclusão social ao proporcionar espaços acessíveis e acolhedores para todos, independentemente de idade, classe social ou origem étnica.

A importância das praças no planejamento urbano sustentável vai além da socialização. Elas desempenham um papel primordial na mitigação dos efeitos das ilhas de calor urbano e na melhoria da gestão das águas pluviais. As praças, com suas áreas verdes e arborização, ajudam a reduzir a temperatura ambiente, oferecendo um microclima mais ameno e confortável. Além disso, a presença de vegetação contribui para a absorção da água da chuva, diminuindo o risco de enchentes e alagamentos nas áreas urbanas.

A localização e o design de parques urbanos são fatores cruciais para seu sucesso e utilidade dentro de uma comunidade. Um parque bem posicionado pode se tornar um valioso recurso para os moradores, oferecendo um espaço agradável e funcional para lazer e interação social. No entanto, se mal concebido, pode falhar em atrair visitantes e integrar-se ao ambiente ao seu redor. A aparência e a atmosfera do parque representam um fator determinante na percepção e uso do espaço pelos frequentadores.

Se for bem localizado, qualquer parque de bairro pode tirar proveito de seus trunfos, mas pode também desperdiçá-los. É óbvio que um lugar que lembre um pátio de prisão não vai atrair frequentadores nem interagir com a vizinhança do mesmo modo que um lugar que lembre um oásis. Contudo, também existem vários tipos de oásis, e algumas de suas importantes características para ter êxito não são tão óbvias (Jacobs, 2014, p. 76).

Desta forma, investir em praças bem projetadas e mantidas é fundamental para promover a equidade urbana e a qualidade de vida para todos os cidadãos. Isso requer uma abordagem integrada que leve em consideração as necessidades e aspirações das comunidades locais, bem como os princípios de sustentabilidade ambiental, social e econômica. Ao valorizar o papel estratégico das praças no planejamento urbano, podemos criar cidades mais justas e saudáveis, situação em que todos possam prosperar e desfrutar de um ambiente urbano de alta qualidade.

A pesquisa desenvolvida por Franciscon (2019) sobre a configuração e apropriação dos espaços públicos de Campo Mourão – PR, pode oferecer uma perspectiva localizada sobre o papel estratégico das praças no contexto do planejamento urbano e sustentável. O autor examina como as praças desempenham um papel importante na criação de espaços públicos sustentáveis, oferecendo áreas verdes para recreação, encontros sociais e atividades culturais. Além disso, o autor aborda questões relacionadas à acessibilidade, segurança, infraestrutura verde e gestão das praças, visando garantir sua eficácia como elementos-chave do planejamento urbano sustentável.

O planejamento urbano sustentável reconhece a importância fundamental de planejar bem os espaços públicos, especialmente as praças, para garantir sua usabilidade eficaz. Praças bem planejadas são espaços acessíveis, seguros e convidativos que promovem a interação social, atividades recreativas e conexão com a natureza. Ao projetar praças, é essencial considerar as necessidades e aspirações da comunidade local. Isso envolve realizar consultas públicas dos moradores para garantir que as praças atendam às demandas da população. Além disso, é crucial integrar elementos para garantir que as praças sejam acessíveis para pessoas de todas as idades e habilidades.

Para que uma praça tenha usabilidade, é necessário considerar diversos fatores no seu planejamento. A localização é um dos primeiros aspectos a ser levado em conta. Praças devem estar situadas em áreas acessíveis, próximas a zonas residenciais e comerciais, garantindo fácil acesso para todas as pessoas. Além disso, a segurança é um fator necessário; a presença de iluminação adequada, visibilidade e vigilância natural por meio do fluxo constante de pessoas são essenciais para que os usuários se sintam seguros e confortáveis.

Segundo Gehl (2013) que enfatiza a importância de um planejamento cuidadoso dos espaços públicos para garantir que praças e parques tenham alta usabilidade e relevância para a comunidade. O autor destaca que a localização acessível, segurança, diversidade de funções e atividades, e a inclusão de elementos naturais são essenciais para a criação de espaços públicos acolhedores. Ele acredita que o design das praças deve incentivar a interação social e a coesão comunitária, transformando esses locais em pontos de encontro vitais para a vida urbana e a qualidade de vida dos cidadãos.

Outro aspecto importante é a diversidade de funções e atividades que uma praça pode oferecer. Áreas destinadas a jogos, exercícios físicos, descanso, encontros sociais e eventos culturais são vitais para atrair diferentes grupos de pessoas. A flexibilidade do espaço permite que a praça seja utilizada de diversas maneiras ao longo do dia e do ano, tornando-se um ponto dinâmico da cidade.

A inclusão de elementos naturais, como árvores, jardins e áreas verdes, não só melhora a estética do espaço, mas também contribui para a saúde mental e física dos frequentadores. Esses elementos ajudam a mitigar o calor urbano, melhorar a qualidade do ar e proporcionar um ambiente relaxante e agradável. Equipamentos como bancos, fontes de água potável, áreas de sombra e banheiros públicos também são essenciais para aumentar a comodidade e a atratividade da praça.

O design das praças deve incentivar a interação social e a coesão comunitária. Espaços que promovem a convivência, como mesas de piquenique, playgrounds para crianças e áreas de estar são fundamentais para que as pessoas se sintam motivadas a usar o espaço regularmente. A inclusão de arte pública, murais e outras formas de expressão cultural também pode enriquecer a experiência dos usuários e reforçar a identidade local.

Para que as praças tenham usabilidade e se tornem partes vitais do tecido urbano, é essencial um planejamento cuidadoso e abrangente que considere acessibilidade, segurança, diversidade de atividades, elementos naturais e design inclusivo. Esses espaços não são apenas áreas verdes decorativas, mas sim pontos de encontro e interação social que fortalecem os laços comunitários e contribuem para a qualidade de vida nas cidades. O sucesso das praças no contexto do planejamento urbano sustentável depende da atenção a esses detalhes, garantindo que elas atendam às necessidades e expectativas de todos os cidadãos.

A segurança também é uma consideração importante no planejamento das praças. Isso inclui a iluminação adequada, a presença de espaços abertos que ofereçam boa visibilidade e o design de paisagens que minimizem pontos cegos e áreas potencialmente perigosas. Além disso, o planejamento de praças sustentáveis deve incluir a integração de infraestrutura verde, como

árvores, jardins e áreas permeáveis que ajudam a absorver água da chuva, reduzir a poluição do ar e fornecer habitat para a vida selvagem. Ao priorizar o planejamento cuidadoso das praças, garantimos que esses espaços públicos desempenhem seu papel estratégico de forma eficaz, contribuindo para a qualidade de vida urbana, a coesão social e a sustentabilidade ambiental das cidades.

A questão da segurança nas praças é parte fundamental do planejamento urbano. Xavier (2008) destaca que a presença de policiamento ostensivo e a criação de um ambiente seguro são cruciais para que esses espaços cumpram seu papel social e comunitário. Ele ressalta que parques e praças bem cuidados e monitorados podem reduzir a criminalidade e aumentar a sensação de segurança entre os frequentadores, incentivando o uso contínuo e positivo desses locais.

A questão da segurança pública não pode ser mecanizada e tomada apenas como algo positivista onde se traça um planejamento unilateral de cima para baixo e se aplica a fórmula mágica para se resolver o problema do aumento da violência e da criminalidade. É preciso haver articulação dos governantes em todas as esferas e a participação efetiva da sociedade para um consenso geral de tomadas de decisões (Xavier, 2008, p. 65).

Para Gehl (2013) que aborda como o design cuidadoso dos espaços públicos pode promover a interação social e melhorar a qualidade de vida urbana. O autor enfatiza que ambientes bem planejados convidam as pessoas a usar os espaços públicos de maneira ativa e segura, reforçando a coesão comunitária. Destaca que detalhes como a escolha do mobiliário urbano, a presença de áreas verdes e a acessibilidade são cruciais para transformar espaços urbanos em locais acolhedores para todos os cidadãos.

A segurança nos espaços públicos é essencial para que eles sejam efetivamente utilizados pela comunidade. Iluminação adequada, boa visibilidade e design que minimizem pontos cegos são fundamentais para criar ambientes seguros. Espaços bem iluminados e abertos dissuadem atividades ilícitas e aumentam a sensação de segurança. Além disso, a infraestrutura verde, como árvores e jardins, não só melhora a estética, mas também contribui para a segurança ao criar um ambiente acolhedor e bem-cuidado. A segurança influencia diretamente a frequência de uso, a coesão social e a qualidade de vida urbana.

A importância da segurança nas praças públicas vai além dos aspectos físicos e inclui também a promoção de um sentimento de pertencimento e apropriação desses espaços pela comunidade. Quando as pessoas se sentem seguras e bem-vindas, elas tendem a utilizar mais

frequentemente as praças, gerando uma dinâmica de ocupação que inibe ações ilícitas e promove a vigilância natural.

Ademais, a inclusão da comunidade no processo de planejamento e gestão desses espaços é fundamental. A participação cidadã permite que as soluções de segurança sejam adaptadas às necessidades e particularidades locais, resultando em ambientes mais acolhedores e eficazes. Isso pode ser feito por meio de consultas públicas, workshops e colaborações com organizações comunitárias.

A infraestrutura verde também é de grande relevância na segurança. Estudos indicam que áreas verdes bem cuidadas podem reduzir a incidência de crimes ao melhorar a estética e proporcionar um ambiente mais agradável. Além disso, árvores e jardins promovem a biodiversidade e oferecem benefícios ambientais significativos, como a melhoria da qualidade do ar e a redução das ilhas de calor urbanas.

É essencial que os gestores públicos implementem uma abordagem integrada que considere tanto os aspectos físicos quanto sociais da segurança. Investimentos em iluminação, mobiliário urbano e paisagismo devem ser acompanhados por políticas de inclusão social e programas que incentivem o uso ativo das praças por todas as faixas etárias e grupos sociais.

A segurança pública é um dos principais desafios enfrentados por diversas cidades brasileiras, exigindo estratégias inovadoras e eficazes para a redução da violência e criminalidade. Nesse contexto, a combinação de políticas de segurança com reestruturação urbana e a promoção de atividades de lazer tem sido uma abordagem promissora. Medeiros e Medeiros e Santiago (2017) destacam a importância dessas medidas ao afirmarem que "os problemas crescentes enfrentados pela segurança pública devido aos altos índices de violência e criminalidade, observados nos cenários nacional, estadual e municipal, demandam um maior grau de produção científica destinado a elucidar as especificidades deste fenômeno social. A busca por soluções e estratégias para controlar e diminuir esses conflitos se mostra necessária e cada vez mais urgente, principalmente no que tange às políticas de segurança, reestruturação urbana e as atividades do contexto do lazer propostas nos programas de Controle, Prevenção Social e Esporte em Vila Velha – ES. Conforme demonstrado abaixo:

Os problemas crescentes enfrentados pela Segurança Pública devido aos altos índices de violência e criminalidade, observados nos cenários nacional, estadual e municipal, demandam um maior grau de produção científica destinado a elucidar as especificidades deste fenômeno social. A busca por soluções e estratégias para controlar e diminuir esses conflitos se mostra necessária e cada vez mais urgente, principalmente no que tangem as políticas de segurança, reestruturação urbana e as atividades do contexto do lazer

propostas nos programas de Controle, Prevenção Social e Esporte em Vila Velha – ES (Medeiros; Santiago, 2017, p. 142).

Por fim, a manutenção contínua e a adaptação dos espaços às mudanças na dinâmica urbana são imprescindíveis para garantir que as praças continuem a ser seguras e atrativas. A criação de parcerias público-privadas pode ser uma estratégia eficaz para garantir recursos e inovação no cuidado desses espaços. A segurança pública nas praças não é apenas uma questão de infraestrutura, mas também de engajamento comunitário e políticas públicas bem articuladas, que juntas, contribuem para cidades mais seguras, sustentáveis e socialmente coesas.

De acordo com Santos (2008) que enfatiza a relevância da participação democrática e da inclusão social no planejamento urbano. Nesse sentido, ele provavelmente destacaria a necessidade de envolver a comunidade local na concepção e gestão das praças, garantindo que atendam às necessidades e aspirações dos moradores, contribuindo, assim, para a construção de cidades mais justas e habitáveis.

A importância das praças no contexto do planejamento urbano sustentável, destacando seu papel como espaços públicos vitais para promover interações sociais, atividades comunitárias e práticas ambientalmente responsáveis. Autores como Félix (2018) enfatizam a necessidade de projetar espaços públicos que promovam a mobilidade ativa, a biodiversidade urbana e a resiliência climática, contribuindo para a qualidade de vida urbana. Santos (1985; 2008) ressalta a importância da participação democrática e da inclusão social no planejamento das praças, reconhecendo seu papel na construção de cidades mais justas e habitáveis.

Do mesmo modo, destaca-se a necessidade de planejar cuidadosamente as praças, garantindo acessibilidade, segurança e integração de infraestrutura verde, para que realizem com sucesso sua missão estratégica na promoção da qualidade de vida urbana e da sustentabilidade ambiental. É essencial que estas áreas sejam projetadas considerando a inclusão social, permitindo o acesso e o uso por todas as faixas etárias e grupos sociais. Ademais, a implementação de tecnologias sustentáveis, como sistemas de captação de água da chuva e energia solar, pode potencializar os benefícios ambientais e econômicos dessas infraestruturas.

3.4 Lazer, recreação e comércio: maximizando o potencial dos espaços públicos

Os espaços públicos representam um fator chave na vida urbana, proporcionando oportunidades para lazer, recreação e atividades comerciais. Maximizar o potencial desses espaços é essencial para criar cidades mais inclusivas e sustentáveis.

Em primeiro lugar, o lazer é uma parte primordial da qualidade de vida urbana. Os espaços públicos oferecem áreas para relaxamento, contemplação e prática de atividades recreativas, como caminhadas, ciclismo e esportes. Parques, praças e calçadões são exemplos de locais em que as pessoas podem desfrutar de momentos de lazer, aliviando o estresse e promovendo o bem-estar físico e mental. No que diz respeito ao lazer importante se faz mencionar a abordagem feita por Ferreira (2023, p. 36):

Pontuamos alguns aspectos sobre o tema lazer de uma forma geral, haja vista que se trata de um conceito polissêmico, com esse propósito, temos como abordagem duas premissas conceituais, sendo que na primeira, entendo o lazer como uma esfera da vida social oposta ao trabalho, e a outra na perspectiva de o lazer como uma necessidade humana e dimensão da cultura. Já em outra etapa do texto, demos enfoque a respeito da qualidade de vida, segundo abordagens de diferentes autores.

O lazer tem uma posição central na maximização do potencial dos espaços públicos, oferecendo inúmeras oportunidades para interação social, atividades recreativas e melhoria da qualidade de vida. Ao integrar atividades de lazer em parques, praças e outros espaços comunitários, é possível transformar esses locais em centros de convivência e bem-estar. Além de proporcionar um escape do cotidiano e aliviar o estresse, o lazer em espaços públicos promove um ambiente inclusivo e acessível, lugar em que os indivíduos de todas as idades e classes sociais podem se reunir, interagir e participar de atividades saudáveis.

A presença de áreas destinadas ao lazer, como playgrounds, quadras esportivas e espaços para eventos culturais, torna os espaços públicos mais atraentes e funcionalmente diversificados. Esses locais não apenas incentivam a prática de atividades físicas, essenciais para a saúde física e mental, mas também criam um senso de comunidade e pertencimento entre os moradores. Por meio de eventos comunitários, festivais e outras atividades organizadas, os espaços públicos podem se tornar pontos focais para a construção de laços sociais e o fortalecimento das redes comunitárias, essenciais para uma vida urbana saudável e integrada.

Segundo Ferreira (2023), as principais concepções associadas ao lazer incluem diversas interpretações como momentos de descanso, folga, férias, sossego, distração, diversão, entretenimento e tempo livre. O lazer é entendido como a ocupação do tempo fora das atividades laborais, englobando saídas, idas ao cinema, assistências a peças teatrais, viagens ou

a prática de atividades físicas. O autor destaca que o lazer é uma parte essencial da vida humana, proporcionando alegria, prazer, liberdade e bem-estar, entre outros benefícios.

Além disso, destacando que a presença de elementos como bancos, áreas verdes, playgrounds e cafés ao ar livre enriquece a experiência de lazer e convida as pessoas a passarem mais tempo nos espaços públicos. A criação de espaços públicos que incentivem o lazer e a socialização, para o autor, é crucial para o desenvolvimento de cidades mais humanas e habitáveis. Ele defende que a atenção ao design urbano deve focar na escala humana, priorizando a qualidade dos espaços em que as pessoas podem se reunir, relaxar e se divertir. Um ambiente urbano atraente e funcional estimula o uso frequente dos espaços públicos, contribuindo para a segurança, a saúde pública e a coesão social.

Finalmente, a promoção do lazer em espaços públicos exige um planejamento urbano cuidadoso e inclusivo. Políticas públicas voltadas para a criação e manutenção de espaços de lazer devem considerar a acessibilidade, segurança e diversidade das necessidades da população. Investir em infraestrutura de qualidade, como iluminação adequada, mobiliário urbano confortável e sinalização clara, garante que esses espaços sejam utilizados de maneira segura e eficiente. Além disso, a participação ativa da comunidade no planejamento e gestão desses espaços é decisivo para assegurar que atendam às reais necessidades dos moradores, promovendo um ambiente urbano mais saudável e inclusivo.

Além do lazer, os espaços públicos também são importantes para a recreação. Eles proporcionam oportunidades para atividades sociais e culturais, como eventos ao ar livre, festivais e apresentações artísticas. Esses momentos de recreação fortalecem os laços comunitários, promovem a diversidade cultural e enriquecem a vida urbana.

A recreação em praças públicas desempenha um papel vital na promoção do bem-estar e da qualidade de vida nas comunidades urbanas. Esses espaços abertos oferecem uma plataforma acessível para uma variedade de atividades recreativas que atendem a diferentes grupos etários e interesses, desde playgrounds para crianças até áreas de exercício para adultos e idosos. A presença de instalações recreativas em praças públicas não só incentiva a prática de atividades físicas, mas também promove interações sociais, fortalecendo os laços comunitários.

As praças públicas são fundamentais para o desenvolvimento social, pois proporcionam um ambiente seguro e convidativo em que as pessoas podem se reunir, relaxar e interagir. A recreação nesses espaços facilita encontros casuais entre vizinhos, fomentando um senso de comunidade e pertencimento. Além disso, eventos comunitários, como feiras, festivais e apresentações culturais, realizados nas praças, aumentam a coesão social e oferecem oportunidades para a expressão cultural e artística.

Do ponto de vista da saúde pública, a recreação em praças públicas contribui significativamente para a promoção da saúde física e mental. Atividades ao ar livre, como caminhadas, jogos e exercícios em grupo, são essenciais para manter um estilo de vida ativo e saudável. A prática regular de atividades físicas ajuda na prevenção de doenças crônicas, como obesidade e doenças cardíacas, além de melhorar o humor e reduzir os níveis de estresse. A presença de áreas verdes e a oportunidade de estar em contato com a natureza também têm um impacto positivo na saúde mental, promovendo o relaxamento e a redução da ansiedade.

A integração de atividades recreativas nas praças públicas também tem implicações econômicas positivas. Praças bem projetadas e mantidas atraem visitantes e turistas, o que pode estimular o comércio local e criar empregos. Além disso, esses espaços contribuem para a valorização das áreas circunvizinhas, tornando-as mais atraentes para novos residentes e investidores. Políticas públicas que incentivam a criação e a manutenção de praças públicas com infraestrutura adequada são essenciais para garantir que todos os cidadãos possam desfrutar dos benefícios de um ambiente urbano mais ativo e saudável.

Os espaços públicos cumprem um papel estratégico na promoção da recreação e do bem-estar nas comunidades urbanas. Esses locais, como praças, parques e áreas verdes, são essenciais para oferecer oportunidades de lazer e interação social, contribuindo significativamente para a qualidade de vida dos habitantes das cidades. A importância dos espaços públicos vai além de sua função estética ou arquitetônica; eles são vitais para a saúde física e mental dos cidadãos, proporcionando um ambiente seguro e acessível para a prática de atividades recreativas.

A recreação em espaços públicos é fundamental para fomentar a atividade física regular entre todas as faixas etárias. Parques e praças equipados com playgrounds, quadras esportivas, trilhas para caminhada e ciclismo incentivam as pessoas a se exercitarem e adotarem um estilo de vida mais ativo. A prática de atividades físicas ao ar livre ajuda a prevenir doenças crônicas, melhora a saúde cardiovascular, reduz os níveis de estresse e ansiedade, e promove uma sensação geral de bem-estar. Além disso, a acessibilidade desses espaços garante que todos, independentemente de sua condição socioeconômica, tenham a oportunidade de participar de atividades recreativas.

Para Vasconcelos e Amaral (2010), os indivíduos que vivem fora da área central não se sentem atraídos por esses espaços públicos, pois eles não são acolhedores e estimulantes, mas sim reflexivos e inibidores da diversidade. Embora sejam lugares destinados a todos, eles não oferecem atividades abrangentes para todos os tipos de público, o que resulta em uma falta de

pertencimento entre alguns grupos sociais. Isso reforça a ideia difundida e criticada de que pessoas de baixa renda não possuem cultura.

Além dos benefícios físicos, os espaços públicos também são essenciais para a saúde mental e social. Eles proporcionam locais de encontro na qual as pessoas podem socializar, fazer novos amigos e fortalecer os laços comunitários. Eventos comunitários, como feiras, festivais e apresentações culturais realizados em praças e parques, promovem a coesão social e celebram a diversidade cultural. A interação social nesses espaços ajuda a combater o isolamento e a solidão, fortalecendo o senso de pertencimento e comunidade.

Por fim, a presença de espaços públicos bem projetados e mantidos pode influenciar positivamente a economia local. Áreas de recreação atraentes e funcionais podem aumentar o valor imobiliário das regiões circundantes e estimular o comércio local, ao atrair visitantes e turistas. Investir na criação e manutenção desses espaços é, portanto, não apenas uma questão de saúde pública, mas também de desenvolvimento econômico e social sustentável. Políticas públicas que promovam a acessibilidade, segurança e diversidade nos espaços de recreação são fundamentais para garantir que todos os cidadãos possam desfrutar dos benefícios de uma vida urbana ativa e saudável.

Para maximizar o potencial dos espaços públicos, é importante considerar uma abordagem integrada que leve em conta as necessidades e interesses diversos da comunidade. Isso envolve o planejamento cuidadoso da infraestrutura dos espaços públicos, garantindo acessibilidade, segurança e conforto para todos os usuários. Além disso, é necessário envolver os residentes permanentes no processo de tomada de decisão, garantindo que os espaços atendam às suas necessidades e aspirações.

Ao investir no desenvolvimento e na manutenção de espaços públicos de qualidade, as cidades podem colher uma série de benefícios. Além de promover o bem-estar físico e mental dos cidadãos, esses espaços contribuem para a coesão social, a vitalidade econômica e a identidade cultural da comunidade. Portanto, maximizar o potencial dos espaços públicos é fundamental para criar cidades mais humanas, inclusivas e sustentáveis para todos.

De acordo com Gehl (2013) que aborda de forma abrangente a importância dos espaços públicos no apoio ao comércio local e na dinamização da economia urbana. O Autor argumenta que espaços públicos bem projetados são fundamentais para criar cidades economicamente prósperas. Ele destaca que a qualidade dos espaços urbanos tem um impacto direto na atividade econômica, pois atrai tanto moradores quanto visitantes, estimulando o comércio local. Gehl enfatiza que os espaços públicos devem ser acessíveis, seguros e convidativos para encorajar as pessoas a passar tempo neles. Quando as pessoas se sentem confortáveis e seguras, elas

tendem a frequentar mais os espaços públicos, o que, por sua vez, beneficia os negócios locais. Praças, ruas comerciais e áreas de lazer bem projetadas criam um ambiente propício para o comércio, incentivando os consumidores a frequentar as lojas e serviços disponíveis na área.

Os espaços públicos representam elemento chave no apoio ao comércio local e na dinamização da economia urbana. Eles servem como plataformas de interação social, onde pessoas de diversas origens e culturas se encontram, gerando um fluxo constante de potenciais consumidores para os negócios locais. A presença de praças, parques e áreas de lazer atrai visitantes e moradores, incentivando a frequência aos estabelecimentos comerciais próximos. Isso cria um ciclo virtuoso de movimento e consumo, que é benéfico tanto para os comerciantes quanto para a comunidade em geral.

Mercados de rua, feiras e eventos comunitários realizados em espaços públicos são exemplos claros de como esses locais podem impulsionar a economia local. Esses eventos não apenas proporcionam uma oportunidade para que os comerciantes vendam seus produtos, mas também para que os consumidores descubram e valorizem os produtos locais. Além disso, tais atividades atraem turistas que trazem receita adicional e fomentam o crescimento de pequenos negócios. A diversidade e a frequência desses eventos ajudam a manter uma economia local sustentável e resiliente.

Além de impulsionar o comércio, os espaços públicos bem planejados e mantidos podem aumentar o valor imobiliário das áreas circunvizinhas. A presença de parques, praças e outros espaços verdes torna os bairros mais atraentes para residentes e investidores. Isso, por sua vez, pode levar ao desenvolvimento de novos empreendimentos comerciais e residenciais, criando mais empregos e oportunidades de negócios. A melhoria na infraestrutura urbana, como a instalação de áreas de lazer e espaços verdes, também contribui para a revitalização de áreas antes negligenciadas, promovendo um ambiente urbano mais equilibrado e sustentável.

Além disso, Gehl (2013) observa que a presença de atividades culturais e eventos comunitários em espaços públicos pode atrair ainda mais pessoas, gerando um fluxo constante de visitantes que beneficia diretamente os comerciantes locais. Tais atividades não só promovem a interação social, mas também estimulam a economia, criando oportunidades para pequenas empresas e empreendedores locais. O Autor também discute a importância de um bom planejamento urbano para maximizar o potencial econômico dos espaços públicos. Ele defende a criação de ruas e praças que sejam facilmente acessíveis por meio de transporte público, ciclismo e caminhadas, o que aumenta o fluxo de pessoas e, conseqüentemente, a atividade comercial. Segundo Gehl, quando os espaços públicos são projetados com foco nas

necessidades das pessoas, eles se tornam locais em que a vida urbana pode florescer, apoiando tanto a economia local quanto a qualidade de vida dos habitantes.

Já Lefebvre (2013) aborda de forma abrangente como os espaços públicos são fundamentais não apenas para a vida social, mas também para o suporte ao comércio local e à economia urbana. O Autor argumenta que o espaço urbano não é apenas um cenário passivo no qual ocorrem atividades econômicas, mas é ativamente produzido e moldado pelas interações sociais, políticas e econômicas. Ele destaca que os espaços públicos, como praças e parques, funcionam como arenas cruciais para a interação social e a atividade econômica.

Esses espaços permitem a realização de mercados de rua, feiras e eventos comunitários, que não só atraem visitantes, mas também fomentam o comércio local, gerando um fluxo constante de consumidores. Isso, por sua vez, beneficia os pequenos negócios e contribui para a vitalidade econômica das áreas urbanas. O autor também enfatiza que os espaços públicos bem planejados e acessíveis são essenciais para a inclusão social e a democratização do uso do espaço urbano. Quando esses espaços são projetados para ser acolhedores e seguros, eles incentivam a participação de uma ampla diversidade de pessoas, promovendo um ambiente de troca e colaboração. Isso é crucial para a criação de um tecido social coeso e resiliente, que apoia e fortalece a economia local.

Finalmente, os espaços públicos oferecem um ambiente inclusivo no qual todos, independentemente de sua condição socioeconômica, podem participar e beneficiar-se das atividades comerciais. Eles promovem a igualdade de oportunidades, proporcionando um local que pequenos empresários podem competir com empresas maiores. Isso é particularmente importante em comunidades urbanas, nas quais a diversidade de negócios contribui para uma economia robusta e diversificada. Políticas públicas que incentivem o uso e a manutenção de espaços públicos são, portanto, essenciais para apoiar o comércio local e fortalecer a economia urbana, garantindo que esses benefícios sejam amplamente compartilhados por toda a comunidade.

A criação de espaços públicos que facilitem a interação e a convivência entre os cidadãos também desempenha um papel significativo na formação de um senso de comunidade e pertencimento. Quando as praças e parques são projetados para serem acolhedores e multifuncionais, eles se tornam pontos de encontro naturais para diversas atividades sociais, culturais e econômicas. Essa convivência diária não só fortalece os laços comunitários, mas também cria uma base sólida de apoio para os negócios locais, já que as pessoas tendem a frequentar e consumir nos estabelecimentos próximos a esses espaços.

Podemos destacar que a presença de espaços públicos dinâmicos pode atrair investimentos e novos empreendimentos para a área, promovendo o desenvolvimento econômico. Investidores e empresários são frequentemente atraídos por locais que demonstram alto nível de atividade e engajamento comunitário, pois reconhecem o potencial para um retorno positivo. A revitalização de áreas urbanas por intermédio da melhoria de praças e parques pode transformar bairros inteiros, aumentando a atratividade para novos negócios e residências, o que, por sua vez, gera mais empregos e oportunidades econômicas.

Finalmente, é importante considerar o papel dos espaços públicos na promoção de práticas sustentáveis e na melhoria da qualidade de vida urbana. Áreas verdes, como praças e parques, contribuem para a mitigação dos efeitos das ilhas de calor urbanas, melhoram a qualidade do ar e oferecem um refúgio contra o estresse da vida cotidiana. Esses benefícios ambientais se somam ao impacto econômico positivo, criando um ciclo virtuoso onde a sustentabilidade e a prosperidade econômica andam de mãos dadas. Políticas públicas focadas na criação e manutenção desses espaços são essenciais para garantir que as cidades não apenas sobrevivam, mas prosperem de maneira equilibrada e inclusiva.

4 AS PRAÇAS DA CIDADE DE UMUARAMA

As praças desempenham um papel fundamental na vida urbana, proporcionando espaços de convivência, lazer e recreação para a comunidade. Em Umuarama, município do estado do Paraná, diversas praças se destacam por sua beleza, história e importância social. Nesta seção, analisamos as praças da cidade que receberam intervenção pública no período de 2018 a 2022, sendo: a Praça São Pedro, a Praça Santos Dumont, a Praça Alto São Francisco, a Praça Tamoio e a Praça Sete de Setembro.

A seção apresenta os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, incluindo a coleta de dados documental sobre os investimentos bem como a percepção da população. Também examina o contexto histórico e cultural de cada praça, destacando as mudanças resultantes das intervenções e avalia o impacto das políticas públicas na qualidade de vida dos cidadãos. Ela busca fornecer uma compreensão contextualizada sobre a importância social, cultural e econômica dessas praças para a comunidade local.

A cidade de Umuarama, localizada no noroeste do estado do Paraná, é uma cidade que se destaca por sua organização urbana e qualidade de vida. Fundada em 1955, ela rapidamente se desenvolveu, tornando-se um importante centro regional de comércio e serviços. Com uma população acolhedora e diversificada¹⁹, a cidade é conhecida por suas amplas áreas verdes, praças bem cuidadas e infraestrutura urbana eficiente. Umuarama também se orgulha de sua forte vocação agrícola e industrial, contribuindo significativamente para a economia local e estadual. Além disso, a cidade oferece uma rica vida cultural e opções variadas de lazer, fazendo dela um lugar atrativo tanto para moradores quanto para visitantes (Prefeitura de Umuarama, 2024; IBGE, 2022).

Seu nome tem origem indígena e significa “lugar alto, ensolarado e de onde se vê ao longe”. A palavra vem da língua tupi-guarani, refletindo as características geográficas da região em que a cidade foi fundada. A escolha do nome foi inspirada pela visão panorâmica e privilegiada que o local oferece, destacando-se como um ponto elevado e ensolarado, ideal para o desenvolvimento urbano e agrícola. Essa denominação reflete a conexão da cidade com a

¹⁹ A cidade de Umuarama, no Paraná, reflete a diversidade cultural e étnica típica de muitas regiões do Brasil, especialmente no Sul, onde processos de imigração e migração interna desempenharam um papel significativo na formação da população. Entre as principais etnias presentes em Umuarama, destacam-se: Indígenas, Europeus Afrodescendentes, Nipo-brasileiros, Nordestinos e migrantes internos: Disponível em <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Censos-Demograficos>

natureza e a cultura indígena, além de transmitir uma imagem de prosperidade e beleza natural que caracteriza Umuarama (Umuarama, 2022).

Na primeira parte desta seção serão apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa, que se caracteriza por uma abordagem bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica envolveu o levantamento de informações teóricas relevantes para a análise dos investimentos em espaços públicos, enquanto a pesquisa de campo utilizou-se da coleta de dados práticos.

A abordagem foi qualitativa, buscando compreender a percepção da população sobre os investimentos realizados nas praças de Umuarama e identificar os critérios que guiaram a escolha dos espaços revitalizados. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, permitindo uma maior flexibilidade e profundidade na obtenção de informações. Foram entrevistados usuários das praças, moradores do entorno (usuários ou não das praças) e comerciantes locais. Além da análise documental dos registros da Prefeitura Municipal, como: programas de governo, projetos, leis e indicadores relacionados aos investimentos.

Já na segunda parte desta seção, apresentamos os aspectos históricos de cada praça, investigando suas origens e evolução ao longo do tempo. Utilizamos registros históricos detalhados e relatos de pioneiros para traçar um panorama abrangente. Esses registros incluem documentos oficiais, fotografias antigas, mapas e depoimentos orais, que fornecem uma visão rica e detalhada das transformações que ocorreram. Além disso, descrevemos como essas praças se encontram em 2025, destacando as mudanças significativas resultantes das intervenções públicas. Essas intervenções podem abranger desde restaurações arquitetônicas e paisagísticas até a implementação de novas infraestruturas e serviços para a comunidade. Nosso objetivo é proporcionar uma compreensão contextualizada de cada praça, enfatizando sua importância histórica e cultural, bem como seu papel contínuo na vida urbana contemporânea.

No terceiro momento, apresentamos os resultados detalhados da pesquisa realizada, que foi estruturada e dividida em três eixos principais, conforme dispostos nos procedimentos metodológicos da pesquisa.

4.1 Umuarama: das praças, conceitos e objetivos.

As praças desempenham um papel fundamental na vida urbana, funcionando como espaços de convivência, lazer e expressão cultural. Elas são mais do que simples espaços livres; representam locais de encontro, onde a comunidade pode se reunir, interagir e desfrutar do

ambiente ao ar livre. Esses espaços públicos são essenciais para a qualidade de vida nas cidades, oferecendo oportunidades para atividades recreativas, eventos culturais e momentos de descanso, além de promoverem a coesão social e o senso de pertencimento entre os habitantes.

Influenciados pela expansão capitalista associada à produção e exportação cafeeira, os modelos urbanísticos de modernidade foram implementados nos projetos dos quatro principais núcleos urbanos projetados pela Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP e Companhia Melhoramentos Norte do Paraná - CMNP²⁰, que incluem Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama. Cada um desses núcleos urbanos desenvolveu características próprias, refletindo os ideais de colonização inglesa. Umuarama, projetada em 1956 pelo engenheiro geodésico Wladimir Babcov, é o último desses núcleos e apresenta um traçado que, embora menos rigoroso e adaptado à topografia em comparação aos projetos anteriores, ainda carrega as influências dos conceitos urbanísticos aplicados em cidades como Londrina, Maringá e Cianorte (Hulsmeyer *et al.*, 2011).

O traçado de Umuarama se distingue por sua malha ortogonal e diagonal, que estabelece uma hierarquia entre os espaços livres públicos e os privados. Essa hierarquia é definida pela disposição das vias, praças e parques. Diferente de Maringá, onde o desenho urbano seguiu princípios formais da cidade-jardim inglesa e respeitou as curvas de nível para criar um traçado orgânico e adaptado ao relevo, o planejamento de Umuarama priorizou a superposição das malhas, com praças rotatórias surgindo nos cruzamentos das diagonais, evidenciando uma abordagem distinta na relação entre os espaços públicos e privados (Rego, 2001). Essa configuração permitiu que Umuarama se desenvolvesse de maneira estruturada, na qual os espaços públicos foram integrados ao planejamento urbano, promovendo um equilíbrio entre áreas residenciais, comerciais e recreativas. A decisão de adotar essa malha geométrica também facilitou a expansão da cidade ao longo do tempo, permitindo a criação de novos bairros e a integração de novas áreas ao tecido urbano existente.

Na cidade de Umuarama, no Paraná, as praças são elementos essenciais da paisagem urbana, refletindo a diversidade e a riqueza cultural da região. Cada praça em Umuarama carrega consigo uma identidade própria, moldada pela história, pelo design e pela maneira como é utilizada pela comunidade. Elas não apenas embelezam a cidade, mas também contribuem

²⁰ Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), mais tarde renomeada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), foi uma empresa criada na década de 1920 para promover a colonização e o desenvolvimento da região norte do Paraná. Fundada por empresários ingleses e brasileiros, seu principal objetivo era adquirir grandes extensões de terras, dividi-las em lotes menores e vendê-las a agricultores, incentivando a ocupação e o cultivo, especialmente do café, que era um dos principais produtos da época.

para a preservação da memória coletiva e servem como espaços de inclusão social, situação em que diferentes gerações e grupos sociais podem se reunir e interagir. Essas praças desempenham um papel fundamental na promoção de um ambiente urbano saudável, oferecendo áreas verdes que melhoram a qualidade de vida dos moradores, incentivando o convívio social e a prática de atividades físicas ao ar livre. Além disso, muitas dessas praças são palco de eventos culturais e festividades²¹, reforçando seu papel como centros de atividade comunitária e cultural.

Em uma consulta junto à Divisão de Patrimônio da Prefeitura de Umuarama, foi possível levantar que na cidade de Umuarama, atualmente existem 40 praças conforme demonstrado no Quadro 1, das quais algumas ainda não possuem nome por se tratar de loteamentos novos, ou até mesmo por questão de documentação a ser regularizada junto à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Essa companhia foi responsável por colonizar e desenvolver a região, promovendo o parcelamento de terras e a construção de infraestrutura básica para atrair colonos e incentivar o desenvolvimento urbano e agrícola.

Assim sendo, a CMNP desempenhou um papel decisivo no planejamento e na expansão de diversas cidades no norte do Paraná, incluindo Umuarama, que foi fundada oficialmente em 1955. Além de sua atuação em Umuarama, a CMNP foi pioneira em estabelecer um modelo de urbanização que combinava eficiência e funcionalidade, criando cidades que pudessem crescer de maneira ordenada e sustentável. A influência da CMNP é visível até hoje na organização espacial das cidades da região, onde a disposição de praças, avenidas e áreas verdes reflete um planejamento voltado para o bem-estar e o desenvolvimento equilibrado das comunidades locais.

Quadro 1 - Levantamento das praças da Cidade de Umuarama - PR

Quant.	Denominação	Bairro	Quadra
1	Praça	Jardim Império do Sol II	9
2	Praça 7 de Setembro	Zona 05 e 06	2-C
3	Praça Anchieta	Zona 05	22
4	Praça Antônio M. de Barros	Zona 02	1-A
5	Praça Antônio M. de Barros	Zona 02	8-A
6	Praça Arthur Thomas	Zona 03	11-A
7	Praça Basília	Zona 07	4
8	Praça da Bíblia/Praça Raposo Tavares	Zona 03	23-C
9	Praça dos Xetás	Zona 06	1
10	Praça Gastão Vidigal	Zona 02	34-A e 34-B
11	Praça Hênio Romagnoli	Zona 01	52

²¹ Alguns exemplos de Eventos: Festival Multicultural de Arte Nordestina; Life Dance; Terço da Salvação, Feira de Artesanato; Festival de Música, festa do padroeiro etc.

12	Praça João Ramalho	Jardim Panorama	52-A e 52-B
13	Praça Juscelino Kubitschek	Zona 01	31
14	Praça Matriz/Mascarenhas de Moraes	Zona 03	31-A
15	Praça Miguel Rossáfa	Zona 03	62 e 63
16	Praça Nossa Senhora da Glória	Zona 07	23-A
17	Praça Nossa Senhora Guadalupe	Zona 06	22
18	Praça Papa Paulo VI	Zona 01	17
19	Praça Pio XIII	Zona 04	57
20	Praça Portugal	Zona 03	49
21	Praça Princesa Isabel	Zona 04	4 e 5
22	Praça Rubens de Paula Ladeia	Zona 04	68-A
23	Praça Santos Dumont	Zona 01	29 e 30
24	Praça São Francisco de Assis	Zona 06	34
25	Praça Tamoio	Zona 06	49
26	Praça Tiradentes	Zona 05	7-A
27	Praça Vale do Sol	Jardim Vale do Sol - Vila Nova União	7-A
28	Praça Vale do Sol	Jardim Vale do Sol - Vila Nova União	
29	Praça	Jardim Gleba Figueira	
30	Praça	Jardim Maria Lucia	
31	Praça	Jardim Pradópolis	
32	Praça	Parque Campo Belo	
33	Praça	Parque Colina Verde	23
34	Praça	Parque Colina Verde	Praça Única
35	Praça	Parque das Jaboticabeiras	
36	Praça	Parque Residencial Belo Horizonte	Praça I
37	Praça	Parque Residencial Belo Horizonte	Praça II
38	Praça	Parque Residencial Belo Horizonte	Praça III
39	Praça	Parque Residencial Roma	Praça 2
40	Praça	Parque Residencial Roma	Praça 2

Fonte: Prefeitura Municipal de Umuarama – Divisão de Patrimônio, 2024, adaptado pelo autor.

O estudo investigou as praças São Pedro (Distrito de Santa Eliza), Santos Dumont, Alto São Francisco, Tamoio e Sete de Setembro, verificando quais foram os parâmetros considerados para que essas praças recebessem recursos e, após sua revitalização, que mecanismos foram empregados para medir a eficiência do uso dos recursos. A escolha do período de 2018 a 2022 se justifica pela relevância das políticas públicas implementadas nesse intervalo, marcadas por um aumento significativo nas iniciativas de revitalização urbana. O objetivo central foi compreender o processo de investimentos nas praças da cidade de Umuarama, levando-se em conta: parâmetros para a escolha dos espaços públicos a serem revitalizados e mecanismos para mensurar a eficiência na aplicação dos recursos.

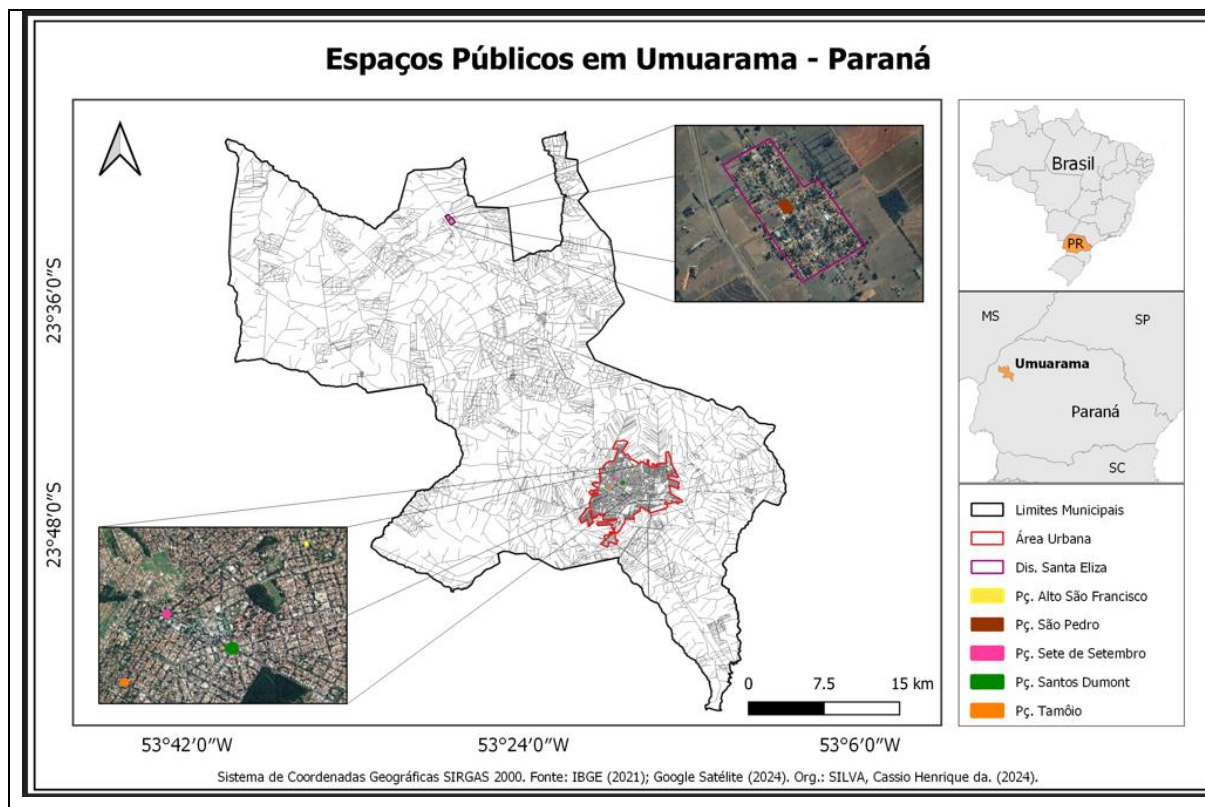
Assim sendo, apresentamos o exemplo da Praça São Pedro, localizada no distrito de Santa Eliza que é uma das praças de Umuarama que funciona como pontos de encontro para a comunidade local. Ela oferece um espaço de convivência essencial, no qual eventos e atividades culturais são frequentemente realizados, fortalecendo os laços sociais na região. Já a Praça Santos Dumont, com sua história, destaca-se como um local de memória coletiva, em que a arquitetura e o paisagismo se combinam para criar um ambiente sereno, ideal para a reflexão e o descanso.

Outras praças em Umuarama também desempenham papéis importantes. A Praça Alto São Francisco é um exemplo de área verde revitalizada, proporcionando um refúgio natural em meio ao ritmo acelerado da cidade, perfeita para passeios e atividades recreativas. A Praça Tamoio, com seu design moderno e funcional, atende às necessidades de lazer da população, oferecendo áreas para a prática de esportes e espaços dedicados às crianças. Por fim, a Praça Sete de Setembro, uma das mais tradicionais da cidade, continua a ser um marco histórico e cultural, preservando a identidade local enquanto serve como um local de socialização e celebração comunitária.

Na Figura 1, apresenta-se um mapa que indica a localização das praças objeto de análise nesta pesquisa: Praça Santos Dumont, Praça Alto São Francisco, Praça Tamoio e Praça Sete de Setembro²². O mapa oferece uma visualização clara das áreas urbanas em estudo, destacando a distribuição dessas praças em diferentes regiões da cidade. Além disso, ele permite uma melhor compreensão do contexto urbano em que essas praças estão inseridas, facilitando a análise das dinâmicas sociais e espaciais relacionadas a cada uma delas. Esse recurso visual é essencial para ilustrar a relação entre os espaços públicos e o desenvolvimento urbano de Umuarama, evidenciando a importância dessas praças na configuração da cidade e no cotidiano de seus habitantes.

²² Todas situadas na cidade de Umuarama.

Figura 1- Localização das Praças objeto de estudo da presente pesquisa.



Fonte: Elaborado pelo Autor.

4.1.2 A Praça São Pedro: do processo de formação histórica aos investimentos

A Praça São Pedro, situada no distrito de Santa Eliza, em Umuarama, é um local de relevância para a vida social e cultural da comunidade local. Localizada no centro do distrito, com a Avenida Brasil e a Rua São Luiz como pontos de referência, a praça fica de frente à igreja católica Sagrado Coração de Jesus, sendo um importante ponto de encontro para os moradores²³. A história da praça está ligada ao processo de colonização e desenvolvimento do distrito, que teve início com a chegada dos primeiros desbravadores e colonizadores, muitos deles oriundos de outras regiões do Paraná e do Sul do Brasil. Esses pioneiros foram responsáveis por estabelecer as primeiras estruturas comunitárias, incluindo a praça, que rapidamente se tornou o epicentro da vida social no distrito conforme Figura 2.

²³ Pesquisa realizada na Biblioteca Municipal de Umuarama, pesquisa na junto a casa paroquial no acervo da igreja e por meio de entrevistas com moradores locais. Entretanto, não foi possível localizar imagens históricas da praça.

Figura 2 - Imagem aérea Praça São Pedro – Distrito de Santa Eliza 2023



Fonte: Secretaria Municipal de Imprensa, 2024, adaptado pelo autor.

Desde sua criação, a Praça São Pedro tem sido um espaço vital para a convivência dos moradores, servindo como palco para celebrações religiosas, eventos culturais²⁴ e encontros comunitários. Batizada em homenagem a São Pedro, o padroeiro da comunidade, a praça reflete a devoção religiosa dos primeiros habitantes e continua a ser um local de importância espiritual e social.

Além de seu valor histórico, é símbolo da união comunitária e da resistência cultural dos habitantes do distrito de Santa Eliza²⁵. Desde os primeiros passos do distrito, a praça desempenha um papel central, espelhando o crescimento e a evolução da comunidade ao longo dos anos. A tradição de se reunir na praça nasceu junto com os primeiros moradores que chegaram à região na década de 1950, atraídos pela fertilidade das terras e pelo clima promissor para o cultivo agrícola.

Na época, a praça não possuía a estrutura moderna de hoje²⁶. Os primeiros bancos foram colocados pelos próprios moradores, e o paisagismo era rudimentar, feito com mudas plantadas

²⁴ A tradicional Festa do Padroeiro São Pedro, realizada anualmente em 29 de junho na Praça São Pedro, é um evento cultural e religioso que une a comunidade local e visitantes. A celebração inclui uma procissão e missa solene, reforçando a fé católica, com barracas de comidas típicas e artesanato local.

Apresentações teatrais, incluindo as peças "*Um Clássico de Natal*" e "*O Soldadinho de Chumbo*".

²⁵ Santa Elisa pertencia à igreja do Egito, onde dava testemunho de fé e de perseverança na caridade. Por isso, ela e mais quatro irmãos na fé, pertencentes à mesma comunidade, foram enviados como missionários às minas da Cilícia, região da atual Turquia. A missão do pequeno grupo era a de confortar os irmãos na fé presos naquele lugar. Após vencerem as grandes dificuldades da viagem, chegaram ao seu destino. O que eles não sabiam é que os romanos tinham reforçado a guarda nas entradas das minas. Por isso, o pequeno grupo de missionários foi preso. E aconteceu que, mesmo não tendo entrado nas prisões e confortado seus irmãos na fé, o testemunho de Santa Elisa e seus amigos chegou aos prisioneiros, pois todos ficaram sabendo da coragem e do amor a Jesus Cristo testemunhado pelos santos que vieram do Egito. Com efeito, eles enfrentaram firmes a todos os interrogatórios e torturas dos romanos. (<https://cruzterrasanta.com.br/historia-de-santa-elisa/74/102/>).

²⁶ Durante a etapa de pesquisa documental, não foi possível localizar registros oficiais, imagens ou documentos históricos relacionados à origem das praças analisadas. Foram realizadas consultas no acervo da Biblioteca

pela comunidade. Esses pioneiros plantaram árvores, que proporcionavam sombra e ajudavam a definir o ambiente acolhedor do local. A igreja de Sagrado coração de Jesus, localizada no distrito de Santa Eliza, em Umuarama, Paraná, tem uma história que se entrelaça com o desenvolvimento da comunidade local, construída pouco tempo depois, completou o espaço ao fornecer um ponto de referência espiritual para os moradores. Essa proximidade entre a praça e a igreja consolidou a Praça São Pedro como o verdadeiro coração de Santa Eliza, um local onde fé, cultura e vida social se entrelaçam.

Com o passar do tempo, o distrito cresceu, e a praça acompanhou essa expansão. Novas necessidades surgiram, e o local passou a abrigar uma variedade de eventos e atividades, desde festas religiosas em homenagem ao padroeiro São Pedro até feiras comunitárias e apresentações culturais. Por muitos anos, a festa anual de São Pedro²⁷ é um dos eventos mais aguardados da comunidade, com procissões, missas campais e celebrações que atraem não só os moradores de Santa Eliza, mas também visitantes de áreas vizinhas. A praça, com seu caráter multifuncional, passou a desempenhar um papel ainda mais significativo, reforçando seu status como símbolo de identidade e pertencimento para os habitantes do distrito.

Em 2018, a Praça São Pedro foi alvo de uma ampla revitalização, que trouxe ao local uma série de melhorias. A intervenção contou com um investimento de R\$ 276.905,91²⁸ (duzentos e setenta e seis mil, novecentos e cinco reais e noventa e um centavos), foi realizada com o intuito de modernizar a infraestrutura e proporcionar maior conforto e segurança para os frequentadores. Além disso, os moradores estavam cada vez mais engajados em transformar a praça em um espaço que refletisse as necessidades de lazer e convivência de uma comunidade em crescimento. Dessa forma, o projeto de revitalização visava não apenas à renovação do espaço físico, mas também ao fortalecimento da coesão social e cultural do distrito.

A revitalização incluiu a instalação de novos equipamentos de lazer, como playgrounds para as crianças e bancos confortáveis para os idosos e famílias. A praça ganhou também novas áreas de convivência, projetadas para oferecer um ambiente acolhedor e seguro para as

Municipal e também entrevistas informais com moradores antigos da cidade. No entanto, tais esforços não resultaram em informações suficientes ou verificáveis. Diante disso, optou-se por não incluir esse recorte na presente dissertação, a fim de preservar o rigor metodológico do trabalho.

²⁷ Foto da Festa de São Pedro, informações no link: https://site.diocesedeumuarama.org.br/wp-content/uploads/2024/10/IMG_0102.webp%20acesso%2020/02/2025.

²⁸ Tomada de preço 05/2018 objeto: Contratação de empresa de arquitetura ou engenharia, sob regime de empreitada global para revitalização da Praça São Pedro - Distrito de Santa Eliza, Município de Umuarama — PR., com recursos provenientes do contrato de repasse n° 1039372-84, celebrado com o Ministério das Cidades/Caixa — SICONV n° 844571/2017, conforme projetos e planilhas em anexo ao processo, de acordo com as normas, condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus anexos.

atividades diárias dos moradores. O paisagismo foi remodelado, com a inclusão de novas espécies de plantas e flores, que trouxeram mais cor e vida ao espaço. Além disso, a acessibilidade foi melhorada²⁹, com a implantação de rampas, pisos táteis e caminhos adaptados. As árvores históricas, plantadas pelos pioneiros, foram preservadas e passaram a compor uma paisagem harmoniosa, que mescla o passado e o presente de Santa Eliza.

A modernização do sistema de iluminação pública foi um dos aspectos mais importantes da revitalização. Com a instalação de postes com lâmpadas LED³⁰, a praça tornou-se um local seguro para passeios noturnos, incentivando o uso do espaço em qualquer horário. Antes da revitalização, a iluminação era limitada e muitos moradores evitavam a praça à noite. Com a melhoria na segurança, a comunidade voltou a frequentar o local em eventos noturnos, como encontros de jovens, reuniões comunitárias e celebrações religiosas que se estendem pela noite.

Importante destacar que o processo de revitalização foi planejado sem a participação dos moradores de Santa Eliza, que poderiam contribuir com sugestões sobre como o espaço poderia ser melhorado. Essa abordagem colaborativa garantiria que o resultado atendesse melhor às expectativas da comunidade e respeitasse a história e as tradições locais. Durante o período de obras, que se estendeu de 2018 a 2019, houve um esforço da prefeitura para minimizar o impacto das intervenções na rotina dos moradores, e a reabertura da praça revitalizada foi comemorada com uma festa que contou com a presença de autoridades locais e da população.

Após a revitalização, a Praça São Pedro tornou-se um espaço público multifuncional, sendo utilizada para eventos e atividades. Atualmente a praça é utilizada por moradores e usuários³¹, sendo ela um ponto de encontro onde se criam memórias e se compartilham momentos especiais.

²⁹ O processo completo da licitação pode ser acessado através do link <https://servicos.umuarama.pr.gov.br/portaltransparencia-api/api/files/arquivo/98738>, O Projeto Arquitetônico das rampas de acessibilidade, encontra-se a partir da página 10 do documento.

³⁰ Tomada de Preço 09/2018 Objeto: Contratação de empresa sob regime de empreitada global, para fornecimento de materiais elétricos (luminárias) e mão de obra de engenharia elétrica, para aprovação de projetos elétricos, perante a COPEL, de iluminação pública e execução de serviços de substituição das luminárias atuais por iluminação de LED, localizada na Praça São Pedro, Distrito de Santa Eliza - Município de Umarama – PR, conforme projetos e planilhas em anexo ao processo, de acordo com as normas, condições e especificações estabelecidas neste Edital.

³¹ Os **moradores** são aqueles que residem no entorno imediato da praça, experimentando seu impacto direto no cotidiano, como o barulho, a iluminação e as interações frequentes com o espaço. Por outro lado, os **usuários** são pessoas que frequentam a praça para atividades específicas, como lazer, exercícios ou eventos, mas sem vínculos permanentes com a área. Essa distinção reflete diferenças nas expectativas: enquanto os moradores tendem a valorizar aspectos como segurança e manutenção regular, os usuários frequentemente priorizam a funcionalidade e a atratividade do espaço para seus propósitos temporários.

O impacto da revitalização é sentido diariamente pelos moradores de Santa Eliza, que usufruem de um espaço público (como pôde ser observado na pesquisa de campo). A praça revitalizada teve como objetivo atrair um maior número de visitantes e também fortalecer a identidade comunitária que promove o bem-estar dos habitantes. Para as crianças, o playground representa um local divertido onde podem brincar e interagir com amigos. Para os idosos, os bancos e áreas sombreadas oferecem um ambiente para encontros e conversas. Já para os jovens, a praça representa um local de socialização e lazer.

A revitalização da Praça São Pedro, portanto, representa um esforço coletivo para preservar o legado dos pioneiros e assegurar que o espaço continue sendo um ponto de referência e união para as gerações futuras. A praça é hoje um símbolo vivo da história e cultura de Santa Eliza e tem seu papel como centro da vida social, cultural e religiosa da comunidade. Cada detalhe, desde o paisagismo até a iluminação, foi pensado³² conforme Figura 3 abaixo, para proporcionar um ambiente seguro, acolhedor e funcional, reafirmando o compromisso da comunidade em manter suas tradições vivas e promover o desenvolvimento local.

Com sua infraestrutura modernizada, a Praça São Pedro segue cumprindo sua missão de ser um espaço de encontro e celebração para todos, um verdadeiro marco na história de Santa Eliza. Ela representa a continuidade de uma história iniciada há décadas e simboliza a dedicação de uma comunidade que se orgulha de seu passado e trabalha em prol de um futuro ainda mais promissor.

Figura 3 - Imagens da Praça São Pedro, calçadas e playground 2024



³² Apesar do planejamento não contar com sugestões da população. Modelos de Gestão Centralizados – Em muitos casos, o planejamento urbano e os investimentos públicos seguem diretrizes governamentais pré-estabelecidas, baseadas em critérios técnicos, estudos de viabilidade e normativas legais, sem necessariamente envolver a participação direta da população.



Fonte: Secretaria Municipal de Imprensa, 2024, adaptado pelo autor.

A revitalização incluiu a modernização do paisagismo, a instalação de novos equipamentos de lazer, como playgrounds e áreas de convivência, além da melhoria substancial da iluminação pública que foi projetada para aumentar a segurança durante o uso noturno da praça; conforme previsto na cláusula segunda do contrato 125/2018³³. Esses investimentos foram planejados com o objetivo de tornar a praça mais atrativa e segura, incentivando o maior uso comunitário e promovendo atividades ao ar livre para moradores e visitantes conforme demonstrado no Quadro 2 abaixo.

Quadro 2 - Dados licitação da revitalização Praça São Pedro

Detalhes da Licitação	
Entidade	Prefeitura Municipal de Umuarama
Modalidade	Tomada de Preços
Natureza	Normal
Julgamento	Global
Número/Exercício	05/2018
Covid	Não
Situação	Homologada
Publicação	09/03/2018
Processo Administrativo	05/2018
Abertura	28/03/2018 às 09:00
Valor Máximo Processo	R\$ 277.000,69
Valor Homologado	R\$ 276.905,91

Fonte: Portal de transparência Prefeitura Municipal de Umuarama 2024.

³³ Objeto da tomada de preços 05/2018: Revitalização da Praça São Pedro - Santa Eliza, distrito de Umuarama.

A revitalização foi realizada por meio de um contrato de empreitada global³⁴, viabilizado através de recursos do Ministério das Cidades/Caixa. Essas melhorias reforçaram o papel da praça como um ponto central de convivência, lazer e preservação das tradições locais, garantindo sua continuidade como um marco histórico e social do distrito. É importante mencionar que através da pesquisa documental foi possível constatar a existência de uma licitação na modalidade tomada de preços³⁵ com o nº 09/2018³⁶ para a iluminação públicas descrito no Quadro 3.

Quadro 3 - Dados licitação iluminação Praça de Santa Eliza

Detalhes da Licitação	
Entidade	Prefeitura Municipal de Umuarama
Modalidade	Tomada de Preços
Natureza	Normal
Julgamento	Global
Número/Exercício	09/ 2018
Covid	Não
Situação	Homologada
Publicação	17/04/2018
Processo Administrativo	09/2018
Abertura	10/05/2018 às 09:00
Valor Máximo Processo	R\$ 157.505,00
Valor Homologado	R\$ 151.333,50

Fonte: Portal de transparência Prefeitura Municipal de Umuarama 2024.

Apesar da revitalização e da melhoria na iluminação pública terem sido realizadas simultaneamente, a licitação para cada uma das etapas foi feita de forma separada. Enquanto a revitalização seguiu a modalidade de Tomada de Preços e foi tratada como uma empreitada

³⁴ A empreitada por preço global, também conhecida por preço fechado, é considerado o contrato mais prático e de menor risco que existe, o cliente paga um preço fixo e determinado, e a construtora executa a obra de forma completa, da fundação até o acabamento.

³⁵ Considerada uma das modalidades mais simples e tende a ser escolhida em relação à concorrência. Uma das maiores diferenças entre a tomada de preço e, por exemplo, a concorrência, é a inscrição prévia das empresas interessadas em participar do processo licitatório.

³⁶ Objeto tomada de preços 09/2018: Contratação de empresa sob regime de empreitada global, para fornecimento de materiais elétricos (luminárias) e mão de obra de engenharia elétrica, para aprovação de projetos elétricos, perante a COPEL, de iluminação pública e execução de serviços de substituição das luminárias atuais por iluminação de LED, localizada na Praça São Pedro, Distrito de Santa Eliza - Município de Umuarama – PR, conforme projetos e planilhas em anexo ao processo, de acordo com as normas, condições e especificações estabelecidas neste Edital.

global, a iluminação pública passou por um processo licitatório específico, focado exclusivamente na compra e instalação dos novos postes com lâmpadas LED.

Esse modelo de licitações independentes levantou dúvidas sobre o porquê de não se optar por uma licitação única, que englobasse tanto as reformas estruturais quanto à modernização da iluminação. Essa separação pode indicar uma necessidade burocrática ou uma estratégia para facilitar o acompanhamento de etapas distintas, deixando uma dúvida, pois se optasse por uma única licitação, poderia potencialmente reduzir custos e otimizar a execução do projeto.

Apesar das melhorias realizadas na revitalização, a praça de Santa Eliza ainda carece de um banheiro público, o que limita a comodidade dos moradores e visitantes durante eventos ou atividades prolongadas no local. A ausência dessa infraestrutura básica é frequentemente apontada como uma necessidade pela comunidade, especialmente em dias de maior movimentação. Essa carência contrasta com os avanços em acessibilidade, lazer e paisagismo, destacando uma área que ainda precisa de atenção para tornar o espaço mais funcional e completo.

A Praça São Pedro, portanto, permanece como um espaço público que teve um planejamento e revitalização por parte da Prefeitura, e podem fortalecer a identidade e o espírito comunitário de uma localidade. A história de sua criação, os anos de convívio, celebrações e as recentes melhorias são parte de um ciclo que reforça o vínculo dos moradores com o espaço e preserva as tradições locais. A revitalização de 2018-2019 trouxe algumas novidades e segurança. A praça segue desempenhando um papel no distrito de Santa Eliza, refletindo a história de seus primeiros colonizadores e mantendo vivo o sentido de pertencimento entre as gerações atuais.

A revitalização da Praça São Pedro representa o compromisso contínuo da comunidade e das autoridades locais em assegurar que Santa Eliza disponha de ambientes acolhedores e funcionais para o convívio e o lazer segundo a administração municipal. A praça, agora modernizada é um ponto de referência, não apenas pela sua história, mas também pela qualidade do espaço que oferece a todos. Esse compromisso de preservação e desenvolvimento faz da Praça São Pedro um verdadeiro marco no distrito, mantendo viva a memória dos pioneiros e fortalecendo os laços que unem seus habitantes.

4.1.3 Praça Santos Dumont

A Praça Santos Dumont é um dos pontos históricos de Umuarama, sua fundação está ligada ao desenvolvimento urbano da cidade que começou a ser planejada e construída na década de 1950. Umuarama, fundada em 1955, foi projetada com várias praças como parte essencial de sua estrutura urbana, refletindo o pensamento urbanístico da época, que valorizava os espaços públicos como locais de convivência e lazer para a população.

A Praça Santos Dumont está localizada no coração de Umuarama, no bairro Zona I, uma região central e de fácil acesso. A praça é delimitada por importantes vias da cidade, incluindo a Avenida Paraná, que é uma das principais avenidas de Umuarama, e as Avenidas Brasil e Presidente Castelo Branco. Sua localização estratégica a torna um ponto de referência na cidade, sendo cercada por comércio local, serviços e estabelecimentos que movimentam a região, tornando-a um espaço de grande relevância para a vida urbana e social da comunidade.

A Praça foi assim nomeada em homenagem a Alberto Santos Dumont (1873/1932)³⁷, um dos grandes nomes da aviação brasileira e mundial. Praças como essa não eram apenas locais de lazer, simbolizavam, também, a conexão da cidade com figuras de importância histórica e cultural no cenário nacional. Embora os registros detalhados da inauguração da Praça Santos Dumont possam ser escassos, é provável que sua construção tenha ocorrido nas primeiras fases do desenvolvimento de Umuarama, acompanhando o crescimento e a consolidação da cidade (Figura 4).

³⁷ Santos Dumont (1873-1932) foi um inventor e aeronauta brasileiro conhecido como "o pai da aviação". Foi o primeiro a projetar e construir um balão dirigível que decolou, contornou a Torre Eiffel e aterrizou, valendo-se somente da força de um motor a gasolina. Voando no "balão n.º 6", Santos Dumont demonstrou a dirigibilidade dos balões e conquistou o "Prêmio Deutsch" em 1901, concedido pelo Aeroclube da França, sendo reconhecido como o primeiro a realizar tal façanha. A consagração de Santos Dumont veio com o 14 Bis, um aparelho mais pesado que o ar, que decolou sem a ajuda dos ventos com um motor de 50 cavalos de potência, e pousou na presença dos membros do Aeroclube da França. Informações no link: (https://www.ebiografia.com/santos_dumont/).

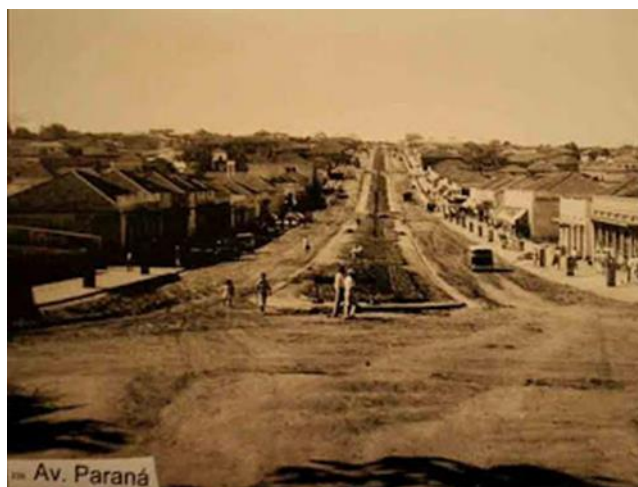
Figura 4 - Imagem aérea Praça Santos Dumont -1963



Fonte: HULSMEYER *et al.* (2011)

Ao longo dos anos, a praça passou por várias reformas e revitalizações, ajustando-se às demandas e ao crescimento da população local (Umuarama, 2022). Na Figura 5 é possível observar a Avenida Paraná que está diretamente ligada a Praça Santos Dumont, uma das importantes vias de acesso a ela.

Figura 5 - Praça Santos Dumont sem data.



Fonte: Prefeitura Umuarama, 2019.

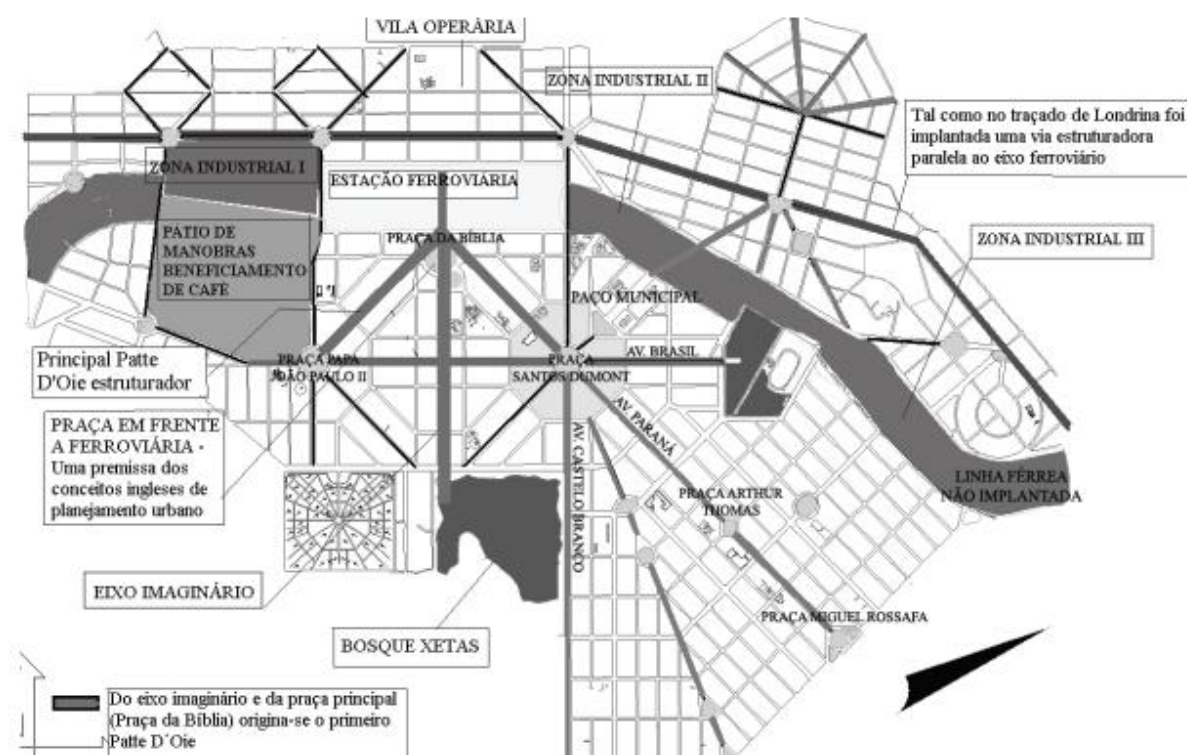
Além de sua importância histórica e cultural, a Praça Santos Dumont se destaca também por suas dimensões. A praça ocupa uma área de aproximadamente 12.000 metros quadrados, proporcionando um espaço amplo para atividades recreativas, eventos comunitários e lazer ao ar livre. Com uma combinação de áreas arborizadas, canteiros e espaços abertos, a praça é um ponto central na vida comunitária de Umuarama, oferecendo tanto um refúgio verde quanto um local de encontro para os moradores da cidade.

Hulsmeyer *et al.* (2011) discute que o traçado urbano de Umuarama é caracterizado por uma superposição de malhas ortogonais e diagonais que estabelecem uma hierarquia dos

espaços livres públicos sobre os privados, destacando a importância das vias e a localização estratégica de praças e parques.

As principais praças surgem nas interseções das diagonais, muitas com características de praças rotatórias. Além disso, a disposição dessas praças está diretamente relacionada aos centros religiosos, político-administrativos e comerciais, refletindo a paisagem urbana planejada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP)³⁸. Esses espaços livres públicos não são apenas áreas sem edificações, mas locais essenciais para a interação social, encontros e o exercício da cidadania. Podendo ser demonstrado conforme a Figura 6.

Figura 6 - Síntese do diagnóstico de traçado de Umuarama, Estado do Paraná (Modificado de CMNP, 1975)



Fonte: HULSMEYER *et al.* (2011).

Segundo Hulsmeyer *et al.* (2011), o plano de organização espacial inicialmente adotado pela CTNP foi desenvolvido em duas escalas de análise: a ocupação regional, centrada na comunicação rodoferroviária, e a estruturação do espaço urbano. O Plano de Ocupação Regional (POR) foi concebido com o objetivo de impulsionar a exploração mercantil por meio

³⁸ A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) é uma empresa brasileira fundada em 1925 por investidores ingleses com o objetivo de colonizar o norte do Paraná.

da exportação de café, prevendo a criação de cidades planejadas para atuarem como polos regionais de comércio e serviços, localizadas a cada 100 km (CMNP).

Este plano incorporava referências à cidade-jardim, com menções diretas aos conceitos de rede de cidades polinucleadas de Howard³⁹, visando a ocupação do "Eldorado de Terras Férteis"⁴⁰, um território associado à modernidade e prosperidade do "Ouro Verde"⁴¹, ideologia dominante entre as décadas de 1920 e 1960, durante a ocupação das três regiões Norte do Paraná: Velho, Novo e Novíssimo. Importante destaque a um levantamento no Museu da Bacia do Paraná (UEM).

Por meio da análise morfológica das cartas dos municípios e dos acervos fotográficos do Museu da Bacia do Paraná (UEM) e Museu Histórico Padre Carlos Weiss (UEL), observa-se que os projetos das principais praças já estavam contidos nessas cartas e que alguns dos conceitos pitorescos definidos por Site (1992), com destaque à importância de riqueza de significados na composição artística, coerentes à escala dos edifícios, faziam parte destes cenários. E ainda, que na composição desses cenários, as praças exercem o papel de elemento ordenador para a configuração dos centros cívico, religioso e comercial. Os principais edifícios são implantados ao redor das principais praças, segundo o zoneamento funcional, previsto pelas Companhias. (Hulsmeyer *et al.*, 2011, p. 92).

No caso da Praça Santos Dumont, localizada em uma área central e comercial da cidade, as intervenções focaram na melhoria da infraestrutura e acessibilidade. Relatórios⁴² da prefeitura apontam a instalação de rampas de acesso, pavimentação tátil para deficientes visuais e a criação de espaços de convivência, como bancos e áreas sombreadas. Essas mudanças foram projetadas para incentivar a circulação de pessoas e dinamizar o comércio local.

Ao analisar o portal de transparência do município, constatamos que os investimentos destinados à revitalização da praça em questão foram formalizados por meio da modalidade de

³⁹ Ebenezer Howard foi um urbanista britânico conhecido por seu conceito de "cidade-jardim", apresentado no livro "*Garden Cities of To-Morrow*" (1898). Esse conceito propunha um modelo de urbanização descentralizada e sustentável, com cidades planejadas que integrassem o meio urbano e o rural, criando redes de cidades menores e autossuficientes interligadas.

⁴⁰ O termo reflete a percepção do norte do Paraná como uma região de grande potencial agrícola, especialmente nas décadas de 1920 a 1960. O solo fértil, conhecido como "terra roxa", tornou-se símbolo de riqueza e prosperidade, atraindo migrantes de várias partes do Brasil.

⁴¹ Este é um termo simbólico associado ao ciclo do café, que foi a principal cultura agrícola da região por décadas. O café era considerado "ouro verde" devido à sua importância econômica, sendo responsável por grande parte da riqueza e desenvolvimento no Paraná.

⁴² Relatórios disponíveis em: <https://servicos.umuarama.pr.gov.br/portaltransparencia-api/api/files/arquivo/138559> . Rapas de acesso página 194 e projeto arquitetônico página 228.

licitação denominada Tomada de Preços nº 015/2018, ao qual originou o contrato de empreitada nº 324/2018⁴³.

O valor máximo estipulado para a contratação foi de R\$ 1.622.176,39 (um milhão, seiscentos e vinte e dois mil, cento e setenta e seis reais e trinta e nove centavos). Esse processo licitatório teve como objetivo específico a execução das obras de revitalização, abrangendo desde melhorias na infraestrutura até a requalificação dos espaços de convivência (conforme Quadro 4).

A escolha dessa modalidade de licitação reflete a necessidade de garantir competitividade e transparência no uso dos recursos públicos, assegurando que as intervenções realizadas na praça atendam aos padrões de qualidade exigidos pelo município. Além disso, o processo licitatório resultou em uma economia para os cofres públicos, já que a licitação foi homologada por R\$ 1.589.718,04⁴⁴, um valor inferior ao inicialmente previsto. Importante destacar que essas encomias permitem que o município direcione os valores poupados para outras necessidades e melhorias da infraestrutura pública.

Quadro 4 - Dados licitação da revitalização Praça Santos Dumont

Detalhes da Licitação	
Entidade	Prefeitura Municipal de Umuarama
Modalidade	Tomada de Preços
Natureza	Normal
Julgamento	Global
Número/Exercício	15/ 2018
Covid	Não
Situação	Homologada
Publicação	01/08/2018
Processo Administrativo	946/2018
Abertura	20/08/2018 às 09:00
Valor Máximo Processo	R\$ 1.622.176,39
Valor Homologado	R\$ 1.589.718,04

Fonte: Portal de transparência Prefeitura Municipal de Umuarama 2024.

⁴³ CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa de arquitetura e ou engenharia, sob regime de empreitada global, para execução de revitalização da Praça Santos Dumont, com área de 116422,41m², Município de Umuarama/PR, conforme projetos e planilhas constantes em Anexo, condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus anexos. (CONTRATO DE EMPREITADA 324/2018 – Prefeitura de Umuarama).

⁴⁴ Objeto tomada de preços 15/2018: Revitalização da Praça Santos Dumont.

Ao longo dos anos, a praça passou por várias reformas e melhorias que buscaram preservar sua relevância histórica enquanto adaptavam o espaço às necessidades contemporâneas da população. Essas intervenções incluíram a renovação do paisagismo, a instalação de novos equipamentos urbanos e a implementação de medidas de acessibilidade, tornando a praça mais inclusiva e funcional.

Além de ser um espaço de lazer, a Praça Santos Dumont também desempenha um papel educativo e cultural, lugar em que monumentos e eventos promovem o conhecimento sobre a história local e nacional. Sua manutenção contínua é um testemunho do valor que a comunidade de Umuarama atribui a este espaço, que continua a ser um símbolo de identidade e orgulho local conforme Figura 7.

Figura 7 - Imagens da Praça Santos Dumont em 2024



Fonte: Secretaria Municipal de Imprensa, 2024, adaptado pelo autor.

Essa revitalização incluiu a modernização de áreas de convivência, garantindo que a praça continue a ser um espaço sustentável e bem utilizado por pessoas de todas as idades. Apesar das significativas melhorias realizadas na Praça Santos Dumont durante a revitalização de 2018, logo se percebeu a necessidade de adicionar uma nova estrutura essencial para o conforto dos frequentadores: a instalação de um banheiro público.

Esse equipamento visava atender à demanda de usuários que, cada vez mais, utilizavam a praça para lazer, encontros e eventos comunitários. A ausência de banheiros públicos era frequentemente apontada como uma limitação, especialmente durante as festividades e

atividades cívicas, quando o fluxo de pessoas no local aumentava consideravelmente. Dessa forma, em 2020, a prefeitura decidiu incluir a construção de banheiros na praça, viabilizada através de um novo processo licitatório, pois o mesmo não estava contemplado no projeto original.

O processo licitatório para essa nova intervenção, realizado na modalidade Tomada de Preços nº 08/2020⁴⁵, teve como objetivo assegurar que a construção dos banheiros seguisse os mesmos critérios de transparência e competitividade aplicados na revitalização anterior conforme Quadro 5 abaixo. O projeto contemplou a instalação de banheiros acessíveis, com divisórias adequadas para garantir a privacidade dos usuários e uma área de fácil acesso para pessoas com mobilidade reduzida. Com essa nova adição, a Praça Santos Dumont consolidou-se ainda mais como um espaço completo e inclusivo, capaz de oferecer conforto e infraestrutura de qualidade para todos os moradores e visitantes, mantendo-se como um verdadeiro marco de convivência urbana em Umuarama.

Quadro 5 - Dados licitação dá para construção de sanitários na Praça Santos Dumont

Detalhes da Licitação	
Entidade	Prefeitura Municipal de Umuarama
Modalidade	Tomada de Preços
Natureza	Normal
Julgamento	Global
Número/Exercício	08 / 2020
Covid	Não
Situação	Homologada
Publicação	12/03/2020
Processo Administrativo	86/2020
Abertura	01/04/2020 às 09:00
Valor Máximo Processo	R\$ 84.626,67
Valor Homologado	R\$ 68.966,86

Fonte: Portal de transparência Prefeitura Municipal de Umuarama 2024.

A construção dos banheiros na Praça Santos Dumont representou um avanço importante para a infraestrutura do espaço público e demonstrou o compromisso da administração em

⁴⁵ Objeto tomada de preços 15/2018: Contratação de empresa de arquitetura e ou engenharia, sob regime de empreitada global, para execução de obras de construção de Sanitários na Praça Santos Dumont, com área de 24,10m², conforme projetos e planilhas em anexo ao processo, de acordo com as normas, condições e especificações estabelecidas neste Edital.

atender às necessidades básicas dos frequentadores. A adição dessa estrutura era muito aguardada, pois oferecia comodidade e acessibilidade para todos, especialmente para crianças que antes tinham dificuldade de permanecer na praça por longos períodos, tendo que utilizar os dos comércios locais.

Com os banheiros, a praça se tornou mais atrativa para a realização de eventos e para o uso diário, reforçando seu papel como local de convivência e lazer para a comunidade de Umuarama. No entanto, com o passar do tempo, foi constatado que a manutenção dos banheiros públicos não recebeu a devida atenção por parte da administração municipal conforme demonstrado na Figura 8 abaixo. O estado de conservação se deteriorou, e problemas como a falta de limpeza regular, iluminação insuficiente e a ausência de reparos nas estruturas danificadas passaram a impactar a usabilidade do espaço.

O descuido transformou o que inicialmente era uma melhoria significativa em um problema, reduzindo o conforto e a segurança dos usuários, que passaram a evitar o uso dos banheiros por conta das condições inadequadas. Esse cenário de abandono não só compromete a infraestrutura dos banheiros, mas também desvaloriza o investimento público realizado.

A falta de manutenção constante nos banheiros públicos levanta preocupações sobre a gestão dos espaços urbanos e a responsabilidade da administração em preservar o patrimônio público. A situação reflete uma necessidade urgente de políticas de manutenção mais eficientes, que garantam que as melhorias realizadas na praça realmente atendam a comunidade a longo prazo.

Para que a Praça Santos Dumont cumpra plenamente seu papel de espaço inclusivo e acolhedor, é fundamental que a administração pública retome o compromisso com a conservação dos banheiros, assegurando que a infraestrutura permaneça em condições adequadas de uso para os frequentadores e continue a valorizar o investimento feito com recursos públicos.

Figura 8 - Imagens do banheiro da Praça Santos Dumont em 2024

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

A Praça Santos Dumont, com sua história rica e seu papel central na vida urbana de Umuarama, continua a ser um espaço essencial para a convivência, lazer e celebração comunitária. Desde sua criação, ela foi pensada para ser um ponto de encontro onde a população pudesse se reunir e cultivar laços sociais, fortalecendo a identidade local. As reformas e intervenções realizadas ao longo dos anos, incluindo a revitalização de 2018 e a instalação dos banheiros em 2020, refletem o esforço contínuo para adaptar o espaço às necessidades atuais dos cidadãos, mantendo seu valor histórico e cultural. Esses investimentos tornaram a praça um símbolo de cuidado com o patrimônio público e de valorização da qualidade de vida dos moradores.

Contudo, para que a Praça Santos Dumont mantenha seu papel de destaque e continue a ser um local de encontro e bem-estar, é fundamental que a administração pública se comprometa com a manutenção contínua de suas instalações, incluindo a preservação dos

banheiros. O estado de conservação adequado não apenas valoriza o investimento feito, mas também demonstra respeito aos cidadãos que utilizam o espaço diariamente. A revitalização de praças e outros espaços públicos deve sempre vir acompanhada de um compromisso de longo prazo com a manutenção, garantindo que esses locais permaneçam em boas condições para serem desfrutados pelas futuras gerações, perpetuando o legado de convivência e pertencimento que a Praça Santos Dumont representa para a cidade de Umuarama.

4.1.4 Praça Alto São Francisco

A Praça Alto São Francisco está localizada em Umuarama, Paraná, e é uma das áreas verdes mais conhecidas da cidade. Situada no bairro Alto São Francisco, Zona IV, em Umuarama, Paraná. A praça é cercada por vias residenciais, destacando-se a Rua Curitiba e a Rua Florianópolis, que contornam a área. Localizada em uma região predominantemente residencial, a praça serve como um espaço de lazer e convivência para os moradores do bairro, oferecendo um ambiente tranquilo e arborizado. A localização da praça, em um dos bairros tradicionais da cidade, reforça sua importância como ponto de encontro e descanso para a comunidade local⁴⁶.

Quanto à sua criação, a Praça Alto São Francisco foi construída na década de 1960, durante o período de desenvolvimento urbano acelerado da cidade de Umuarama. A cidade, que foi fundada em 1955, passou por um processo de urbanização planejada, e a praça foi concebida como parte desse projeto. O objetivo era criar espaços públicos que refletissem os princípios de planejamento urbano da época, focados em oferecer áreas de lazer e interação social em meio ao crescimento populacional (Hulsmeyer *et al.*, 2011).

Embora não tenham sido encontrados registros oficiais que expliquem a origem do nome "Praça Alto São Francisco", presume-se que sua denominação esteja relacionada à sua localização no bairro de mesmo nome, essa correspondência sugere que o nome da praça provavelmente deriva do nome do bairro. A ausência de registros históricos específicos ressalta a importância de preservar e documentar a história local para as gerações futuras.

Criada na década de 1960, em um período de grande expansão urbana, a praça foi parte de um projeto maior de urbanização planejada, refletindo o pensamento urbanístico da época. Em um período em que a cidade crescia rapidamente, impulsionada pelo desenvolvimento

⁴⁶ Pesquisa realizada na Biblioteca Municipal de Umuarama, junto a moradores e comerciantes locais. Apesar dos esforços, não foram encontradas imagens históricas da Praça Alto São Francisco.

agrícola e pelo aumento populacional, áreas verdes como a Praça Alto São Francisco foram concebidas para oferecer uma contrapartida natural ao ambiente urbano, proporcionando à população um espaço para lazer, descanso e integração social. Sua localização em uma área predominantemente residencial reforça a função comunitária da praça, que ao longo dos anos se consolidou como um ponto de encontro e convivência para os moradores.

Historicamente, a Praça Alto São Francisco desempenha um papel importante na preservação ambiental dentro do bairro. A década de 1960 foi um período marcante para a fundação e o planejamento das cidades no Paraná, e Umuarama não foi exceção. Com a fundação da cidade em 1955, as autoridades locais procuraram integrar áreas verdes ao desenvolvimento urbano, em consonância com as ideias urbanísticas de então.

A praça foi projetada para manter uma ampla vegetação e oferecer espaços abertos para a população, refletindo a preocupação com a qualidade de vida urbana. A criação de áreas verdes como essa visava não apenas à promoção do lazer e do bem-estar, mas também ao fortalecimento dos laços comunitários, incentivando os moradores a se reunirem e interagirem em um ambiente acolhedor e natural conforme demonstrado na Figura 9 abaixo.

Com o passar dos anos, a Praça passou a fazer parte da identidade do bairro e da própria cidade de Umuarama. Embora não existam registros históricos de sua fundação, um levantamento recente feito pelo Departamento de Patrimônio revelou que a praça não possui escritura registrada em nome do município.

Essa situação levanta questões sobre a regularização fundiária da área, o que pode impactar a segurança jurídica e a possibilidade de novas intervenções e melhorias no local. A falta de escritura pode significar, em termos práticos, que a praça esteja sob condições jurídicas frágeis, o que poderia dificultar o acesso a investimentos e projetos de revitalização futuros. Por outro lado, essa descoberta motivou o município a buscar formas de regularizar o espaço, visando assegurar que a praça continue a servir a comunidade de maneira sustentável e permanente.

Apesar do desafio relacionado à ausência de escritura registrada em nome do município, a administração pública, com base nos documentos históricos disponíveis e nos registros que possui, conseguiu viabilizar a intervenção da Praça Alto São Francisco. Esses documentos, forneceram respaldo para a realização das intervenções necessárias, incluindo a preservação da vegetação nativa e o incremento das áreas verdes.

A Praça Alto São Francisco, recebeu um projeto de requalificação ambiental, com ênfase na preservação da vegetação nativa e no aumento das áreas verdes. Documentos ambientais e projetos urbanísticos ressaltam a importância dessa intervenção para a melhoria

da qualidade do ar e a criação de um microclima mais ameno na região, além de proporcionar um refúgio natural dentro do ambiente urbano (Hulsmeyer *et al.*, 2011).

Figura 9 - Imagens da Praça Alto São Francisco em 2024



Fonte: Secretaria Municipal de Imprensa, 2024, adaptado pelo autor.

Em pesquisa realizada no portal de transparência foi possível verificar que a modalidade do procedimento licitatório utilizado na contratualização da revitalização da praça foi uma Tomada de Preços n.º 025 de 2021 demonstrado no Quadro 6 que originou o contrato n.º 290 de 2021 no valor de R\$ 305.104,00 (trezentos e cinco mil e cento e quatro reais).⁴⁷

Quadro 6 - Dados licitação da revitalização Alto São Francisco

Detalhes da Licitação	
Entidade	Prefeitura Municipal de Umuarama
Modalidade	Tomada de Preços
Natureza	Normal
Julgamento	Global
Número/Exercício	25 / 2021
Covid	Não
Situação	Homologada
Publicação	03/07/2021
Processo Administrativo	600/2021
Abertura	31/08/2021 às 09:00

⁴⁷ Cláusula Segunda: Contratação de empresa, sob regime de empreitada global, para execução de obra de revitalização da Praça Alto São Francisco, com área de 5.983,34m², localizada na zona IV, município de Umuarama, conforme projetos e planilhas em anexo ao processo, de acordo com as normas, condições e especificações estabelecidas na Tomada de Preços n.º 025/2021 - PMU e seus anexos. Local: Praça Alto São Francisco. zona IV - Município de Umuarama - PR. (CONTRATO DE EMPREITADA 290/2021 – Prefeitura de Umuarama).

Valor Máximo Processo	R\$ 305.104,00
Valor Homologado	R\$ 305.104,00

Fonte: Portal de transparência Prefeitura Municipal de Umuarama 2024.

No aspecto ambiental, a Praça Alto São Francisco é notável por sua rica vegetação que inclui árvores nativas e espaços gramados, proporcionando uma experiência diferenciada para os frequentadores. A requalificação ambiental pela qual a praça passou recentemente teve como um dos principais objetivos a preservação dessa vegetação e o incremento das áreas verdes, garantindo que o espaço continuasse a oferecer um ambiente saudável e equilibrado. Além disso, foram implementadas melhorias na acessibilidade⁴⁸, como rampas de acesso e caminhos adaptados, assegurando que o espaço seja inclusivo e acolha pessoas com diferentes necessidades.

Especialistas em urbanismo e meio ambiente destacam que as áreas verdes urbanas são fundamentais para a qualidade do ar e o conforto térmico, especialmente em cidades de clima quente, como Umuarama. Com essa requalificação, a Praça Alto São Francisco ganhou um papel ainda mais relevante como refúgio natural no meio urbano, colaborando para a criação de um microclima mais ameno, o que é especialmente apreciado pelos moradores nas épocas de maior calor.

A preservação da praça também está alinhada com uma tendência crescente de valorização dos espaços públicos verdes em cidades de médio porte. Umuarama, como muitas cidades brasileiras, tem enfrentado desafios decorrentes da urbanização e do aumento do tráfego de veículos, o que torna ainda mais importante a conservação de espaços que ajudem a melhorar a qualidade do ar e reduzir o impacto das ilhas de calor. A Praça Alto São Francisco, ao oferecer uma área ampla e bem cuidada de vegetação, cumpre esse papel de forma exemplar, servindo como um modelo de como a integração entre natureza e cidade pode beneficiar a qualidade de vida dos moradores.

Além do valor ambiental, a Praça Alto São Francisco é um espaço de grande importância cultural e social. Desde sua criação, ela tem sido palco de eventos comunitários, celebrações locais e encontros familiares. Moradores do bairro possuem lembranças afetivas da praça, que desde a infância é parte de suas vidas, sendo um espaço de brincadeiras, piqueniques e confraternizações.

⁴⁸ O projeto arquitetônico completo encontra-se detalhado na página 48 do documento disponível no link: <https://servicos.umuarama.pr.gov.br/portalthransparencia-api/api/files/arquivo/236360>.

Esse vínculo emocional reforça a importância da praça para a comunidade, transformando-a em um verdadeiro patrimônio afetivo do bairro. No entanto, para que continue a desempenhar esse papel, é fundamental que o município avance no processo de regularização fundiária, assegurando que a área possa ser preservada e melhorada com o passar do tempo.

A praça proporciona aos moradores do bairro e arredores a oportunidade de usufruir de um ambiente ao ar livre, sem a necessidade de se deslocarem para outras regiões da cidade. Esse acesso fácil e conveniente contribui para uma melhor qualidade de vida, incentivando hábitos saudáveis e promovendo uma maior interação social entre os frequentadores.

A ausência de escritura em nome do município destaca uma questão que muitas cidades brasileiras enfrentam: a falta de regularização de áreas públicas estabelecidas em décadas passadas. Esse é um problema que pode limitar as possibilidades de investimento e de desenvolvimento sustentável dos espaços.

Em resposta a essa situação, a administração pública tem buscado formas de resolver essa pendência legal, com o objetivo de garantir que a Praça Alto São Francisco permaneça um bem comum e possa receber futuras melhorias. A regularização permitiria ao município desenvolver projetos de conservação e até mesmo acessar recursos estaduais e federais destinados à manutenção de áreas verdes urbanas.

A Praça Alto São Francisco recebeu a instalação de um banheiro público como parte das recentes melhorias realizadas no local. Essa infraestrutura representa um avanço importante para atender às necessidades dos frequentadores, especialmente durante eventos comunitários ou em momentos de maior movimentação demonstrado na Figura 10 abaixo. A inclusão do banheiro público reforça o compromisso com a funcionalidade da praça, complementando os avanços na preservação ambiental e no incremento das áreas verdes.

No entanto, o banheiro público é frequentemente utilizado por pessoas em situação de vulnerabilidade, o que tem gerado desafios para a sua manutenção e acessibilidade. Essa situação, além de levantar preocupações relacionadas à higiene, também dificulta o uso regular por parte da comunidade local. Para que essa infraestrutura atenda de forma efetiva a todos os públicos, torna-se essencial a implementação de políticas integradas que conciliem assistência social e uma gestão mais eficiente do espaço.

Figura 10 - Imagens banheiro Praça Alto São Francisco 2024

Fonte: Portal de transparência Prefeitura Municipal de Umuarama 2024.

A Praça Alto São Francisco, apesar de sua situação fundiária indefinida, continua sendo um exemplo de espaço público que contribui para o equilíbrio entre urbanização e natureza. Os projetos de requalificação ambiental realizados ao longo dos anos mostram um compromisso da cidade com a preservação desse espaço, garantindo que ele permaneça um local seguro, acessível e agradável para os moradores. À medida que a cidade cresce e novas demandas surgem, a importância de áreas como a Praça Alto São Francisco tende a se intensificar, reforçando a necessidade de uma gestão cuidadosa e responsável para assegurar que o espaço continue a beneficiar a população.

Essa participação popular é essencial para que a praça se mantenha bem cuidada e preservada, pois reflete o senso de pertencimento e valorização do patrimônio comum por parte dos moradores. Ao assegurar a continuidade desses esforços, Umuarama poderá garantir que a Praça Alto São Francisco permaneça como um verdadeiro pulmão verde e um ponto de encontro de gerações, contribuindo para o bem-estar da comunidade e para a memória histórica da cidade.

Em resumo, a Praça Alto São Francisco é muito mais do que uma área verde; é um espaço de significados e de encontros, um patrimônio do bairro e de toda a cidade de Umuarama. Sua história, intimamente ligada ao crescimento urbano planejado da década de 1960, e sua função ambiental e social, a tornam indispensável para a comunidade.

A busca pela regularização fundiária representa um passo importante para garantir que o espaço permaneça protegido e disponível para as próximas gerações. Como um símbolo do equilíbrio entre urbanização e natureza, a praça continuará a ser um local de convívio e de respiro para a cidade, uma herança que combina memória, meio ambiente e qualidade de vida.

4.1.5 Praça Tamoio

A Praça Tamoio está localizada na região central de Umuarama, no bairro Zona VI, o que a torna um ponto de fácil acesso e uma referência importante para a comunidade local. A praça é delimitada pela Avenida Rio Grande do Norte e pelas Avenidas dos Tamoios e Padre José G. Neto, que facilitam o fluxo de pedestres e veículos, conectando-a a diversas áreas residenciais e comerciais da cidade. Sua localização estratégica permite que a praça seja parte do cotidiano dos moradores, servindo como espaço de lazer, convivência e local para eventos comunitários, reforçando seu papel central na vida urbana de Umuarama⁴⁹.

Não foi possível identificar, na pesquisa realizada, documentos que expliquem a origem do nome "Tamoio" para o local em questão. Entretanto, a palavra "tamoio" (Perrone-Moisés; Sztutman, 2003) tem origem na língua tupi e está associada a significados de antiguidade e ancestralidade. Deriva de "tamu'ya", que significa "o mais antigo" ou "os primeiros habitantes". Historicamente, o termo está relacionado a um grupo indígena que habitava o litoral do Brasil, especialmente nas regiões que hoje correspondem aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, e à Confederação dos Tamoios, uma aliança de povos indígenas contra os colonizadores portugueses no século XVI. No contexto linguístico e cultural, "tamoio" representa a conexão com os primeiros habitantes do território brasileiro e valoriza a história indígena do país.

A Praça Tamoio foi criada na década de 1960, durante o período de expansão urbana de Umuarama. Esse período foi marcado por um planejamento cuidadoso da cidade, que incluía a criação de várias praças e parques destinados a promover o bem-estar social e a integração da comunidade. Como outras praças da cidade, a Praça Tamoio foi concebida como um espaço público essencial, contribuindo para a estrutura urbana planejada de Umuarama.

A criação da Praça Tamoio na década de 1960 foi parte de um projeto mais amplo que visava incluir várias praças e áreas verdes no traçado urbano, inspirando-se em conceitos que defendiam o acesso universal a espaços de lazer. O plano original da cidade previa que esses espaços funcionariam como locais de convivência, destinados a aproximar os moradores e

⁴⁹ Levantamento realizado na Biblioteca Municipal de Umuarama, bem como por meio de conversas com moradores e comerciantes da região. Contudo, não foram encontradas fotografias antigas da Praça Tamoyo.

oferecer refúgio em meio ao cotidiano urbano. Desde o princípio, a Praça Tamoio foi projetada para ser uma área de encontro e lazer para a comunidade, complementando as vias de circulação e os polos comerciais e residenciais da cidade. No entanto, ao longo dos anos, a praça acabou se tornando um espaço subutilizado, atraindo menos pessoas do que o esperado para uma área com localização central.

Um dos motivos apontados pela comunidade para a baixa utilização da Praça Tamoio é a carência de atividades e atrações que promovam o uso frequente do espaço. Em comparação com outras praças de Umuarama, como a Praça Santos Dumont ou a Praça Miguel Rossafa⁵⁰, que possuem áreas atrativas e eventos comunitários regulares, a Praça Tamoio carece de uma programação constante e de infraestrutura que incentive as pessoas a frequentá-la. Além disso, a configuração física da praça, com poucas áreas de sombra e a presença limitada de mobiliário urbano, acaba tornando o espaço menos acolhedor, especialmente nos dias mais quentes, quando a população procura refúgio em locais mais arborizados.

Umuarama conta com um Plano de Arborização Urbana regulamentado pela Lei Complementar nº 482, de 28 de dezembro de 2020⁵¹, que estabelece diretrizes para o planejamento, manejo e expansão das áreas verdes no município. Essa legislação abrange, entre outros espaços, as praças públicas da cidade, reafirmando a importância desses locais como áreas essenciais para o lazer, convivência e preservação ambiental. O plano tem como objetivo principal promover a preservação ambiental, melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e adaptar a cidade às mudanças climáticas. Ele regulamenta ações como o plantio de novas árvores, a substituição de espécies inadequadas ou danificadas e a manutenção das áreas verdes existentes, garantindo um manejo sustentável e ordenado da arborização urbana.

O Plano de Arborização também incentiva a participação comunitária na conservação do patrimônio ambiental do município, reconhecendo o papel ativo dos moradores nesse processo. A lei define critérios técnicos para a escolha das espécies arbóreas, levando em conta aspectos como compatibilidade com o ambiente urbano, segurança e benefícios ecológicos, como a melhoria da qualidade do ar e o controle das ilhas de calor. Ao incluir as praças públicas

⁵⁰ A Praça Miguel Rossafa, localizada no coração de Umuarama, é um ponto de encontro popular para moradores e visitantes. O espaço é conhecido por suas áreas verdes bem cuidadas, canteiros floridos e infraestrutura que inclui playgrounds para crianças, equipamentos de ginástica para adultos e uma academia da terceira idade. Além disso, a praça é cercada por diversas opções gastronômicas, como lanchonetes e bares, tornando-se um local ideal para caminhadas, exercícios físicos e momentos de lazer em família.

⁵¹ Plano de Arborização Urbana do Município de Umuarama. Informações em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/u/umuarama/lei-complementar/2020/49/482/lei-complementar-n-482-2020-institui-o-plano-de-arborizacao-urbana-do-municipio-de-umuarama>.

como parte fundamental de suas diretrizes, o plano busca fortalecer o papel desses espaços como pulmões verdes e pontos de integração comunitária. Por meio dessa regulamentação, Umuarama demonstra um compromisso com o desenvolvimento sustentável e com a criação de uma cidade mais verde, saudável e acolhedora para as atuais e futuras gerações.

A Lei Complementar nº 482, de 28 de dezembro de 2020, que institui o Plano de Arborização Urbana do Município de Umuarama, aborda as diretrizes para a arborização de áreas públicas, incluindo praças, mas não de forma específica para cada uma delas. Em vez disso, o plano trata da arborização de maneira geral, prevendo orientações abrangentes para os espaços urbanos, conforme disposto no artigo 31⁵², que estabelece critérios gerais para a arborização em áreas públicas. Essa abordagem destaca a importância de uma política unificada e ampla para o manejo arbóreo, mas deixa em aberto a necessidade de detalhamento ou regulamentações futuras que possam contemplar as especificidades de cada praça, considerando suas características e funções singulares no contexto urbano.

Quanto às intervenções na Praça Tamoio foram incluídas a instalação de um playground moderno e a criação de áreas de lazer específicas para diferentes faixas etárias. Essas melhorias foram projetadas para atender às necessidades das famílias locais, proporcionando um espaço seguro e atrativo para crianças e adultos desfrutarem como demonstrado na Figura 10 abaixo.

Ao consultar o portal de transparência do município, verificamos que a modalidade de licitação escolhida para a contratação das obras de revitalização da praça foi uma Tomada de Preços nº 038/2021. Esse procedimento licitatório, que segue os princípios de competitividade e transparência, resultou na assinatura do contrato nº 363/2021.

O valor total estipulado para a execução dos serviços foi de R\$ 242.907,83 (duzentos e quarenta e dois mil, novecentos e sete reais e oitenta e três centavos). O contrato contempla diversas intervenções, incluindo melhorias na infraestrutura, paisagismo, e acessibilidade, visando transformar a praça em um espaço mais funcional e atrativo para os moradores. Essas ações fazem parte de um plano mais amplo de revitalização urbana, alinhado com as diretrizes de desenvolvimento sustentável e qualidade de vida da cidade.⁵³

⁵² **Art. 31.** Os projetos de readequação, reforma e revitalização de praças, parques, canteiros centrais e trechos de vias públicas deverão considerar as árvores já existentes no local, sendo proibido o seu corte sem a apresentação de projeto paisagístico, arquitetônico ou urbanístico com justificativa a ser analisada pela Secretaria encarregada da tutela do Meio Ambiente. Plano de Arborização Urbana do Município de Umuarama.

⁵³ CLÁUSULA SEGUNDA — DO OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa, sob regime de empreitada global, para execução de obra de revitalização da Praça Tamoio, com área de 4.066,44m², localizada na Av. Rio Grande do Norte, município de Umuarama — PR., conforme projetos e planilhas estabelecidas na Tomada de Preços nº 038/2021 - PMU e seus anexos. Local: Praça Tamoio - Município de Umuarama – PR (CONTRATO DE EMPREITADA 363/2021 – Prefeitura de Umuarama).

Figura 11 - Imagens da Praça Tamoio 2024

Fonte: Secretaria Municipal de Imprensa, 2024, adaptado pelo autor.

O Quadro 7, ilustra os principais aspectos do processo licitatório e do contrato de revitalização da praça. No quadro também destaca os itens contemplados no projeto, como as melhorias na infraestrutura, as intervenções paisagísticas e as adaptações para acessibilidade⁵⁴. Além disso, a imagem oferece uma visão geral do cronograma e das etapas de execução previstas, reforçando a importância desse projeto para o desenvolvimento urbano e o bem-estar da comunidade local. O detalhamento inclui, ainda, os recursos alocados para cada fase do projeto, permitindo uma compreensão completa do investimento realizado. Essas informações são fundamentais para assegurar a transparência do processo e garantir que os objetivos propostos sejam alcançados de maneira eficiente e eficaz.

⁵⁴ O projeto arquitetônico completo encontra-se detalhado na página 52 do documento disponível no link: <https://servicos.umuarama.pr.gov.br/portalthransparencia-api/api/files/arquivo/261093>

Quadro 7 - Dados licitação da revitalização Praça Tamoio

Detalhes da Licitação	
Entidade	Prefeitura Municipal de Umuarama
Modalidade	Tomada de Preços
Natureza	Normal
Julgamento	Global
Número/Exercício	38 / 2021
Covid	Não
Situação	Homologada
Publicação	16/10/2021
Processo Administrativo	1206/2021
Abertura	26/11/2021 às 09:00
Valor Máximo Processo	R\$ 255.242,62
Valor Homologado	R\$ 242.907,83

Fonte: Portal de transparência Prefeitura Municipal de Umuarama 2024.

As obras visaram transformar a praça em um espaço mais funcional e atrativo, atendendo às necessidades da comunidade e contribuindo para o desenvolvimento urbano e a qualidade de vida local.

A revitalização da Praça Tamoio, iniciada em 2021, trouxe algumas melhorias, incluindo a instalação de um playground e a criação de áreas específicas de lazer para diferentes faixas etárias. Essas intervenções foram pensadas para tornar o espaço mais acessível e seguro, especialmente para famílias com crianças, que agora dispõem de uma área dedicada ao lazer infantil. Embora essas mudanças tenham trazido melhorias visíveis, a praça ainda carece de elementos que a tornem um local dinâmico e atraente para pessoas de todas as idades. A revitalização, orçada em R\$ 242.907,83, foi realizada sob o contrato nº 363/2021, após o processo de licitação na modalidade Tomada de Preços nº 038/2021, e visou aprimorar aspectos de infraestrutura, paisagismo e acessibilidade.

A Praça Tamoio também se destaca por seu potencial como um espaço de convivência e interação comunitária. Sua localização permite fácil acesso para os moradores do bairro e arredores, conectando-a com áreas de comércio local e residenciais, o que, em teoria, poderia atrair uma quantidade significativa de visitantes.

A ausência de eventos regulares, como feiras, apresentações culturais ou atividades esportivas, limita o uso da praça e faz com que a comunidade busque alternativas em outras regiões da cidade. A promoção de atividades de lazer e cultura seria uma estratégia eficaz para

revitalizar a Praça Tamoio, incentivando o uso do espaço e fortalecendo seu papel na vida urbana de Umuarama.

Outro ponto importante a ser considerado é o papel da Praça Tamoio na preservação ambiental dentro de uma área urbana. Com a expansão da cidade e o crescimento das construções, os espaços verdes têm se tornado cada vez mais valiosos. A praça conta com uma modesta área arborizada que poderia ser ampliada para criar um ambiente mais fresco e agradável, favorecendo o uso durante o dia e especialmente nos períodos de calor intenso.

As árvores e canteiros da praça não só contribuem para a qualidade do ar, mas também oferecem um microclima mais ameno e um local de descanso para os moradores. Essas características poderiam ser ainda mais exploradas por meio de projetos paisagísticos que aumentem a quantidade de vegetação e ofereçam áreas de sombra confortáveis para os frequentadores.

Além da infraestrutura e das atividades de lazer, a segurança também é um fator que influencia o uso da Praça Tamoio. Relatos da comunidade apontam que a praça é pouco iluminada durante a noite, o que gera insegurança e desestimula a presença de visitantes após o anoitecer. Uma das ações que poderia ser implementada para melhorar a segurança e aumentar o uso noturno do espaço seria a instalação de um sistema de iluminação mais eficiente, com postes de luz LED que iluminem as áreas principais da praça. A revitalização da iluminação não só beneficiaria os frequentadores, mas também contribuiria para a valorização do espaço e o tornaria mais acolhedor.

Outro aspecto a ser destacado é a importância de áreas de lazer inclusivas, que contemplem as necessidades de todos os grupos da comunidade. A Praça Tamoio possui acessibilidade básica, mas poderia ser aprimorada com a instalação de rampas, pisos táteis e sinalização adequada para pessoas com deficiência. Um projeto mais inclusivo ampliaria o acesso ao espaço e faria com que a praça fosse vista como um local acolhedor para todos, sem exceções. Além disso, a criação de áreas de convivência com bancos confortáveis e coberturas pode tornar o ambiente mais atrativo para idosos e para quem deseja utilizar o local como ponto de descanso.

A baixa utilização da Praça Tamoio também pode ser interpretada como um reflexo das mudanças nos hábitos da população, que cada vez mais busca opções de lazer diversificadas e interativas. No entanto, ao investir em atividades que promovam o uso frequente, a administração pública tem a oportunidade de transformar a praça em um espaço vivo e dinâmico. Um calendário de eventos comunitários e atividades, como aulas de ginástica ao ar

livre, sessões de cinema e feiras de artesanato, poderia estimular o retorno dos moradores e tornar o espaço parte ativa do cotidiano da cidade.

A Praça Tamoio conta com um banheiro público, o que representa um avanço em termos de infraestrutura para os frequentadores como demonstrado na Figura 12 abaixo. No entanto, a utilização frequente desse espaço por pessoas em situação de vulnerabilidade tem gerado preocupações entre os visitantes, especialmente em relação à higiene e à segurança do local. Essa situação destaca a necessidade de ações integradas entre o poder público e a assistência social para atender às demandas dessas pessoas, enquanto se busca garantir que a estrutura da praça continue funcional e acessível para toda a comunidade. Como pode ser observado na imagem abaixo

Figura 12 - Imagens banheiro Praça Tamoio 2024



Fonte: Portal de transparência Prefeitura Municipal de Umuarama 2024.

Por fim, a Praça Tamoio tem um grande potencial para se tornar um ponto de referência em Umuarama, mas isso depende de uma gestão ativa e de uma abordagem que valorize tanto a infraestrutura quanto a programação de atividades. Com investimentos em melhorias e um plano de atividades frequentes, a praça poderia se tornar um espaço inclusivo e movimentado, onde diferentes gerações pudessem conviver e desfrutar de momentos de lazer. Sua localização privilegiada e sua história, ligada ao planejamento urbano da cidade, fazem dela um espaço que

merece atenção e cuidado para cumprir plenamente seu papel na vida comunitária de Umuarama.

Para que a Praça Tamoio realmente se torne um ponto de convivência central para a cidade, é necessário que a administração municipal e a comunidade trabalhem juntos na criação de um ambiente atrativo e seguro. A valorização de espaços públicos como esse é essencial para o fortalecimento da cidadania e para a qualidade de vida dos moradores, refletindo o compromisso com uma cidade mais acolhedora e integrada.

4.1.6 A praça Sete de Setembro

A Praça Sete de Setembro está situada em Umuarama, Paraná, no bairro Zona VI, em uma área central da cidade, tornando-se um ponto de referência importante para moradores e visitantes. A praça é cercada por vias urbanas de destaque, incluindo a Avenida Rio Grande do Norte, que atravessa a cidade, além das Avenidas Amapá e Presidente Castelo Branco, que facilitam o acesso e conectam a área a outras partes da cidade, tanto residenciais quanto comerciais. Sua localização estratégica reforça a ideia de integrá-la ao cotidiano da comunidade, oferecendo um espaço dedicado ao lazer e à convivência.

A criação da Praça Sete de Setembro está provavelmente ligada ao período de fundação e desenvolvimento inicial de Umuarama, que começou na década de 1950. A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), responsável pelo planejamento e colonização da região, desempenhou um papel crucial nesse processo. A CMNP tinha o objetivo de promover o desenvolvimento urbano organizado, o que incluía a criação de praças e espaços públicos como elementos centrais no traçado urbano.

A Figura 13 ilustra como era o início da Praça Sete de Setembro, destacando a presença da Igreja Católica São José Operário, que ficava situada no centro da praça. Esse aspecto evidencia a importância do espaço não apenas como um ponto de encontro e convivência, mas também como um local de forte influência religiosa e comunitária na história de Umuarama.

Figura 13 - Imagens Praça Sete de Setembro 1967



Fonte: Paroquia São José Operário de Umuarama – Paraná.

Nas pesquisas documentais realizadas, não foi possível identificar a origem exata do nome da Praça Sete de Setembro, em Umuarama. No entanto, por se tratar de uma data de grande relevância histórica para o Brasil, marcada pela Declaração de Independência em 1822⁵⁵, é provável que o nome da praça tenha sido escolhido em homenagem a esse evento. Essa associação é comum em localidades brasileiras, como forma de destacar marcos cívicos importantes e reforçar a memória coletiva.

Os operários e trabalhadores que estavam envolvidos na construção e expansão de Umuarama na época também foram fundamentais na criação desses espaços. Eles contribuíram diretamente para a edificação das infraestruturas básicas da cidade, incluindo praças como a Sete de Setembro, que foi criada como parte desse esforço coletivo para construir uma cidade moderna e funcional.

A Praça Sete de Setembro foi estabelecida na década de 1960, durante o auge do desenvolvimento urbano de Umuarama. Como outras praças da cidade, ela foi concebida não apenas como um espaço de lazer, mas também como um ponto de encontro e integração para a população, refletindo o planejamento cuidadoso e a visão de progresso que norteou a fundação de Umuarama.

⁵⁵ 07 de setembro é celebrado como o Dia da Independência do Brasil, marcando a data em que o país declarou sua independência de Portugal, em 1822. Esse dia é lembrado por manifestações cívicas, desfiles e homenagens à história e cultura brasileira, simbolizando a luta pela soberania e identidade nacional.

A praça desempenha um papel fundamental na estruturação do espaço urbano, conectando importantes vias e facilitando a circulação entre diferentes bairros da cidade. Ao longo dos anos, a Praça Sete de Setembro se tornou palco de diversos eventos cívicos e culturais, fortalecendo seu vínculo com a comunidade local. Suas áreas verdes e espaços de convivência continuam a ser um refúgio dentro da paisagem urbana, promovendo o bem-estar e a interação social. Hoje, a praça é vista como um símbolo da história e do desenvolvimento de Umuarama, mantendo viva a memória das primeiras décadas de crescimento e modernização da cidade.

A Praça Sete de Setembro, situada no bairro Zona VI, em uma área central e cercada por vias urbanas de destaque, a praça representa um ponto de referência importante tanto para os moradores quanto para os visitantes. Sua localização privilegiada e conectada a diversos bairros e áreas comerciais reforça o papel estratégico da praça como espaço de integração e convivência para a comunidade. Desde sua criação, a Praça Sete de Setembro se estabeleceu como um espaço essencial para o lazer, o descanso e os eventos comunitários, refletindo os ideais urbanísticos de uma cidade planejada para proporcionar qualidade de vida e bem-estar social.

Esse período foi marcado pela atuação da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), que teve papel fundamental na colonização e urbanização da região. A CMNP adotava uma visão de progresso baseada em um planejamento urbano bem estruturado, com a inclusão de áreas verdes e praças nos bairros da cidade.

O objetivo era criar espaços públicos que contribuíssem para a integração social, promovendo o convívio e a interação entre os moradores. Assim, a Praça Sete de Setembro não foi apenas um espaço de lazer, mas também um ponto de encontro comunitário que simbolizava o espírito de uma cidade moderna e funcional.

Os primeiros moradores e trabalhadores envolvidos na construção e expansão de Umuarama participaram ativamente da criação da Praça Sete de Setembro, contribuindo para a edificação de suas infraestruturas e de outras praças que também foram estabelecidas na época.

Essa colaboração entre a população e as autoridades foi essencial para o sucesso do projeto urbanístico, que buscava criar um ambiente organizado e agradável para os novos habitantes da cidade. A praça se consolidou como um espaço de convivência para os operários e trabalhadores da cidade, proporcionando um local de descanso e de lazer após longas jornadas de trabalho e contribuindo para a construção de uma cidade que valorizava a qualidade de vida.

Na década de 1960, a Praça Sete de Setembro foi estabelecida definitivamente como um dos principais pontos de encontro e convivência em Umuarama. Sua posição central na cidade

fez com que ela assumisse um papel estruturante, conectando importantes vias e facilitando a circulação entre os diferentes bairros.

Ao longo dos anos, a praça se tornou um espaço onde diversos eventos cívicos e culturais eram realizados, desde festividades municipais até celebrações religiosas e comunitárias. Com suas áreas verdes e espaços de convivência, a praça continua sendo um refúgio dentro da paisagem urbana, promovendo o bem-estar dos moradores e fortalecendo o vínculo com a história e as tradições locais conforme demonstrado na Figura 14.

Figura 14 - Imagens da Praça Sete de Setembro 2024



Fonte: Secretaria Municipal de Imprensa, 2024, adaptado pelo autor.

Em 2022, a Praça Sete de Setembro passou por um importante processo de revitalização, que incluiu reformas significativas no playground infantil e na academia ao ar livre destinada à terceira idade.

Essas melhorias visaram proporcionar maior segurança e conforto para as crianças, com a instalação de novos equipamentos e áreas de recreação, bem como atualizar e ampliar os aparelhos da academia, atendendo às necessidades de atividade física dos idosos da comunidade. A revitalização reforçou o papel da praça como um espaço inclusivo e funcional, promovendo o bem-estar de moradores de todas as idades e fortalecendo seu uso como ponto central de convivência e lazer em Umuarama.

As intervenções na Praça Sete de Setembro, realizadas em 2022, foram contratadas por meio da Tomada de Preços nº 038/2021, resultando no contrato nº 011/2022, com um valor total de R\$ 235.485,77 (duzentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e setenta e sete centavos).

O contrato foi formalizado com base no Processo Administrativo nº 2022/04/418 e no processo licitatório na modalidade Tomada de Preços nº 011/2022 - PMU, que foi homologado pela Portaria nº 2.282/2022 em 30 de junho de 2022. A publicação oficial dessa homologação

ocorreu no jornal Umuarama Ilustrado, na edição nº 12.466, em 01 de julho de 2022, conforme demonstrado no Quadro 8.⁵⁶

A Revitalização também evidencia os itens incluídos no projeto, como as melhorias na infraestrutura demonstrado no projeto⁵⁷, as intervenções no paisagismo e as adaptações para acessibilidade. Além disso, o quadro fornece uma visão abrangente do cronograma e das fases de execução planejadas, sublinhando a relevância desse projeto para o desenvolvimento urbano e para a qualidade de vida da comunidade local.

Quadro 8 - Dados licitação da revitalização Sete de Setembro

Detalhes da Licitação	
Entidade	Prefeitura Municipal de Umuarama
Modalidade	Tomada de Preços
Natureza	Normal
Julgamento	Global
Número/Exercício	11/ 2022
Covid	Não
Situação	Homologada
Publicação	04/05/2022
Processo Administrativo	418/2022
Abertura	24/06/2022 às 09:00
Valor Máximo Processo	R\$ 235.721,44
Valor Homologado	R\$ 235.485,77

Fonte: Portal de transparência Prefeitura Municipal de Umuarama 2024.

A Praça Sete de Setembro possui banheiro público demonstra no Figura 15 abaixo, o que representa uma estrutura importante para atender os frequentadores e reforçar sua funcionalidade como espaço de lazer e convivência. Contudo, a falta de manutenção por parte da administração pública tem gerado desafios significativos em termos de higiene e acessibilidade no uso desse banheiro. Essa situação muitas vezes desestimula o uso da instalação por parte da comunidade local, especialmente durante eventos ou em momentos de

⁵⁶ CLÁUSULA SEGUNDA — DO OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa, sob regime de empreitada global, para execução de obra de revitalização da Praça Sete de Setembro, com área de 3.627,40m², localizada na Av. Rio Grande do Norte, Município de Umuarama — PR., conforme projetos e planilhas em anexo ao processo, de acordo com as normas, condições e especificações estabelecidas na Tomada de Preços nº 011/2022 - PMU e seus anexos. Local: Praça Sete de Setembro, Av. Rio Grande do Norte, Município de Umuarama — PR. (CONTRATO DE EMPREITADA 276/2022 – Prefeitura de Umuarama).

⁵⁷ Processo completo da revitalização da praça, projeto ao qual demonstra as alterações inclusive as rampas de acesso, pagina 21 no link <https://servicos.umuarama.pr.gov.br/portaltransparencia-api/api/files/arquivo/287815>

maior movimento na praça. A falta de um gerenciamento mais eficaz da infraestrutura acaba limitando os benefícios que o banheiro público poderia oferecer aos visitantes.

Figura 15 - Imagens banheiro Praça Sete de Setembro 2024



Fonte: Secretaria Municipal de Imprensa, 2024, adaptado pelo autor.

Assim como em outras praças de Umuarama que enfrentam a mesma questão, a presença constante de pessoas em situação de vulnerabilidade nos banheiros da Praça Sete de Setembro reflete um problema social mais amplo que exige ações integradas entre as áreas de assistência social e gestão urbana. Para garantir que o espaço atenda adequadamente às necessidades da população, seria necessário implementar medidas que promovam a inclusão e o acolhimento dessas pessoas, sem comprometer o acesso e o conforto dos demais usuários. Essas ações poderiam incluir a manutenção regular, monitoramento, e até mesmo alternativas de suporte para pessoas em situação de vulnerabilidade, assegurando que a praça continue a cumprir seu papel como espaço inclusivo e funcional.

Por fim, a Praça Sete de Setembro, uma das mais tradicionais da cidade, passou por um processo de restauração histórica e arquitetônica. Os registros históricos e os projetos de restauração mostram que a prioridade foi manter a integridade dos elementos arquitetônicos originais, ao mesmo tempo em que se introduziram melhorias na iluminação e segurança. Essa intervenção buscou valorizar o patrimônio cultural e histórico da praça, transformando-a em um ponto de referência e orgulho para a comunidade.

A revitalização da praça não apenas promoveu melhorias visuais e de infraestrutura, mas também reforçou a importância do espaço como um ambiente de convivência e de exercício da cidadania. Ao confrontar os investimentos realizados nas praças de Umuarama, percebe-se

que a Praça Sete de Setembro recebeu atenção especial, destacando-se como um exemplo de como o patrimônio urbano pode ser valorizado e transformado para atender às necessidades da população. Essa requalificação contribui para a melhoria da qualidade de vida dos moradores, transformando a praça em um verdadeiro símbolo de orgulho para a comunidade.

Assim, a Praça Sete de Setembro permanece como um espaço de destaque em Umuarama, um lugar que preserva a memória da cidade ao mesmo tempo em que acolhe o presente e projeta o futuro.

4.1.7 Análise comparativa dos investimentos em infraestrutura e desenvolvimento das praças

Em Umuarama, Paraná, praças como a São Pedro, Santos Dumont, Alto São Francisco, Tamoio e Sete de Setembro ilustram a diversidade de funções e significados que esses espaços assumem no cotidiano da população. Cada uma delas possui características únicas que refletem tanto a história local quanto as prioridades de planejamento urbano ao longo do tempo.

Apesar de sua importância social e cultural, a distribuição de investimentos nessas praças nem sempre segue critérios homogêneos. Fatores como localização, densidade populacional, relevância histórica e potencial turístico podem influenciar o volume e a qualidade dos recursos aplicados. Essa disparidade pode impactar diretamente a experiência dos cidadãos e a preservação do patrimônio urbano, evidenciando a necessidade de um planejamento mais equitativo.

A Praça São Pedro, por exemplo, destaca-se como um centro comunitário religioso, enquanto a Praça Santos Dumont carrega um valor histórico significativo. Já a Praça Alto São Francisco é conhecida por sua arborização e o caráter social que proporciona ao bairro, enquanto a Praça Tamoio e a Sete de Setembro possuem conotações simbólicas que remetem à história e identidade locais. Cada uma dessas praças reflete um aspecto distinto da vida pública em Umuarama, sendo exemplos importantes para compreender as prioridades de investimento urbano.

Esta dissertação busca analisar os investimentos realizados nessas praças, verificando os critérios adotados, as melhorias implementadas e o impacto gerado para as comunidades locais. Por meio da análise, foi possível identificar algumas tendências e lacunas no planejamento, além de propor reflexões sobre como os recursos públicos podem ser alocados de forma mais justa e eficiente para potencializar o papel das praças como espaços democráticos e inclusivos.

Quadro 9 - Comparação entre as Praças

	Praça São Pedro	Praça Santos Dumont	Praça Alto São Francisco	Praça Tamoio	Praça Sete de Setembro
Área Central?	Distrito	Centro	Bairro	Bairro	Bairro
Área total em m ²	4.872,00	11.422,41	5.983,34	4.066,44	3.627,4
Valor do Investimento	R\$ 428.238,41	R\$ 1.658.684,90	R\$ 305,104,00	R\$ 242.907,83	R\$ 235.485,77
Possui Acessibilidade	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Valor por m ²	R\$ 87,90	R\$ 145,21	R\$ 50,99	R\$ 59,73	R\$ 64,92
Registros da participação da comunidade na tomada de decisão sobre os investimentos?	Não teve	Não teve	Não teve	Não teve	Não teve
Tem Eventos frequentes?	Sim, tem Eventos	Sim, tem Eventos	Não tem Eventos	Não tem Eventos	Não tem Eventos

Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

As praças públicas desempenham um papel crucial no tecido urbano de qualquer cidade, especialmente em Umuarama, onde são importantes tanto para a convivência social quanto para a preservação ambiental. O Quadro 9 oferece uma visão comparativa de diversos aspectos das praças São Pedro, Santos Dumont, Alto São Francisco, Tamoio e Sete de Setembro, incluindo áreas, investimentos, acessibilidade, eventos e outros fatores. A seguir, apresentamos uma análise detalhada, destacando as particularidades e implicações dos dados para o planejamento urbano.

4.1.8 Localização e centralidade

A localização central ou estratégica das praças exerce uma influência significativa sobre o uso que a população faz desses espaços e sobre os investimentos que lhes são destinados. Entre as praças analisadas, destaca-se a Praça São Pedro, situada em um distrito, e a Praça Santos Dumont, localizada em uma área central. Ambas possuem características que facilitam o acesso da população e ampliam sua relevância no contexto urbano.

A Praça Santos Dumont, em especial, recebe um alto fluxo de pessoas que passam por ela todos os dias, por estar no coração da cidade, o que justifica o maior volume de recursos destinados à sua manutenção e desenvolvimento. Já a Praça São Pedro, apesar de estar em um distrito, cumpre um papel estratégico, servindo como ponto de encontro e convivência para os moradores da região.

Por outro lado, praças localizadas em bairros, como a Praça Sete de Setembro, Praça Tamoio e Praça Alto São Francisco também desempenham funções importantes, especialmente

por estarem próximas a comunidades residenciais. Embora não possuam o mesmo protagonismo de praças centrais, esses espaços atendem a demandas locais e proporcionam lazer e interação social para os moradores dos arredores. No entanto, a tendência de maior fluxo de pessoas em áreas centrais acaba refletindo na priorização dos investimentos, evidenciando uma disparidade na distribuição de recursos. Essa desigualdade reforça a necessidade de políticas urbanas que promovam uma gestão mais equitativa, valorizando também os espaços públicos nos bairros e nas regiões periféricas.

4.1.9 Área total e valor por metro quadrado

As áreas das praças analisadas revelam uma variação significativa, que reflete tanto as características urbanas quanto as prioridades de planejamento de cada região. A maior delas, a Praça Santos Dumont, localizada no centro da cidade, possui 11.422,41 m², sendo um espaço amplo e de grande relevância devido à sua localização estratégica e ao alto fluxo de pessoas por estar em uma área central de bastante movimento de veículos. Já a menor, a Praça Sete de Setembro, situada em um bairro, tem 3.627,4 m², desempenhando um papel mais localizado e comunitário. Outras praças, como a São Pedro, no distrito de Santa Eliza (4.872,00 m²), a Alto São Francisco (5.983,34 m²) e a Tamoio (4.066,44 m²), têm áreas intermediárias que refletem o equilíbrio entre o espaço disponível e a função que exercem para os moradores de suas respectivas regiões.

Quando se avalia o valor de investimento por metro quadrado, fica evidente que praças maiores, como a Santos Dumont, não necessariamente recebem proporcionalmente mais recursos. Apesar de sua área extensa, o valor por metro quadrado é distribuído de forma a atender suas demandas específicas, que envolvem manutenção de infraestrutura e suporte a um alto volume de usuários. Por outro lado, a Praça São Pedro, localizada no distrito de Santa Eliza e com 4.872,00 m², apresenta um valor por metro quadrado relativamente elevado, refletindo um investimento focado na manutenção e na infraestrutura. Isso sugere que, mesmo fora do centro, essa praça tem recebido atenção devido à sua importância estratégica e à necessidade de atender à comunidade do distrito.

Praças menores, como a Tamoio (4.066,44 m²) e a Sete de Setembro (3.627,4 m²), apresentam valores por metro quadrado mais baixos, indicando uma menor prioridade nos investimentos. Essa tendência pode ser atribuída à percepção de que espaços menores demandam menos recursos. No entanto, esses locais têm um impacto significativo em suas comunidades locais, funcionando como áreas de convivência e lazer. A Praça Alto São

Francisco (5.983,34 m²), apesar de ter uma área relativamente maior, enfrenta desafios semelhantes, sugerindo que a distribuição de recursos nem sempre está alinhada às demandas reais das populações usuárias desses espaços.

Esses dados ressaltam a importância de considerar não apenas a área total das praças, mas também outros fatores como densidade populacional, fluxo de usuários e o impacto social das melhorias realizadas. A Praça São Pedro, no distrito de Santa Eliza, ilustra como a localização estratégica e a relevância comunitária podem justificar investimentos mais robustos, mesmo em áreas menos centrais.

Praças menores e localizadas em bairros ou distritos muitas vezes desempenham papéis cruciais para suas comunidades, mesmo com investimentos mais modestos. Portanto, é essencial repensar os critérios de alocação de recursos, garantindo que todas as praças, independentemente de seu tamanho ou localização, recebam a atenção necessária para atender às necessidades de seus usuários e contribuir para uma cidade mais equilibrada e inclusiva.

4.1.10 Investimentos e participação popular

O valor total de investimentos nas praças analisadas reflete as prioridades estabelecidas pelo poder público em relação a cada espaço. No entanto, os dados revelam uma característica preocupante: a participação popular nos processos de tomada de decisão sobre os investimentos realizados é limitada, evidenciando a fragilidade dos mecanismos de escuta e envolvimento da comunidade nas políticas públicas voltadas aos espaços urbanos, pois nenhuma das praças estudadas apresentou registros significativos de envolvimento direto da comunidade nesse processo. Essa ausência de diálogo entre a administração pública e os cidadãos pode comprometer a eficiência dos recursos aplicados, uma vez que melhorias que atendem às reais necessidades da população dependem diretamente de um planejamento participativo.

A Praça Santos Dumont, localizada no centro da cidade e com o maior volume de investimentos, ilustra bem esse cenário. Embora sua infraestrutura e posição estratégica justifiquem os recursos destinados, a falta de consultas à população pode resultar em intervenções que não aproveitem todo o potencial do espaço.

Com uma área de 11.422,41 m² e grande fluxo de pessoas, melhorias que considerem as necessidades dos usuários diários poderiam torná-la ainda mais funcional e acolhedora. Por outro lado, a Praça São Pedro, situada no distrito de Santa Eliza, recebe investimentos proporcionais à sua relevância regional, mas também carece de uma abordagem participativa que permita à comunidade local influenciar diretamente os projetos.

Praças de bairros, como a Alto São Francisco (5.983,34 m²), Tamoio (4.066,44 m²) e Sete de Setembro (3.627,4 m²), apresentam cenários semelhantes. A Praça Alto São Francisco, por exemplo, é um espaço bem arborizado e com potencial para abrigar projetos voltados à sustentabilidade e à preservação ambiental. No entanto, sem a participação ativa dos moradores, essas iniciativas podem ser subaproveitadas. Já as praças Tamoio e Sete de Setembro, menores em área e investimentos, desempenham papéis comunitários essenciais, mas enfrentam desafios para atrair recursos que promovam melhorias significativas.

Esse panorama evidencia a necessidade de fortalecer os mecanismos de participação popular no planejamento urbano de Umuarama. O envolvimento da comunidade não apenas aumenta a eficiência dos investimentos, como também promove um senso de pertencimento e cuidado com os espaços públicos.

Praças como a São Pedro, Santos Dumont, Alto São Francisco, Tamoio e Sete de Setembro são mais do que locais de lazer; elas representam o vínculo entre a gestão pública e a qualidade de vida dos cidadãos. Garantir que essas decisões sejam informadas pelas demandas reais dos usuários é um passo essencial para tornar as praças mais inclusivas, funcionais e sustentáveis.

4.1.11 Acessibilidade

A acessibilidade é um aspecto destacado em todas as praças analisadas, com registros indicando que todas possuem condições adequadas para pessoas com mobilidade reduzida. Esse compromisso com a inclusão social é fundamental para democratizar o uso dos espaços públicos, garantindo que todos os cidadãos, independentemente de suas limitações físicas, possam usufruir dos benefícios que esses locais oferecem.

A acessibilidade é mais do que uma obrigação legal; trata-se de uma ferramenta de integração que permite que os espaços públicos se tornem locais verdadeiramente acolhedores e igualitários. A presença de rampas de acesso, pavimentação adequada e espaços adaptados são alguns dos elementos que evidenciam esse esforço.

No entanto, é necessário avaliar com maior profundidade a funcionalidade e a adequação da infraestrutura disponível. Embora as praças apresentem registros positivos nesse aspecto, a eficácia desses elementos acessíveis pode variar. Praças como a Santos Dumont, podem enfrentar desafios adicionais, como manutenção contínua e garantia de acessibilidade em momentos de maior movimento.

Na Praça Santos Dumont, por exemplo, o alto fluxo de veículos ao redor dificulta o acesso dos pedestres, mesmo com a presença de faixas de pedestres. A localização central e o intenso movimento de trânsito tornam o ambiente menos seguro e confortável para pessoas com mobilidade reduzida, destacando a necessidade de medidas adicionais, como sinalização aprimorada ou redutores de velocidade, para garantir acessibilidade plena e segura.

Já espaços menores, como as praças Tamoio e Sete de Setembro, mesmo apresentando acessibilidade, precisam ser analisados quanto à compatibilidade das estruturas com as demandas da comunidade local. Garantir que os investimentos em acessibilidade sejam acompanhados de monitoramento constante e melhorias pontuais é essencial para que esses espaços públicos atendam plenamente às necessidades de seus usuários e promovam a verdadeira inclusão.

4.1.12 Eventos e uso comunitário

A realização de eventos em praças públicas é um fator crucial para a vitalidade desses espaços, contribuindo para a interação social, a valorização cultural e o aumento do uso pela população. No contexto das praças analisadas, observamos que locais como a São Pedro e a Santos Dumont, com maior destaque no cenário comunitário, frequentemente sediam eventos que reforçam sua relevância.

Essas atividades atraem pessoas de diversas regiões, promovem o lazer e fortalecem o senso de pertencimento à cidade. A realização constante de eventos nessas praças demonstra como a programação cultural pode transformar um espaço público em um ponto de encontro dinâmico e atrativo.

Em contraste, a ausência de eventos regulares em outras praças, como a Sete de Setembro, Tamoio e Alto São Francisco, evidencia uma subutilização desses espaços. Apesar de seu potencial para promover a convivência e atender às demandas locais, essas praças permanecem pouco exploradas pelo poder público como palcos de atividades comunitárias.

Essa falta de iniciativas limita a atratividade desses locais, reduzindo seu impacto social e cultural nas comunidades ao redor. A ausência de eventos nessas praças também reflete a falta de um planejamento estratégico que busque equilibrar o uso e os investimentos entre as diferentes áreas da cidade.

A promoção de eventos nessas praças poderia transformar significativamente sua dinâmica, fomentando a interação entre moradores e revitalizando o espaço público.

Programações como feiras, oficinas culturais, apresentações artísticas e esportivas poderiam atrair a comunidade e promover o uso contínuo desses espaços.

Para isso, é essencial que o poder público assuma um papel ativo na organização e incentivo dessas atividades, reconhecendo o valor das praças como instrumentos de integração social. Garantir a presença de eventos em todas as praças, independentemente de sua localização ou tamanho, é um passo fundamental para tornar a cidade mais inclusiva, participativa e culturalmente rica.

Embora a análise evidencie diferenças nos investimentos e uso das praças, é notório que todas elas enfrentam desafios comuns, como a manutenção regular, a necessidade de maior envolvimento da comunidade e a diversificação de atividades realizadas. Por outro lado, essas praças oferecem oportunidades para ações inovadoras que promovam a sustentabilidade, a inclusão e a participação cidadã.

Por exemplo, a Praça Alto São Francisco, com seu perfil mais arborizado, poderia receber projetos voltados à criação de espaços educacionais ao ar livre ou hortas comunitárias. Já a Praça Santos Dumont, com seu valor histórico, poderia ser revitalizada para incluir elementos interativos que contemplem a história local.

A análise comparativa das praças São Pedro, Santos Dumont, Alto São Francisco, Tamoio e Sete de Setembro evidencia a diversidade de funções e características desses espaços públicos em Umuarama. No entanto, também revela disparidades nos investimentos e no aproveitamento dos espaços, apontando para a necessidade de um planejamento mais integrado e participativo.

O fortalecimento da participação popular, a ampliação das atividades culturais e a atenção às especificidades de cada praça são estratégias fundamentais para maximizar o impacto positivo desses espaços na vida urbana. Ao valorizar a história, a cultura e as necessidades da população, Umuarama pode transformar suas praças em verdadeiros centros de convivência, lazer e inclusão, fortalecendo o papel das praças como pilares da vida pública e democrática.

5 ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS

Para fins desta pesquisa, foi considerado como morador do entorno qualquer indivíduo que possui residência em bairros próximos às praças estudadas, em um raio que permita a utilização frequente desses espaços como parte de sua rotina. Esse critério foi adotado para garantir que as respostas obtidas refletissem as percepções e vivências daqueles que têm maior proximidade e interação cotidiana com as praças, possibilitando uma análise mais precisa do impacto das intervenções realizadas nesses espaços sobre o dia a dia da comunidade local.

Os dados coletados revelam um panorama interessante sobre o uso e a interação dos diferentes grupos com as praças pesquisadas. A pesquisa contou com a participação de 173 entrevistados, selecionados com base em sua presença nas praças analisadas no período da coleta de dados. Essa amostra buscou representar uma diversidade de perfis etários, de gênero e de frequência de uso dos espaços públicos. A abordagem foi aplicada diretamente nas praças revitalizadas, garantindo a escuta de usuários reais e ativos desses espaços. Embora a amostra não tenha como objetivo representar toda a população de Umuarama, ela oferece uma visão consistente sobre o comportamento e a percepção dos frequentadores das praças públicas.

Com base nos dados obtidos, observa-se no Gráfico 1 que a maioria dos entrevistados 86 pessoas, representando 50% da amostra são usuários regulares das praças. Um aspecto interessante desse grupo é que, embora frequentem as praças com regularidade, a maior parte não reside nas proximidades desses espaços, o que evidencia o papel atrativo e funcional das praças para além do seu entorno imediato.

Esse dado aponta para a relevância dos espaços públicos como pontos de encontro e lazer que extrapolam o bairro ou região onde estão inseridos. A mobilidade dos usuários sugere que as praças revitalizadas passaram a integrar o circuito urbano de lazer da cidade, sendo procuradas por seus atributos estruturais, estéticos e funcionais — como paisagismo, iluminação, equipamentos, segurança e acessibilidade.

Gráfico 1 - Entrevistados

Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

Vale também destacar que o fato de quase metade dos entrevistados utilizarem ativamente esses espaços sugere que eles exerçam um papel significativo no cotidiano das pessoas, funcionando como pontos de encontro e lazer acessíveis.

Por outro lado, a presença de 19 comerciantes⁵⁸ (11%) entre os entrevistados reflete a importância econômica e social das praças. Esses espaços não apenas oferecem serviços e produtos aos frequentadores, mas também geram oportunidades de renda para pequenos empreendedores.

A presença de comerciantes demonstra que as praças podem funcionar como polos de dinamismo econômico local, integrando atividades econômicas ao ambiente urbano. Além disso, o comércio pode contribuir para a segurança e a manutenção das praças, uma vez que a movimentação constante de pessoas e negócios tende a coibir ações de vandalismo ou abandono.

O grupo de moradores⁵⁹, que representa 39 % (68 pessoas) dos entrevistados, traz uma perspectiva distinta, mas igualmente relevante. Esses indivíduos têm uma relação mais próxima

⁵⁸ Os comerciantes, neste contexto, são considerados aqueles empresários ou pequenos empreendedores que possuem seus comércios localizados ao redor das praças. Esses indivíduos utilizam a proximidade com o espaço público como uma oportunidade para atrair clientes, oferecendo produtos e serviços que atendem tanto aos moradores quanto aos usuários da praça. Sua presença contribui para a movimentação e a vivacidade da área, promovendo interações econômicas e sociais no entorno. Além disso, os comerciantes podem desempenhar um papel relevante na percepção de segurança e conservação das praças, já que a atividade comercial no entorno ajuda a evitar o abandono ou a degradação desses espaços.

⁵⁹ Os moradores são as pessoas que residem nas proximidades das praças e, portanto, têm uma relação contínua e direta com esses espaços. Eles convivem diariamente com a presença da praça em seu entorno, o que influencia sua percepção sobre aspectos como segurança, conservação e atividades realizadas no local. Para os moradores,

e contínua com as praças, o que pode influenciar diretamente a percepção sobre segurança, conservação e usabilidade dos espaços.

Para os moradores, as praças são uma extensão de seu ambiente residencial, e suas opiniões e necessidades devem ser levadas em conta no planejamento e na gestão desses locais. Melhorias na infraestrutura e na segurança, por exemplo, podem impactar diretamente a qualidade de vida desse grupo.

De acordo com Gehl (2013), as praças são percebidas como uma extensão natural do ambiente residencial, refletindo o papel central dos espaços públicos na vida diária dos cidadãos. O autor enfatiza a importância de considerar as opiniões e necessidades dos moradores no planejamento e na gestão desses ambientes. O autor ressalta que intervenções que melhorem a infraestrutura e a segurança podem, de fato, elevar a qualidade de vida.

Ao analisar esses três segmentos, fica evidente a multifuncionalidade das praças que atendem a diferentes públicos de maneiras distintas. Os usuários destacam a função recreativa e de lazer, os comerciantes reforçam o papel econômico, e os moradores trazem à tona questões de uso cotidiano e integração comunitária. A gestão das praças deve considerar essas diferentes perspectivas para garantir que esses espaços permaneçam inclusivos e relevantes, atendendo às demandas variadas de suas comunidades e fortalecendo o sentimento de pertencimento urbano.

5.1 Moradores do entorno Praça

Os moradores do entorno das praças são indivíduos ou famílias que vivem nas imediações desses espaços públicos e possuem uma relação de proximidade física e cotidiana com eles. Para fins de análise, o critério de seleção utilizado para identificar esses moradores foi a localização de suas residências, considerando que elas estão localizadas nas proximidades imediatas das praças. Essa delimitação busca compreender as percepções, necessidades e interações específicas de quem tem as praças como parte de sua rotina diária.

De acordo com Lefebvre (2008), os moradores que vivem próximos às praças têm uma relação intrínseca com esses espaços, que ultrapassa sua função de mera área de lazer, servindo como pontos de encontro e expressão da vida urbana. O autor sustenta que a apropriação desses ambientes é um componente essencial do direito à cidade, permitindo que os cidadãos se envolvam ativamente na transformação do espaço público. Lefebvre enfatiza que a presença

as praças podem ser vistas como uma extensão de suas áreas residenciais, servindo como espaços de lazer, descanso ou interação com a comunidade local.

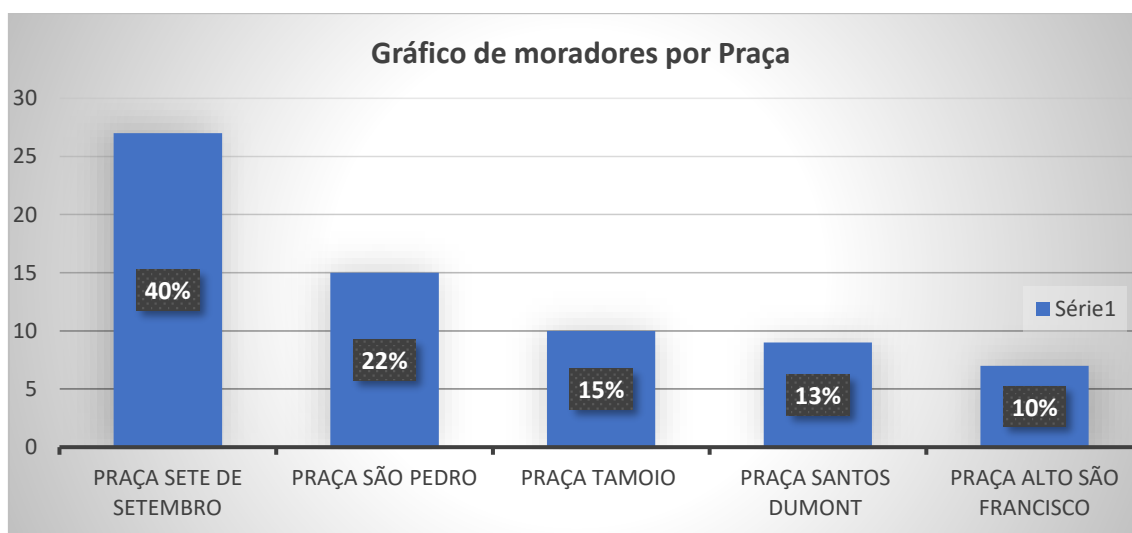
dos moradores nas praças contribui para a construção de uma cidade mais democrática e plural, onde o espaço é continuamente ressignificado pela prática social.

A distribuição dos 68 moradores entrevistados nos arredores das praças pesquisadas revela dinâmicas distintas de uso e percepção em cada local, conforme ilustrado no Gráfico 2. Essa variação indica que fatores como localização, infraestrutura, acessibilidade e perfil socioeconômico dos frequentadores influenciam diretamente a relação da comunidade com os espaços públicos. A análise desses dados permite compreender de forma mais aprofundada como as praças atendem, ou deixam de atender às demandas específicas de cada território.

A Praça Sete de Setembro concentra a maior parte dos moradores, com 40% dos entrevistados, evidenciando sua relevância como espaço de convivência para a comunidade local. Em seguida, destaca-se a Praça São Pedro, no Distrito de Santa Eliza, com 22% dos moradores, refletindo o papel das praças em áreas mais afastadas do centro urbano.

A Praça Tamoio conta com 15% dos moradores entrevistados, enquanto a Praça Santos Dumont abrange 13%, mostrando que essas praças, embora menos populosas em seu entorno, ainda desempenham funções importantes no cotidiano dos moradores. Por fim, a Praça Alto São Francisco, com 10% dos moradores, completa o levantamento, apontando para um uso mais limitado ou específico pelos residentes próximos. Esses dados reforçam a diversidade de perfis e usos das praças, dependendo de sua localização e infraestrutura.

Gráfico 2 - Moradores da Praça



Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

A escolha dos moradores como um grupo específico de estudo reflete a importância de entender como a presença de uma praça impacta diretamente a qualidade de vida da comunidade

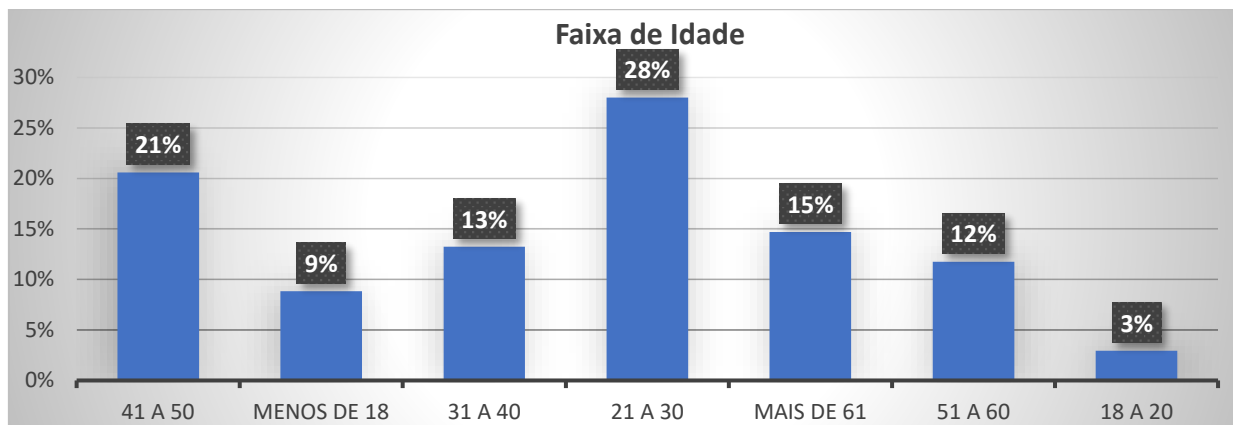
local. Esses indivíduos estão em uma posição privilegiada para observar e vivenciar os efeitos das condições físicas, segurança, conservação e uso das praças. Além disso, suas experiências podem revelar o quanto a praça contribui para a valorização imobiliária, a convivência comunitária e o bem-estar geral no entorno.

Ao delimitar os critérios de seleção por proximidade residencial, torna-se possível obter uma perspectiva mais detalhada sobre o funcionamento das praças como extensões do ambiente doméstico. Os moradores tendem a ter expectativas distintas em relação a outros grupos, como comerciantes e usuários, priorizando elementos como manutenção constante, controle de ruídos e organização de eventos. Essa abordagem permite compreender as dinâmicas locais de maneira mais abrangente, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas e intervenções urbanísticas mais inclusivas e eficazes.

Dos 68 moradores entrevistados, 28% eram do sexo masculino, enquanto 72% eram do sexo feminino, representando 72% do total. Esse dado evidencia que as mulheres predominam entre os moradores que frequentam as praças. Esse grupo inclui, principalmente, mães e avós, que utilizam os espaços como locais de convivência, lazer e acompanhamento de crianças. A presença marcante das mulheres aponta para o papel das praças como ambientes propícios para atividades familiares e comunitárias.

Quanto à faixa etária dos moradores entrevistados, a maior concentração estava no grupo de 21 a 30 anos, com 28% pessoas conforme demonstrado no Gráfico 3. Esse dado sugere que muitas mães e pais em idade produtiva encontram nas praças uma alternativa viável para momentos de lazer com seus filhos. A presença significativa desse grupo etário reforça a importância das praças como locais de apoio à convivência familiar em um contexto urbano.

A segunda faixa etária mais representativa foi a de 41 a 50 anos, composta em grande parte por avós que acompanham seus netos nas atividades realizadas nas praças que representa 21%. A interação intergeracional se torna evidente nesse cenário, onde as praças desempenham o papel de ponto de encontro e fortalecimento de laços familiares. Esse aspecto ressalta o valor social desses espaços para a convivência entre diferentes gerações.

Gráfico 3 - Comparativo das idades dos entrevistados (moradores)

Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

Quanto à análise da frequência de utilização das praças pelos moradores apresentados no Gráfico 4 revela que os hábitos de uso são bastante variados, mas com destaque para dois grupos principais que, juntos, representam mais de 50% dos entrevistados. Entre os moradores, 37% afirmaram utilizar as praças semanalmente, ou seja, pelo menos uma vez por semana, demonstrando que esses espaços são uma parte regular e significativa de sua rotina.

Por outro lado, 32% relataram que raramente frequentam as praças, o que indica que, para uma parcela relevante, esses locais têm um uso mais eventual ou específico. Esses dados refletem tanto o potencial de atração das praças para determinados grupos quanto os desafios de incentivar maior uso por aqueles que as frequentam com menos regularidade.

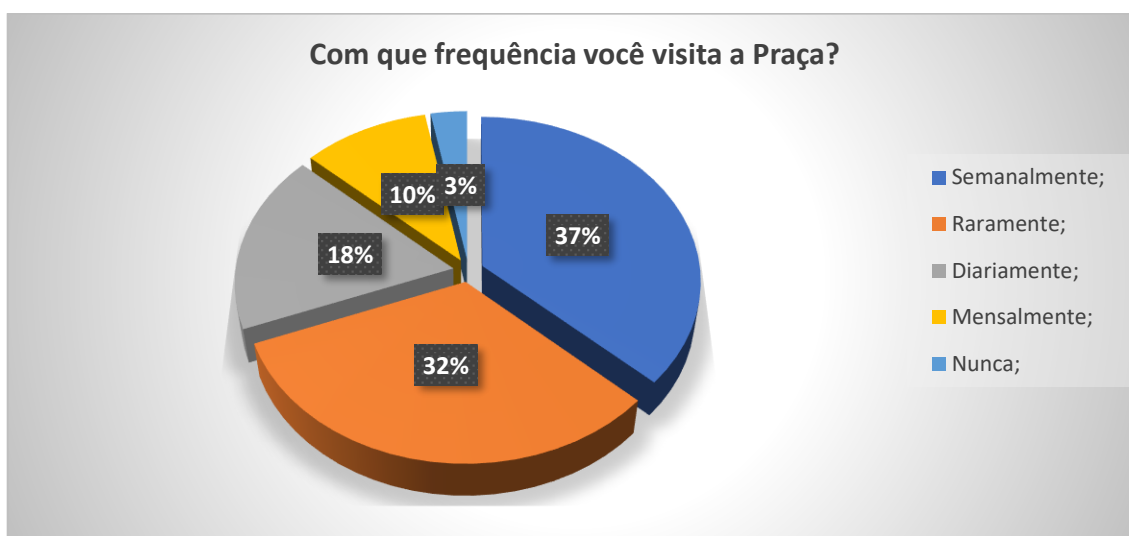
Diante da análise dos dados e, principalmente, da experiência vivida durante a coleta das informações nas praças, o percentual de 32% dos moradores afirmaram que raramente frequentam esses espaços, isso pode ser justificado por diversos fatores. Entre eles, destaca-se a falta de opções de lazer, que limita o interesse da população em utilizar as praças como ponto de convivência e recreação.

De acordo com Santos (2008), a ausência de opções de lazer nas cidades evidencia uma orientação excessivamente técnica no planejamento urbano, que negligencia as dimensões afetivas e temporais dos espaços. O autor argumenta que essa carência resulta de uma priorização da eficiência e da racionalidade, em detrimento da criação de ambientes que promovam experiências humanas e convivência social. Para ele, a falta de alternativas de lazer compromete a qualidade de vida dos cidadãos e reduz a capacidade dos espaços urbanos de fomentar interações significativas.

A baixa frequência observada em algumas praças pode ser explicada por um conjunto de fatores identificados ao longo da pesquisa. Um dos principais é a sensação de insegurança

gerada pela escalada da violência urbana, apontada por diversos entrevistados como um motivo para evitar esses espaços. Soma-se a isso a dificuldade de acesso, frequentemente relacionada ao intenso fluxo de veículos nos arredores e à ausência de infraestrutura adequada para pedestres e ciclistas. Outro ponto recorrente nas falas dos moradores é a carência de iniciativas da administração pública voltadas à promoção de atividades culturais, esportivas ou de lazer, que poderiam incentivar a ocupação contínua e diversificada desses espaços.

Gráfico 4 - Frequência de utilização das Praças (moradores)



Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

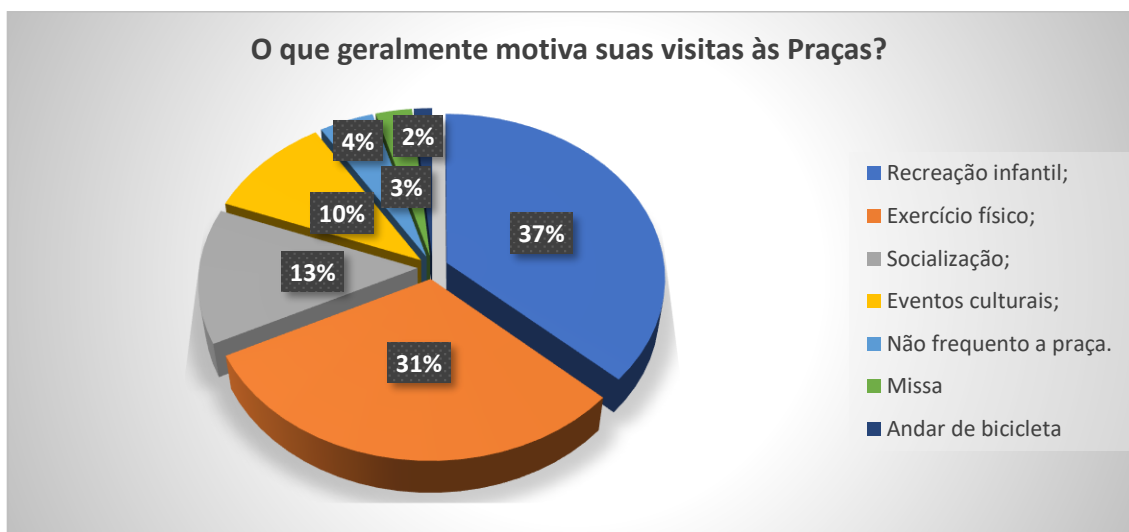
Os dados apresentados no Gráfico 5 reforçam que a recreação infantil, com 37%, é a principal atividade realizada nas praças, especialmente por famílias com crianças pequenas. Isso demonstra a relevância dos playgrounds como o maior atrativo desses espaços, proporcionando um ambiente acessível para o entretenimento infantil. Esses equipamentos não apenas incentivam a presença de frequentadores, mas também promovem interação social entre os responsáveis e as crianças, evidenciando sua importância na dinâmica comunitária das praças públicas.

Além disso, o exercício físico 31% e a socialização 13% também aparecem como usos frequentes, indicando que as praças atendem a diferentes perfis de usuários. Atividades como eventos culturais 10% e a prática de esportes, como andar de bicicleta 2%, demonstram a diversidade de interesses. No entanto, algumas respostas apontaram uma percepção de insuficiência na infraestrutura, com comentários como "não tem muita coisa na praça", destacando a necessidade de ampliar as opções de lazer e atratividade. Esses dados sugerem

que melhorias nos equipamentos existentes e a criação de novas atividades podem aumentar ainda mais a frequência e o envolvimento dos moradores com esses espaços públicos.

Podemos perceber que as áreas mais utilizadas nas praças são os playgrounds, mas nem sempre com brinquedos adequados para todas as faixas etárias, o que limita a experiência das crianças. Além disso, há uma grande carência de espaços destinados a atividades esportivas, o que leva muitos a improvisarem em locais inapropriados. Um exemplo claro disso são crianças jogando futebol próximo aos equipamentos da terceira idade, sem qualquer tipo de separação ou proteção, o que não apenas compromete a segurança dos idosos, mas também expõe as próprias crianças ao risco, já que, sem barreiras adequadas, a bola pode facilmente ir para a via, onde há um intenso fluxo de veículos.

Gráfico 5 - Atividades realizadas nas Praças (moradores)



Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

Conforme demonstrado no Gráfico 6, a prática de esportes foi a atividade mais mencionada pelos entrevistados nas praças públicas, representando 50% das respostas. Esse dado evidencia o grande potencial desses espaços para atividades físicas e recreativas, incluindo caminhadas, corridas e outras práticas esportivas. No entanto, esse predomínio sugere uma limitação na diversidade de usos das praças, que poderiam oferecer mais opções de lazer, cultura e socialização, conforme discutido na dissertação.

Os piqueniques aparecem como a segunda atividade mais citada, com 16%, demonstrando que, apesar de menos expressivo que o uso esportivo, há uma parcela significativa da população que valoriza as praças como espaços de convivência e lazer familiar. A leitura foi mencionada por 7% dos entrevistados, enquanto levar filhos ou netos ao parquinho

corresponde a 10%, reforçando que esses espaços também desempenham um papel importante no entretenimento infantil.

Outras atividades registradas incluem encontros com amigos (6%) e o uso das praças como local de passagem para ir à missa (3%). Além disso, algumas respostas indicam um uso ainda mais restrito, como o uso de aparelhos da terceira idade (2%), andar de bicicleta (2%) e participação em eventos (2%), sugerindo demandas específicas que poderiam ser melhor atendidas para diversificar a atratividade das praças.

Por fim, 3% dos entrevistados afirmaram não utilizar as praças para nenhuma atividade, o que pode indicar a necessidade de uma reestruturação dos espaços e a implementação de novos atrativos para estimular o uso desses locais. Os dados reforçam a importância de ampliar a diversidade de usos das praças, garantindo que atendam a diferentes perfis da população e promovam maior inclusão e participação comunitária.

Diante dos dados apresentados no Gráfico 6, que demonstram que 50% da utilização das praças ocorre para a prática de esportes, torna-se evidente a necessidade de maior incentivo por parte da administração pública na promoção de eventos esportivos. A ampliação dessas iniciativas poderia contribuir significativamente para o bem-estar da população, fomentando hábitos saudáveis, estimulando a interação social e fortalecendo o senso de comunidade.

De acordo com Xavier, Felipe e Arana (2018), os parques urbanos desempenham um papel crucial na promoção da atividade física, oferecendo espaços adequados para práticas esportivas e incentivando a interação social entre os frequentadores. O estudo realizado no Parque do Povo, em Presidente Prudente (SP), revelou que a presença de infraestrutura apropriada, como pistas de caminhada e quadras esportivas, favorece a adoção de hábitos saudáveis e contribui significativamente para o bem-estar da população urbana.

Além disso, programas esportivos bem estruturados podem democratizar o acesso ao esporte, garantindo que crianças, jovens, adultos e idosos possam usufruir desses espaços de maneira mais inclusiva e segura. A falta de iniciativas organizadas pode limitar o potencial das praças, restringindo-as apenas a práticas esportivas espontâneas e sem o suporte necessário para um uso mais eficiente e proveitoso.

Um exemplo de programa que poderia ser adaptado para a realidade local é o Pedal Sampa⁶⁰, uma iniciativa que incentiva o uso da bicicleta de maneira educativa, recreativa e

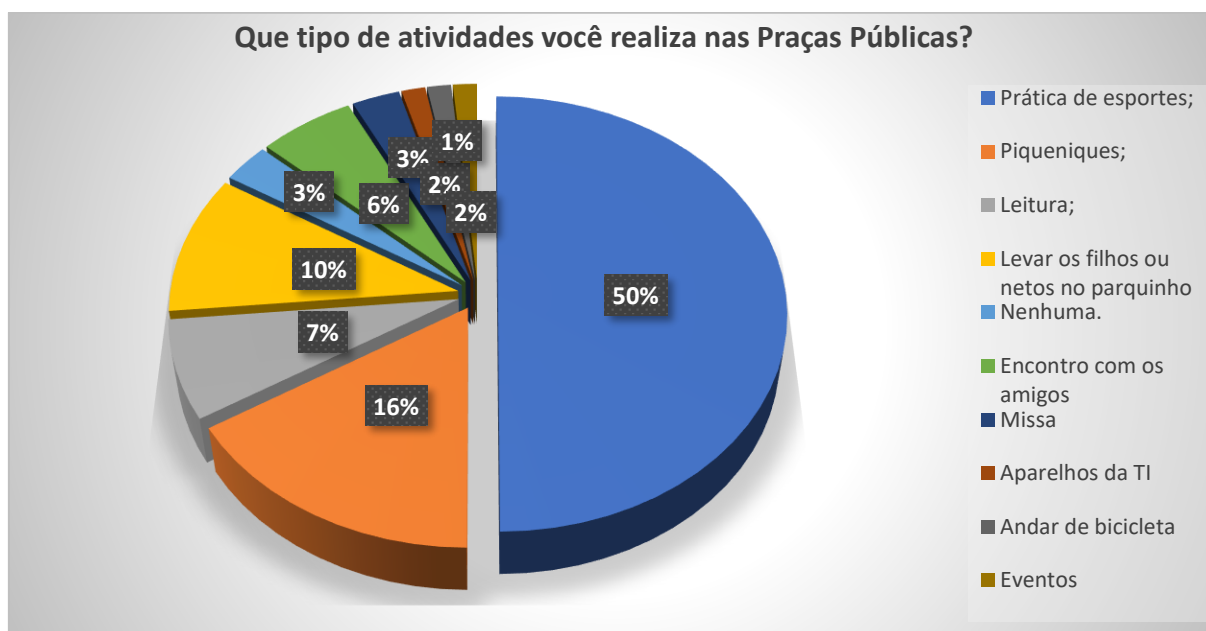
⁶⁰ O Pedal Sampa é um projeto que proporciona atividades e ações voltadas ao esporte educacional, visando a inclusão social das crianças, jovens e idosos, e ao mesmo tempo didático, recreativo, cultural e inclusivo com a prática de pedalar, curtindo a cidade de maneira divertida e ecológica. As informações podem ser acessadas no link: <https://pedalsampa.com.br/>.

inclusiva. O projeto promove empréstimos de bicicletas, oferece apoio de monitores capacitados e cria um ambiente propício para que pessoas de todas as idades possam aprender mais sobre mecânica de bicicletas e aprimorar suas habilidades no pedal. Em Umuarama, a Praça do Ciclista já se configura como um espaço importante para o incentivo ao ciclismo e à mobilidade ativa.

A dissertação "A Praça e o Ciclista: Espaço Público, Lazer e Qualidade de Vida em Umuarama-PR"⁶¹, de Jéferson Gabriel Alves Ferreira, sob orientação do Dr. Marcos Clair Bovo, destaca a relevância desse espaço como um ponto de encontro para ciclistas e praticantes de atividades físicas na cidade. A partir desse cenário, a administração pública poderia investir em eventos e programas que fortaleçam a Praça do Ciclista como um polo de esportes e lazer, promovendo ações como circuitos de ciclismo, aulas de educação no trânsito para ciclistas e atividades recreativas ao ar livre.

Sendo assim, iniciativas como corridas de rua, torneios esportivos e aulas ao ar livre poderiam diversificar ainda mais o uso das praças, promovendo não apenas o esporte, mas também o engajamento da comunidade em atividades que incentivam um estilo de vida ativo e saudável.

Gráfico 6 - Tipo de atividade realizada nas Praças (moradores)



Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

⁶¹ Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociedade e Desenvolvimento.

É importante destacar que nem todas as praças contam com eventos promovidos pela administração pública, o que pode justificar a menor participação em algumas delas. As praças Sete de Setembro, Tamoio e Alto São Francisco, por exemplo, não possuem eventos organizados regularmente, limitando sua função como espaços de interação comunitária. A ausência de programações nesses locais pode influenciar diretamente no uso e na percepção das praças como espaços ativos e atrativos.

Por outro lado, as praças Santos Dumont e São Pedro contam com eventos promovidos pela administração pública e pelas entidades locais, o que pode justificar o maior engajamento em suas áreas. A Praça Santos Dumont, localizada na área central, beneficia-se de sua posição estratégica e do fluxo constante de pessoas, enquanto a Praça São Pedro, no Distrito de Santa Eliza, desempenha um papel importante como ponto de encontro comunitário. Essas diferenças mostram como a localização e a presença de eventos podem impactar significativamente o uso e a valorização das praças.

Os investimentos realizados nas praças desempenham um papel crucial na valorização dos espaços públicos e na promoção do bem-estar das comunidades. Esses aportes abrangem melhorias na infraestrutura, como a instalação de equipamentos de lazer, playgrounds, academias ao ar livre, iluminação e paisagismo, além da promoção de eventos e atividades culturais.

De acordo com Santos (2008), os investimentos realizados nas praças refletem a relação entre técnica e espaço, evidenciando como a produção do meio urbano é influenciada por interesses políticos e econômicos. O autor argumenta que a aplicação de recursos nesses espaços nem sempre atende às reais necessidades da população, pois muitas vezes prioriza aspectos estéticos ou comerciais em detrimento da função social do local. Para ele, a qualidade e a distribuição dos investimentos devem considerar a vivência cotidiana dos moradores, garantindo que as praças cumpram seu papel como espaços de encontro, lazer e exercício da cidadania.

Essas intervenções não apenas tornam as praças mais atrativas e funcionais, mas também reforçam seu papel como pontos de encontro, convivência e interação social. Ao atender às demandas locais, os investimentos refletem a importância de preservar e revitalizar esses espaços, que são essenciais para o equilíbrio entre o ambiente urbano e a qualidade de vida da população.

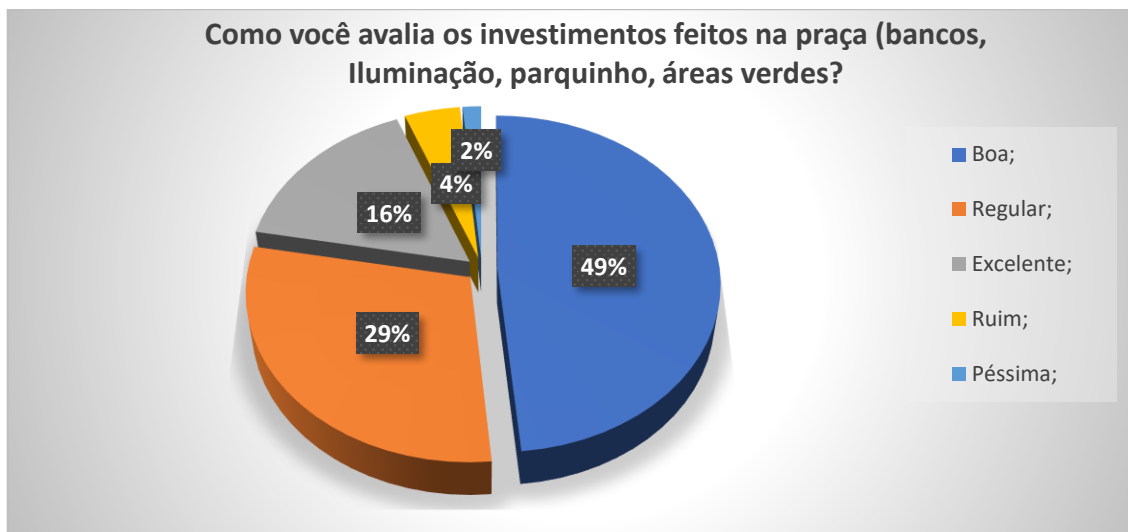
Entre os moradores entrevistados, conforme demonstrado no Gráfico 7, 49% avaliaram os investimentos feitos nas praças como bons, enquanto 29% os consideraram regulares. Esses

dados indicam que, embora a maioria tenha uma percepção positiva ou moderada em relação às melhorias realizadas, ainda há espaço para ajustes e avanços que atendam melhor às expectativas da comunidade local.

Além disso, 16% classificou os investimentos como excelentes, reforçando o reconhecimento de alguns moradores quanto aos esforços realizados. Por outro lado, 4% avaliaram os investimentos como ruins e 2% como péssimos, evidenciando que há pontos críticos que precisam ser abordados para aumentar a satisfação geral e garantir que as praças atendam plenamente às demandas da população.

No entanto, ficou evidente, durante a aplicação dos questionários, que os moradores não tiveram oportunidades significativas para expressar suas opiniões ou serem ouvidos em etapas importantes da concepção e realização dos projetos de revitalização. Essa falta de participação reforça a necessidade de incluir a comunidade no planejamento urbano, garantindo que as intervenções reflitam as reais necessidades e desejos de quem utiliza e vive no entorno desses espaços públicos.

A ausência de participação da população nas etapas de concepção e realização dos projetos de revitalização pode ser um dos principais fatores responsáveis pela insatisfação de parte dos moradores em relação aos investimentos feitos nas praças. Sem a oportunidade de expressar suas opiniões e necessidades, as intervenções realizadas podem não refletir plenamente as demandas reais da comunidade, resultando em projetos que, embora bem-intencionados, carecem de alinhamento com as expectativas e o uso cotidiano dos espaços. Isso reforça a importância de incluir os moradores no planejamento urbano, promovendo um diálogo aberto que garanta a criação de praças mais funcionais, atrativas e acessíveis para todos.

Gráfico 7 - Investimentos nas Praças (moradores)

Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

Do ponto de vista dos moradores, os investimentos na infraestrutura das praças devem priorizar áreas específicas para atender melhor às necessidades da comunidade, como demonstrado no Gráfico 8. A maior parte dos entrevistados, 40%, destacou a necessidade de melhores áreas de recreação, reforçando a importância desses espaços como os mais utilizados pelas famílias, especialmente por crianças que frequentam os playgrounds. Essa prioridade evidencia a demanda por equipamentos modernos, seguros e atrativos, que promovam o lazer e a convivência comunitária.

Além disso, 25% dos moradores sugeriram a ampliação das áreas verdes, apontando o desejo por espaços mais arborizados e confortáveis para descanso e socialização. A iluminação foi outro ponto importante, mencionado por 18% dos entrevistados, destacando a preocupação com segurança e maior usabilidade das praças durante o período noturno. A instalação de mais bancos também foi citada por 12%, mostrando a necessidade de melhorar o conforto para os frequentadores. Outras sugestões, embora menos frequentes, incluem a criação de pistas para bicicletas (1%), controle do vandalismo (1%), melhorias nos equipamentos (1%) e na infraestrutura de banheiros (1%), evidenciando demandas específicas que também precisam ser consideradas para tornar as praças mais acessíveis e bem estruturadas para todos.

A análise das sugestões de melhorias para as praças revela três demandas principais apontadas pelos entrevistados: melhores áreas de recreação (40%), ampliação das áreas verdes (25%) e melhor iluminação (18%). Esses aspectos não são apenas solicitações pontuais, mas indicam a forma como a população percebe e utiliza esses espaços públicos. Se há uma necessidade evidente de aprimorar a recreação, a arborização e a segurança, qual é então, na visão dos gestores, o verdadeiro papel que as praças desempenham na cidade?

Esse questionamento é essencial para que a administração pública compreenda que as praças não podem ser vistas apenas como espaços ornamentais, mas, sim, como equipamentos urbanos que devam atender às reais necessidades da comunidade. A falta de infraestrutura adequada pode desestimular o uso desses espaços e comprometer sua função social, tornando-os subutilizados ou até mesmo abandonados.

Além disso, um dado que pode parecer secundário, mas que carrega grande significado, é a sugestão de mais bancos (12%). Embora à primeira vista possa parecer um detalhe, a falta de mobiliário urbano adequado interfere diretamente na experiência dos usuários. De acordo com o Gráfico 3, 33% dos entrevistados têm entre 31 e 50 anos, uma faixa etária que valoriza o conforto ao frequentar um espaço público. Se uma pessoa se desloca até uma praça e não encontra bancos suficientes para descansar ou socializar e ainda enfrenta a ausência de sombras devido à escassez de áreas verdes, é natural que sua permanência nesses locais seja reduzida ou até mesmo evitada. Esse dado reforça a importância de um planejamento urbano sensível às necessidades dos diferentes perfis de usuários, garantindo que a infraestrutura ofereça conforto e funcionalidade.

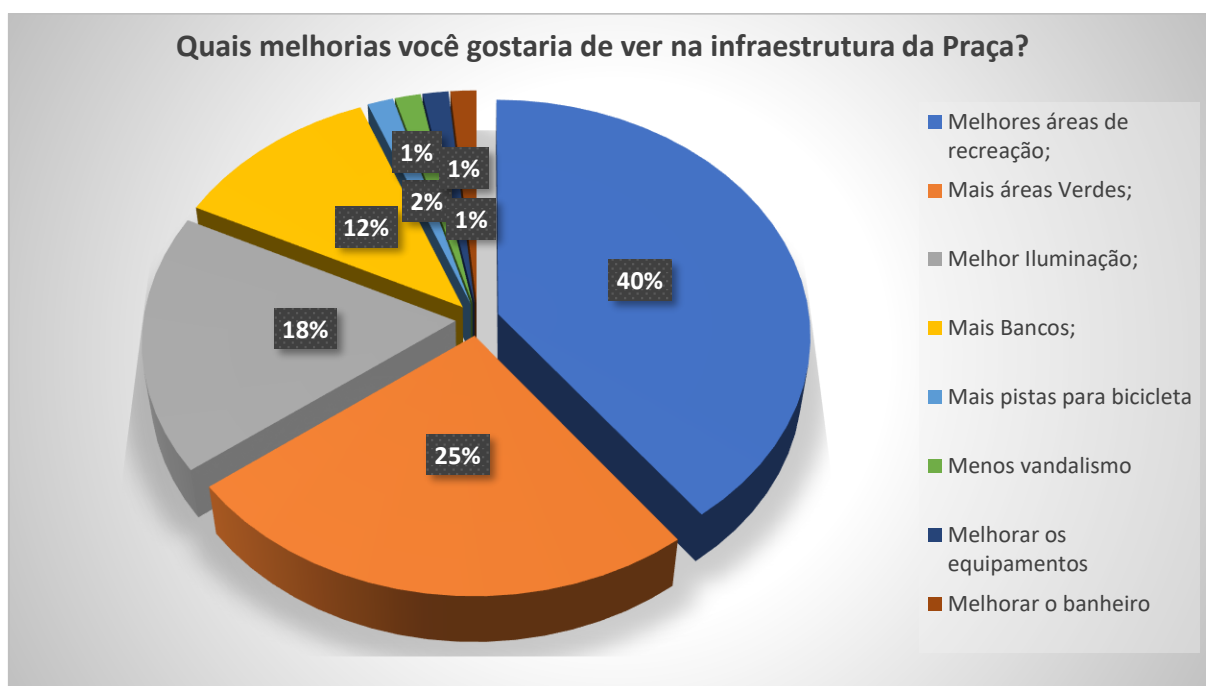
Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de uma abordagem mais criteriosa e fundamentada por parte da gestão pública antes de qualquer intervenção nos espaços públicos. A percepção da população deve ser considerada não apenas na fase de diagnóstico, mas também no planejamento e na execução das melhorias. Sem essa escuta ativa e uma visão estratégica dos gestores, corre-se o risco de realizar intervenções que não atendam às demandas reais, tornando-se investimentos pouco eficazes.

De acordo com Gehl (2013), a qualidade dos espaços públicos depende diretamente da forma como são planejados e geridos, sendo essencial que a percepção dos cidadãos seja considerada em todas as etapas das intervenções urbanas. O autor enfatiza que a participação ativa da população permite que os projetos atendam às reais necessidades dos usuários, garantindo que as melhorias realizadas sejam eficazes e promovam o bem-estar coletivo. Ele alerta que, sem essa escuta e uma abordagem estratégica por parte dos gestores, há o risco de investimentos resultarem em espaços subutilizados ou inadequados, comprometendo a funcionalidade e a atratividade dos locais públicos.

As praças têm um potencial significativo para promover lazer, qualidade de vida e convivência social, mas para que esse potencial seja plenamente explorado, é fundamental que as decisões sobre infraestrutura sejam pautadas por análises críticas, considerando tanto as necessidades expressas pelos usuários quanto os princípios de urbanismo e inclusão social.

Para alcançar essas melhorias, é fundamental envolver a comunidade no planejamento urbano, garantindo que suas necessidades sejam ouvidas e atendidas. Ações contínuas de manutenção, revitalização e inclusão de novas funcionalidades nas praças são essenciais para preservar a qualidade e o uso desses espaços públicos. Assim, as praças poderão consolidar seu papel como pontos de integração social e promoção do bem-estar coletivo, atendendo de forma abrangente às expectativas da população.

Gráfico 8 - Sugestão de melhorias (moradores)



Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

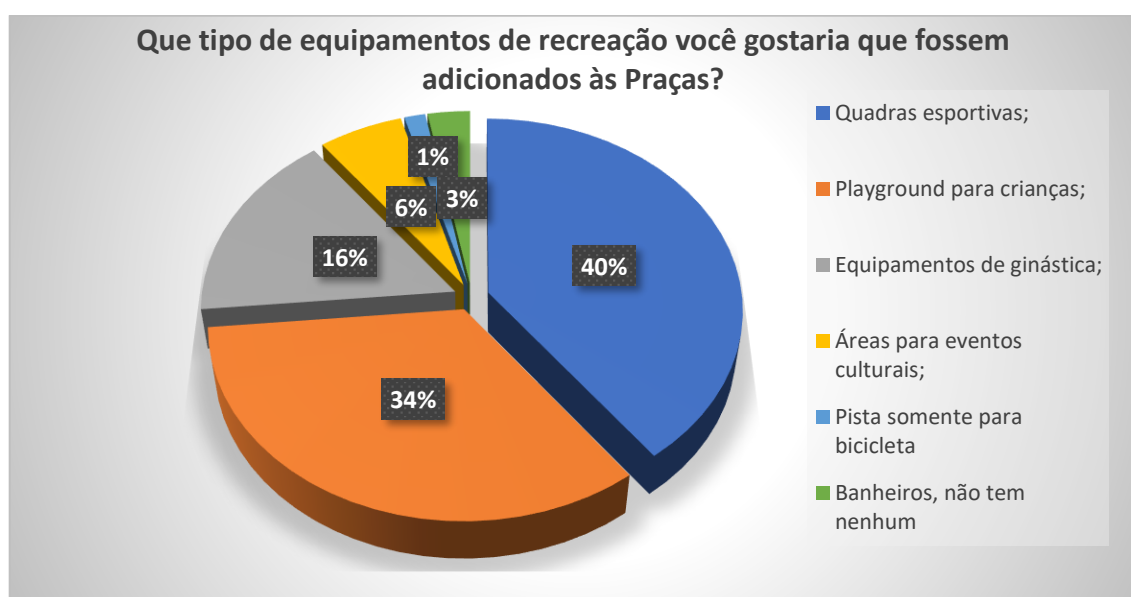
Diante do percentual de moradores que sugeriram melhorias nas áreas de recreação, foi feita uma pergunta complementar para identificar os tipos de equipamentos que eles gostariam de ver nas praças destacados no Gráfico 9. A resposta mais destacada, com 40% das opiniões, foi a instalação de quadras esportivas. Muitos moradores enfatizaram que essas quadras permitiriam que as crianças jogassem futebol e praticassem outros esportes com segurança, evitando riscos como a bola ir para a rua e possíveis acidentes. Esse dado é especialmente relevante, já que nenhuma das praças analisadas possui quadras esportivas, evidenciando uma lacuna importante na infraestrutura recreativa.

Durante as visitas às praças, foi possível observar crianças brincando com bolas em locais abertos e inadequados, como calçadas e áreas destinadas a equipamentos da terceira idade

(ATI)⁶². Esse uso indevido do espaço não só demonstra a falta de opções adequadas, mas também cria situações de conflito entre diferentes grupos de usuários, além de comprometer a segurança e o bem-estar das crianças. A inclusão de quadras esportivas poderia, portanto, atender a uma demanda significativa e melhorar a organização das atividades nas praças.

Em segundo lugar, com 34% das respostas, os moradores sugeriram a ampliação dos playgrounds infantis, destacando que, em muitas praças, esses equipamentos já são os mais utilizados. A ampliação ou melhoria dos playgrounds seria especialmente importante para atender às famílias que frequentam esses espaços, proporcionando opções seguras e diversificadas de lazer para as crianças. Esses dados reforçam a necessidade de investir em uma infraestrutura que contemple tanto o esporte quanto o lazer infantil, garantindo que as praças sejam mais inclusivas e funcionais para todos os usuários.

Gráfico 9 - Equipamentos de recreação sugeridos (moradores)



Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

Em resumo, as praças públicas desempenham um papel central na rotina de muitas famílias, especialmente para mães, pais e avós que utilizam esses espaços como locais de lazer

⁶² As **Academias da Terceira Idade (ATI)** surgiram no Brasil com o objetivo de oferecer exercícios físicos gratuitos para adultos e idosos em locais públicos. A primeira ATI foi implementada em Maringá, Paraná, em 2006, e atualmente está presente em todo o território brasileiro.

Esses espaços são equipados com aparelhos de ginástica projetados para atender às necessidades físicas e de saúde da população idosa, permitindo a realização de exercícios que promovem o bem-estar físico e mental, além de estimular a socialização. As informações podem ser encontradas no link: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/77465>.

para as crianças nos playgrounds. Esse uso reforça a necessidade de priorizar investimentos em infraestrutura moderna e segura, bem como na manutenção contínua, garantindo que esses espaços sejam adequados para atender às necessidades das famílias. Além disso, as praças promovem interações sociais saudáveis e inclusivas, criando oportunidades para o convívio entre diferentes gerações e fortalecendo os laços comunitários.

Os dados coletados evidenciam a importância atribuída pelas pessoas a esses espaços. Quando questionados sobre o papel das praças na comunidade, 66% dos entrevistados consideraram-no "muito importante" e 28% como "importante", enquanto apenas 6% foram neutros. Esses números demonstram que, para a maioria, as praças vão além de locais de lazer, sendo percebidas como fundamentais para a convivência social, a prática de atividades físicas e o equilíbrio urbano. A proximidade de uma praça com a residência também foi altamente valorizada, com 65% das pessoas afirmando que isso é "muito importante" e 26% dizendo ser "importante". Esses resultados reforçam a relevância das praças como elementos que contribuem diretamente para a qualidade de vida da comunidade.

Por outro lado, a valorização das praças não elimina a necessidade de melhorias, demandas como infraestrutura mais moderna, melhor iluminação, ampliação das áreas verdes e controle do vandalismo foram apontadas como prioridades por diversos entrevistados. Esses fatores mostram que, embora as praças sejam amplamente reconhecidas e valorizadas, ainda há espaço para avanços que tornem esses espaços públicos mais funcionais, atrativos e acessíveis. Investir nas praças, além de atender às expectativas da população, é um passo importante para fortalecer o vínculo entre os moradores e o ambiente urbano, promovendo cidades mais inclusivas e sustentáveis.

5.2 Comerciantes do entorno

Os comerciantes desempenham um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social de qualquer região. Eles são agentes responsáveis por intermediar a circulação de bens e serviços, conectando produtores e consumidores. Em essência, os comerciantes são indivíduos ou entidades que, de forma habitual e profissional, exercem atividades relacionadas à compra, venda ou troca de mercadorias e/ou serviços com o objetivo de obter lucro. Esse conceito, além de estar enraizado na prática econômica, possui bases jurídicas bem definidas, especialmente no Direito Comercial, que regulamenta as atividades comerciais e estabelece os direitos e deveres desses agentes.

De acordo com Vieira (2008), o comércio desempenha um papel essencial na ativação dos espaços públicos, contribuindo para o aumento do fluxo e da permanência de pessoas nesses locais. A presença de atividades comerciais em praças e outras áreas livres favorece a interação social, fortalece a economia local e melhora a percepção de segurança, pois a movimentação contínua reduz a sensação de abandono desses ambientes. O estudo destaca que, quando planejado de maneira equilibrada, o comércio pode se integrar harmoniosamente ao espaço público, potencializando sua função social e reforçando sua importância no cotidiano urbano.

A definição de comerciante, de acordo com a legislação brasileira, está associada à prática habitual de atos de comércio, ou seja, operações que envolvem a intermediação de bens e serviços no mercado. Conforme previsto no Código Civil⁶³, a pessoa física ou jurídica que exerce profissionalmente uma atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens e serviços é considerada empresária, um conceito que engloba os comerciantes. Esse enquadramento jurídico é essencial para delimitar quem pode ser reconhecido como comerciante e para assegurar a proteção legal e fiscal adequada às suas atividades.

O papel dos comerciantes transcende o aspecto econômico, pois eles também influenciam a dinâmica urbana e social das localidades onde atuam. Em cidades como Umuarama, por exemplo, as praças, além de espaços públicos de convivência, muitas vezes se tornam polos comerciais. Esses locais concentram atividades de comércio que, por sua vez, movimentam a economia local e promovem interações sociais. Os comerciantes estabelecidos nessas áreas desempenham um papel central na vitalidade das praças, tornando-as mais vivas e atrativas para a população.

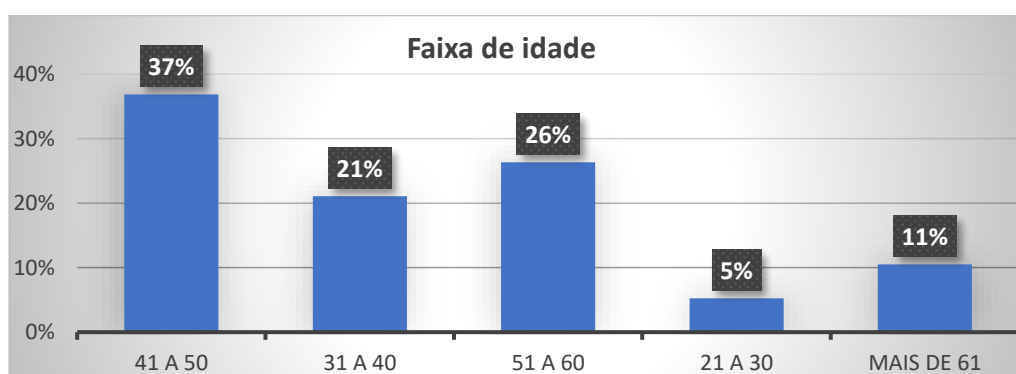
Portanto, os comerciantes podem ser definidos como pilares da economia local e nacional, com impacto direto na estrutura social e cultural das comunidades. Eles não apenas geram empregos e impulsionam o desenvolvimento econômico, mas também ajudam a moldar a identidade das regiões onde estão inseridos. Em Umuarama, a análise das praças e sua relação com os comerciantes reforça a importância de pensar em estratégias para promover a integração entre o comércio e os espaços públicos, valorizando o papel dos comerciantes como agentes transformadores na cidade.

⁶³ **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 artigo 966 do Código Civil:** Define o empresário como aquele que exerce profissionalmente uma atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou serviços. Esse conceito abrange o comerciante.

Dos 173 questionários aplicados na pesquisa, 19 foram respondidos por comerciantes, representando 11% do total. Essa parcela é significativa para a análise, pois reflete a percepção daqueles que mantêm atividades econômicas diretamente relacionadas às praças de Umuarama.

Em relação à faixa etária, a maioria dos comerciantes entrevistados tem entre 41 e 50 anos (37%), seguida pelo grupo de 51 a 60 anos (26%). Os comerciantes de 31 a 40 anos representam 21%, enquanto aqueles com mais de 61 anos correspondem a 11%. Já a menor participação é do grupo de 21 a 30 anos, que soma apenas 5%. Esses dados, demonstrados no Gráfico 10, indicam que a presença de comerciantes nas praças de Umuarama está concentrada principalmente entre 41 e 60 anos, faixa etária que compreende 63% dos respondentes.

Gráfico 10 - Comparativo das idades dos entrevistados (comerciantes)



Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

A análise apresentada no Gráfico 11 compara a quantidade de comerciantes entrevistados com o total de estabelecimentos presentes em cada praça, permitindo compreender a representatividade da amostra em relação ao universo comercial de cada local.

Na Praça São Pedro, onde há um total de 8 estabelecimentos, 63% dos comerciantes participaram da pesquisa, o que corresponde a 5 entrevistados. Já na Praça Tamoio, com 9 estabelecimentos comerciais, 56% dos comerciantes responderam ao questionário, totalizando 5 entrevistas.

A Praça Alto São Francisco possui 8 estabelecimentos comerciais, e 50% dos comerciantes participaram, o que equivale a 4 entrevistados. Na Praça Sete de Setembro, com 7 estabelecimentos, 43% responderam, totalizando 3 comerciantes. Por fim, a Praça Santos Dumont, que conta com 5 estabelecimentos, teve 40% de participação, resultando em 2 entrevistas.

A diferença entre o total de estabelecimentos e a quantidade de comerciantes entrevistados pode ser justificada por fatores como o horário de funcionamento das lojas no

momento da aplicação do questionário ou a decisão de alguns comerciantes de não participar da pesquisa. Esses elementos influenciam a representatividade da amostra e refletem a dinâmica comercial das praças de Umuarama.

Na Praça Sete de Setembro, a diversidade do comércio é marcada por atividades como salão de cabeleireiro, oficina de motos, agropecuária e sorveteria. Esses estabelecimentos refletem a característica de uma área que combina serviços especializados e opções de lazer para atender à comunidade local e seus arredores.

A Praça Santos Dumont, localizada em uma área central, destaca-se como um ponto de grande movimento econômico. Nela, encontram-se bancos, farmácias e lojas varejistas, consolidando sua função como um polo comercial de serviços essenciais e varejo, atendendo a um público variado da cidade.

Na Praça Tamoio, o comércio é predominantemente formado por bares e mercearias, além de salões de cabeleireiro e açougues. Essa combinação de negócios evidencia uma forte ligação com o atendimento às necessidades básicas da população do entorno, reforçando o papel dessa praça como um ponto de comércio local e socialização.

Já a Praça Alto São Francisco apresenta uma diversidade de serviços como auto elétrica, cabeleireiro, farmácia e borracharia. Esses comércios indicam um foco em serviços de suporte tanto para a comunidade quanto para pessoas em trânsito, aproveitando sua localização estratégica.

Por fim, a Praça São Pedro, no distrito de Santa Eliza, conta com comércios como farmácia, mercado e mercearia. Esses estabelecimentos são fundamentais para atender às necessidades básicas da comunidade local, destacando-se como uma central de serviços essenciais em uma área com características mais rurais e menos urbanizadas.

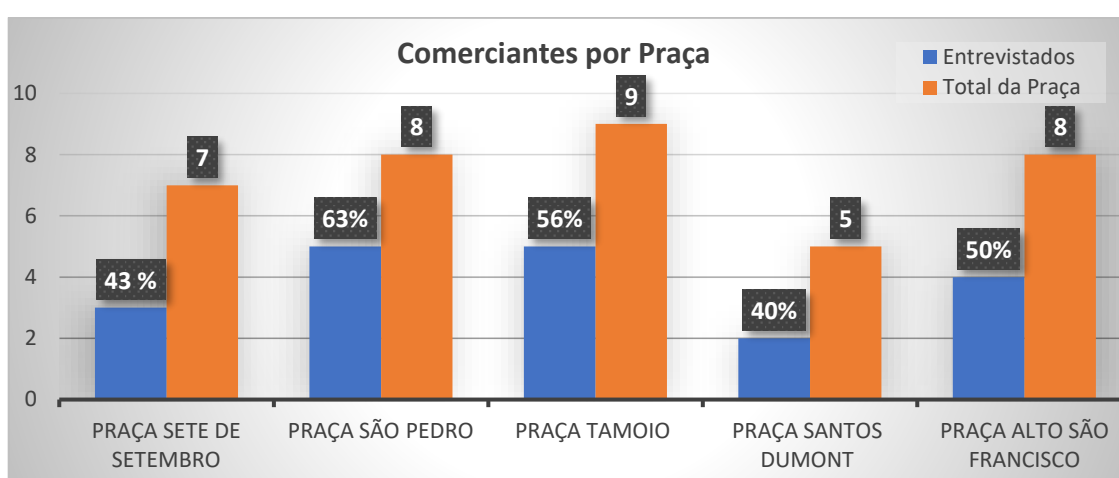
É importante justificar que a quantidade de comerciantes identificados nas praças não pode ser diretamente comparada com os dados das entrevistas realizadas, pois alguns comércios estavam fechados no momento da coleta de dados, impossibilitando o contato com seus proprietários ou responsáveis. Além disso, houve casos em que comerciantes optaram por não participar da pesquisa, o que também impacta na representatividade dos números apresentados. Essas circunstâncias reforçam a necessidade de considerar tais limitações ao interpretar os dados, garantindo uma análise mais precisa e condizente com a realidade local.

A análise dos comerciantes por praça revela que, embora o número total de estabelecimentos existentes em cada localidade seja maior, nem todos os comércios estavam abertos no momento da pesquisa ou aceitaram participar da entrevista. Essa discrepância pode

ser observada ao comparar o total de comércios identificados com o número de entrevistados em cada praça.

Em algumas áreas, como a Praça Santos Dumont, a diferença é significativa, pois nesta praça particularmente por ser uma área central ela tem em seu entorno uma grande quantidade de bancos e comércio varejista. Esses aspectos reforçam a importância de considerar a dinâmica comercial de cada praça ao interpretar os dados, pois a variação no número de entrevistados não necessariamente reflete uma baixa atividade econômica nesses espaços.

Gráfico 11 - Comerciantes por Praças pesquisadas



Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

Esses dados permitem observar como as praças desempenham papéis distintos no contexto comercial de Umuarama, sendo algumas mais atrativas para o comércio local do que outras. Essa variação pode ser influenciada pela localização estratégica, pela infraestrutura das praças e pelo fluxo de pessoas em cada área.

A proximidade do comércio em relação às praças desempenha um papel estratégico na dinâmica econômica e social desses espaços públicos. As praças atuam como polos de convivência e circulação, atraindo pessoas para atividades de lazer, eventos culturais e serviços diversos, o que beneficia diretamente os comerciantes instalados ao redor. Além disso, a localização próxima às praças facilita o acesso dos consumidores, cria oportunidades para impulsionar vendas e amplia a visibilidade dos negócios.

Gráfico 12 - Proximidade do comércio em relação a Praça

Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

Os comércios próximos às praças podem ser classificados em três categorias, conforme demonstrado no Gráfico 12 acima, com base na sua localização em relação ao espaço público. Os muito próximos são aqueles situados nas ruas de frente para a praça, desfrutando de alta visibilidade e acesso imediato ao fluxo de pessoas que frequentam o local. Esses estabelecimentos estão diretamente conectados às atividades realizadas na praça, aproveitando intensamente o movimento gerado.

Os próximos são os que estão em ruas adjacentes ou paralelas, ainda nas imediações, mas não diretamente de frente para a praça. Esses comércios se beneficiam de uma proximidade significativa, embora o impacto do fluxo da praça seja ligeiramente reduzido. Por fim, os comércios a uma distância moderada estão localizados um pouco mais afastados, mas ainda dentro de uma área que permite atender ao público que circula na região da praça. Essa classificação ajuda a compreender como diferentes graus de proximidade influenciam a interação entre o comércio e os espaços públicos.

Com base nos dados levantados e nas entrevistas realizadas, considerando que as respostas foram fornecidas majoritariamente pelos proprietários ou representantes dos comércios, 68% indicaram que seus estabelecimentos estão muito próximos às praças. Isso demonstra que, embora a proximidade dos comércios com as praças pudesse sugerir uma maior influência das ações e do público frequentador sobre os estabelecimentos devido à localização estratégica, os dados apresentados no Gráfico 13 evidenciam o contrário. Surpreendentemente, 74% dos entrevistados afirmaram que a praça não interfere no movimento de seus clientes.

Embora a proximidade com a praça possa, à primeira vista, sugerir uma vantagem comercial significativa, os dados demonstram que essa relação nem sempre é tão direta.

Existem diversos fatores que influenciam o impacto da praça no movimento dos estabelecimentos próximos, sendo um dos principais o ramo de atividade do comércio.

Para Vieira (2008), as atividades comerciais próximas às praças públicas desempenham um papel fundamental na dinâmica urbana, contribuindo para a vitalidade desses espaços e promovendo a interação social. A presença de estabelecimentos comerciais nas imediações das praças incentiva a circulação de pessoas, tornando esses locais mais atrativos e seguros. Além disso, o comércio local fortalece a economia da região, gerando empregos e estimulando o desenvolvimento econômico. Vieira destaca que a integração harmoniosa entre comércio e espaços livres urbanos é essencial para criar ambientes urbanos mais dinâmicos e inclusivos.

Para alguns segmentos, como lanchonetes, cafés e lojas de conveniência, o fluxo gerado pela praça pode representar um acréscimo considerável no número de clientes, uma vez que os frequentadores desses espaços públicos podem se tornar consumidores potenciais. No entanto, para outros tipos de negócios, como escritórios, farmácias ou lojas especializadas, a presença de um grande movimento na praça pode não resultar necessariamente em um aumento na clientela. Isso explica, em parte, porque 74% dos entrevistados afirmaram que a praça não interfere no fluxo de seus clientes, conforme demonstrado no Gráfico 13.

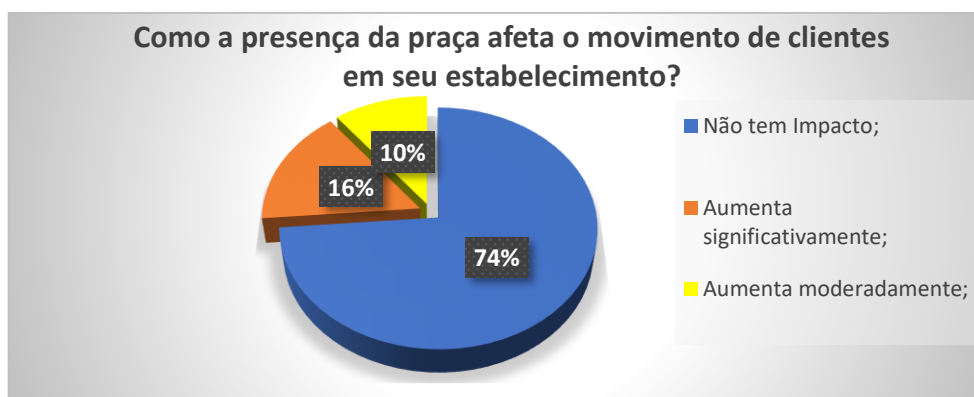
Além disso, períodos de maior movimentação na praça podem, em algumas situações, prejudicar o comércio dependendo do ramo de atuação. Um exemplo claro disso é a questão da disponibilidade de estacionamento. Se o espaço ao redor da praça se torna muito disputado por visitantes e frequentadores em horários de pico ou durante eventos, isso pode dificultar o acesso de clientes que dependem do carro para chegar ao estabelecimento.

Dessa forma, a relação entre comércio e praça não pode ser analisada apenas com base na proximidade física, mas deve considerar a interação entre o tipo de negócio, o perfil dos frequentadores da praça e a infraestrutura urbana disponível. Assim, para que as praças atuem de maneira mais favorável ao comércio local, é fundamental que a gestão pública leve em conta não apenas a criação de atrativos para a população, mas também a organização dos espaços ao redor, garantindo um equilíbrio entre lazer e acessibilidade comercial.

Por outro lado, 16% dos comerciantes entrevistados consideraram que a proximidade com a praça aumenta significativamente o movimento em seus estabelecimentos, enquanto 10% afirmaram que o impacto é moderado. Essas respostas podem ser justificadas pela diversidade dos comércios e pelos diferentes contextos das praças, como aquelas com maior concentração de serviços ou atrativos que incentivam a circulação de pessoas. Essa variação também reflete como o tipo de comércio e a dinâmica local de cada praça influenciam de maneira distinta o

fluxo de clientes, mostrando que, embora o impacto geral seja limitado, há casos em que a praça exerce uma influência positiva nos negócios.

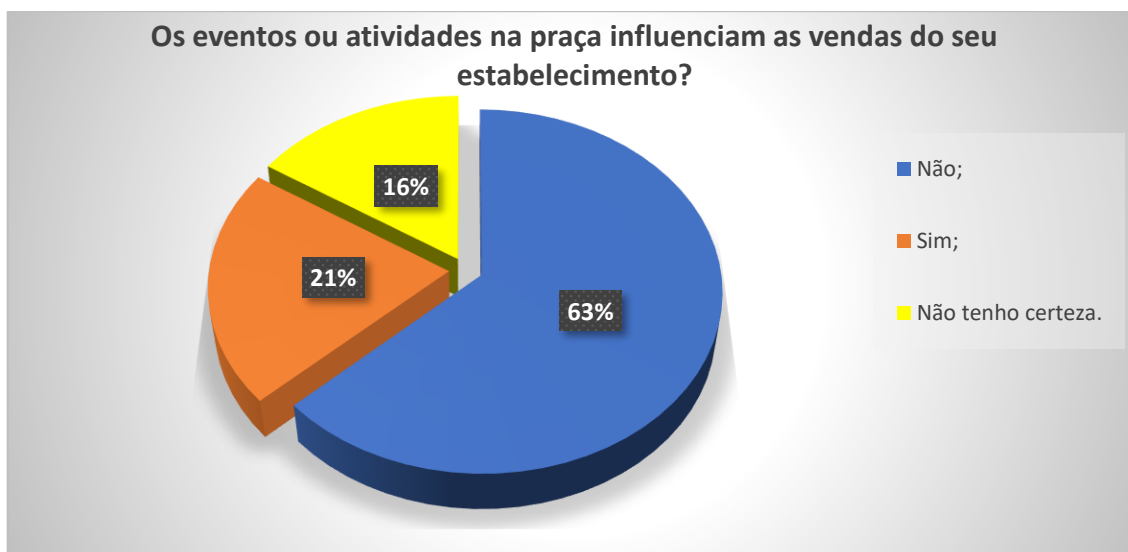
Gráfico 13 - Movimento do comércio



Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

A próxima pergunta reforça essa análise ao abordar especificamente se os eventos realizados nas praças interferem no movimento do comércio. Os resultados apresentados no Gráfico 14 abaixo revelaram que 63% dos entrevistados responderam que não há impacto, enquanto 21% afirmaram que sim. É importante destacar, no entanto, que nem todas as praças contam com eventos regulares, conforme já demonstrado nesta pesquisa. Isso pode explicar, em parte, a percepção de menor influência dos eventos sobre os estabelecimentos, evidenciando que a frequência e a natureza das atividades realizadas nas praças variam significativamente e nem sempre se traduzem em impacto direto no comércio local.

Diante da pergunta sobre os eventos, é importante mencionar que, durante a aplicação do questionário, foi constatado que apenas a Praça Santos Dumont e a Praça São Pedro recebiam eventos, tanto particulares quanto públicos. Essa observação reforça que a ausência de atividades regulares em outras praças pode limitar o potencial impacto no comércio local, especialmente nos estabelecimentos que dependem de maior fluxo de pessoas para aumentar suas vendas. Isso ressalta a necessidade de incentivar eventos diversificados e constantes em todas as praças para fomentar a movimentação comercial e fortalecer a relação entre os espaços públicos e os negócios próximos.

Gráfico 14 - Eventos x faturamento comércio

Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

Ainda dentro do eixo dos eventos realizados nas praças, foi investigado se os comércios participavam das atividades promovidas nesses espaços. Os resultados do Gráfico 15 mostraram que 95% dos entrevistados afirmaram não participar, enquanto apenas 1 comerciante respondeu positivamente conforme demonstrado no quadro abaixo. Esse dado reforça a observação de que muitos desses espaços públicos não contam com eventos regulares ou estruturados, como já destacado nesta pesquisa. A ausência de atividades frequentes em diversas praças pode limitar as oportunidades de engajamento entre os comerciantes e o público frequentador, reduzindo o potencial impacto positivo dessas ações na dinâmica comercial.

A falta de eventos em algumas praças, como a Praça Sete de Setembro e a Praça Tamoio, que não apresentam uma programação regular, contribui para uma menor interação entre os espaços públicos e os estabelecimentos comerciais ao redor. Diferentemente de locais como a Praça Santos Dumont, onde eventos públicos e particulares são mais frequentes, essas praças acabam ficando subutilizadas em termos de atividades culturais, esportivas ou recreativas. Essa ausência não apenas reduz o fluxo de pessoas, mas também desmotiva os comerciantes a se engajarem, evidenciando a necessidade de políticas públicas que incentivem a organização de eventos regulares e diversificados para revitalizar essas áreas e promover maior integração com o comércio local.

De acordo com Gehl (2013), os eventos em espaços públicos desempenham um papel essencial na ativação urbana, promovendo o encontro entre as pessoas e fortalecendo a identidade coletiva da cidade. O autor argumenta que praças, ruas e parques devem ser

planejados para acomodar diferentes tipos de eventos, desde pequenas interações cotidianas até grandes celebrações, pois essas atividades tornam os espaços mais vibrantes e atrativos. Além disso, ele destaca que eventos culturais, esportivos e comunitários incentivam a apropriação do espaço público pelos cidadãos, aumentando a sensação de pertencimento e segurança.

A ausência de eventos e ações promovidos pela administração pública nas praças revela uma negligência na gestão desses espaços, que deveriam ser polos de convivência, lazer e cultura para a população. As praças, quando bem aproveitadas, podem se transformar em centros dinâmicos de interação social, fomentando atividades esportivas, culturais e recreativas que beneficiam tanto os moradores quanto o comércio local. No entanto, o que se observa é um cenário de abandono, onde a falta de iniciativas concretas reduz significativamente o potencial desses espaços. Sem uma agenda de eventos consistente e planejada, as praças acabam não tendo sua usabilidade ou são utilizadas de forma limitada, desperdiçando seu verdadeiro propósito dentro do tecido urbano.

Além disso, a falta de iniciativa da gestão pública em promover eventos compromete diretamente a atratividade das praças e desestimula o engajamento da comunidade. Enquanto cidades que investem na ativação de espaços públicos colhem benefícios sociais e econômicos, como por exemplo o evento Páscoa na Praça 2024⁶⁴ realizado pela Prefeitura de Barreiras/BA que fez “Páscoa na Praça 2024: Evento reúne famílias, proporciona bons negócios e entretenimento durante a Semana Santa” a falta de políticas voltadas para o incentivo de atividades nesses locais apenas reforça o desuso e o desinteresse da população.

A ausência de feiras, apresentações culturais, torneios esportivos e outras iniciativas não só impede a valorização das praças como também dificulta a construção de um senso de pertencimento e apropriação desses espaços pelos cidadãos. Para que as praças cumpram sua função social, é imprescindível que a administração pública deixe de tratá-las como meros elementos decorativos da cidade e passe a enxergá-las como ambientes estratégicos para o desenvolvimento urbano, promovendo eventos regulares que incentivem a participação ativa da comunidade.

⁶⁴ Durante essa semana especial, a Prefeitura de Barreiras, por meio das Secretarias de Agricultura e Tecnologia; Indústria, Comércio e Serviços; Cultura e Turismo; preparou dois espaços que receberam centenas de pessoas durante a semana que aproveitaram o entretenimento para celebrar a Páscoa na Praça e desfrutar o melhor do pescado na Vila do Peixe. As informações podem ser encontradas no link: <https://barreiras.ba.gov.br/pascoa-na-praca-2024-evento-reune-familias-proporciona-bons-negocios-e-entretenimento-durante-a-semana-santa/>.

Gráfico 15 - Participação de eventos nas Praças

Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

Diante da pesquisa sobre os eventos, surge a dúvida sobre os horários de maior movimento nas praças e como esses períodos podem influenciar o comércio local. Para esclarecer essa questão, foi realizada uma pergunta aos comerciantes para identificar os horários de maior fluxo de pessoas nas praças e analisar se isso impactava diretamente o movimento em seus estabelecimentos conforme demonstrados no Gráfico 16.

Os resultados mostraram que os períodos da tarde e da noite são os mais movimentados, cada um com 42% das respostas, enquanto o período da manhã foi citado por apenas 16% dos comerciantes. Esses dados sugerem que as praças são mais frequentadas em horários que coincidem com momentos de lazer e descanso, especialmente após o horário comercial.

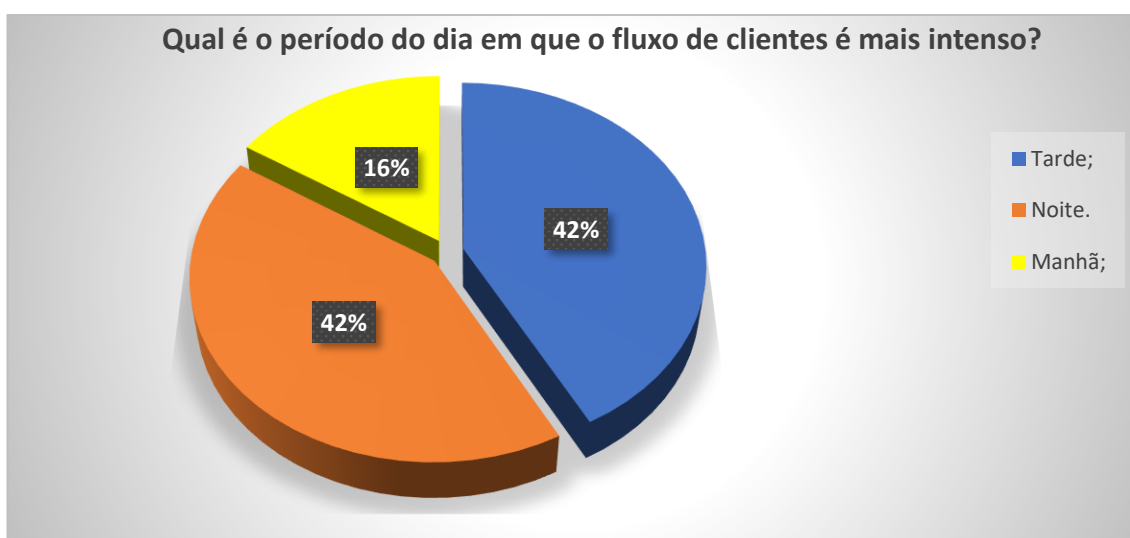
Quando perguntados sobre o período do dia em que o fluxo de clientes é mais intenso em seus estabelecimentos, os comerciantes apontaram padrões semelhantes: à tarde e à noite, com 42% das respostas cada, também foram identificados como os períodos de maior movimento. O período da manhã, assim como nas praças, registrou menor intensidade, com apenas 16% das menções. Essa convergência entre os horários de maior movimentação nas praças e o fluxo de clientes no comércio evidencia uma possível relação indireta, mas não totalmente consolidada, entre a dinâmica dos espaços públicos e o desempenho das atividades comerciais, indicando que outros fatores podem ser mais determinantes para atrair consumidores.

Outra informação importante a ser considerada é a relação entre os horários de maior movimento nas praças e o perfil do público que frequenta esses espaços nesses períodos. Os dados indicam que os momentos de maior fluxo ocorrem à tarde e à noite (42% cada), enquanto

a manhã apresenta uma movimentação reduzida (16%). Esse padrão de uso sugere que as praças são predominantemente ocupadas por pessoas que buscam lazer após o horário comercial, como famílias, jovens e grupos de amigos.

Para os comerciantes, compreender esse comportamento é essencial, pois o tipo de público que circula nesses horários pode influenciar diretamente as estratégias de atendimento e os produtos oferecidos. Por exemplo, estabelecimentos como lanchonetes, cafeterias e lojas de conveniência podem se beneficiar mais desse movimento noturno e vespertino, enquanto outros tipos de comércio podem não sentir um impacto tão significativo. Dessa forma, a análise dos horários de pico não deve se limitar apenas ao volume de pessoas nas praças, mas também à identificação do perfil dos frequentadores, permitindo que tanto o comércio quanto o poder público adotem ações mais eficazes para otimizar a relação entre o espaço público e a economia local.

Gráfico 16 - Horário de maior fluxo comércio



Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

Em se tratando de horários de maior movimento no comércio, importante se faz analisar se o movimento também tem influência com a praça, sendo assim os dados apresentados revelam que o aumento do movimento nas praças não se traduz de forma consistente em maior movimentação no comércio local.

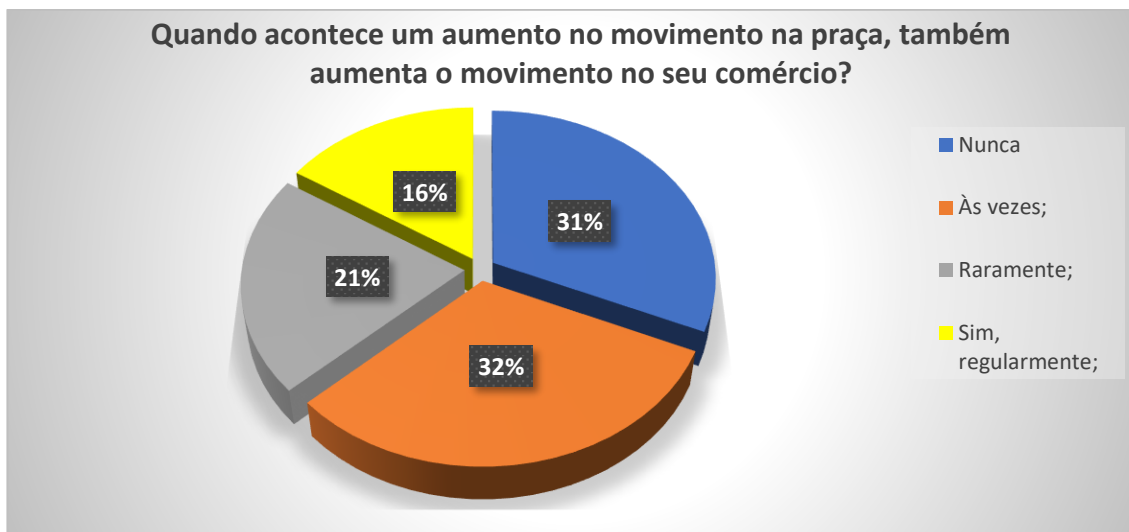
Conforme demonstrado no Gráfico 17 das 19 respostas, apenas 16% indicaram que há um aumento regular no movimento comercial relacionado ao fluxo na praça, enquanto a maior parte dos participantes relatou que esse impacto ocorre "às vezes" (31% respostas) ou "raramente" (21% respostas). Além disso, um número significativo (31% respostas) afirmou

que nunca observa essa relação, sugerindo que o comércio local não é diretamente influenciado ou talvez não esteja adaptado para captar o público que utiliza as praças.

Essa percepção pode estar conectada ao perfil das praças de Umuarama e ao uso que a população faz delas. Como espaços públicos que deveriam incentivar a convivência e o dinamismo urbano, as praças analisadas podem estar enfrentando desafios relacionados à falta de eventos regulares, infraestrutura comercial adequada ou integração efetiva entre lazer e consumo. A diferença nos padrões de movimento também pode refletir que os usuários das praças buscam mais atividades recreativas ou sociais, em vez de consumo direto, indicando uma oportunidade para desenvolver iniciativas que aproximem os dois aspectos.

A importância de ouvir a sociedade antes de qualquer intervenção nos espaços públicos é fundamental para garantir que essas mudanças atendam, de fato, às necessidades da população e promovam um impacto positivo tanto para os frequentadores das praças quanto para o comércio local. Os dados apresentados demonstram que o aumento do movimento nas praças nem sempre se traduz em maior fluxo para os estabelecimentos próximos, o que pode estar relacionado à falta de infraestrutura adequada, eventos regulares ou mesmo à ausência de uma conexão estratégica entre lazer e consumo.

Se as intervenções urbanas fossem planejadas com base nas demandas reais da comunidade, considerando os hábitos de uso das praças e as expectativas dos comerciantes, as ações poderiam ser mais eficientes e direcionadas. Criar espaços públicos que incentivem a permanência das pessoas e proporcionem oportunidades de integração com o comércio local exige uma abordagem participativa, onde a opinião da sociedade seja um dos principais guias na tomada de decisões, garantindo que as praças cumpram seu papel como ambientes de convivência, lazer e desenvolvimento econômico.

Gráfico 17 - Horário de maior fluxo comércio

Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

Quando se fala em comércio, não tem como ignorar a importância do estacionamento, um fator essencial para atrair e reter clientes. A disponibilidade de vagas próximas e acessíveis pode influenciar diretamente no fluxo de pessoas e na decisão de compra, especialmente em áreas comerciais próximas a praças e espaços públicos.

Estacionamentos insuficientes ou mal planejados podem desencorajar os consumidores, enquanto soluções como estacionamentos rotativos, parcerias com estabelecimentos ou incentivo a transportes alternativos podem criar um ambiente mais dinâmico e convidativo. Assim, o planejamento de espaços urbanos deve considerar o estacionamento como parte de uma estratégia integrada para fortalecer o comércio e promover a acessibilidade.

Os dados do Gráfico 18 indicam que o maior desafio enfrentado devido à proximidade da praça está relacionado ao estacionamento inadequado, apontado por 15 das 19 respostas que representa um percentual de 79%. Isso demonstra que a falta de infraestrutura para acomodar veículos é um problema significativo que impacta tanto comerciantes quanto frequentadores das praças. A escassez de vagas ou a má gestão dos espaços de estacionamento pode limitar o fluxo de clientes, criar congestionamentos e gerar insatisfação, prejudicando o comércio local e reduzindo o potencial atrativo da praça como ponto de convivência urbana.

Por outro lado, apenas 4 respostas indicaram outros problemas, como falta de segurança (5%), ou afirmaram não enfrentar desafios relacionados à praça (5%). Isso sugere que, fora o estacionamento, os demais aspectos ligados à proximidade das praças são menos problemáticos para os comerciantes. Contudo, vale destacar que a predominância do problema com

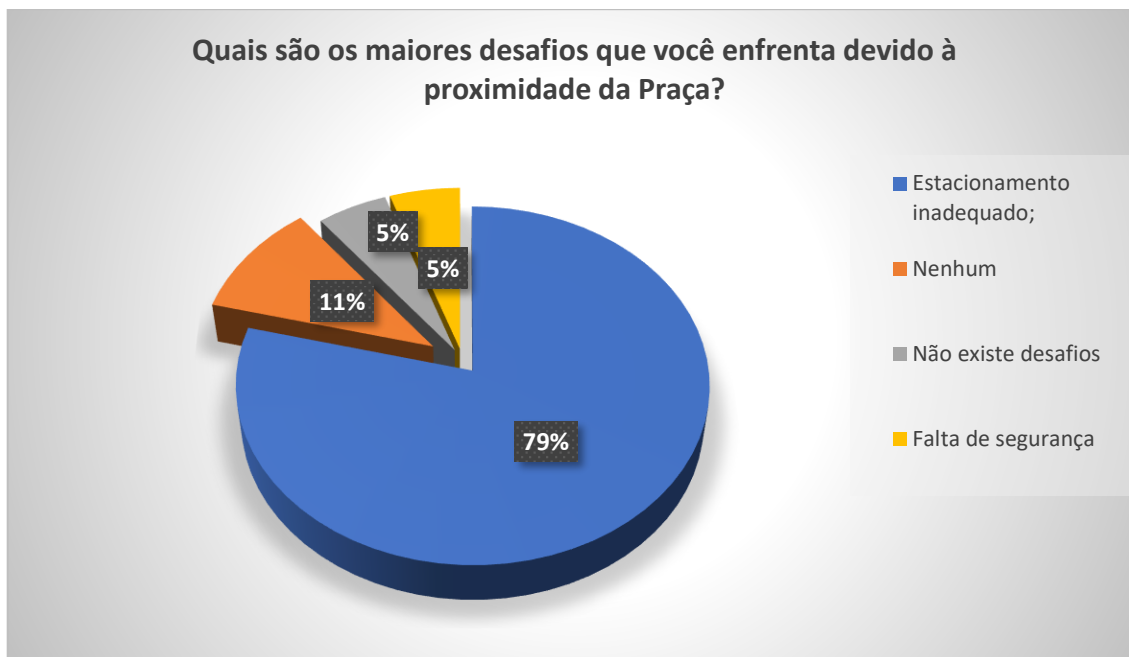
estacionamento pode estar mascarando outros desafios que, embora menos citados, também precisam ser considerados em um planejamento urbano integrado. Melhorar a infraestrutura de mobilidade e estacionamento em torno das praças poderia minimizar esses impactos e potencializar o uso dos espaços públicos como centros de convivência e consumo.

A mobilidade urbana deve ser um dos principais eixos das intervenções em praças públicas, pois é fundamental equilibrar a preservação ambiental, a acessibilidade dos usuários e as necessidades do comércio local. A criação de áreas verdes e arborizadas é essencial para garantir um ambiente mais agradável, sustentável e adequado para a convivência, mas isso não pode ser feito sem considerar o impacto no fluxo de veículos e no estacionamento.

A falta de planejamento adequado pode resultar em espaços desorganizados, onde a disputa por vagas se torna um problema tanto para frequentadores da praça quanto para comerciantes da região. O estacionamento inadequado foi apontado por 79% dos entrevistados como o maior desafio enfrentado devido à proximidade das praças, o que demonstra a urgência de soluções que conciliem a mobilidade com a funcionalidade dos espaços públicos.

Além disso, um dos principais pontos de reclamação dos comerciantes é o uso das vagas por usuários que não consomem no comércio local, dificultando o acesso dos clientes que realmente poderiam impulsionar suas vendas. Para mitigar esse problema, o planejamento urbano deve incluir estratégias como a implementação de estacionamentos rotativos, a criação de áreas exclusivas para clientes de determinados estabelecimentos e a melhoria da sinalização viária, garantindo que tanto pedestres quanto motoristas consigam acessar as praças de maneira segura e ordenada. A mobilidade eficiente não se trata apenas de ampliar estacionamentos, mas de pensar a cidade de forma integrada, promovendo o equilíbrio entre a preservação ambiental, o bem-estar dos cidadãos e a dinâmica econômica local.

De acordo com Gehl (2013), a redução do espaço destinado aos carros nas cidades é fundamental para aumentar as áreas destinadas às pessoas, tornando os espaços urbanos mais acessíveis, seguros e convidativos. O autor argumenta que a priorização do transporte motorizado compromete a qualidade de vida urbana, reduzindo oportunidades para interação social e o uso ativo dos espaços públicos. Para ele, cidades bem projetadas devem reequilibrar essa relação, ampliando calçadas, ciclovias e áreas de convivência, o que resulta em ambientes mais agradáveis, sustentáveis e adaptados às necessidades humanas. Gehl defende que a redução do tráfego de veículos melhora a mobilidade ativa, incentiva o caminhar e o uso de bicicletas, além de fortalecer a vitalidade econômica e social dos espaços urbanos.

Gráfico 18 - Desafios do comércio

Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

Continuando no quesito infraestrutura e acessibilidade, é essencial destacar a necessidade de melhorias que favoreçam a integração entre os espaços públicos e o comércio local. Investir em calçadas acessíveis, estacionamentos bem planejados e sinalização adequada pode transformar as praças em ambientes mais acolhedores e funcionais. Essas ações não apenas aumentam a atratividade das praças, mas também têm o potencial de impulsionar o fluxo de consumidores para o comércio adjacente, fortalecendo a economia local.

Para Gehl (2013), a integração entre espaços públicos e comércio local é essencial para criar cidades mais acessíveis. O autor defende que melhorias na infraestrutura urbana, como calçadas amplas e acessíveis, estacionamentos bem planejados e sinalização adequada, incentivam o fluxo de pedestres e tornam os espaços mais convidativos. Destaca que a presença de pessoas em áreas públicas é fundamental para fortalecer a economia local, pois a circulação ativa impulsiona o comércio adjacente. Além disso, ele argumenta que a criação de ambientes mais acolhedores e funcionais estimula a apropriação dos espaços urbanos, promovendo interação social e um uso mais dinâmico das praças e ruas.

De acordo com os dados coletados e apresentados no Gráfico 19, 37% dos entrevistados afirmaram que a proximidade com a praça não traz nenhum benefício significativo para seus negócios. Além disso, algumas respostas pontuais sugerem vantagens limitadas, como a visibilidade do estabelecimento (5% das respostas) e o uso da praça como referência para endereço (11% das respostas). Esses números indicam que, apesar do potencial de interação

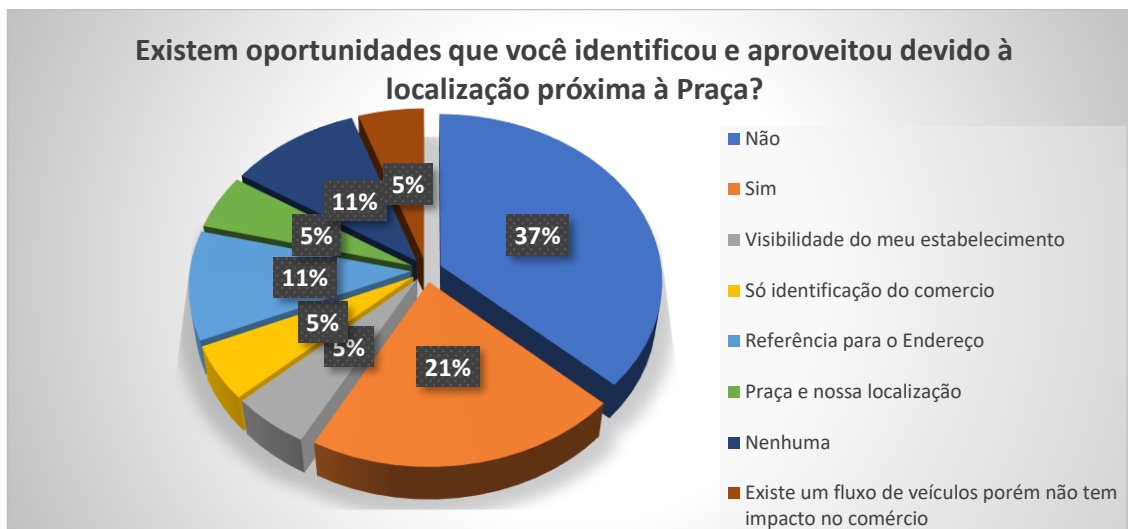
entre a praça e o comércio local, muitos comerciantes não conseguem traduzir a localização em ganhos concretos, seja pela falta de infraestrutura adequada ou pela ausência de estratégias que aproveitem o fluxo gerado pelos frequentadores das praças.

Por outro lado, 21% dos entrevistados indicaram que aproveitam oportunidades relacionadas à praça, demonstrando que, para alguns, é possível adaptar estratégias comerciais para captar o público do entorno. No entanto, comentários como "existe um fluxo de veículos, porém não tem impacto no comércio" reforçam a percepção de que o movimento gerado nas praças nem sempre se traduz em consumo direto. Essa realidade aponta para a necessidade de ações mais integradas, como a organização de eventos, promoções conjuntas e melhorias na infraestrutura urbana, que possam potencializar o impacto positivo das praças no desenvolvimento econômico local.

Com base nas oportunidades já identificadas, é possível observar que a localização próxima à praça pode ser um diferencial estratégico para os comerciantes que souberem aproveitar esse potencial. Um dos principais benefícios mencionados por alguns entrevistados é a visibilidade do estabelecimento, que pode ser potencializada com fachadas atrativas, sinalizações bem posicionadas e ações de marketing voltadas para os frequentadores da praça. Além disso, alguns comerciantes utilizam a praça como um ponto de referência para facilitar a localização de seus negócios, o que pode ser uma vantagem competitiva em áreas movimentadas.

Outra possibilidade é a criação de parcerias com eventos locais, nos quais estabelecimentos podem oferecer produtos ou serviços que atendam diretamente às necessidades do público que frequenta a praça, como lanchonetes que disponibilizam combos especiais durante atividades esportivas ou livrarias que organizam feiras de leitura ao ar livre. Essas iniciativas demonstram que, embora nem todos os comerciantes sintam um impacto direto no fluxo de clientes, há maneiras criativas de transformar a proximidade da praça em uma vantagem econômica e social, promovendo uma melhor integração entre comércio e espaço público.

Gráfico 19 - Quadro desafios do comércio



Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

O comércio local pode se beneficiar significativamente da proximidade com as praças públicas que atraem pessoas e geram maior visibilidade para os estabelecimentos. Esses espaços urbanos funcionam como pontos de encontros que potencializam o fluxo de consumidores na região. No entanto, para transformar essa proximidade em vantagem real, é fundamental considerar aspectos como infraestrutura, acessibilidade e estratégias de integração entre a praça e o comércio.

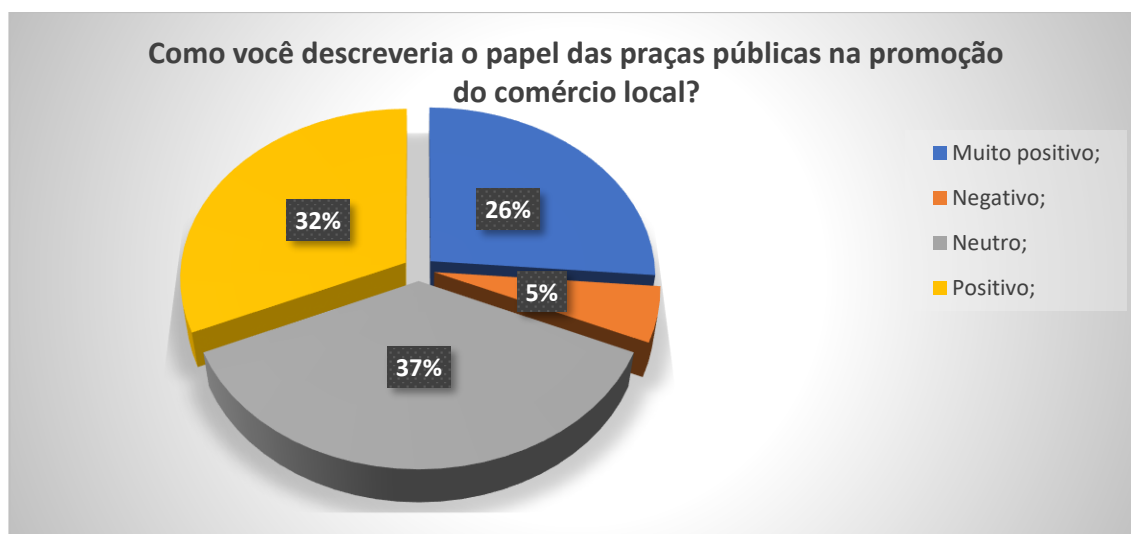
Os dados apresentados no Gráfico 20 revelam percepções mistas sobre o papel das praças públicas na promoção do comércio local. Na maioria das respostas, se somarmos os (32%) que classificam esse impacto como muito positivo e 26% positivo, temos o destaque do potencial das praças como pontos de convergência que podem atrair pessoas e, conseqüentemente, beneficiar os estabelecimentos comerciais próximos. Esses resultados sugerem que as praças são vistas, por muitos, como espaços estratégicos para promover interação social e estimular o fluxo de consumidores.

No entanto, 37% das respostas consideram o papel das praças como neutro, indicando que sua influência sobre o comércio pode não ser tão evidente ou consistente em alguns contextos. Apenas 5% das respostas avaliam o impacto como negativo, o que reforça a ideia de que, embora as praças não sejam amplamente prejudiciais ao comércio, seu potencial positivo pode não estar sendo explorado ao máximo. Esses dados apontam para a importância de desenvolver estratégias que integrem as praças e o comércio local, como eventos comunitários, feiras e melhorias na acessibilidade, para transformar a percepção neutra em um impacto claramente positivo.

Para tanto, é possível observar que todas as praças, quando planejadas e ativadas de maneira estratégica, podem contribuir significativamente para o fortalecimento do comércio local. Na aplicação dos questionários já foi possível verificar que a integração entre espaços públicos e comércio pode gerar benefícios mútuos, promovendo não apenas um aumento no fluxo de pessoas, mas também incentivando a permanência e o consumo na região.

No entanto, para que esse potencial seja efetivamente explorado, é essencial que ações concretas sejam implementadas, como a realização de eventos, a melhoria na infraestrutura e a criação de mecanismos que facilitem o acesso e a circulação dos consumidores. O fato de 37% dos entrevistados classificarem o impacto das praças como neutro demonstra que há uma lacuna a ser preenchida, na qual a administração pública e os comerciantes podem atuar conjuntamente para tornar esses espaços mais dinâmicos, atrativos e economicamente vantajosos. Dessa forma, as praças deixam de ser apenas áreas de lazer e passam a desempenhar um papel ativo no desenvolvimento urbano e comercial da cidade.

Gráfico 20 - Promoção do comércio local



Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

Em se tratando de análise, é fundamental ouvir os comerciantes, pois eles vivenciam diretamente os desafios e as oportunidades relacionadas à proximidade das praças. Nesse sentido, foram sugeridos alguns pontos que poderiam contribuir para melhorias, como a ampliação e organização do estacionamento, o aumento da segurança no entorno, a realização de eventos que atraiam mais público e a instalação de infraestrutura adequada, como iluminação e sinalização. Essas sugestões refletem a necessidade de uma gestão integrada entre o espaço público e o comércio, visando fortalecer a relação entre as praças e os estabelecimentos locais.

Os dados apresentados no Gráfico 21 mostram que as principais sugestões de melhorias na relação entre os estabelecimentos comerciais e as praças estão relacionadas a aspectos estruturais e de segurança. Melhorias na infraestrutura ao redor da praça foram apontadas por 37% dos respondentes, destacando a necessidade de intervenções que tornem o entorno mais atrativo e funcional para comerciantes e frequentadores. Além disso, nos 32% das respostas foram mencionadas o quesito maior segurança na região como uma prioridade, indicando que a percepção de vulnerabilidade pode ser um obstáculo para o pleno aproveitamento do potencial comercial das praças.

Outras sugestões, embora menos frequentes, também são significativas. 16% dos respondentes pedem incentivos para colaborações comerciais, sugerindo que ações conjuntas poderiam fortalecer a relação entre o comércio e os frequentadores da praça. Melhorias no estacionamento, mencionadas em 10% das respostas (uma diretamente e outra como criação de vagas), reforçam que a acessibilidade é um ponto crítico. A divulgação de eventos foi citada uma vez, destacando a necessidade de atrair mais público e gerar maior visibilidade para os estabelecimentos. Esses dados reforçam a importância de um planejamento urbano que considere tanto as demandas comerciais quanto a qualidade dos espaços públicos.

Diante das sugestões levantadas pelos comerciantes, fica evidente que as principais demandas para melhorar a relação entre os estabelecimentos e as praças estão ligadas à infraestrutura (37%) e à segurança (32%). A infraestrutura, além de envolver melhorias gerais no entorno, passa diretamente pela organização do estacionamento e pela mobilidade urbana, fatores essenciais para garantir a acessibilidade dos clientes sem prejudicar o fluxo de veículos e a ocupação ordenada dos espaços.

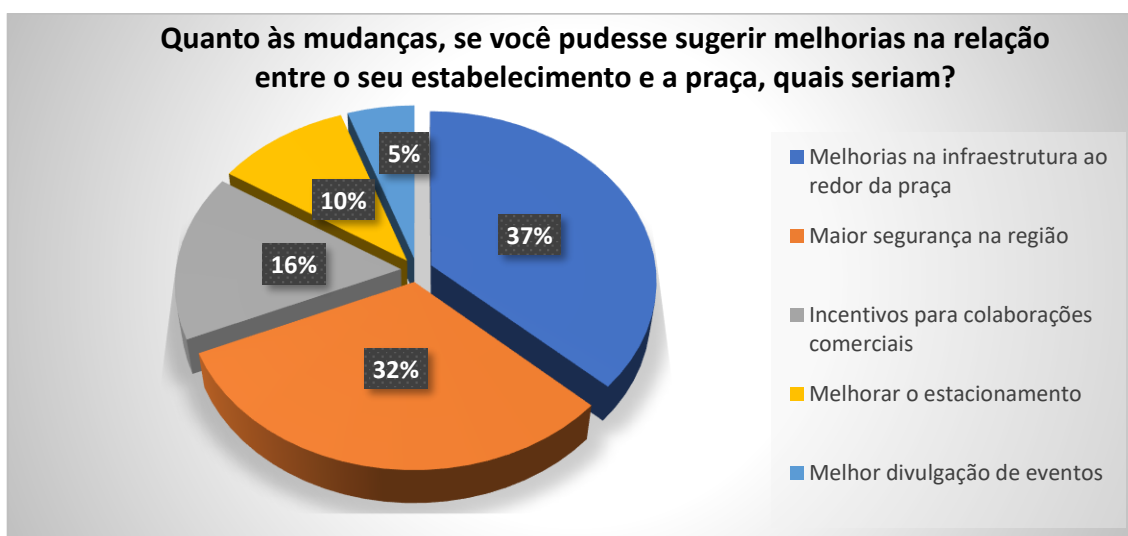
Já a questão da segurança abrange desde melhor iluminação e rondas policiais mais frequentes até estratégias que aumentem a circulação de pessoas nas praças, pois um espaço bem frequentado naturalmente se torna mais seguro. Além disso, ações como eventos regulares, incentivos à colaboração entre comerciantes e a administração pública, e uma comunicação mais eficiente para divulgar atrações nas praças podem fortalecer a conexão entre esses espaços e o comércio local.

Assim, as melhorias sugeridas não devem ser tratadas isoladamente, mas, sim, como parte de um planejamento urbano integrado, no qual a estrutura física, a segurança e o dinamismo das praças sejam pensados estrategicamente para beneficiar tanto os frequentadores quanto os empresários da região.

De acordo com Medeiros e Santiago (2017), a segurança pública está diretamente relacionada à oferta de lazer nos espaços urbanos, pois a presença contínua de pessoas nesses

locais pode contribuir para a redução dos indicadores de violência. Os autores destacam que a ocupação ativa das praças e áreas de convivência por meio de atividades recreativas e culturais favorece a sensação de segurança, inibindo ações criminosas e fortalecendo os laços comunitários. Além disso, enfatizam que políticas públicas voltadas para a promoção do lazer devem ser vistas como estratégias complementares ao combate à violência, uma vez que estimulam o uso positivo do espaço público e aumentam a interação entre os cidadãos.

Gráfico 21 - Principais mudanças



Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

O comércio local próximo às praças públicas apresenta um grande potencial de crescimento, mas enfrenta desafios significativos que precisam ser abordados. Entre os problemas mais citados pelos comerciantes estão o estacionamento inadequado e a falta de infraestrutura, fatores que limitam a atração e retenção de consumidores.

Além disso, a segurança na região também foi destacada como uma preocupação, mostrando que melhorias nesse aspecto poderiam aumentar a confiança e a frequência de pessoas no entorno das praças. Apesar dessas dificuldades, muitos comerciantes reconhecem oportunidades ligadas à visibilidade de seus estabelecimentos e ao fluxo de pessoas proporcionado pelas praças, embora ainda faltem estratégias mais eficazes para transformar essa proximidade em resultados comerciais concretos.

As sugestões apresentadas pelos comerciantes reforçam a necessidade de intervenções urbanas e ações colaborativas. Melhorias na infraestrutura, como iluminação, sinalização e reorganização do estacionamento, foram apontadas como prioritárias, além de iniciativas que promovam maior segurança e eventos que atraiam público para a região. Incentivos para

parcerias comerciais também foram mencionados, destacando o potencial de união entre os comerciantes para criar um ambiente mais dinâmico e atrativo.

Com essas ações, as praças podem deixar de ser vistas apenas como espaços de convivência e se tornarem motores efetivos do desenvolvimento comercial local, promovendo um ciclo positivo de valorização urbana e crescimento econômico.

5.3 Usuários das praças

As praças públicas são espaços democráticos que atendem às diversas necessidades da comunidade, funcionando como locais de lazer, convivência e interação social. Os usuários desses espaços desempenham um papel essencial na vitalidade urbana, pois sua presença e comportamento influenciam diretamente o dinamismo e a funcionalidade das praças.

Esses ambientes atraem um público diversificado, que vai desde crianças em busca de diversão até idosos que utilizam as praças como ponto de encontro ou descanso. A frequência e o uso desses espaços estão intimamente ligados à qualidade da infraestrutura, à segurança e às atividades oferecidas, tornando essencial a compreensão das demandas desses usuários para um planejamento urbano mais eficiente.

Os usuários das praças, em uma definição mais ampla, são todas as pessoas que utilizam esses espaços para atividades específicas ou para usufruir do ambiente público, seja de forma transitória ou regular. Esses indivíduos interagem com as praças de maneiras variadas, desde práticas recreativas e culturais até usos mais funcionais, como pontos de referência ou descanso durante deslocamentos. Reconhecer essa diversidade é crucial para desenvolver praças que sejam inclusivas, multifuncionais e verdadeiramente representativas da comunidade que servem.

Os dados apresentados no Gráfico 22 indicam a distribuição da faixa etária dos usuários entrevistados em relação às praças públicas, evidenciando a diversidade de idades entre os frequentadores. A maior concentração está na faixa de 31 a 40 anos, que representa 29% dos entrevistados, seguida pelo grupo de 41 a 50 anos, com 23%. Esses dois segmentos refletem a predominância de adultos em idade produtiva, sugerindo que as praças são utilizadas tanto para momentos de lazer familiar quanto para atividades cotidianas.

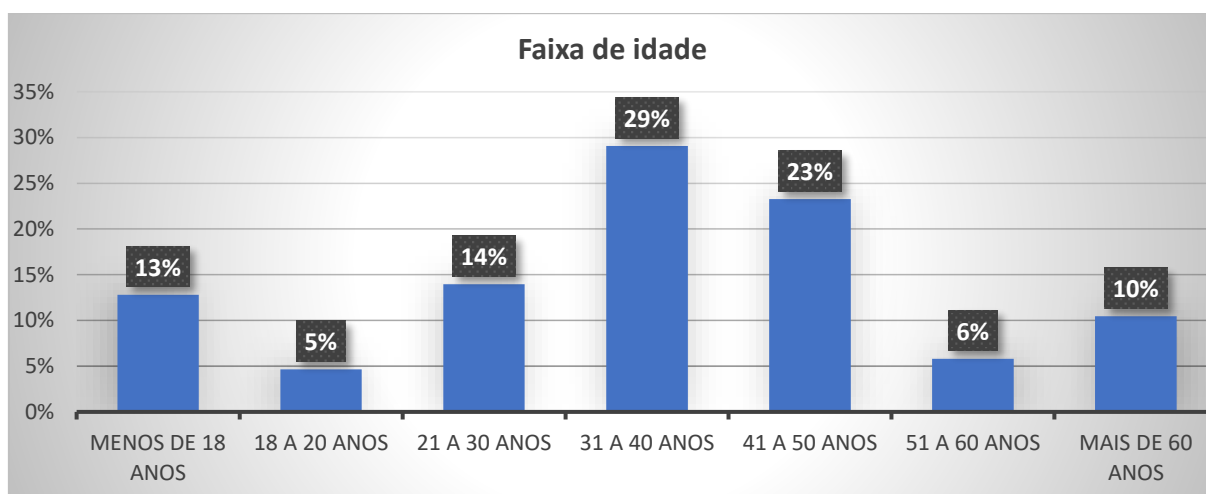
A faixa de 21 a 30 anos corresponde a 14% dos entrevistados, enquanto os jovens com menos de 18 anos representam 13%. Já o grupo de 18 a 20 anos teve a menor participação, com 5% dos respondentes, indicando que, embora os jovens frequentem as praças, sua presença é menos significativa em comparação aos adultos.

Por outro lado, os idosos também utilizam esses espaços, ainda que em menor proporção. A faixa acima de 60 anos corresponde a 10% dos entrevistados, enquanto aqueles entre 51 e 60 anos representam 6%. Esses dados reforçam que, embora a presença de pessoas próximas à terceira idade seja menor em relação aos adultos mais jovens, ainda há um número expressivo de idosos que fazem uso das praças, possivelmente para socialização, caminhadas e lazer.

Esses dados apontam para a importância de adequar a infraestrutura e as atividades das praças para atender às necessidades de diferentes faixas etárias, com destaque para os adultos que são os principais usuários, mas também criando condições mais atrativas para jovens e idosos, a fim de promover uma convivência intergeracional nos espaços públicos.

De acordo com Jacobs (2011), a infraestrutura e as atividades das praças devem ser planejadas para atender às necessidades de diferentes faixas etárias, garantindo espaços públicos diversos e acessíveis a todos. A autora enfatiza que praças bem utilizadas são aquelas que oferecem oportunidades para crianças brincarem, jovens interagirem, adultos circularem e idosos desfrutarem do ambiente de forma segura e confortável. Jacobs defende que a diversidade de usos e a presença constante de pessoas de diferentes idades contribuem para a vitalidade e a segurança do espaço público, reduzindo a criminalidade e fortalecendo os laços comunitários.

Gráfico 22 - Faixa de idade dos Usuários entrevistados



Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

A análise da frequência de usuários em diferentes praças permite compreender sua relevância e identificar possíveis desigualdades em termos de atratividade e uso. Nesse

contexto, os dados coletados revelam padrões significativos sobre a utilização desses espaços em Umuarama e o perfil dos frequentadores.

Conforme demonstrado no Gráfico 23, a maior parte dos usuários das praças está na faixa etária de 31 a 40 anos (29%), seguida pela faixa de 41 a 50 anos (23%), o que indica que esses espaços são predominantemente utilizados por adultos em idade ativa, que podem frequentá-los tanto para lazer quanto para atividades físicas ou convivência social. A presença de jovens também é relevante, com 14% dos usuários entre 21 e 30 anos e 13% com menos de 18 anos, demonstrando que as praças ainda possuem um papel importante na socialização e no lazer desse público. Por outro lado, a participação de idosos é relativamente menor, com 10% dos frequentadores acima de 61 anos e apenas 6% entre 51 e 60 anos, o que pode indicar a necessidade de melhorias na infraestrutura e na acessibilidade para atrair esse grupo etário.

Além disso, apenas 5% dos usuários têm entre 18 e 20 anos, o que sugere um possível afastamento dessa faixa etária das praças, possivelmente devido à falta de atrações voltadas para esse público ou à preferência por outros locais de lazer. Esses resultados reforçam a importância de analisar as características e condições de cada praça para compreender os motivos dessas diferenças de frequência e implementar melhorias que possam torná-las mais acessíveis e funcionais para os moradores e visitantes. Políticas públicas que considerem as necessidades específicas de cada faixa etária, como espaços de recreação para crianças, infraestrutura esportiva para jovens e áreas de descanso acessíveis para idosos, podem contribuir para um uso mais equilibrado e inclusivo das praças em Umuarama.

A ausência de espaços destinados à prática de atividades físicas na Praça São Pedro, como quadras de futebol, vôlei ou basquete, pode ser um dos fatores determinantes para que nenhum dos entrevistados tenha se identificado como usuário frequente desse espaço. Apesar de contar com um playground, a praça parece atender majoritariamente crianças acompanhadas por seus responsáveis e moradores da região, que a utilizam para bate-papos e jogos de cartas durante o dia.

Além disso, nos dias da realização da pesquisa (um dia de semana anoite e um final de semana durante o dia) pode ter influenciado os resultados, já que jovens que poderiam utilizar o local para lazer não estavam presentes nesses momentos específicos, exceto alguns que se reuniam para tomar tereré. Esse cenário reforça a ideia de que a praça, mesmo possuindo infraestrutura básica, não atende a uma diversidade de públicos e não promove o engajamento dos moradores em atividades recreativas e esportivas.

Em contrapartida, a Praça Santos Dumont se destaca por atrair jovens devido à presença de uma pista de skate e uma calçada ampla, que são frequentemente utilizadas para andar de

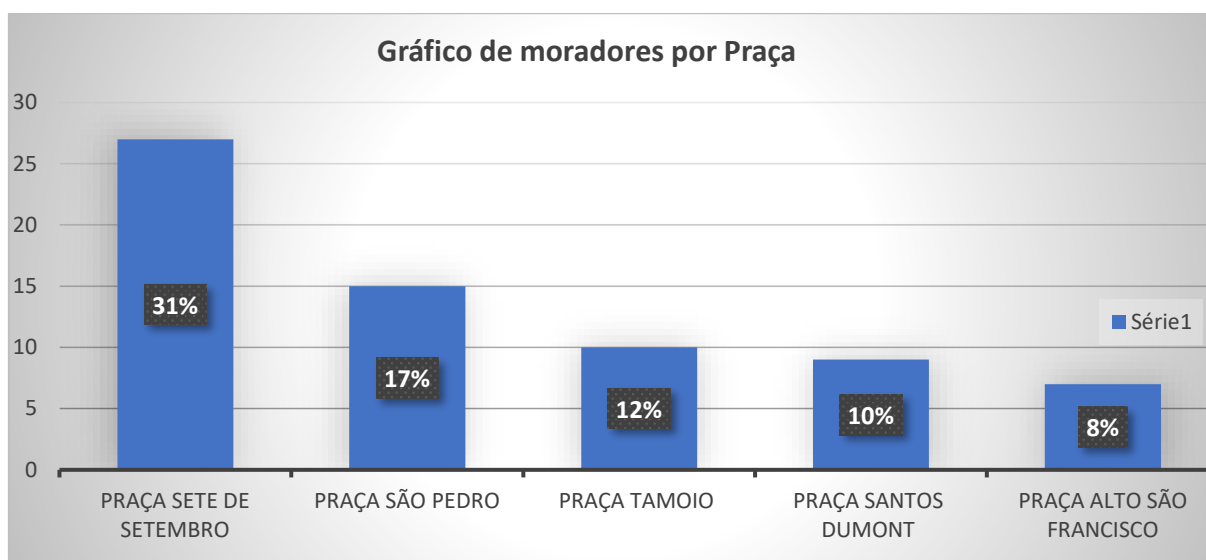
bicicleta e praticar esportes. Essa característica demonstra que a presença de equipamentos voltados para atividades físicas e de lazer impacta diretamente no perfil dos frequentadores da praça, tornando-a um espaço mais dinâmico e atrativo para diferentes faixas etárias. Se essa estratégia funcionou bem nessa localidade, por que não aplicá-la em outras praças da cidade? A oferta de infraestrutura esportiva pode ser um diferencial para estimular a ocupação desses espaços por diferentes públicos, promovendo tanto a prática de esportes quanto a socialização entre os usuários.

Atualmente, praças como Alto São Francisco, Sete de Setembro e Tamoio carecem de estruturas adequadas para esportes e atividades recreativas mais dinâmicas, o que pode limitar a frequência e a diversidade de usuários nesses locais. A implementação de pistas de skate, quadras poliesportivas ou espaços para ciclismo nessas praças poderia fortalecer seu papel como locais de convivência e lazer ativo, garantindo que sejam aproveitadas por diferentes grupos da população.

Além disso, essa mudança poderia contribuir para um uso mais equilibrado das praças durante o dia e a noite, tornando-as espaços mais seguros e atrativos para moradores de todas as idades. O planejamento urbano precisa considerar as necessidades e os interesses dos frequentadores para garantir que esses espaços cumpram sua função social de forma inclusiva e eficiente.

Outro fator relevante para a baixa presença de moradores na Praça Santos Dumont está diretamente ligado à sua localização em uma área central, onde o entorno é predominantemente composto por estabelecimentos comerciais, como bancos, lojas de varejo e farmácias. Diferente de praças situadas em bairros residenciais, onde há um fluxo contínuo de moradores que utilizam esses espaços como extensão de suas casas para lazer e socialização, a Santos Dumont tem seu movimento atrelado ao horário comercial.

Durante o dia, a praça é mais frequentada por trabalhadores e clientes que passam pelo local, muitas vezes apenas em trânsito, sem estabelecer um vínculo de permanência. À noite e nos finais de semana, quando o comércio fecha, o fluxo de pessoas diminui consideravelmente, tornando a praça menos atrativa para o uso contínuo da comunidade. Esse cenário reforça a necessidade de estratégias que incentivem a ocupação desse espaço também fora do horário comercial, como a realização de eventos culturais, feiras e melhorias na iluminação e segurança, garantindo que a praça se torne um ambiente de convivência acessível para diferentes públicos ao longo do dia.

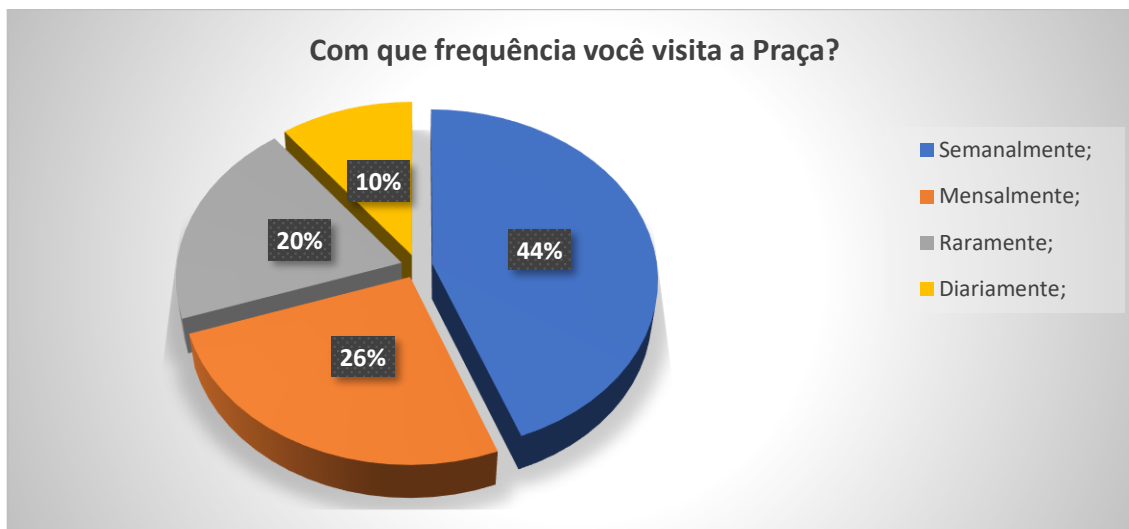
Gráfico 23 - Dos Usuários das Praças

Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

As praças públicas são espaços essenciais na vida urbana, proporcionando lazer, convivência e atividades recreativas para a comunidade. Elas funcionam como pontos de encontro e interação social, atraindo usuários com diferentes perfis e necessidades. Nesse sentido, os dados sobre a frequência de uso das praças refletem sua relevância no cotidiano dos moradores.

Os dados apresentados no Gráfico 24 sobre a frequência de uso das praças mostram que a maioria dos entrevistados tem um vínculo regular com esses espaços, sendo 44% das pessoas que os visitam semanalmente e 26% que os frequentam mensalmente. Esse padrão indica que as praças desempenham um papel importante como locais de convivência e lazer na rotina da comunidade.

No entanto, um número considerável de pessoas 20% afirmou visitar as praças raramente, enquanto apenas 10% frequentam diariamente. Esses resultados sugerem que, embora as praças sejam usadas regularmente por uma parcela significativa da população, há espaço para incentivar uma maior frequência, por meio de melhorias na infraestrutura, oferta de atividades ou eventos que tornem os espaços mais atrativos para um público mais amplo.

Gráfico 24 - Frequência de visitas nas Praças

Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

Quanto aos usuários das praças, torna-se essencial entender os motivos que os levam a frequentar esses espaços. Os dados analisados na Gráfico 25 revelam que as principais motivações estão relacionadas à recreação infantil, 41% das respostas e ao exercício físico, 27% das respostas, o que destaca a importância das praças como locais voltados para lazer e promoção da saúde. A socialização aparece em terceiro lugar, com 14% das respostas, indicando que as praças também funcionem como pontos de encontros e interação comunitária, reforçando seu papel como espaços de convivência e inclusão social.

A falta de bancos em áreas estratégicas das praças, especialmente próximas aos playgrounds e espaços de lazer como a pista de skate da Praça Santos Dumont, evidencia uma falha significativa no planejamento urbano. Os pais e avós que acompanham as crianças muitas vezes não encontram um local adequado para descansar enquanto seus filhos ou netos brincam e acabam levando cadeiras de casa.

Essa ausência de mobiliário urbano compromete a experiência dos frequentadores, desestimulando o uso contínuo das praças. Bancos bem posicionados não são apenas um detalhe, mas um elemento essencial para a funcionalidade e o conforto das praças, garantindo que todos os usuários – desde crianças até idosos – possam usufruir do espaço de maneira mais agradável.

Além da questão dos bancos, a falta de arborização adequada em algumas praças também compromete a qualidade da experiência dos frequentadores. Na Praça Santos Dumont, por exemplo, a ausência de árvores faz com que o local não ofereça sombra suficiente durante o dia, tornando o espaço desconfortável para atividades prolongadas sob o sol intenso conforme

imagem Anexo C em anexo ao qual evidencia um evento de skate sendo realizado durante o dia⁶⁵. A presença de áreas sombreadas é essencial para incentivar o uso contínuo das praças, proporcionando um ambiente mais agradável e acessível para todas as idades.

Sem cobertura vegetal adequada, as praças perdem parte de seu potencial de uso durante o dia, limitando-se a períodos em que o clima está mais ameno. O plantio planejado de árvores não apenas melhora o conforto térmico, mas também contribui para a estética, a biodiversidade e a sustentabilidade do espaço público.

Outro ponto crítico é a falta de quadras e áreas esportivas em diversas praças da cidade. A Praça Santos Dumont se destaca por atrair um grande número de jovens, especialmente na pista de skate, demonstrando que a oferta de infraestrutura esportiva tem um impacto direto na ocupação desses espaços. No entanto, praças como Alto São Francisco, Sete de Setembro, Tamoio, e São Pedro não possuem pistas de skate, quadras poliesportivas ou espaços adequados para a prática de esportes como futebol, vôlei e basquete, o que limita a participação dos jovens nessas áreas.

A criação de espaços voltados para o público jovem é fundamental para garantir que as praças cumpram seu papel como locais de convivência e lazer diversificado. A replicação de estruturas bem-sucedidas, como a pista de skate da Santos Dumont, em outras praças da cidade poderia contribuir para a democratização do acesso ao esporte e para o aumento da frequência desses espaços por diferentes públicos.

Outras motivações apontadas incluem jogar baralho 4% das respostas, andar de skate 6% das respostas e eventos culturais 3% das respostas, mostrando usos mais específicos, mas que ainda evidenciam a versatilidade das praças para atender diferentes públicos. Além disso, jogar futebol foi mencionado por 5% dos entrevistados, destacando a relevância de espaços destinados à prática esportiva coletiva. Esses dados demonstram que, embora haja um uso significativo para atividades centrais como recreação infantil e exercícios, a infraestrutura existente poderia ser ampliada para incluir opções que atendam melhor às necessidades de públicos mais variados.

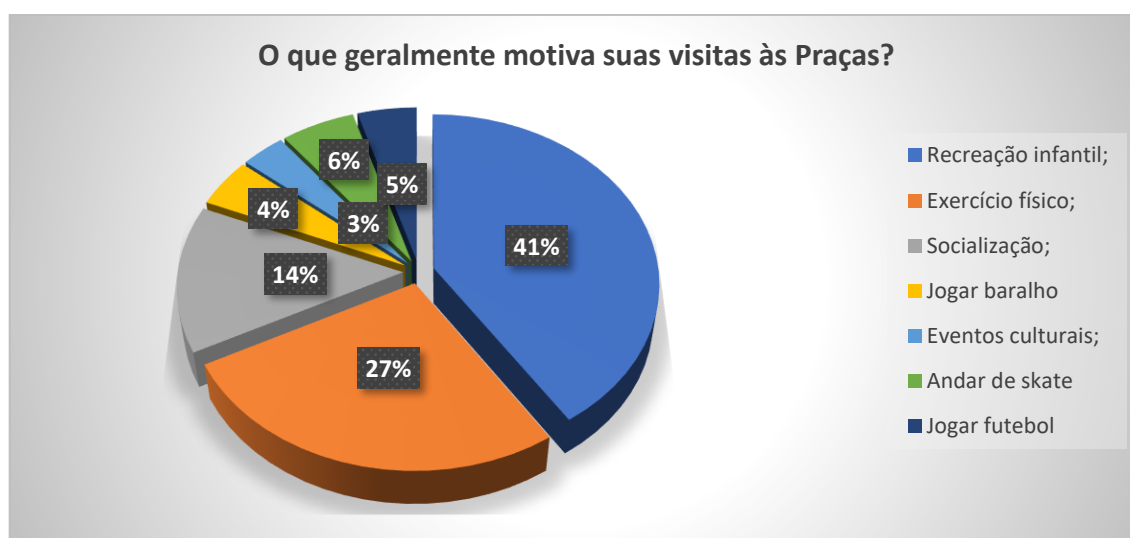
Os resultados sugerem que investimentos em infraestrutura e atividades diversificadas, como espaços adequados para esportes, áreas para eventos culturais e ambientes que estimulem

⁶⁵ Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (Smel) e a Associação Umuaramense de Skate (AUS) realizam o evento Go Skate Day, a partir das 9h na Praça Santos Dumont, tradicional ponto de encontro dos esportistas da modalidade. O encontro integra a programação do 67º aniversário de Umuarama. Data da matéria 15 de junho de 2022, link de acesso: <https://obemdito.com.br/noticia/83275/umuarama-tera-o-evento-go-skate-day-neste-domingo-na-praca-santos-dumont>.

a interação social, poderiam tornar as praças ainda mais atrativas. Essa diversificação não apenas aumentaria o uso das praças, mas também fortaleceria sua função como espaços multifuncionais para a comunidade.

De acordo com Gehl (2013), investimentos em infraestrutura e a diversificação de atividades nos espaços públicos são fundamentais para torná-los mais atrativos e funcionais. O autor destaca que a criação de áreas adequadas para esportes, espaços destinados a eventos culturais e ambientes que incentivem a interação social contribuem para a vitalidade das praças e aumentam sua frequência por diferentes públicos. Além disso, Gehl enfatiza que um planejamento urbano bem estruturado deve priorizar o conforto e a acessibilidade, garantindo que esses espaços sejam convidativos e promovam uma experiência positiva para os cidadãos. Dessa forma, a variedade de usos e a oferta de infraestrutura adequada estimulam a apropriação do espaço público, fortalecendo a vida urbana e a identidade coletiva da cidade.

Gráfico 25 - Motivo de Visitas nas Praças



Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

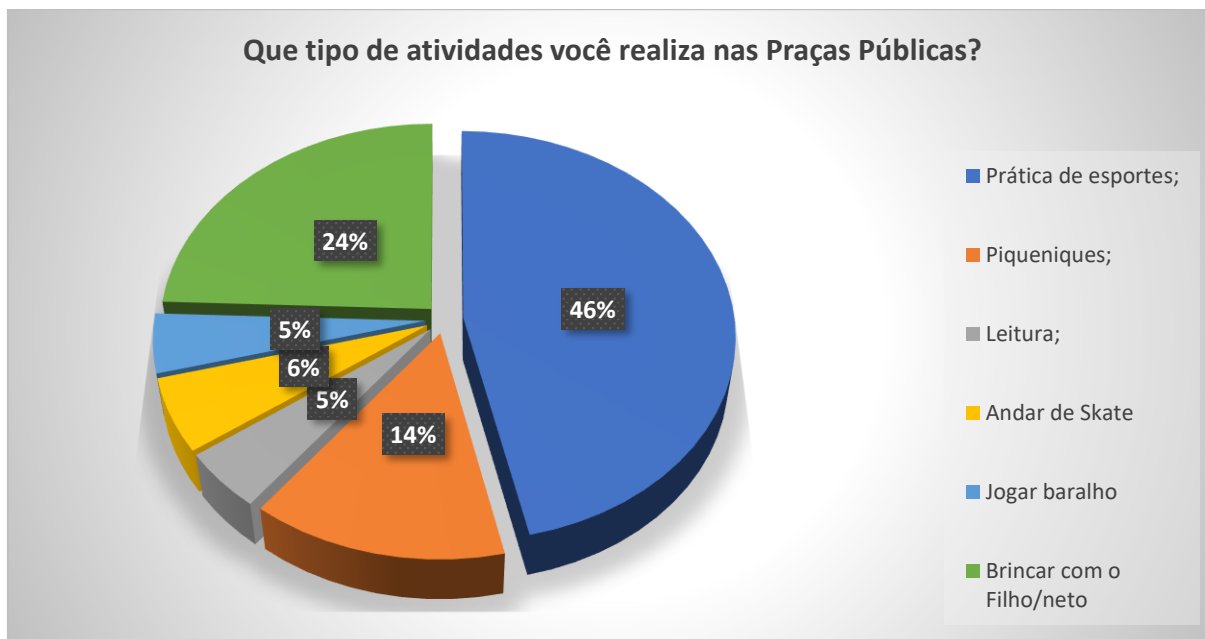
As informações apresentadas no Gráfico 26 indicam que as atividades mais realizadas nas praças públicas estão fortemente associadas à prática esportiva, sendo que a prática de esportes lidera a lista com 47% das respostas, evidenciando o papel essencial desses espaços na promoção da saúde e do bem-estar físico. Além disso, os piqueniques aparecem com 14%, demonstrando que as praças também são amplamente utilizadas para o lazer coletivo e a socialização entre famílias e amigos. Esses dados reforçam a versatilidade das praças, que servem tanto para atividades individuais quanto para momentos de convivência social, consolidando-se como locais de encontro e interação entre diferentes públicos.

Outro ponto de destaque é a grande presença de atividades voltadas para crianças e famílias, como brincar com os filhos ou netos (24%), evidenciando que as praças são espaços fundamentais para a recreação infantil e o convívio familiar. No entanto, para que essa experiência seja cada vez mais enriquecedora, é necessário garantir a manutenção e ampliação de estruturas adequadas, como playgrounds seguros, bancos próximos às áreas de lazer e espaços sombreados que proporcionem mais conforto para os responsáveis que acompanham as crianças. A falta desses elementos pode comprometer a permanência das famílias e reduzir a frequência de uso das praças por esse público.

Além das atividades mais populares, outras práticas recreativas também foram mencionadas, como andar de skate 6%, jogar baralho 5% e leitura 5%, demonstrando que as praças atendem a diferentes perfis de usuários e interesses variados. Isso reforça a necessidade de diversificação da infraestrutura, garantindo que os espaços possam contemplar todas as faixas etárias e tipos de atividades. A construção de pistas para esportes radicais, a instalação de mesas e bancos para jogos recreativos e a criação de áreas de leitura mais aconchegantes são medidas que poderiam tornar as praças ainda mais inclusivas e funcionais para a comunidade.

Apesar da ampla utilização das praças para diferentes atividades, a falta de incentivo à realização de eventos nesses espaços ainda é um problema evidente. Mesmo sendo amplamente frequentadas, não há um planejamento contínuo por parte da administração pública para potencializar essa ocupação e tornar as praças mais dinâmicas e atrativas.

A ausência de eventos regulares, torneios esportivos, apresentações culturais e feiras limita o uso das praças a atividades espontâneas, sem explorar plenamente seu potencial como centros de convivência, lazer e cultura. Dessa forma, investir na promoção de eventos diversificados e regulares poderia ampliar ainda mais a relevância das praças, aumentando a interação da comunidade com esses espaços e promovendo um ambiente urbano mais vibrante e inclusivo.

Gráfico 26 - Das Atividades realizadas nas praças por Usuários

Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

No que diz respeito aos eventos realizados nas praças, é importante destacar que nem todas as praças possuem uma programação regular ou estruturada de atividades. As praças Santos Dumont e São Pedro (Santa Eliza), por exemplo, frequentemente recebem eventos e atividades organizadas, o que pode explicar a maior visibilidade e o fluxo de pessoas nesses espaços. Em contraste, praças como a Praça Tamoio, Sete de Setembro e Alto São Francisco apresentam uma oferta limitada ou inexistente de eventos, o que pode impactar negativamente na atratividade e no engajamento dos moradores e visitantes.

Os dados apresentados no Gráfico 27 mostram que a maioria dos entrevistados 56% não participa de eventos organizados nas praças, enquanto 25% afirmaram participar e 19% disseram fazê-lo ocasionalmente. Isso indica que, embora haja interesse em participar dessas atividades, a oferta atual parece não atender plenamente às expectativas ou necessidades do público. A falta de eventos regulares em algumas praças pode reforçar essa baixa participação. Investir em uma programação diversificada e acessível, especialmente nas praças com menor movimento, como Tamoio e São Pedro, poderia não apenas aumentar o engajamento da população, mas também fortalecer o papel das praças como centros de convivência e integração social.

No que diz respeito aos eventos realizados nas praças, observa-se que apenas a Praça Santos Dumont recebe eventos com frequência, o que pode estar relacionado à sua localização central e à infraestrutura que possibilita a realização dessas atividades. No entanto, essa

justificativa não é suficiente para explicar a falta de eventos em outras praças, pois, ao longo da pesquisa, moradores, usuários e comerciantes manifestaram que eventos regulares poderiam contribuir diretamente para a ocupação e usabilidade desses espaços públicos.

A presença de programações culturais, esportivas e recreativas nas praças não apenas estimula o fluxo de pessoas, mas também fortalece a conexão da comunidade com esses espaços, tornando-os mais atrativos e promovendo maior sensação de pertencimento. Ainda assim, a administração pública não implementa uma estratégia eficaz para descentralizar essas atividades e ampliar sua abrangência para outras áreas da cidade.

Além da Santos Dumont, a Praça São João também recebe eventos, mas as demais praças, como Tamoio, Sete de Setembro, Alto São Francisco e São Pedro, não contam com programações regulares, o que pode comprometer sua atratividade e levar à subutilização desses espaços. A falta de atividades nesses locais contribui para a percepção de que algumas praças são pouco dinâmicas e não oferecem opções de lazer diversificadas para diferentes faixas etárias.

O incentivo à realização de eventos nas demais praças poderia equilibrar o uso desses espaços, evitando que algumas fiquem concentradas apenas no fluxo espontâneo de usuários, enquanto outras se consolidam como polos culturais e de convivência. Dessa forma, um planejamento mais abrangente poderia garantir que todas as praças desempenhem um papel ativo na vida urbana da cidade, proporcionando lazer, cultura e interação para toda a população.

Gráfico 27 - Participação de atividades realizadas nas Praças por Usuários



Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

Os investimentos nas praças, como bancos, iluminação, parquinhos e áreas verdes, têm sido amplamente reconhecidos pela população, com a maioria avaliando-os como bons ou excelentes. Esses esforços têm contribuído para tornar os espaços públicos mais atrativos e funcionais, incentivando a convivência e o uso regular pelas comunidades. No entanto, ainda há demandas por melhorias em aspectos específicos, como manutenção contínua e modernização, para atender melhor às expectativas de todos os usuários.

Os dados apresentados no Gráfico 28 indicam que a maioria dos entrevistados avalia positivamente os investimentos realizados nas praças em aspectos como bancos, iluminação, parquinhos e áreas verdes. Com 61% das respostas classificando os investimentos como "bons" e 9% como "excelentes", fica evidente que há um reconhecimento significativo por parte da população em relação aos esforços para melhorar a infraestrutura desses espaços públicos. Essa percepção positiva reforça a importância de manter e ampliar as iniciativas que tornam as praças mais atrativas e funcionais.

Por outro lado, 24% pessoas avaliaram os investimentos como "regulares", enquanto uma minoria os classificou como "ruins" (4%) ou "péssimos" (2%). Isso sugere que, embora haja avanços, ainda existem pontos a serem melhorados, possivelmente relacionados à manutenção contínua, modernização da infraestrutura ou à adaptação das praças para atender melhor às necessidades de diferentes grupos. Investir na qualidade e na diversidade de equipamentos, como parquinhos acessíveis, iluminação eficiente e áreas verdes bem cuidadas, pode melhorar ainda mais a percepção da comunidade sobre esses espaços.

Embora os dados apontem uma avaliação positiva dos investimentos nas praças, é importante destacar que a pergunta feita aos entrevistados era ampla, abrangendo aspectos como bancos, iluminação, parquinhos e áreas verdes de forma geral. No entanto, ao analisar mais profundamente a infraestrutura disponível, a falta de bancos e a iluminação continua sendo uma das reclamações mais recorrentes entre os usuários.

Segundo Gehl (2013) que enfatiza a importância da infraestrutura de qualidade nos espaços públicos, destacando que elementos como bancos, iluminação adequada, áreas de descanso e mobiliário urbano são essenciais para tornar praças e ruas mais acolhedoras e funcionais. O autor argumenta que a presença desses elementos influencia diretamente a permanência das pessoas nos espaços públicos, tornando-os mais seguros, convidativos e acessíveis para diferentes públicos.

Além disso, Jacobs (2011) também aborda a questão ao discutir como a qualidade da infraestrutura urbana impacta a utilização dos espaços públicos. Para Jacobs, a iluminação adequada e a presença de mobiliário urbano bem distribuído são fundamentais para a segurança

e o conforto dos usuários, contribuindo para uma ocupação mais ativa das praças, o que, por sua vez, ajuda a reduzir a criminalidade e fortalecer a interação social.

Em diversas praças, como a Santos Dumont, Alto São Francisco e Tamoio, a ausência de assentos adequados faz com que muitos frequentadores tragam cadeiras de casa para garantir um mínimo de conforto durante sua permanência no local. Esse cenário evidencia que, apesar dos avanços percebidos pela população, ainda há demandas estruturais não atendidas, sendo essencial que novos investimentos considerem a necessidade real dos usuários para garantir que esses espaços sejam plenamente funcionais e acolhedores para todos.

Gráfico 28 - Investimentos realizadas nas praças por Usuários



Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

Após analisar os investimentos realizados nas praças, a próxima pergunta buscou identificar quais melhorias a população gostaria de ver na infraestrutura desses espaços. Essa abordagem permitiu compreender as expectativas e necessidades dos usuários, destacando oportunidades para aprimorar ainda mais a funcionalidade, a atratividade e o papel das praças como pontos de convivência e lazer na comunidade.

Com base nos dados apresentados no Gráfico 29, a principal melhoria desejada pelos entrevistados é a criação de melhores áreas de recreação, apontada por 38% das pessoas. Isso reflete a centralidade dessas áreas no uso cotidiano das praças, considerando que a recreação é uma das atividades mais realizadas e valorizadas pelos frequentadores. A melhor iluminação aparece como a segunda demanda mais expressiva, com 32% das respostas, evidenciando a preocupação com a segurança e a usabilidade das praças durante o período noturno.

Outras sugestões incluem a instalação de mais bancos 8% das respostas, a criação de quadras de futebol 4% das respostas, e melhorias no estacionamento 5% respostas. A inclusão de mais áreas verdes e melhorias na pista de skate foram mencionadas por 4% e 2% das pessoas, respectivamente, indicando a necessidade de atender a diferentes perfis de usuários.

Demandas pontuais, como a criação de banheiros 2% das respostas no total e ajustes no piso para atividades como patins 1% das respostas, reforçam que pequenos detalhes podem impactar significativamente a experiência dos frequentadores. Algumas respostas destacaram que "a praça foi reformada recentemente e está maravilhosa", evidenciando que, em alguns casos, as intervenções realizadas já atenderam às expectativas. Esses dados mostram que as áreas de recreação e melhorias estruturais devem ser priorizadas em futuros investimentos, garantindo praças mais inclusivas, seguras e funcionais para a comunidade.

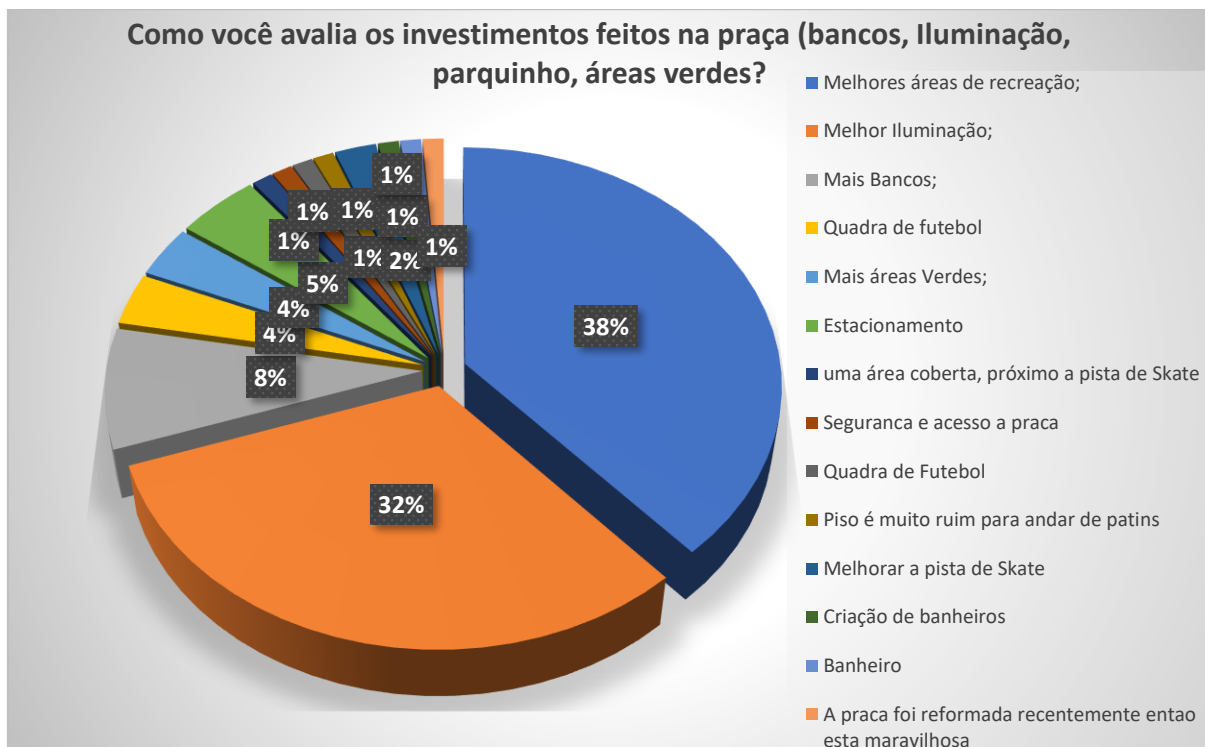
Os pedidos da população em relação às praças reforçam a necessidade de intervenções que realmente atendam às demandas dos usuários. Entre as solicitações mais frequentes, destacam-se melhorias nas áreas de recreação, iluminação e bancos, demonstrando que a infraestrutura atual ainda não é totalmente adequada para garantir conforto e funcionalidade. Além disso, há solicitações específicas, como a construção de quadras esportivas, a ampliação das áreas verdes e a criação de banheiros, que indicam a carência de equipamentos que possibilitem uma experiência mais completa para os frequentadores.

A falta de espaços cobertos próximos à pista de skate e as reclamações sobre a qualidade do piso para atividades como patins também evidenciam que determinados públicos ainda não encontram nas praças um ambiente adequado para suas práticas.

Da mesma forma, questões como estacionamento e segurança são pontos que impactam diretamente a usabilidade dos espaços, influenciando na frequência dos visitantes e no tempo de permanência nos locais. Essas observações demonstram que uma intervenção urbana eficiente deve levar em consideração não apenas critérios estéticos e estruturais, mas as reais necessidades da população que utiliza as praças diariamente.

Realizar reformas ou melhorias sem ouvir os moradores pode resultar em espaços que, apesar de visualmente renovados, não atendem às expectativas e ao uso prático da comunidade. A implementação de um novo projeto deve ser pautada por uma escuta ativa da população, garantindo que as mudanças promovidas aumentem a funcionalidade dos espaços e incentivem uma maior apropriação por parte dos cidadãos. Afinal, uma praça bem planejada não é apenas aquela que recebe investimentos, mas, sim, aquela que reflete as necessidades e os desejos daqueles que a utilizam.

Gráfico 29 - Investimentos realizadas nas Praças por Usuários



Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

As praças públicas desempenham um papel essencial na convivência comunitária, oferecendo espaços para lazer, esporte e interação social. No entanto, para que esses ambientes sejam mais atrativos e funcionais, é fundamental compreender quais melhorias podem ser realizadas em sua infraestrutura. Por meio da análise das opiniões dos usuários, torna-se possível identificar prioridades que possam tornar as praças mais inclusivas e adequadas às necessidades da população.

Os dados apresentados no Gráfico 30 analisados refletem a opinião dos usuários sobre quais equipamentos nas praças públicas deveriam ser priorizados para melhorias. O playground para crianças lidera as preferências, com 38% das menções, evidenciando a alta demanda por espaços recreativos voltados ao público infantil. Isso reforça o papel das praças como ambientes essenciais para famílias, onde a presença de infraestrutura segura e atrativa para crianças é fundamental para estimular o uso desses espaços.

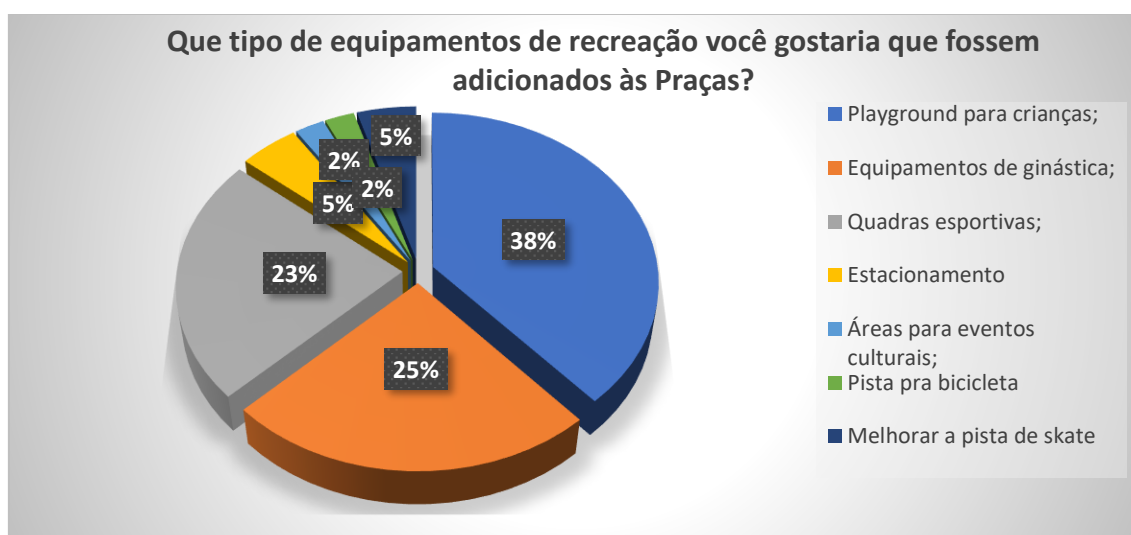
Outros itens destacados incluem equipamentos de ginástica 25% das respostas e quadras esportivas 23% das respostas, mostrando que há um grande interesse da comunidade por espaços que incentivem a prática de atividades físicas. Além disso, melhorias no estacionamento e na pista de skate foram citadas por 5% dos entrevistados cada, apontando para a necessidade de aprimoramento da acessibilidade e de espaços voltados a esportes específicos.

Demandas mais pontuais, como a criação de áreas para eventos culturais e de uma pista para bicicletas, ambas com 2% das menções, mostram a importância de diversificar as opções de uso das praças. Esses dados indicam que investimentos em infraestrutura multifuncional, contemplando lazer, esporte e acessibilidade, são fundamentais para tornar esses espaços mais dinâmicos e atrativos para diferentes perfis de usuários.

Embora os playgrounds sejam a principal demanda dos usuários, nem sempre os equipamentos instalados atendem plenamente às necessidades das crianças e de suas famílias. Em muitos casos, os brinquedos são padronizados e limitados, não contemplando diferentes faixas etárias ou necessidades específicas, como estruturas acessíveis para crianças com deficiência. Além disso, a falta de manutenção adequada pode comprometer a segurança, tornando alguns equipamentos inutilizáveis ou pouco atrativos.

Outro problema frequente é a localização dos playgrounds dentro das praças, muitas vezes expostos diretamente ao sol, sem áreas sombreadas ou bancos próximos para os responsáveis que acompanham as crianças. Dessa forma, a simples presença de um playground não garante um espaço recreativo eficiente – é necessário um planejamento cuidadoso que leve em conta a diversidade do público infantil, a acessibilidade e o conforto dos acompanhantes, garantindo que esses ambientes realmente cumpram seu papel de promover lazer e inclusão.

Gráfico 30 - Tipos de equipamentos falta nas praças por Usuários



Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

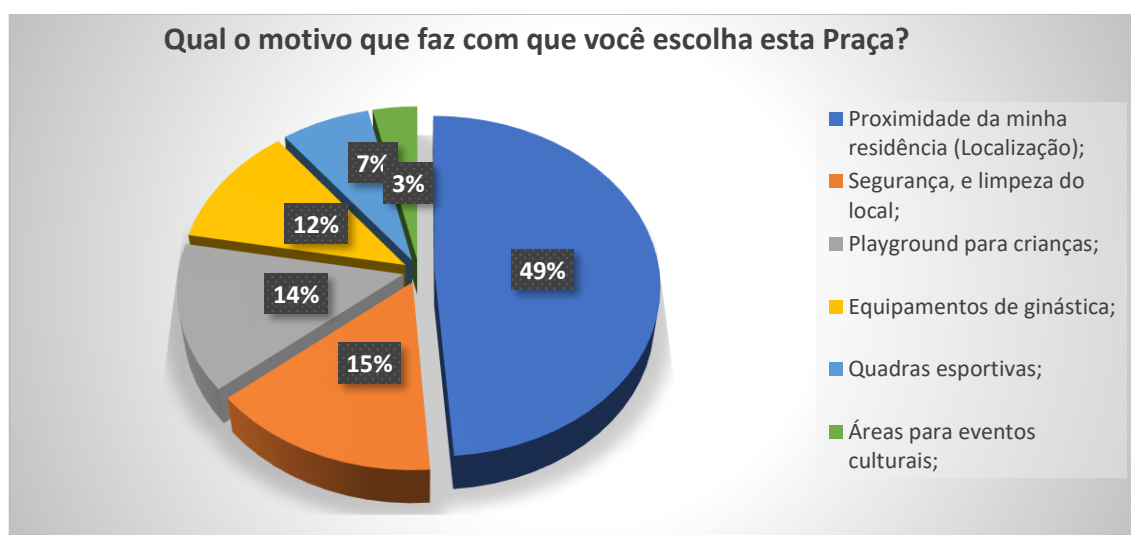
A escolha de uma praça pública pela comunidade está diretamente relacionada à conveniência e à qualidade dos serviços oferecidos. Aspectos como localização, infraestrutura e segurança desempenham papéis fundamentais na decisão dos usuários, tornando as praças

espaços de convivência e lazer que atendem às diversas necessidades dos moradores. Entender esses fatores é essencial para aprimorar a funcionalidade e a atratividade desses ambientes públicos.

Os dados analisados no Gráfico 31 mostram que o principal motivo para a escolha de uma praça está relacionado à proximidade da residência, apontado por 49% dos entrevistados. Esse resultado reflete a importância da localização como fator determinante na utilização das praças, evidenciando que, quanto mais acessível e próxima ao cotidiano dos moradores, maior é a frequência e preferência por aquele espaço.

Outros aspectos destacados incluem segurança e limpeza do local 15% das respostas e a presença de um playground para crianças 14% das respostas, o que reforça a necessidade de infraestrutura adequada e ambientes acolhedores para famílias. Além disso, itens como equipamentos de ginástica, 12 das respostas e quadras esportivas, 7% das respostas indicam que as praças que oferecem opções voltadas à prática de atividades físicas também atraem um público significativo. Por fim, áreas para eventos culturais 3% das respostas aparecem como um motivo menos frequente, mas ainda relevante para quem busca experiências diversificadas nesses espaços. Esses dados destacam que a escolha de uma praça é guiada tanto por conveniência quanto pela qualidade das instalações oferecidas.

Gráfico 31 - Tipos de equipamentos falta nas praças por Usuários



Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

As praças públicas são espaços fundamentais para o equilíbrio urbano e social, desempenhando um papel central na promoção do bem-estar da comunidade. Elas oferecem locais acessíveis para lazer, convivência, prática de esportes e eventos culturais, funcionando

como pontos de integração e interação entre diferentes grupos. Além de sua função recreativa, as praças também contribuem para a valorização do ambiente urbano, proporcionando áreas verdes que melhoram a qualidade de vida e fortalecem os laços comunitários.

Os dados apresentados no Gráfico 32 refletem de forma clara a relevância das praças públicas para a comunidade, com 76% dos entrevistados classificando seu papel como "muito importante" e outros 23% como "importante". Isso demonstra que para a maioria da população, esses espaços são considerados fundamentais para a convivência, lazer, prática de esportes e promoção da qualidade de vida. As praças públicas não apenas atendem a necessidades individuais e familiares, mas também desempenham um papel social e urbano, funcionando como pontos de encontro e interação comunitária.

Apenas uma pessoa classificou as praças como "sem importância", o que reforça a percepção amplamente positiva desses espaços. Essa valorização aponta para a necessidade de investimentos contínuos em infraestrutura, segurança e atividades culturais para fortalecer ainda mais seu papel na dinâmica comunitária. Em suma, as praças são vistas como elementos indispensáveis na construção de cidades mais inclusivas, humanas e voltadas para o bem-estar coletivo.

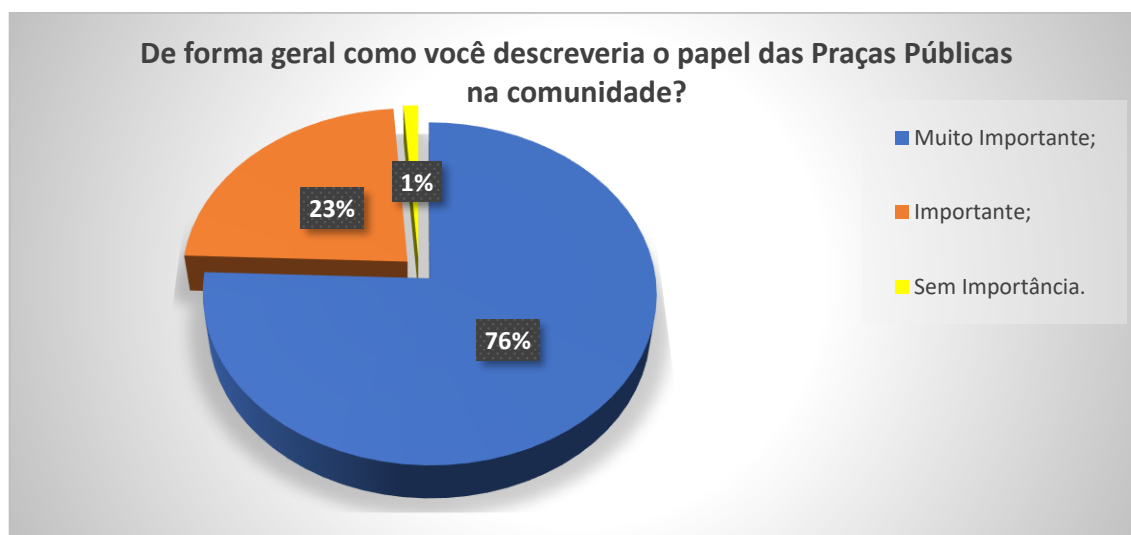
As praças públicas desempenham um papel fundamental na comunidade, sendo amplamente reconhecidas como espaços essenciais para lazer, convívio social e bem-estar. Para a maioria dos moradores, esses locais vão muito além de áreas de passagem ou descanso, tornando-se pontos de encontro que promovem a integração entre diferentes grupos, estimulam a prática de atividades físicas e oferecem um ambiente propício para momentos de lazer com amigos e familiares.

Além disso, as praças contribuem para a qualidade de vida ao disponibilizar espaços verdes, favorecendo o contato com a natureza e proporcionando um refúgio dentro do ambiente urbano. No entanto, para que essas áreas cumpram plenamente sua função, é necessário que a infraestrutura e a segurança sejam constantemente aprimoradas, garantindo que todos possam usufruir desses espaços de maneira acessível, confortável e segura.

De acordo com Santos (1985), a qualidade dos espaços urbanos está diretamente relacionada à forma como são planejados e estruturados para atender às necessidades da população. O autor enfatiza que a existência de áreas verdes nas cidades é fundamental para proporcionar bem-estar, equilíbrio ambiental e um refúgio diante da dinâmica acelerada do meio urbano. No entanto, Santos destaca que esses espaços só cumprem plenamente sua função quando há investimentos contínuos em infraestrutura e segurança, garantindo que sejam acessíveis a todos os cidadãos. Além disso, ele argumenta que a apropriação dos espaços

públicos depende de sua qualidade e da sensação de pertencimento da população, o que exige uma gestão urbana voltada para a inclusão, a preservação ambiental e a melhoria da mobilidade.

Gráfico 32 - Avaliação dos Usuários sobre as intervenções nas praças



Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

A análise das opiniões sobre melhorias nas praças públicas de Umuarama destaca pontos fundamentais que refletem as principais demandas da comunidade. A manutenção regular e eficiente das praças, incluindo a limpeza, a conservação de equipamentos e a poda de árvores, foi amplamente mencionada como uma prioridade essencial. Além disso, ênfase foi dada à necessidade de infraestrutura inclusiva, como rampas para cadeirantes, pisos táteis e banheiros públicos adaptados, apontando para a importância de tornar esses espaços acessíveis a todos.

A segurança também foi um tema recorrente nas sugestões dos entrevistados, com destaque para a necessidade de melhor iluminação noturna, instalação de câmeras de vigilância e maior presença da guarda municipal, especialmente nos períodos da tarde e noite. Além disso, a infraestrutura das praças também foi apontada como um aspecto a ser aprimorado, incluindo a ampliação e manutenção adequada dos banheiros, garantindo maior higiene e acessibilidade.

Outras sugestões enfatizam a importância de criar espaços específicos para diferentes atividades, como pistas para bicicletas, melhorias na pista de skate e aprimoramentos nos playgrounds infantis, tornando as praças mais diversificadas e atrativas para todos os públicos. Por fim, foi ressaltada a importância de consultas regulares à população, para que os investimentos sejam direcionados de acordo com as necessidades reais dos frequentadores, fortalecendo a funcionalidade e o senso de pertencimento nesses espaços públicos.

A análise das praças públicas sob a perspectiva dos usuários, moradores e comerciantes revelou diferentes percepções sobre a utilização, a infraestrutura e os impactos desses espaços na comunidade. Os usuários destacaram a importância das praças como locais de lazer, convivência e prática esportiva, com ênfase especial na recreação infantil e no uso para atividades físicas.

No entanto, também apontaram a necessidade de melhorias estruturais, como a ampliação de áreas de recreação, instalação de equipamentos de ginástica e quadras esportivas, além de iluminação adequada para garantir maior segurança. Esses dados evidenciam que, apesar do valor atribuído às praças, ainda há desafios a serem superados para torná-las mais inclusivas e funcionais.

Os moradores reforçaram essa percepção, reconhecendo a relevância das praças para a qualidade de vida, mas também apontando dificuldades como a falta de infraestrutura adequada e a necessidade de maior manutenção. A falta de eventos em algumas praças foi um fator mencionado, indicando que, sem atividades regulares, muitos espaços públicos acabam subutilizados.

Além disso, a segurança e a acessibilidade foram citadas como pontos de atenção, especialmente para idosos e pessoas com mobilidade reduzida. A escuta ativa da população se mostra essencial para que os investimentos realmente atendam às demandas e transformem as praças em ambientes mais acolhedores e multifuncionais.

Por fim, os comerciantes apresentaram uma visão diferenciada, demonstrando que, embora a proximidade das praças possa parecer um fator positivo para o comércio, a maioria relatou que não percebe um impacto direto no movimento de clientes. A baixa participação em eventos organizados nas praças, a falta de integração entre o espaço público e o comércio local sugerem a necessidade de estratégias que fortaleçam essa relação, como feiras, promoções conjuntas e infraestrutura adequada para estimular o fluxo de consumidores.

A escuta desses diferentes grupos é fundamental para que os investimentos nas praças sejam planejados de forma mais assertiva, garantindo que esses espaços atendam às necessidades da população e se tornem verdadeiros pontos de encontro, lazer e desenvolvimento econômico para a comunidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos investimentos realizados nas praças da cidade de Umuarama entre os anos de 2018 e 2022, esta pesquisa buscou compreender o processo de destinação dos recursos públicos e avaliar suas eficiências e impacto na qualidade de vida urbana. A investigação, conduzida por meio de levantamento documental e pesquisa de campo, revelou aspectos importantes sobre: a seleção dos espaços públicos revitalizados; os mecanismos de mensuração da eficácia dos investimentos; e a percepção da população sobre as melhorias implementadas.

Sobre a seleção dos espaços públicos revitalizados, os dados demonstram que, embora os investimentos tenham sido direcionados para a revitalização de algumas praças, não há um critério amplamente divulgado e participativo na escolha desses espaços. A falta de transparência no planejamento das intervenções urbanas e a ausência de mecanismos formais de consulta popular são elementos que comprometem a legitimidade e a aceitação dessas iniciativas. Apesar disso, a pesquisa de campo evidenciou que, quando revitalizadas, as praças tendem a ser amplamente utilizadas pela população, demonstrando a relevância desses investimentos para a dinâmica urbana e o bem-estar social.

A ausência de participação popular na escolha dos espaços públicos a serem revitalizados reflete um modelo de gestão que, muitas vezes, ignora as necessidades e preferências da população local. O envolvimento da comunidade no planejamento e execução das melhorias urbanas poderia resultar em espaços mais adequados ao uso diário dos cidadãos, garantindo uma aplicação mais eficiente dos recursos públicos.

Ainda sobre a seleção dos espaços públicos revitalizados, a falta de critérios amplamente divulgados na escolha das praças a serem revitalizadas cria desigualdades na distribuição dos investimentos públicos. Algumas regiões da cidade podem ser privilegiadas enquanto outras continuam carentes de espaços adequados para lazer e convivência social. A democratização desse processo garantiria um planejamento mais justo e equilibrado.

Outro ponto relevante é que os investimentos em praças e espaços públicos não são apenas uma questão de infraestrutura, mas também de política pública voltada para a promoção da qualidade de vida. Os espaços públicos cumprem um papel fundamental na integração social, na segurança e no lazer, contribuindo para o fortalecimento dos laços comunitários e para a humanização do ambiente urbano. Contudo, a eficácia dessas intervenções depende não apenas

da alocação de recursos, mas também da manutenção contínua desses espaços e da participação ativa da comunidade na sua gestão e utilização.

Com relação aos mecanismos de mensuração da eficácia dos investimentos, os dados coletados indicam que as praças que receberam investimentos apresentaram um aumento significativo na frequência de usuários, tanto para atividades recreativas quanto para interações sociais e eventos culturais. No entanto, a percepção da população em relação à qualidade e à funcionalidade das melhorias varia conforme o tipo de intervenção realizada. Enquanto algumas praças foram amplamente aprovadas pelos usuários, outras apresentaram críticas relacionadas à falta de infraestrutura adequada, como iluminação insuficiente e a ausência de equipamentos de lazer mais diversificados.

Os resultados desta pesquisa indicam que a revitalização de praças tem potencial para promover benefícios significativos para a população, mas a efetividade dessas ações depende de uma abordagem mais integrada e participativa. A criação de mecanismos de consulta pública, como audiências e enquetes populares, poderia tornar o processo mais transparente e alinhado com as necessidades reais da população.

Além disso, a implementação de indicadores mais robustos para medir a eficácia dos investimentos permitiria uma melhor avaliação dos impactos das revitalizações no contexto urbano. A adoção de metodologias mais precisas ajudaria na construção de políticas públicas mais eficientes e voltadas para a realidade da população local.

Outro aspecto crucial para garantir o sucesso das intervenções urbanas é a manutenção contínua dos espaços públicos revitalizados. Muitas praças que recebem investimentos acabam sofrendo com a falta de conservação ao longo do tempo, o que compromete a sustentabilidade dessas melhorias.

Em se tratando da percepção da população sobre as melhorias implementadas, é importante destacar que a participação ativa da comunidade na gestão desses espaços também é um fator determinante para sua conservação e bom uso. Quando a população se sente parte do processo de transformação urbana, tende a valorizar mais os espaços revitalizados, reduzindo atos de vandalismo e promovendo o uso adequado das áreas públicas.

Diante do exposto, esta pesquisa reforça a importância dos investimentos públicos em praças como instrumentos essenciais para a promoção da qualidade de vida urbana, da segurança e da inclusão social. No entanto, para que essas intervenções sejam plenamente eficazes, é necessário que sejam acompanhadas por uma gestão eficiente, transparente e participativa.

A ausência da escuta ativa da população no planejamento das intervenções impacta diretamente a efetividade do uso dos espaços revitalizados. Quando os cidadãos não são consultados, as intervenções podem não refletir suas reais demandas, levando a desperdício de recursos públicos e à subutilização dos espaços.

A falta de espaços adequados para diferentes faixas etárias, a ausência de equipamentos específicos para lazer e a não consideração da acessibilidade são algumas das consequências dessa falta de diálogo.

A aplicação de recursos públicos em espaços urbanos deve ser realizada com critérios bem definidos e alinhados às expectativas dos cidadãos. Investimentos que não atendem às reais demandas da população tendem a ser menos eficazes e resultam em espaços que não são utilizados de forma satisfatória.

A valorização das praças como elementos essenciais da vida urbana depende de um planejamento estratégico que envolva desde a escolha dos locais a serem revitalizados até a forma como serão mantidos a longo prazo. Esse processo deve ser acompanhado de uma fiscalização eficiente para garantir a boa utilização dos recursos públicos. E essa fiscalização pode e deve também ser feita pela população diretamente envolvida, através de representações, como associações de bairros e outros.

A pesquisa realizada sugere que futuras intervenções urbanas levem em consideração não apenas aspectos estruturais, mas também o envolvimento da população e a criação de mecanismos para mensurar continuamente o impacto dos investimentos. Dessa forma, será possível construir cidades mais humanas, inclusivas e alinhadas com as necessidades reais dos cidadãos.

Além da infraestrutura adequada, a criação de atrativos que incentivem o uso das praças deve ser uma estratégia adotada pelo poder público. A realização de eventos culturais, esportivos e comunitários pode contribuir para a ocupação constante desses espaços, tornando-os pontos de encontro e convivência para diferentes públicos.

Outro fator determinante para o sucesso das praças é a segurança. A presença constante da administração pública, por meio de policiamento ostensivo, iluminação adequada e monitoramento por câmeras de segurança, pode inibir práticas criminosas e proporcionar mais tranquilidade aos usuários. Espaços movimentados e bem cuidados tendem a afastar situações de vulnerabilidade.

Por fim, a integração entre planejamento urbano, segurança e incentivo à participação popular deve ser vista como uma estratégia essencial para garantir a efetividade dos investimentos em praças públicas. A adoção de políticas que promovam o uso contínuo e seguro

desses espaços assegura sua relevância para a sociedade e reforça a importância da gestão pública na valorização do patrimônio urbano e da qualidade de vida dos cidadãos.

Diante de todos os aspectos abordados, fica evidente que a revitalização e manutenção das praças públicas devem ir além da simples alocação de recursos, exigindo um planejamento estratégico que contemple a participação popular, a segurança e a promoção de eventos que incentivem o uso contínuo desses espaços. Praças bem planejadas e ativamente utilizadas tornam-se ambientes de convivência, lazer e pertencimento, fortalecendo os laços comunitários e contribuindo para a qualidade de vida urbana.

Portanto, para que os investimentos sejam plenamente eficazes e sustentáveis, é essencial que a administração pública adote uma abordagem integrada e participativa, garantindo que esses espaços sejam não apenas preservados, mas também dinamizados, refletindo as reais necessidades da população e consolidando-se como elementos essenciais na estrutura social e urbana das cidades.

Destacamos as seguintes limitações e dificuldades durante o estudo. A baixa participação da sociedade no preenchimento dos formulários comprometeu a obtenção de um volume mais representativo de dados, houve dificuldades na obtenção de informações devido à complicação na localização dados relevantes no Portal da Transparência, o que evidencia a fragmentação e a inacessibilidade de registros fundamentais para a pesquisa.

No entanto, a principal limitação encontrada foi a ausência de registros históricos sobre as praças, os quais não foram localizados nem mesmo no acervo da Biblioteca Municipal. A inexistência desses registros representa um obstáculo significativo, pois um acervo histórico adequado seria de fundamental importância para que futuras intervenções nesses espaços considerem a cultura e a memória local, garantindo ações mais alinhadas à identidade e ao patrimônio da cidade.

Sugerimos novos estudos, principalmente abordando/aprofundando as limitações aqui destacadas para que possamos avançar a temática de investimentos em praças. Para que de fato, esses espaços públicos sejam democráticos, inclusivos, sustentáveis e promotores de cultura, esporte e arte.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Alaiane Dias. **Cidades inteligentes: para que e para quem?** Um estudo da cidade de Campo Mourão – PR. 2023. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Desenvolvimento) – Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, *Campus* Campo Mourão, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unespar.edu.br/items/b3a403d3-b83b-4647-9f0f-98d59082c50a/full>. Acesso em: 02. mar. 2025.

ALLAN, P.; BRYANT, M. Resilience as a framework for urbanism and recovery. **Journal of Landscape Architecture**, v. 6, n. 2, p. 34-45, 2011. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/241731644> Resilience as a framework for urbanism and recovery. Acesso em: 05. mai. 2025.

ALEX, Sun. **Projeto da Praça**: Convívio e exclusão nos espaços públicos. São Paulo: Editora Senac, 2008.

ARAÚJO, Jefferson Tomaz de. **Espaços livres públicos no espaço urbano periférico**: práticas políticas, apropriação social e subjetividades em São Gonçalo (RJ). 2020. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/23689>. Acesso em 01. mar. 2025.

AVRITZER, Leonardo. Modelos de Deliberação Democrática: uma Análise do Orçamento Participativo no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 63, p. 29-42, 2007. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/emancipa/research/pt/ft/participacao.html>. Acesso em: 20. mai. 2024.

AVRITZER, Leonardo. **Sociedade civil e democratização**: uma revisão da literatura brasileira. São Paulo: Del Rey, 1994.

AZEVEDO, Nilo Lima; AMARAL, Shirlena Campos de Souza; FERREIRA, Oswaldo Oliveira. Entre o poder e o controle: as teorias da democracia em Hans Kelsen e Jürgen Habermas. **Revista de Direito e Política**, v. 10, Rio de Janeiro, p. 1517-1536, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/quaestioiuris/article/view/25883/21104>. Acesso em: 03 jun. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2022.

BENFATTI, Denio Munia.; QUEIROGA, Eugenio Fernandes; SILVA, Jonathas Magalhães Pereira. Transformações da metrópole contemporânea: novas dinâmicas espaciais, esfera da vida pública e sistema de espaços livres. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 12, p. 29-43, 2010. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/230/214>. Acesso em: 03. jun. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 08. jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil**. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 08. jun. 2024.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e Crise no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2003.

BROWNE, Ana Paula Goyos. Direito à Cidade e Espaços Públicos Democráticos. **Conteúdo Jurídico**, Brasília, 2015. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/45744/direito-a-cidade-e-espacos-publicos-democraticos>. Acesso em: 18. mai. 2024.

CALDAS, Roberto Correia da Silva; DIZ, Jamile Bergamaschine Mata; SILVA, Antonio Donizete Ferreira da. A governança e as novas tecnologias: a sustentabilidade na gestão administrativa do Poder Judiciário. **Revista Jurídica**, v. 01, 2019. Disponível em: <https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/3314/371371806>. Acesso em: 03. jun. 2024.

CAMPOS, Renata Bernardes Faria; CASTRO, Josiane Marcia. Áreas Verdes: Espaços Urbanos Negligenciados Impactando a Saúde. **Saúde & Transformação**, e-ISSN 2178-7085, 2017, p. 107. Disponível em: [\(PDF\) Áreas Verdes: Espaços Urbanos Negligenciados Impactando a Saúde](#). Acesso em: 20. abr. 2024.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira; CERASOLI, Josianne França. A Cidade Como História. **Open Journal Systems**, Universidade Federal do Paraná, ISSN: 0100-6932 e e-ISSN: 2447-8261, 2009, Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/download/15672/10413>. Acesso em: 08. mar. 2024.

CASTRO, Alexandra. Espaços Públicos, Coexistência Social e Civilidade. Contributos para uma reflexão sobre os Espaços Públicos Urbanos. **Revista cidades, comunidades e territórios**, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), n.5, p. 53-67, 2002. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3392/1/Cidades2002-5_Castro.pdf. Acesso em: 02. mar. 2025.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo, Ática, 1999.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DEPOLLO, Matheus Lima; BOVO, Marcos. A pequena cidade e a praça: diferentes funcionalidades do espaço público. **Brazilian Journal Development**, v. 6, p. 49498-49508, 2020. Disponível em: [View of A pequena cidade e a praça: diferentes funcionalidades do espaço público / The small city and the square: different functionalities of the public space](#). Acesso em: 02. mar. 2025.

EIRAS, Suélen Barbosa *et al.* Fatores de adesão e manutenção da prática de atividade física por parte de idosos. **Revista Brasileira de Ciência do Esporte**, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4013/401338541006.pdf>. Acesso em: 26. dez. 2024.

FÉLIX, Matilde Camacho. **A cidade de Jan Gehl**: Copenhaga como laboratório urbano. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Artes) Faculdade de Arquitectura e Artes, Universidade Lusitana de Lisboa, Lisboa, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/3854>. Acesso em: 02. mar. 2025.

FERREIRA, Jéferson Gabriel Alves. **A praça e o ciclista**: espaço público, lazer e qualidade de vida em Umuarama-PR. 2023. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Desenvolvimento) – Universidade Estadual do Paraná, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, Campo Mourão, 2023. Disponível em: <https://ppgsed.unespar.edu.br/arquivos/dissertacoes%202022/dissertacao-jeferson-ferreira-2021.pdf>. Acesso em: 02. mar. 2025.

FONSECA, Carlos Ventura. A teoria das representações sociais e a pesquisa na área de educação em ciências: reflexões fundamentadas em produções brasileiras contemporâneas. **Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, v. 5, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/1985/149>. Acesso em: 12. jun. 2024.

FRANCISCON, Anderson. **Configuração e apropriação dos espaços públicos de Campo Mourão – PR**: particularidades e potencialidades. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Desenvolvimento) Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, *Campus* Campo Mourão, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unespar.edu.br/items/55f077e7-1afa-44e3-a5f7-3570f8f70d2a>. Acesso em 01 mar. 2025.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GOMES, Daniela; ZAMBAM, Neuro José. Sustentabilidade do espaço urbano: novas tecnologias e políticas públicas urbanístico-ambientais. **Revista de Direito da Cidade**, v. 10, p. 310-334, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/29866/23349>. Acesso em: 03. jun. 2024.

GUARALDO, Eliane. *et al.* Vitalidade urbana e desenho de bairro: proposta para Campo Grande, MS. **Terra Plural**, v. 15, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/15548>. Acesso em: 16. mai. 2024.

GUTIERRES, Henrique Elias Pessoa; CABRAL, Iran Araújo; SILVA, Rafaella Rodrigues da. A implementação de ações sustentáveis baseadas na Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P): uma experiência extensionista no ambiente universitário. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 12, p. 1913-1933, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/rbgfe/article/view/239401/34333>. Acesso em: 03. jun. 2024.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. 2. ed. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Flávio Roberto Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. 398 p.

HARVEY, David. O Direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, jul./dez., p. 73- 89, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18497/13692>. Acesso em: 29. abr. 2024.

HERZOG, Cecília Polacow; ROSA, Lourdes Zunino. Infraestrutura Verde: Sustentabilidade e resiliência para a paisagem urbana. **LABVERDE**. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistalabverde/article/view/61281>. Acesso em: 30. abr. 2024.

HULSMeyer, Alexander Fabbri *et al.* A paisagem urbana como herança cultural: a praça Santos Dumont, Umuarama, Estado do Paraná, Brasil. **Acta Scientiarum**. Technology, Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, v. 33, p. 114, 2011. Disponível em: [\(PDF\) A paisagem urbana como herança cultural: a praça Santos Dumont, Umuarama, Estado do Paraná, Brasil - doi: 10.4025/actascitechnol.v33i2.7741](#). Acesso em: 02. mar. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**: informações sobre os municípios brasileiros. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 1 mar. 2025.

INSTITUTO DE POLÍTICAS DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO – ITDP Brasil. **Parcerias para a gestão de espaços públicos**: caminhos para cidades mais inclusivas e sustentáveis. Rio de Janeiro: ITDP Brasil, 2019. Disponível em: <https://itdpbrasil.org/wp-content/uploads/2020/09/Relat%C3%B3rio-Parcerias-para-a-gest%C3%A3o-de-espa%C3%A7os-p%C3%BAblicos.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2025.

JACOBI, Pedro Roberto. Espaços Públicos e Práticas Participativas na Gestão do Meio Ambiente no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1-2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5033>. Acesso em: 18. mai. 2024.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

JUNQUEIRA, Luiz Daniel Muniz. Análise do Discurso do Setor Público a Respeito do Espaço Público de Lazer da Orla do Lago Paranoá de Brasília/DF. **Revista de Políticas Públicas**, v. 21, p. 174-193, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1772/1215>. Acesso em: 11. jun. 2024.

LARTIGUE, Marie Caroline. **Praças em comum**: Caminhos para uma gestão compartilhada de espaços livres públicos. 2023. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: [ReP USP - Detalhe do registro: Praças em comum: caminhos para uma gestão compartilhada de espaços livres públicos](#). Acesso em: 01. mar. 2025.

LEAL, Rogério Gesta. Estado, democracia e corrupção: equações complexas. **Revista de Investigações Constitucionais**, v. 6, 91-106, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rinc/a/zGzddsWKfVfSxY6wkJyHN8q/>. Acesso em: 29. mai. 2024.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. 1. ed. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

REGO, Nelson. **Planejamento Urbano no Paraná: A influência da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná**. Curitiba: [Editora/Instituição], 2001.

RIBEIRO, Paulo Jorge Gomes; GONÇALVES, Luís António Pena Jardim. Urban resilience: A conceptual framework. **Sustainable Cities and Society**, v. 50, 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2210670718322935>. Acesso em: 29. mai. 2024.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. Gestão Pública Municipal e Participação Democrática no Brasil. Curitiba: **Revista de Sociologia e Política**, 2011. Disponível em: [SciELO Brasil - Gestão pública municipal e participação democrática no Brasil Gestão pública municipal e participação democrática no Brasil](#). Acesso em: 29. mai. 2024.

RODRIGUES, Catarina Santa Rita Elias. **Intervenções sustentáveis em centros urbanos no século XXI: Saragoça da Expo de 2008 e Londres Olímpica de 2012**. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Artes, Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/4430>. Acesso em: 01. mar. 2025.

RODRÍGUEZ, María. Bentrán. La importancia de la vitalidad urbana. **Ciudades**, p. 217-235, 2016. Disponível em: [Vista de La importancia de la vitalidad urbana](#). Acesso em: 03. jun. 2024.

SAMPAIO, Rafael Cardoso *et al.* Democracia Digital, Mídia e Participação. **Boletim de Análise Político – Institucional**, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10513>. Acesso em: 28. abr. 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Isabela Soares; VIEIRA, Fabiola Sulpino. Direito à saúde e austeridade fiscal: o caso brasileiro em perspectiva internacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/ZgbMjYykcWRkccrSPQrqWjx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29. mai. 2024.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo, EdUSP, 2008.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo. Nobel, 1985.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

SOUZA, Claudia da Silva Antunes; ALBINO, Priscila Linhares. Cidades sustentáveis: limites e possibilidades conceituais e regulatórios. **Revista Direito e Sustentabilidade**, v. 4, p. 95-109, 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/210565582.pdf>. Acesso em: 5. mai. 2024.

SOUZA, Juliana da Costa Gomes de. Frederick Law Olmsted: a arquitetura de paisagens e os parques nacionais norte-americanos. **Topoi**, v. 26, n. 1, p. 45-63, jan./abr. 2020. Acesso em:

<https://www.scielo.br/j/topoi/a/SXDvmtnqNxgsfmgHmZN9Nfb/?lang=pt>. Acesso em: 27. abr. 2024.

SOUZA, Patrícia Cardoso Rodrigues. **Controle da Administração Pública**. In: MOTTA, Carlos Pinto. Coelho. Curso Prático de Direito Administrativo. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. Participação cidadã na sociedade civil global. **Lua Nova**, São Paulo, n. 46, p. 133-168, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/s9KwYHd9mTMKw6Y94xphkBS/?lang=pt>. Acesso em: 18. mai. 2024.

UMUARAMA. **A Cidade: História**. 2022. Disponível em: <https://www.umuarama.pr.gov.br/umuarama>. Acesso em: 14 fev. 2024.

UMUARAMA. Lei Complementar nº 482, de 28 de dezembro de 2020. **Institui o Plano de Arborização Urbana do Município de Umuarama e dá outras providências**. Umuarama: Câmara Municipal, 2020. Disponível em: <https://www.umuarama.pr.gov.br/files/ArquivoDiversos/arquivo/caderno-e-minuta-1591123124.pdf>. Acesso em: 26. dez. 2024.

VASCONCELOS, Ana Araújo de; AMARAL, Juliana. Os Espaços Mais Cultura e a Funarte: política pública como ferramenta de criação e difusão cultural. **Liinc em Revista**, v. 6, 2010. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3218>. Acesso em: 11. jun. 2024.

VIEIRA, Mariana Dias. **A influência das atividades comerciais no sistema de espaços livres urbanos: o caso da centralidade de Madureira - Rio de Janeiro**. 2008. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós – Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/21/teses/706620.pdf>. Acesso em: 02. mar. 2024.

XAVIER, Antonio Roberto. Políticas Públicas de Segurança. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, e-ISSN 1981-2140, 2008, p. 45. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17067>. Acesso em: 03. mai. 2024.

XAVIER, Fernanda Berguerand; FELIPE, Juliana; ARANA, Alba Regina Azevedo. O parque verde urbano: características do uso através de observação sistemática. **Urbe**, v. 10, p. 82-95, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/JSrMR48M36WdY8jbt8ykMdj/?lang=pt>. Acesso em: 23. jan. 2025.

APÊNDICES

APÊNDICES A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MORADORES PROXIMOS AS PRAÇAS SÃO PEDRO (DISTRITO DE SANTA ELIZA); PRAÇA SANTOS DUMONT; PRAÇA ALTO SÃO FRANCISCO; PRAÇA TAMOIO; PRAÇA SETE DE SETEMBRO

1.Qual o seu gênero?

() Masculino

() Feminino

() Outro. Qual? _____

() Prefiro não dizer.

2.Qual é sua idade:

() Menos de 18 anos

() 18 a 20 anos

() 21 a 30 anos

() 31 a 40 anos

() 41 a 50 anos

() 51 a 60 anos

() mais de 61 anos

3.Qual bairro você mora?

4.Com que frequenta a praça você visita a praça?

() Diariamente;

() Semanalmente;

() Mensalmente;

() Raramente;

() Nunca;

5.O que geralmente motiva suas visitas às praças?

() Exercício físico;

() Socialização;

- Eventos culturais;
- Recreação infantil;
- Outros (especificar)_____

6. Que tipo de atividades você realiza nas praças públicas?

- Caminhadas/Corridas;
- Piqueniques;
- Leitura;
- Prática de esportes;
- Outros (especificar)_____

7. Você participa de eventos ou atividades organizadas na praça?

- Sim;
- Não;
- Às vezes.

8. Como você avalia os investimentos feitos na praça (bancos, Iluminação, parquinho, áreas verdes)?

- Excelente;
- Boa;
- Regular;
- Ruim;
- Péssima;

9. Quais melhorias você gostaria de ver na infraestrutura da praça?

- Melhor Iluminação;
- Mais Bancos;
- Melhores áreas de recreação;
- Mais áreas Verdes;
- Outros (especificar)_____

10. Que tipo de equipamentos de recreação você gostaria que fossem adicionados às praças?

- Playground para crianças;
- Equipamentos de ginástica;

- Quadras esportivas;
- Áreas para eventos culturais;
- Outros (especificar)_____

11. Você costuma participar de eventos ou programações específicas realizadas nas praças?

- Sim, regularmente
- Às vezes
- Raramente
- Não, nunca participei

12. De forma geral como você descreveria o papel das praças públicas na comunidade?

- Muito Importante;
- Importante;
- Neutro;
- Pouco importante;
- Sem Importância

13. Como morador, qual sua opinião em ter uma praça próximo a sua residência?

- Muito Importante;
- Importante;
- Neutro;
- Pouco importante;
- Sem Importância.

Outros (especificar)_____

APÊNDICES B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS USUÁRIOS DAS PRAÇAS DAS
PRAÇAS SÃO PEDRO (DISTRITO DE SANTA ELIZA); PRAÇA SANTOS DUMONT;
PRAÇA ALTO SÃO FRANCISCO; PRAÇA TAMOIO; PRAÇA SETE DE SETEMBRO

1. Qual o seu gênero?

- Masculino
- Feminino
- Outro. Qual? _____
- Prefiro não dizer.

2. Qual é sua idade:

- Menos de 18 anos
- 18 a 20 anos
- 21 a 30 anos
- 31 a 40 anos
- 41 a 50 anos
- 51 a 60 anos
- mais de 61 anos

3. Qual bairro você mora?

4. Com que frequência a praça você visita a praça?

- Diariamente;
- Semanalmente;
- Mensalmente;
- Raramente;
- Nunca;

5. O que geralmente motiva suas visitas às praças?

- Exercício físico;
- Socialização;
- Eventos culturais;
- Recreação infantil;

() Outros (especificar)_____

6. Que tipo de atividades você realiza nas praças públicas?

() Caminhadas/Corridas;

() Piqueniques;

() Leitura;

() Prática de esportes;

() Outros (especificar)_____

7. Você participa de eventos ou atividades organizadas na praça?

() Sim;

() Não;

() As vezes.

8. Como você avalia os investimentos feitos na praça (bancos, Iluminação, parquinho, áreas verdes)?

() Excelente;

() Boa;

() Regular;

() Ruim;

() Péssima;

9. Quais melhorias você gostaria de ver na infraestrutura da praça?

() Melhor Iluminação;

() Mais Bancos;

() Melhores áreas de recreação;

() Mais áreas Verdes;

() Outros (especificar)_____

10. Que tipo de equipamentos de recreação você gostaria que fossem adicionados às praças?

() Playground para crianças;

() Equipamentos de ginástica;

() Quadras esportivas;

() Áreas para eventos culturais;

() Outros (especificar)_____

11. Você costuma participar de eventos ou programações específicas realizadas nas praças?

- () Sim, regularmente
- () Às vezes
- () Raramente
- () Não, nunca participei

12. De forma geral como você descreveria o papel das praças públicas na comunidade?

- () Muito Importante;
- () Importante;
- () Neutro;
- () Pouco importante;
- () Sem Importância.

13. Qual o motivo que faz com que você escolha esta praça?

- () Proximidade da minha residência (Localização);
- () Playground para crianças;
- () Equipamentos de ginástica;
- () Quadras esportivas;
- () Áreas para eventos culturais;
- () Segurança, e limpeza do local;

APÊNDICES C – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS COMERCIANTES PROXIMOS A PRAÇAS, SÃO PEDRO (DISTRITO DE SANTA ELIZA); PRAÇA SANTOS DUMONT; PRAÇA ALTO SÃO FRANCISCO; PRAÇA TAMOIO; PRAÇA SETE DE SETEMBRO

1.Qual o seu gênero?

() Masculino

() Feminino

() Outro. Qual? _____

() Prefiro não dizer.

2.Qual é sua idade:

() Menos de 18 anos;

() 18 a 20 anos;

() 21 a 30 anos;

() 31 a 40 anos;

() 41 a 50 anos;

() 51 a 60 anos;

() mais de 61 anos.

3.Qual o tipo de comercio realizado?

4.A quantos anos você tem o comercio neste local?

() 1 a 2 anos;

() 3 a 4 anos;

() 5 a 6 anos;

() mais de 7 anos.

5.Como você descreveria a localização do seu estabelecimento em relação à praça?

() Muito próximo;

() Próximo;

() A uma distância moderada;

() Distante.

6. Como a presença da praça afeta o movimento de clientes em seu estabelecimento?

- Aumenta significativamente;
- Aumenta moderadamente;
- Não tem Impacto;
- Diminui moderadamente;
- Diminui significativamente.

7. Os eventos ou atividades na praça influenciam as vendas do seu estabelecimento?

- Sim;
- Não;
- Não tenho certeza.

8. Seu estabelecimento já participou ou tem parcerias com eventos realizados na praça?

- Sim;
- Não

9. Os eventos ou atividades na praça influenciam as vendas do seu estabelecimento?

- Sim, regularmente;
- Às vezes;
- Raramente;
- Não, nunca

10. Qual é o período do dia em que o fluxo de clientes é mais intenso?

- Manhã;
- Tarde;
- Noite.

11. Quanto ao aumento de movimento, acontece quando o movimento na praça também é grande?

- Sim, regularmente;
- Às vezes;
- Raramente;
- Não, nunca

12. Quais são os maiores desafios que você enfrenta devido à proximidade da praça?

- Concorrência com vendedores ambulantes;
- Estacionamento inadequado;
- Ruído excessivo;
- Outros (especificar): _____

13. Existem oportunidades que você identificou e aproveitou devido à localização próxima à praça?

14. Como você descreveria o papel das praças públicas na promoção do comércio local?

- Muito positivo;
- Positivo;
- Neutro;
- Negativo;
- Muito negativo.

15. Quanto a futuras melhorias e colaborações, se pudesse sugerir melhorias na relação entre o seu estabelecimento e a praça, quais seriam?

- Maior segurança na região
- Melhor divulgação de eventos
- Melhorias na infraestrutura ao redor da praça
- Incentivos para colaborações comerciais
- Outros (especificar): _____

ANEXOS

ANEXO A – Praça Santos Dumont



Fonte: HULSMeyer *et al.* (2011).



Fonte: HULSMeyer *et al.* (2011).

ANEXO B – DNJ – Praça são Pedro Santa Eliza



Fonte: Diocese Umuarama (2024).



Fonte: Diocese Umuarama (2024).

ANEXO C - Evento *Go Skate Day*

Fonte: OBEMDITO, (2022).

ANEXO D – Usuários com cadeiras Praça Sete de Setembro



Fonte: Elaborada pelo autor (2025).